



**Revista da  
Academia  
Mineira  
de Letras**

ANO 85º – VOLUME LIV – OUTUBRO, NOVEMBRO, DEZEMBRO – 2009

**ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS**

Fundada em 25 de dezembro de 1909  
 Rua da Bahia, 1466 – Telefax (OXX31) 3222-5764  
 CEP 30160-011 - Belo Horizonte-MG  
 www.academiamineiradeletras.org.br  
 atendimento@academiamineiradeletras.org.br

**DIRETORIA AML**

Presidente: Murilo Badaró	1º Secretário: Fábio Doyle
1º Vice-presidente: Miguel Augusto Gonçalves de Souza	2º Secretário: Elizabeth Rennó
2º Vice-presidente: Orlando Vaz	Tesoureiro: Márcio Garcia Vilela
Secretário Honorário: Oiliam José	1º Tesoureiro: José Henrique Santos
Secretário Geral: Aloísio Garcia	2º Tesoureiro: Bonifácio Andrada

**REVISTA DA ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS**

Publicação trimestral

Diretor: Murilo Badaró  
 Conselho Editorial: Aluísio Pimenta, Antenor Pimenta e Eduardo Almeida Reis.  
 Revisão: Pedro Sérgio Lozar  
 Digitação: Marília Moura Guilherme  
 Capa: Liu Lopes  
 Diagramação: IDM Composição e Arte Ltda.  
 Impressão: Gráfica e Editora O Lutador  
 Assessor de Imprensa: Petrônio Souza Gonçalves

**Ficha Catalográfica**

Revista da Academia Mineira de Letras – Ano 85º – volume LIV  
 Revista da Academia Mineira de Letras/Academia Mineira de Letras / v. LIV/ 2008  
 Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras, 2009.  
 outubro/novembro/dezembro de 2009.

Fundada em 1922

I. Literatura – Periódico. 2. Obras Literárias I. Academia Mineira de Letras

**ÍNDICE****MOMENTO DE POESIA**

*Afonso Henriques Neto* .....9

**A ACADEMIA NO TÚMULO DE ALPHONSUS**

*Danilo Gomes* .....17

**CONVERSA DE MINEIRO**

*Affonso Arinos de Mello Franco Filho* .....23

**ESCOLA MINEIRA**

*Domício Proença* .....37

**ACADEMIAS: VOCAÇÃO PARA O ETERNO**

*Murilo Badaró* .....47

**A MEMÓRIA DE MINAS**

*Deputado Alberto Pinto Coelho* .....53

**CENTENÁRIA GUARDIÃ DAS PALAVRAS**

*Murilo Badaró* .....57

**ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS: HÁ UM SÉCULO**

*Murilo Melo Filho* .....67

**MACHADO SOBRINHO: NOTÍCIAS DA IMPRENSA  
 SOBRE A ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS**

*Leila Maria Fonseca Barbosa e Marisa Timponi Pereira Rodrigues* ..71

ZELADOR DO PATRIMÔNIO <i>Murilo Badaró</i> .....	75
O ESCRITOR E A LITERATURA <i>Rui Mourão</i> .....	79
CENTELHA LUMINOSA DO MUNDO <i>Angelo Oswaldo de Araújo Santos</i> .....	89
Discursos Acadêmicos DISCURSO DE INSTALAÇÃO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS <i>Machado de Assis</i> .....	95
CIÊNCIA E ONISCIÊNCIA <i>Oiliam José</i> .....	97
OS MINEIROS NA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS <i>Fábio Lucas</i> .....	105
A HISTÓRIA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO – 1930 A 1985 <i>Miguel Augusto Gonçalves de Souza</i> .....	115
UMA COMEMORAÇÃO CENTENÁRIA <i>Elizabeth Rennó</i> .....	139
BRASIL E FILIPINAS <i>José Carlos Brandi Aleixo</i> .....	141
Perfil acadêmico SEM PERDER A ALMA MINEIRA <i>Beatriz Teixeira de Salles</i> .....	147

ABGAR RENAULT – POETA-EDUCADOR <i>Carlos Nejar</i> .....	155
Teatro O MAIOR EVENTO TEATRAL DO BRASIL <i>Pedro Paulo Cava</i> .....	159
Cinema GANGA BRUTA, PILAR DO CINEMA BRASILEIRO <i>Paulo Augusto Gomes</i> .....	165
Música MAGARINOS BRETAS, GRACILIANO RAMOS E MÁRIO DE ANDRADE <i>Paulo Sérgio Malheiros dos Santos</i> .....	183
Artes Plásticas “A GRANDE FEIRA” <i>Carlos Perktold</i> .....	195
AS MEMÓRIAS DE DIONYSIA BONQW LEMIESZEK <i>Letícia Malard</i> .....	201
A PSICANÁLISE AOS PSICÓLOGOS, O BELETRISMO AOS LITERATOS <i>Onofre de Freitas</i> .....	205
ACADEMIAS LITERÁRIAS: FUNÇÃO CIVILIZADORA <i>Marco Aurélio Baggio</i> .....	213
OSWALDO CRUZ, UM CIENTISTA BRASILEIRO <i>Maria Natalina Jardim</i> .....	217

A RESPOSTA DA NOIVA <i>Murilo Badaró</i> .....	231
GUSTAVO TEIXEIRA: UMA VIDA EM REVISTA <i>Paulo Caruso</i> .....	243
AIRES DA MATA MACHADO FILHO <i>Maria de Lourdes Costa Dias Reis</i> .....	247
DISCURSO PROFERIDO POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DA NEO-ACADÊMICA MARIA INÊS DE MORAES MARRECO NA ACADEMIA FEMININA MINEIRA DE LETRAS <i>Livia Paulini</i> .....	253
IPÊ <i>Petrônio Souza Gonçalves</i> .....	267
MINA: "EIS NADA" <i>J. Nepomuceno Silva</i> .....	269 <del>98</del>

## APRESENTAÇÃO

Com algum atraso, resultado de muitas dificuldades de ordem material no curso de um ano cheio de atividades comemorativas do Centenário, é dado à luz o número da *Revista da Academia Mineira de Letras* correspondente ao quarto trimestre de 2009. Com nosso pedido de desculpas pela involuntária demora.

Mais uma vez é imperioso agradecer aos colaboradores, acadêmicos ou não, pela sua participação e deixar patente a gratidão às empresas e organismos estatais que possibilitaram os recursos para pagamento das diversas edições anuais.

A consolidação da publicação regular da *Revista*, se traz para a Instituição louvores e encômios altamente dignificantes ao trabalho produzido, é compromisso irregatável com a cultura brasileira, mesmo levando em conta o rosário de dificuldades que se nos antolham. É-nos grato renovar o pacto moral e material de sua manutenção nos mesmos níveis em que ela hoje se situa, como das mais importantes edições culturais divulgadas no Brasil.

Por tudo isto, a Academia Mineira e Letras se sente recompensada e renova pelo tempo afora os compromissos recebidos de seus maiores.

Belo Horizonte, dezembro de 2009

*Murilo Badaró - Presidente*

## MOMENTO DE POESIA\*

*Afonso Henriques Neto\*\**

Na condição de neto do poeta Alphonsus de Guimaraens, agradeço em nome de toda a família esta homenagem patrocinada pela Prefeitura de Mariana – na pessoa do prefeito Roque Camello – que se associa assim às comemorações do centenário da Academia Mineira de Letras, representada neste encontro pelo seu presidente Murilo Badaró e por vários de seus ilustres membros, Academia esta que tem por patrono o poeta simbolista homenageado.

Para mim é sobremodo comovente estar diante do mausoléu de meu avô e recordar a distante tarde de 13 de dezembro de 1953, quando, com nove anos de idade, assisti à cerimônia de inauguração deste jazigo. Lembro-me bem da chuva que caía, do pronunciamento de improviso do governador Juscelino Kubitschek, dos belos discursos dos poetas Augusto Frederico Schmidt e Abgar Renault, bem como da palavra de meu tio Nazareno Alphonsus em nome da família. A Academia Mineira de Letras, representada pelos acadêmicos Mário Casasanta, Heli Menegale, Moacir Andrade, Aires da Mata Machado Filho, Emílio Moura e Agripa Vasconcelos, depositou no túmulo uma coroa de louros, como homenagem dos escritores mineiros. Lembro-me ainda da presença de tantos escritores amigos de meu pai e admiradores de meu avô, como Cecília Meireles e a

---

\* Discurso pronunciado no dia 5 de junho 2009 junto ao túmulo de Alphonsus de Guimaraens em Mariana, Minas Gerais.

\*\* Poeta, filho de Alphonsus de Guimaraens Filho e neto de Alphonsus de Guimaraens.

biógrafa de Alphonsus, Henriqueta Lisboa. Cecília Meireles, inclusive, respondendo aos agradecimentos de meu pai pela presença dela na cerimônia, disse mais tarde em carta: “Não me agradeça ter comparecido à solenidade de Mariana! Foi um momento de Poesia. Mesmo a chuva era bela e voltei com o coração cheio de música e flores porque havia sido homenageado um Poeta”.

Meu avô, que nascera em Ouro Preto em 1870, faleceu no dia 15 de julho de 1921, nove antes de completar 51 anos. Foi enterrado no dia seguinte no cemitério da igreja do Rosário, aqui na cidade de Mariana, onde desde 1906 vivia como juiz municipal. Em visita ao cemitério do Rosário em 1941, meu pai, o poeta Alphonsus de Guimaraens Filho, falecido no ano passado, vai encontrar o túmulo em estado precário, ameaçado até mesmo de em pouco tempo perder as referências da exata localização de onde se enterrara o poeta simbolista. Foi a partir dessa visita que meu pai percebeu a necessidade de empreender todos os esforços no sentido de se construir um mausoléu condigno para Alphonsus.

Eleito governador do estado, Juscelino Kubitschek vai convidar Alphonsus Filho para trabalhar na sua assessoria direta. Lembro de meu pai narrando, juntamente com minha mãe, o encontro que tiveram em casa de Lúcia Machado de Almeida, em Belo Horizonte, com o recém-eleito governador. Na ocasião, para surpresa de todos, Juscelino recitou de cor o conhecido poema *A catedral*, de Alphonsus, e muito falou da admiração que devotava ao ‘solitário de Mariana’. Assim, foi Juscelino quem enviou em junho de 1952 mensagem à Assembleia Legislativa do Estado, acompanhada de projeto de lei, com a notícia da construção do jazigo perpétuo. Em maio de 1953 a Prefeitura de Mariana doava à família o terreno neste Cemitério Municipal, anexo à ermida de Sant’Ana, para a construção do mausoléu. O traslado dos restos mortais se deu em outubro de 1953 e a inauguração do novo túmulo, como se disse, em dezembro. Meu pai, Alphonsus Filho, nascido em Mariana em 1918 na casa da rua Direita que hoje é o Museu Alphonsus de Guimaraens, passou então a ter uma relação ainda mais especial com este lugar e com esta capela de Sant’Ana, conforme pode-se ver neste soneto de sua autoria:

## SONETO DA CAPELA DE SANT’ANA

Ceguei sem nem saber por que viria.  
Ceguei cantando em plena madrugada.  
Por encontrar a porta entrecerrada,  
cantando entrei. Cantando ficaria,

não fosse o Teu silêncio, a mão cansada  
contendo a claridade fugidia,  
Senhor, eu nem cuidara de mais nada,  
com tanta ardência desejara o dia.

A capelinha – um céu silvestre e vivo –  
dormia no sossego da montanha.  
E eu que cantava e ria sem motivo,

quem é que diz que poderia agora  
ao ver-Te o olhar ferido e a dor tamanha,  
deixar-Te aí, Senhor, para ir-me embora.

Voltando àquela tarde de inauguração do mausoléu em 1953, gostaria ainda de citar as palavras de encerramento do discurso proferido pelo poeta Augusto Frederico Schmidt, um dos maiores admiradores que meu avô já teve: “Bendito o Pobre Príncipe, monarca sem coroa – pois se aqui repousam seus restos mortais, já sua alma se encontra no céu, junto à Virgem Intemerata em cujo amor aqueceu, durante o exílio terrestre, o seu frio de órfão! Bendito seja Alphonsus, ferido por tantos espinhos deste mundo e pelos sete punhais do amor impossível! Bendito aquele que esperou sempre o que nunca lhe foi dado, mas em cuja alma – templo sem paredes – o sol entrava dos dois lados! Bendito aquele que foi o grande e pobre Alphonsus, e que pregado na Cruz da poesia finou-se para emergir da morte trazendo nas magras mãos *uma flor de beleza não sonhada!*”

Desse modo, estamos hoje de certa forma recordando e reafirmando aquela primeira e tocante cerimônia. Mas buscamos, sobretudo, relembrar a imensa altura da poesia de Alphonsus de Guimaraens. Schmidt falou em “amor impossível”, e isso logo nos lembra a presença da noiva do poeta, Constança, a filha de seu tio-avô Bernardo Guimarães. Morta aos 17 anos, a sua etérea imagem ficou para Alphonsus como um símbolo desse “amor impossível” de que falava Schmidt. Poemas notáveis, do porte de “Noiva” e de todos os de *Câmara ardente*, foram compostos pelo poeta em torno do tema do “amor impossível, pois perdido para sempre”, como se pode ver neste soneto:

Encontrei-te. Era o mês... Que importa o mês? agosto,  
Setembro, outubro, maio, abril, janeiro ou março,  
Brilhasse o luar, que importa? ou fosse o sol já postô,  
No teu olhar todo o meu sonho andava esparso.

Que saudades de amor na aurora do teu rosto,  
Que horizonte de fé no olhar tranquilo e garço!  
Nunca mais me lembrei se era no mês de agosto,  
Setembro, outubro, maio, abril, janeiro ou março.

Encontrei-te. Depois... depois tudo se some:  
Desfaz-se o teu olhar em nuvens de ouro e poeira...  
Era o dia... Que importa o dia, um simples nome?

Ou sábado sem luz, domingo sem conforto,  
Segunda, terça ou quarta ou quinta ou sexta-feira,  
Brilhasse o sol, que importa? ou fosse o luar já morto!

Entre outros epítetos, Alphonsus ficou também conhecido como o “poeta dos cinamomos”. A presença da planta se encontra em vários momentos da obra. Quero agora lembrar dois conhecidos poemas versando sobre o cinamomo para poder, enfim, colocar, antagonicamente, o “amor

ideal, ou impossível” diante do “amor real”, representado pela companheira da vida inteira, a bela Zenaide, minha avó e tia de José Aparecido de Oliveira, nascida em Conceição do Serro, filha do escrivão João Alves de Oliveira. O poeta casará e terá com ela 15 filhos. No tempo do namoro, havia no jardim da casa de Zenaide um coqueiro e um pé de cinamomo, que será mais tarde cantado por Alphonsus. Mas vamos ao contraponto entre o “amor ideal” e o “amor real”, temas recorrentes na obra. Em primeiro lugar este soneto, em que a presença da noiva morta é evidente:

Hão de chorar por ela os cinamomos,  
Murchando as flores ao tombar do dia.  
Dos laranjais não de cair os pomos,  
Lembrando-se daquela que os colhia.

As estrelas dirão: – “Ai! nada somos,  
Pois ela se morreu, silente e fria...”  
E pondo os olhos nela como pomos,  
Hão de chorar a irmã que lhes sorria.

A lua, que lhe foi mãe carinhosa,  
Que a viu nascer e amar, há de envolvê-la  
Entre lírios e pétalas de rosa.

Os meus sonhos de amor serão defuntos...  
E os arcanjos dirão no azul ao vê-la,  
Pensando em mim: – “Por que não vieram juntos?”

E, agora, a canção que nos remete ao “amor real”, com o poeta se dirigindo diretamente à futura esposa e à circunstância em que ela então vivia:

O cinamomo floresce  
Em frente do teu postigo:  
Cada flor murcha que desce  
Morre de sonhar contigo.

E as folhas verdes que vejo  
Caídas por sobre o solo,  
Chamadas pelo teu beijo  
Vão procurar o teu colo.

Ai! Senhora, se eu pudesse  
Ser o cinamomo antigo  
Que em flores roxas floresce  
Em frente do teu postigo:

Verias talvez, ai! como  
São tristes em noite calma  
As flores do cinamomo  
De que está cheia a minh'alma!

A organização da poesia completa de Alphonsus deveu-se, em um primeiro momento, ao trabalho do filho mais velho, o notável contista de "Galinha cega", João Alphonsus, que junto com Manuel Bandeira preparou a edição de 1938. Com a prematura morte de João, meu pai passou a se incumbir do trabalho, publicando outra edição das poesias em 1955, para, enfim, publicar pela Editora José Aguilar a obra completa em 1960, totalmente anotada, com a inclusão dos poemas da juventude, dos poemas humorísticos, dos poemas franceses e da prosa, bem como de alguns poemas inéditos. Trata-se, em essência, de uma excelente edição crítica, com a indicação de todas as variantes textuais. Ia sendo, assim, arrancada do esquecimento a obra de um dos principais poetas da língua portuguesa em qualquer tempo. Otto Maria Carpeaux já escrevia em 1951 que "nenhum outro poeta brasileiro, nem sequer Cruz e Sousa, foi tratado

de maneira tão revoltante pelos 'donos da poesia' da época como Alphonsus. Só por volta de 1935 os críticos se lembram do esquecido poeta provinciano, primeiro seus conterrâneos mineiros (Afonso Arinos e outros), depois Manuel Bandeira, o que significa enfim a reabilitação. Hoje é Alphonsus de Guimaraens reconhecido como um dos maiores poetas do Brasil".

Recordo-me de meu pai exultante quando, em suas pesquisas para a edição da José Aguilar, encontrava uma notícia, um artigo ou um poema novo de Alphonsus perdido em periódicos pertencentes às coleções da Biblioteca Nacional. Recordo-me, principalmente, da descoberta feita por ele de uma estância inédita em livro, imediatamente incluída na *Pastoral aos crentes do amor e da morte*. Ao encontrar o tesouro em uma edição de 1910 do jornal *A Gazeta* de São Paulo, papai telefonou de imediato para Carlos Drummond de Andrade, amigo da família e grande admirador de Alphonsus. Drummond chegou em um pulo à Biblioteca Nacional, e meu pai depois me contou quão profundamente comovido o poeta itabirano ficou ao ler este, até aquele momento, desconhecido diamante alphonsino:

É uma lua de acompanhar-se enterros,  
De ver caixões banhados de luz branca.  
Caminham virgens nuas pelos cerros,  
E o luar é um rio ideal que não se estanca.

Afunda-se entre as nuvens o minguante.  
Na treva a terra sonha, o céu é mudo...  
Ai pobre, ai pobre cavaleiro andante,  
No céu, no céu perdeste o teu escudo!

Antes de encerrar, gostaria de lembrar que o início da recuperação da poesia simbolista se deveu muito aos poetas do Modernismo, que admiravam a riqueza imagética do movimento e a atitude de franco enfrentamento que os simbolistas sempre tiveram em relação à gélida



hegemonia do Parnasianismo. Mário de Andrade visitara Alphonsus em 1919 aqui em Mariana, tendo publicado um emocionado artigo sobre este encontro em *A Cigarra* de São Paulo. Quando da morte de Alphonsus dois anos depois, Oswald de Andrade irá publicar no *Jornal do Comércio*, também de São Paulo, um artigo que merece ser citado pelo menos em parte. Disse então Oswald de Andrade: “Alphonsus de Guimaraens valia sem dúvida todos os poetas juntos da Academia Brasileira. Faleceu em Mariana, pobremente, onde vivia fazendo há vinte anos os melhores versos do seu país. Foi, com dois ou três esquecidos, ao lado do fulgurante e comovido José Severiano de Resende, um lutador da arte nova. (...) Hoje que uma estuante geração paulista quebra nas mãos a urupuca de taquara dos versos medidos, a figura de Alphonsus de Guimaraens assume a sua inteira grandeza no movimento da boa arte nacional. (...) São Paulo presta ao grande morto a homenagem dos novos. A reação por ele iniciada contra a incultura e o atraso dos nossos principais poetas está sendo rigorosamente continuada. (...) Poetas como ele honram não só uma geração como uma pátria.”

Estamos de regresso, assim, a este cemitério, defronte a este jazigo simples e de bom gosto, para mais uma vez homenagear o poeta que em vida recebera muito pouco. Penso ser interessante notar que ele, à sua maneira, antevira este mausoléu, quando no fecho de um soneto de *Escada de Jacó* – dedicado ao grande amigo Osvaldo Araújo, avô do nosso Angelo Oswaldo de Araújo Santos – disse, premonitoriamente:

Diante do meu olhar ergueu-se um mausoléu.  
Só me restou a fé para guiar meus passos...  
A minh'alma é uma cruz enterrada no céu.

E este foi, por fim, o verso escolhido por meu pai para ficar gravado na lápide de Alphonsus de Guimaraens: “*A minh'alma é uma cruz enterrada no céu.*”

Muito obrigado a todos pela presença.

## A ACADEMIA NO TÚMULO DE ALPHONSUS\*

Danilo Gomes\*\*

Recebi, do Presidente da Academia Mineira de Letras, o escritor e biógrafo Murilo Badaró, a mais alta e honrosa incumbência de minha vida: ser o intérprete da homenagem da Casa ao seu Patrono, o poeta Alphonsus de Guimaraens, à beira de seu túmulo-mausoléu, no Cemitério de Santana, aqui em Mariana, cidade que ele muito amou e onde passou os últimos 15 anos de sua curta vida.

Entre tantos ilustres acadêmicos, a escolha recaiu sobre mim por ter tido eu o privilégio de nascer nesta cidade, nos idos de 1942.

Missão dada, missão cumprida, ainda que modestamente, sem as galas e louçanias de estilo que o homenageado merece. Assim sendo, eis-me aqui, simples cronista num país de grandes cronistas, a cercar a coroa de flores de nosso preito de admiração e afeto com breves palavras que buscam exprimir nossa homenagem, nosso louvor e nossa admiração por um dos maiores poetas do mundo em todos os tempos. É ele o Patrono da nossa Academia e um de seus fundadores, titular da cadeira nº 3, hoje ocupada, com o brilho que o caracteriza, pelo poeta, ensaísta e crítico de arte Angelo Oswaldo de Araújo, prefeito reeleito da nossa vizinha e querida Ouro Preto. O avô de Angelo Oswaldo, o poeta e acadêmico José Oswaldo de Araújo, visitou Alphonsus em Mariana e se tornou seu dileto amigo.

\* Discurso pronunciado no dia 5 de junho 2009 junto ao túmulo de Alphonsus de Guimaraens em Mariana, Minas Gerais.

\*\* Jornalista, escritor. Da Academia Mineira de Letras, ocupa a cadeira nº 2.

Este ano do centenário da Academia Mineira de Letras tem sido e será marcado por numerosos eventos, que começaram em Juiz de Fora, onde ela foi criada em 25 de dezembro de 1909.

Não poderíamos deixar de subir a histórica Colina de Santana – onde repousam nossos mortos, vários deles meus familiares – para proclamar nossa perpétua admiração pela obra extraordinária do poeta ouro-pretano-marianense. Obra que se consagrou como uma das mais importantes da literatura brasileira, das mais expressivas do nosso requintado simbolismo, que nada ficou a dever ao simbolismo francês, tendo à frente a trindade esplêndida: Mallarmé, Verlaine e Rimbaud. Tivemos Alphonsus de Guimaraens, tivemos Cruz e Souza e outros nomes de relevo, conforme a ensinança de Andrade Muricy.

A obra de Alphonsus de Guimaraens está consagrada pela crítica mais exigente e pelo público e conta com livros admiráveis, como *Kiriale*, *Setenário das Dores de Nossa Senhora*, *Dona Mística*, *Pauvre Lyre*, *Pastoral dos Crentes do Amor e da Morte*, mais o volume *Poesias*, que inclui “Nova Primavera”, “Escada de Jacó” e “Pulvis”. Sua *Obra Completa* inclui *Outras Poesias*, *Salmos da Noite*, *Versos Humorísticos*, *Crônicas de Guy d’Alvim* e *Epistolário*. Deixou Alphonsus o livro de prosa *Mêndigos*, de 1920.

Na organização e fixação dos textos do poeta, ao longo dos anos e das edições, colaboraram seus filhos João Alphonsus e Alphonsus de Guimaraens Filho, seu neto poeta Afonso Henriques Neto, Manuel Bandeira, Gladstone Chaves de Melo e Alexei Bueno.

Seria tarefa portentosa, hercúlea, e além de meus pobres limites analisar a maravilhosa obra do pranteado poeta, conhecido como “o solitário de Mariana”. Nem o momento o comporta. Lembro apenas que Carlos Drummond de Andrade tinha a poesia de Alphonsus na conta de encantatória. E com razão.

Aqui, ao pé do túmulo do bardo místico, nossas mentes e corações, prostrados em sinal de veneração, se curvam, de joelho em terra. Estamos diante do túmulo de um gênio da literatura. Alphonsus divide com o operoso Presidente Perpétuo da Casa, o falecido grande escritor Vivaldi Moreira, uma espécie de parceria intelectual que faz jus a ambos: nossa

centenária Academia é conhecida como a Casa de Alphonsus de Guimaraens, e de Vivaldi Moreira. São eles nossos numes tutelares, luzeiros de nossa jornada, jornada que tem como lema o verso de uma das fábulas de Fedro: “*Scribendi nullus finis*”, ou seja, “O escrever não tem fim”.

Meus caros amigos e conterrâneos, autoridades cuja presença nos honra, prezados confrades, gentis familiares do homenageado, permitam-me uma referência a um poeta mineiro, de Carangola, residente em Brasília desde 1960 e ganhador do prêmio Jabuti, Anderson Braga Horta, profundo conhecedor da obra de Alphonsus pai e de Alphonsus Filho, de quem foi fraternal amigo e correspondente. Na sua alentada obra intitulada *Criadores de Mantras*, Anderson Braga Horta compôs dois magníficos ensaios enfocando nosso homenageado, “Lendo Alphonsus” e “Relendo Alphonsus” (págs. 125 a 162). Recolho apenas um trecho da página 159: “Alphonsus foi um obcecado pelo mais íntimo da problemática humana; por isso digo que sua torre não foi construída de marfim, mas de material mais nobre, vivo, como a torre de “Ismália”, poema que encerra [diz Anderson] esta homenagem e que gosto de ver como um símbolo – belíssimo na sua simplicidade – da luta do Homem entre as amarras materiais e a vocação da plenitude espiritual.” (*fim da citação*).

Espírito religioso, ligado aos ritos e ritmos da Idade Média em sua teologal poeticidade, Alphonsus sentia-se “em casa” em Mariana, com suas igrejas, seus dobres de sinos, seu olor de incenso, seu ambiente de lausperene, de te-deuns, de misticismo, presentes o Cristo do Calvário e Nossa Senhora das Dores, Mater Dolorosa, mãe da lua e das estrelas.

Voltando a Anderson Braga Horta, à página 131 de seu mencionado livro, sob o título *Névoas, latim e Idade Média*, ele lembra o poeta medieval de *Peristylum* e de *Câmara Ardente* e afirma que “essa maior proximidade do Céu, esse teocentrismo, esse cristianismo romântico da Idade Média é que o atraem.” (*fim da citação*).

A propósito, cabe aqui uma frase do saudoso poeta Jésus Trindade Barreto, segundo a qual Alphonsus foi um ouro-pretano “ex-origine” e um marianense “ex-toto-corde”. Não obstante seu amor ao vizinho torrão natal, o grande poeta foi, de fato, um marianense de todo o coração. E

neste chão repousa para todo o sempre, neste chão sagrado de Santana, a alma de luz cravada no céu.

Sei que um outro poeta gostaria de estar aqui, neste momento, e de fato está, sorrindo feliz. Foi ele também, como Alphonsus, um poeta mariano, um poeta de Maria, de Nossa Senhora. Refiro-me ao saudoso Arcebispo de Mariana, Dom Oscar de Oliveira, que também foi membro da nossa Academia e mereceu um livro de autoria de nosso querido confrade Cônego José Geraldo Vidigal de Carvalho, intitulado *Dom Oscar de Oliveira: Um Apóstolo Admirável*. Num de seus poemas, Dom Oscar celebrou “a lira soberana” de Alphonsus evocando o nosso luar.

Alphonsus estava sepultado em modesto túmulo no cemitério da igreja do Rosário, em triste olvido. O culto governador de Minas, Juscelino Kubitschek, de rica tradição humanística herdada da mãe Júlia em Diamantina, decidiu mandar erigir-lhe o mausoléu de mármore branco diante do qual, em comunhão, agora estamos. A inauguração se deu a 13 de dezembro de 1953. Juscelino falou, então, com toda a alma. Mas o orador oficial foi o notável poeta e memorialista Augusto Frederico Schmidt, que, em eloquente oração, aludiu a Alphonsus Filho e a João Alphonsus e declamou: “Bendito seja Alphonsus, ferido por tantos espinhos deste mundo e pelos sete punhais do amor impossível! Bendito aquele que foi o grande e pobre Alphonsus, e que pregado na Cruz da poesia finou-se – para emergir da morte trazendo nas magras mãos uma flor de beleza não sonhada!”

Naquele 30 de dezembro de 1953 eu iria completar 11 anos de idade. Estive presente na cerimônia. Devo ter cruzado, no cemitério, com o poeta Schmidt, de quem sou devoto. Mas, menino ainda, não pude aquilatar a grandeza daquele momento histórico nem imaginar que, 56 anos depois, cá estaria novamente, aos pés de Alphonsus, falando em nome da Academia de que ele é o glorioso Patrono. Surpresas e mistérios da vida!

Vou finalizar, senhor Presidente Murilo Badaró. Perdoe-me se extrapolei meu tempo. E finalizo lembrando que todos choramos ainda – e o faremos para todo o sempre – a morte de Alphonsus de Guimaraens Filho, aos 90 anos, no Rio de Janeiro. Nascido em Mariana, Alphonsinho

perdeu o pai aos três anos de idade e sobre ele escreveu um livro maravilhoso, em prosa elegíaca, intitulado *Alphonsus de Guimaraens em Seu Ambiente*. Foi a catarse de um amor profundo pelo pai poeta, um amor dos subterrâneos da alma. Merece urgente reedição.

Quando este belo mausoléu foi inaugurado, em 1953, Alphonsus de Guimaraens Filho escreveu, em homenagem a seu pai, uma série de magníficos sonetos, no seu sóbrio estilo inconfundível, sob o título geral de *Uma rosa sobre o mármore*. Aqui está o primeiro, com o qual encerro, em nome da Academia Mineira de Letras, esta justa e merecida homenagem:

Em Sant' Ana repousas, como um dia  
no Rosário esqueceste. Ah, em Sant' Ana  
nessa doce colina de que emana  
a mesma indefinível poesia,

o mesmo sortilégio de Mariana.  
Em Sant' Ana repousas. E a agonia  
(que foi tua) ora é a paz leve e macia  
que na colina ingênua de Sant' Ana

nos envolve, domina, e nos conduz  
à grande fonte do teu sonho, ao grave,  
indeciso silêncio povoado

de impresentido frêmito de luz...  
Em Sant' Ana repousas, e é suave  
saber-te, como estás, transfigurado.

Terminado o comovente soneto do filho, dedicado ao pai, quero ressaltar que aqui, neste sítio sagrado de Sant' Ana, na “cidade episcopal que dorme/no seio branco das litánias”, repousa em paz o poeta Alphonsus, gênio com alma de santo. Primaz de Minas, Mariana é, na oportuna e poética expressão do Prefeito professor Roque Camêllo, “a pia batismal

de Minas”. E é nas suas bertas águas que se renova o nosso espírito de fraternidade e de concórdia, de união e de paz, sob as bênçãos de Dom Viçoso, de Dom Silvério, de Monsenhor Horta, de Dom Oscar e de Dom Alphonsus de Guimaraens.



## CONVERSA DE MINEIRO\*

*Afonso Arinos de Mello Franco Filho\*\**

Ao aceitar os convites dos presidentes Cícero Sandroni e Murilo Badaró, velhos e caros amigos, a quem tanto devo, para dar minha contribuição a esta efeméride do glorioso centenário da Academia Mineira de Letras (fundada, em Juiz de Fora, no dia do Natal de 1909, e transferida para Belo Horizonte em 1915), curvei-me, simultaneamente, a um apelo pessoal e uma obrigação moral, dos quais não poderia esquivar-me, como acadêmico mineiro, filho e sobrinho-neto de acadêmicos mineiros, dos quais herdei o nome e o título. Assim, no tocante a escritores que tanto ilustraram a literatura e a cultura nacionais, vou limitar-me ao que deles disseram meus familiares. Quanto ao mais próximo dentre estes, louvá-lo significaria, para mim, missão constringedora. Portanto, delegarei a outrem essa tarefa.

Em obediência ao critério da antiguidade, começo, aqui, por aquele a quem se costuma referir como “o velho Afonso Arinos”. “Velho” que faleceu aos 47 anos de idade, mas cuja barba grisalha lhe conferia, de fato, aspeto mais provecto. Recebeu-o, nesta Academia, o amigo de mocidade Olavo Bilac, que já se homiziara em sua casa na antiga Vila Rica, quando da perseguição e ameaças políticas sofridas por parte do presidente Floriano Peixoto. O poeta lembrou, em seu discurso, os tempos saudosos:

\* Sessão de homenagem ao Centenário da Academia Mineira de Letras em 27 de agosto de 2009 na Academia Brasileira de Letras.

\*\* Diplomata. Da Academia Brasileira de Letras.

“Enquanto pelas ruas de Ouro Preto, naquele ano trágico de 1893, os vivos comentavam com calor os episódios da revolta naval, e os bombardeios, e as prisões, e as loucuras, – nós dois, mergulhados no passado, conversávamos com espectros. (...) – toda essa gente acudia ao chamado da nossa curiosidade, e, (...) evadindo-se do mistério dos arquivos, (... vinha reviver conosco a sua antiga vida pitoresca. (...) No livro e no jornal, a vossa literatura (...) foi sempre um claro espelho em que se tem refletido esse tradicionalismo e esse nacionalismo.”

E Bilac encerrou sua saudação ao recordar o poema em prosa no qual o novo acadêmico profetizou a criação de Brasília, o que levaria o segundo Afonso Arinos a sugerir ao então governador da capital, seu amigo de três gerações, a perpetuar no mármore aquela visão (o governador Israel Pinheiro era filho de João Pinheiro, presidente de Minas Gerais, que falara à beira do túmulo do seu antecessor, presidente Cesário Alvim, avô de Afonso, fazendo-lhe o elogio fúnebre). Israel aceitou a sugestão, transcrevendo-a, em parte, ao pé de um buriti, defronte ao palácio que leva o nome da palmeira. Assim o primeiro Afonso Arinos sonhava a futura capital: “Se algum dia a civilização ganhar essa paragem longínqua, talvez uma grande cidade se levante na campina extensa que te serve de soco, velho Buriti Perdido. (...) Então, talvez, uma alma amante das lendas primevas, uma alma que tenhas movido ao amor e à poesia, não permitindo a tua destruição, fará com que figures em larga praça, como um monumento às gerações extintas (...)” E foi o que, sete décadas mais tarde, viria a suceder.

Mineiro gosta muito de conversa. Mas conversa mole, de quem planta verde para colher maduro, tão bem narrada por Guimarães Rosa em um dos seus contos. Aqui, porém, tratamos de conversas acadêmicas. E, tanto na Academia Brasileira quanto na Mineira, fica difícil manter essa conversação indefinida e inconsequente. Tentarei exemplificá-la com a ocasião que, por acaso, presenciei, simbolizando, no mais alto grau, o que aqueles grandes cenáculos, representativos do que há de mais alto na força literária e na presença cultural brasileiras, puderam significar ao se unirem em um encontro que simbolizou a junção das duas faces do mineiro típico: a recepção do governador Tancredo Neves pelo acadêmico

Afonso Arinos na Academia Mineira de Letras, onde Afonso foi o sucessor do acadêmico Juscelino Kubitschek.

Tancredo, já eleito governador de Minas Gerais, apresentara, em entrevista dada pouco depois da vitória no pleito, original interpretação topográfica da psicologia mineira: “Não existe mineiro radical. Nós vivemos onde termina a riqueza do Sul e começa a pobreza do Norte.”

Eu me encontrava em casa de Afonso quando o telefone tocou. Era Tancredo Neves. Findo o diálogo, Arinos me disse: “– Tancredo está chegando. Quer conversar. É possível que seja a fim de convidar-me a recebê-lo, pois acaba de ser eleito para a Academia Mineira de Letras.”

O visitante chegou, e assisti então, por perto de duas horas, à palestra entre ambos, na vasta e acolhedora biblioteca de Afonso Arinos. Os dois velhos políticos, adversários antigos, mas sempre unidos pela ponte invisível da mineiridade, pareciam mandarins chineses se estudando mutuamente. Falaram sobre tudo, exceto de Academia ou literatura. Afinal, o governador eleito levantou-se para se despedir. Então, já à porta de saída, como uma *arrière pensée*, deixou cair. “– Afonso, fui eleito para a Academia Mineira. Você me daria a honra de receber-me?” “– Com o maior prazer, Tancredo. Marque a data.” E foi só.

No discurso de posse do novo acadêmico, em 1983, Afonso Arinos desenvolveu o que considero, em sua obra, a definição mais precisa das diferentes maneiras de ser do mineiro (ele tinha o hábito de distinguir tudo, de analisar por todos os lados qualquer assunto que lhe fosse proposto). Partiu de uma categoria geral, que chamou mineiridade, para individualizar-lhe os elementos componentes, denominando-os mineirismo e mineirice. Referia-se a mineirismo cultural e mineirice política. E o enlace da cultura com a política, do mineirismo com a mineirice, chegaria à síntese da mineiridade. Mas, ao mencionar aqueles elementos componentes da mineiridade, Afonso, mineiramente, se escusou de situar Tancredo em qualquer deles.

Ambos concordavam, como bons mineiros, em que o caminho da recuperação nacional seria o da composição e não o do confronto, o consensual e não o autoritário, o jurídico e não o tecnocrático, se este último fosse tomado sem participação nem conhecimento da sociedade, o

que o sujeitaria a erros, à crítica, à resistência e ao combate. O caminho que leva da concórdia ao consenso, implicando atenuar contrastes e confrontos, ao retirar do choque das forças contrapostas uma resultante que, sem satisfazer a todos, pudesse atender a cada qual, de modo a abranger, na medida do possível, o interesse geral, que é o bem comum.

Ao comentar livro recém-publicado sobre o estilo montanhês de fazer política, o grande historiador mineiro e nosso eminente confrade, José Murilo de Carvalho, que tive a honra de receber nesta casa, acentua que aquele estilo, “conhecido nacionalmente como capacidade de articulação e negociação, seria fruto exatamente da ausência de qualquer hegemonia econômica no estado e da presença de uma elite política capaz de costurar divergências e usar a máquina do governo como instrumento de dominação e cooptação políticas. A tese é uma clara afirmação da política como instância distinta da economia, dotada de capacidade decisória própria.”

Afonso Arinos foi duro adversário político, tanto de Juscelino Kubitschek quanto de Tancredo Neves. Mas se irmanaria a ambos na resistência à ditadura militar. Quando Juscelino se candidatou a esta casa, Afonso bateu-se como pôde pelo seu ingresso. Depois, viria a sucedê-lo na Academia Mineira de Letras, em 1977. E dele disse então: “Na perspectiva mais longa da História, os elementos positivos da sua personalidade se sobrepõem, largamente, aos outros (...): o otimismo, a alegria, a coragem, a tolerância, a ausência de ressentimentos. (...) Juscelino ou não conservava mágoas antigas, ou elas, se existissem, não impediam seu reconhecimento pelos benefícios recebidos. Nunca esqueci a emoção afetuosa com que passou a me tratar desde o dia em que, de Paris, lhe assegurei, pelo telefone, meu voto para a Academia Brasileira. O traço, porém, que desejo ressaltar no homem-presidente foi seu sincero, contínuo, mineiro amor pela democracia. Devemos reconhecer o quanto existe de verdade neste trecho do seu depoimento prestado em 1974 (...): ‘A glória do meu governo foi manter o regime democrático apesar de todas as tentativas, todos os esforços para derrubá-lo.’ (...) Pessoalmente, Juscelino Kubitschek era um visionário do real. (...) Seu nome ficará ligado a realizações cuja duração irá além do tempo, pelos tempos. (...)

Ele não acabou. Explodiu, como uma estrela, e a luz das estrelas mortas fica brilhando no céu muito tempo depois que elas se extinguem. Ele foi humano, tolerante, amigo da liberdade. Sua vida teve visão e dimensão. Visão de Brasília. Dimensão do Brasil.”

Um quarto de século antes, Afonso Arinos fora eleito para a Academia Brasileira. Seu ingresso na vida literária, ainda muito jovem, na fundação da revista *Estética*, com Sérgio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes Neto, ocorreu na fase pós-modernista, continuação da Semana de Arte Moderna de São Paulo, que se caracterizara como movimento antiacadêmico. Muitos anos depois, respondendo a Homero Sena, em entrevista que este publicou no livro *República das Letras*, assim aludiu à hipótese de sua possível candidatura a esta casa: “Já tenho ouvido falar disso, que chamam o meu namoro com a Academia. A verdade, porém, é que não tenho, nem próxima nem remotamente, a intenção de candidatar-me. Não por orgulho, que seria descabido; antes por timidez e também pelo desagrado que me causa a intriga eleitoral que precede as eleições acadêmicas. Além disso, a sala da Academia, cujo prestígio social e mundano é bem maior que a influência sobre a literatura e a língua, parece-me pequena demais para tanto papo dourado.” Arinos reconheceria, mais tarde, sua própria mudança, em declaração dada ao jornalista Heráclio Sales na véspera do pleito acadêmico do qual saiu vencedor: “Aos vinte anos, incorporei-me ao que havia de mais antiacadêmico no Brasil; cruzando a linha dos cinquenta, entro para a Academia.”

O tempo passara. Acadêmicos afeiçoados, como Ribeiro Couto, Manuel Bandeira, Afonso Pena, Cassiano Ricardo, Olegário Mariano, Afonso Taunay, Elmano Cardim, Múcio Leão, Austregésilo de Ataíde, Levi Carneiro, Peregrino Júnior, insistiam para que ele se candidatasse. Em suas palavras, não lhe apetecia assenhorear-se “de todos os segredos, de toda a técnica sutil, quase eclesiástica, de uma eleição acadêmica”. Mas não era, tampouco, um resistente à hipótese. Sentia “o prestígio nacional da Academia, a glória que lhe advém de por ela terem passado quase todos os grandes nomes da inteligência brasileira, a correção moral do cenáculo e o prazer do convívio semanal com alguns velhos amigos.”

Nesse ínterim, José Lins do Rego, companheiro literário seu de muitos anos, e meu, desde a minha adolescência, de sortidas futebolísticas, adoeceu, sem esperanças de recuperação. Nessas circunstâncias, alguns acadêmicos amigos o sondaram sobre a hipótese de concorrer à vaga que parecia em vias de abrir-se. Afonso recusou conversar sobre o assunto, primeiro pela amizade que o prendia ao enfermo, e depois porque, nas suas palavras, “dava a primazia do momento a Guimarães Rosa”. Lembrou que, a um daqueles amigos, Austregésilo de Ataíde, dissera “que Rosa tinha mais títulos, não só como grande escritor, mas também porque estava sempre militando nas letras”, enquanto ele, “havia anos, fazia principalmente política”. E, uma vez eleito, reconheceria isso no discurso de posse: “Se me não apressei em solicitar o prêmio do vosso acolhimento, foi porque, apesar dos estímulos generosos de tantos de vós, (...) hesitava em competir com outros escritores, que considerava mais dignos da investidura. Duas razões me impeliam a essa certeza: a segurança (...) da minha consciência de que as contingências da vida me haviam arrastado, nos últimos anos, a um campo de atividades muito mais próximo da esplanada dos comícios que dos jardins de Academo. Cogitava que o momento de pedir a vossa hospitalidade seria aquele em que os frutos da minha pobre colheita pudessem compensar a fragrância com a abundância, demonstrando-vos, e sobretudo a mim mesmo, a autenticidade de uma vocação humilde, que resiste tenazmente aos impulsos dispersivos das lutas e cuidados que enchem o meu viver. De velhos sangues provinciais herdei, com efeito, o duplo destino da política e das letras. Não o escolhi, senão que o encontrei aberto diante de mim. Irmão, filho, neto e descendente ainda mais longínquo de homens que passaram das tribunas e, às vezes, das prisões políticas para as reuniões literárias, bebi, desde onde alcança a minha memória, o leite da literatura e da política. Não consigo rememorar conversas caseiras que não versassem livros e autores, eleições e revoltas.”

Antes de Arinos embarcar para a Europa, a fim de assistir ao batismo, por San Tiago Dantas, do meu segundo filho, que lá nascera, João Neves da Fontoura, de quem Rosa fora chefe de gabinete no Itamarati, o visitou nas vésperas da viagem. Arinos conta que “o ex-

chanceler e meu velho amigo, embora falasse da Academia, não fez nenhuma referência à vaga, que, parecia, ia ser aberta. Ele se sentia provavelmente, pelo mesmo escrúpulo que eu, impedido de aludir às consequências da morte de um amigo que ainda estava vivo. É claro, também, que eu não disse uma palavra sobre o assunto. (...) De qualquer forma, pelo que soube mais tarde, Neves saiu persuadido de que eu não me apresentaria, e daí o equívoco que se gerou, e que foi tão desagradável para mim. Mas ele nunca poderia ter visto sombra de compromisso no meu silêncio. Compromisso que, aliás, ser-lhe-ia fácil obter de mim. Bastava que ele próprio revelasse a sua intenção de apresentar Guimarães Rosa, que eu me retrairia. Mas ele não o fez, e foi, assim, sem qualquer compromisso, e, mesmo, na ignorância de que Rosa se tinha apresentado, que escrevi minha carta ao presidente Elmano Cardim, datada do Hotel Acrópole, em Atenas.”

Afonso se achava na Grécia, a caminho da Itália, quando Carlos Lacerda, que havia estreitado amizade com o grande romancista paraibano no fim da sua vida, informou-o, por meu intermédio, sobre o falecimento de José Lins. Diante disso, Arinos se dirigiu a Cardim, pedindo-lhe que o inscrevesse no pleito a ser aberto.

João Neves considerava certa a vitória de Guimarães Rosa. Então, em carta dirigida a Afonso Arinos, sugeriu-lhe que desistisse. “Apenas, com tua candidatura, ele não conseguirá a unanimidade, ou quase”, foram as suas palavras. A missiva inábil mexeu com os brios de Afonso, que, em vista disso, deu por encerrada a possibilidade de renunciar.

Ao vencer o pleito acadêmico, em 1958, por 27 votos contra 10, obtidos pelo grande Rosa, Afonso Arinos, saudado por Manuel Bandeira, lembrou que “a Academia é, hoje, uma casa profundamente brasileira, que incorpora às suas tradições figuras e momentos admiráveis. Suas limitações, seus defeitos, suas deficiências inegáveis, são as do nosso próprio país, deste Brasil de que temos o direito de falar mal, mas a que temos o dever de querer bem.”

Conheci Guimarães Rosa no Itamarati, quando ele dava aos jovens alunos do Instituto Rio Branco e aos diplomatas recém-formados a confiança de almoçar conosco no abominável “Bife de Zinco”, o

restaurante quase anexo ao Instituto, cujo apelido, parodiando o chamado “Bife de Ouro” do Copacabana Palace, se devia tanto ao calor de estufa que o telhado metálico produzia quanto à rigidez da carne ali servida. Rosa transmitiu-me, na ocasião – a fim de, com isso, reconhecer e testemunhar a própria filiação literária – a intenção de utilizar o poema em prosa “Buriti perdido”, do primeiro Afonso Arinos, como orelha da segunda coletânea dos seus contos, *Corpo de baile*, livro cujo lançamento preparava. E me transmitia notícias do progresso da sua obra-prima, *Grande sertão: veredas*. A propósito do nome deste seu romance-monumento, disse-me, modestamente, tê-lo escolhido para não parecer que estava querendo rivalizar com *Os sertões*, de Euclides da Cunha. E acentuava a intenção, engrossando a voz ao proferir “– Grande sertão!”, para afiná-la em seguida, num sussurro discreto: “– Veredas ...”

Um dia, Rosa irrompeu na sala onde eu trabalhava, no Departamento Político do Itamarati, vestindo um terno claro, com sua gravata borboleta, sorridente e agitado como sempre: “– Você pode me ajudar?!” “– Pois não, em quê?” “– Estou escrevendo uma história em que devo atravessar o rio para Arinos. Mas como se chamava Arinos naquele tempo?” “– Não sei, mas, se meu pai estiver trabalhando agora na sua biblioteca, posso responder em dois minutos.” De fato, Afonso Arinos se encontrava no escritório. Narrei-lhe o problema literário que perturbava o amigo. Afonso riu e deu a resposta: “– Diga ao Rosa que se chamava Barra da Vaca.” O grande escritor ficou na maior felicidade. A onomatopéia Barra da Vaca parecia feita sob medida para Guimarães Rosa. Ele repetia seguidamente, quase aos gritos, acentuando as sílabas: “– Bár-rá-dá-vá-cá, Bár-rá-dá-vá-cá!” O conto “Barra da Vaca” se encontra em *Tutaméia (Terceiras estórias)*.

Cinco anos depois de vencido por Afonso Arinos, Guimarães Rosa se recandidatou à Academia Brasileira. Elegeu-se em 1963, e pediu a Afonso que o saudasse em nome da Academia. Ao fazê-lo, Arinos reconheceu: “– No dia em que me convidastes para receber-vos nesta casa, deixastes claro que a incumbência não me era oferecida como fácil galanteria de concorrente à minha própria eleição. As razões do vosso convite eram outras, mais substanciais e profundas: provínhamos ambos, pelas nossas origens, daquelas terras largas do sertão mineiro; mundão de

léguas de campos, chapadas, caatingas e rios; domínio do sol e dos astros sobre a planura, cortada sempre por escassos, silenciosos cavaleiros e suas boiadas.” Sobre a escrita de Guimarães Rosa, ele diria ainda: “– Como falar em acerto e erro diante do vosso trabalho estilístico, que é o maior esforço de labor literário que o Brasil já conheceu na história das suas letras? (...) Despertastes as inusitadas palavras que dormiam no mundo das possibilidades imaturas. Fizestes com elas o que Lúcio Costa e Oscar Niemeyer fizeram com as linhas e os volumes inexistentes: uma construção para o mundo, no meio do Brasil. (*Neste passo do discurso, que evocava Brasília, prorromperam aplausos a Juscelino Kubitschek, aqui presente.*) (...) A Academia Brasileira de Letras, ao receber-vos, sabe que chama ao nosso convívio uma das grandes figuras das letras nacionais de todos os tempos; o escritor que deu, de fato, uma dimensão maior à nossa realidade: maior pelo rigor do pequeno e pela extensão do grande; maior pela profundidade, do interno e pela leveza do externo; maior pela palavra – *logos* – trabalhada até o sacrifício.”

Desde que convidou Afonso Arinos para acolhê-lo, o acadêmico-eleito passara a indagar-lhe, com insistência, pelo discurso de recepção. O senador, às vóltas com a crise política nacional, cada vez mais grave, respondeu que o escreveria quando Rosa lhe comunicasse a data da posse. “– Não posso, Afonso, porque eu morro.” Impressionado com o estado de espírito do amigo, Afonso lhe ponderou (deve ter sido em 1964, pouco depois da derrubada de Krushev) que, decerto, a posse de um acadêmico eleito não se revestia da mesma dramaticidade de uma reunião do Politbiurô para forçar a queda do secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética. Contudo, se a ansiedade fosse muita (Rosa sofrera crise cardíaca alguns anos antes), nada no Estatuto lhe impediria de aparecer na Academia numa quinta-feira, ler o seu discurso e se empossar. Mas Rosa rebateu: “– Não. Cordisburgo exige fardão, espada e chapéu de plumas. Mas eu morro.” E morreu três dias após a posse, em novembro de 1967.

Depois, chegou a vez de Otto Lara Resende. Éramos muito próximos desde quando, obediente às injunções da tradicional família mineira, cheguei a servir de *chaperon* ao seu namoro com a querida Helena, minha



amiga de menina, filha de Israel Pinheiro e neta de João Pinheiro. Afonso, convidado a recebê-lo, achava graça na aflição do acadêmico-eleito, que, cada vez mais ansioso à medida que se aproximava a data da posse, lhe escrevia com insistência, pedindo-lhe para não dedicar a saudação à sua pessoa, mas, em vez disso, que nela tratasse de Minas Gerais e dos mineiros. E Arinos tanto se divertia que a mencionou, ao início ao seu discurso: "Não creio que na história da Academia Brasileira haja muitos precedentes para a situação em que me encontro, neste momento que tenho a honra e a alegria de saudar-vos. Na verdade, em duas cartas prementes, concitais-me a deixar o novo acadêmico o mais possível de lado e, a pretexto dele, que não tem nenhuma importância (sic), partir para um pronunciamento; urgis que vos deixe na confortável sombra, sob o especioso pretexto de que sois asmático, e clamais não, não, não abrir uma luz em cima de vós, mas 'contribuir para um pronunciamento que, vossa pessoa à parte, possa ter sentido e atualidade'. Enleado por instâncias tão desusadas quão surpreendentes, o pobre orador se veria na contingência singularíssima de, ao receber Otto Lara Resende na Academia, não falar em Otto Lara Resende! E tão descomedido arranjo em nome de quê? Em nome de algo que denominais enigmaticamente 'o bom senso'."

Assim, sem atender às injunções de Otto, Afonso, ao recordar a "meio lendária fulguração que cerca o vosso convívio, pela invenção fuscante do vosso diálogo", descreveu a visão política do recipiendário como "conciliadora e liberal, nunca discriminadora e radical (...). A ideologia mecaniza a cultura, padroniza a iniciativa mental. Chama o fanatismo de liberdade, o nivelamento de igualdade, e a despersonalização de fraternidade. As virtudes religiosas da fé, da esperança e da caridade são emanções espirituais da natureza humana, como as ideias políticas da liberdade, da igualdade e da fraternidade são emanções naturais da consciência social. Por isto mesmo, a transformação destas ideias em fanatismo, nivelamento e despersonalização corresponde a privar o homem da sua consciência social, 'a entregá-lo, como instrumento passivo, ao anti-humano.'"

O último acadêmico mineiro a ser recebido por Afonso Arinos nesta casa foi o político e jurista Oscar Dias Correa. Deste, me lembro

desde o final dos anos quarenta, quando membro da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o vi e ouvi discursando, discutindo e disputando no tom de galo-de-briga que guardou até o fim. Ao saudá-lo, Afonso afirmou que o seu "ingresso nesta casa obedece a uma tradição que lhe vem do início da vida. Na verdade, a Academia Brasileira, por ser de letras, nunca foi exclusivamente literária. Aqui, desde logo, se seguiu o exemplo escolhido pelo nosso modelo, ou seja, a Academia Francesa. Sobre esta, um dos seus membros atuais, o duque de Castries, publicou recentemente copiosa história, com o título pouco acadêmico, mas muito francês, de *La vieille dame du Quai Conti*. Nesse estudo, o leitor brasileiro, sobretudo o acadêmico, verifica o quanto a nossa casa ( ... ) foi adquirindo, longe do exemplo modelar, uma personalidade bem definida, genuinamente brasileira. Mas inegável que, num aspeto essencial, lhe foi parelha desde o início da vida. Acolhendo, sempre, membros cujo destino transcorreu em áreas culturais, embora estranhas à atividade puramente literária, a Academia Brasileira secundou o modelo francês. Assim, podemos afirmar que a *Vieille dame du Petit Trianon*, dentro da sua sede, também historicamente francesa, seguiu o exemplo da *Vieille dame du Quai Conti*."

Devo, aqui, abrir uma exceção parcial à mineiridade, para lembrar que Afonso Arinos acolheu ainda, na Academia Brasileira, aquele a quem denominou "uma das mais lúcidas inteligências do Brasil contemporâneo, infatigável operário da cultura nacional". Fui colega de Antônio Houaiss no Itamarati, seu amigo por quarenta e cinco anos, e tive a honra de sucedê-lo nesta casa. Pude testemunhar, de perto, o labor incessante daquele gigante intelectual, do lexicógrafo incansável, a cujas enciclopédias, dicionários e vocabulários que os cultores da língua ficaram a dever-lhe se acrescenta, agora, o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que não existiria sem o seu empenho, seu esforço e seu trabalho sem tréguas, recompensado *post mortem*.

Ao eleger-se para a Academia Brasileira, o mineiro Afonso Arinos de Melo Franco fora recebido pelo pernambucano Manuel Bandeira, seu amigo fraterno. Na Academia Mineira, porém, o acolheria, mais tarde, um conterrâneo e companheiro de mocidade. Agora, neste encontro de confraternização entre as duas entidades ilustres, fui instado para que, ao

saudá-las, cuidasse de Afonso Arinos, que a ambas pertencera. O que me cria situação inédita, pois, desde que me acho nesta casa, já lá vão dez anos, nela nunca me ouvistes elogio paterno. Nem o ouvireis hoje, feito por mim. Mas recebi a incumbência de tratar do homem e sua circunstância. A circunstância era a família, em cujos exemplos e modelos se inspirou sempre. E não devo declinar a homenagem que o tem em vista, neste dia em que se cumprem dezenove anos da sua morte, pois tampouco posso ignorar o mandamento que nos prescreve honrar pai e mãe. O embaixador e acadêmico Alberto da Costa e Silva, meu contraparente, amigo e colega, no Itamarati e nesta Academia, o fez há pouco, ao guiar-nos através do belo e tocante filme documentário onde reviveu a vida e a obra do excelente poeta que foi seu pai, cujos versos Afonso recitava de cor. Sei que as palavras que vou ler adiante, mesmo oriundas da voz de terceiro, serão, decerto, atribuídas a pretensão e vaidade de minha parte. Mas, ainda assim, só o faço porque se limitam a citação de outro acadêmico mineiro. Aqui encerro, portanto, lembranças de alguns momentos que pude testemunhar, na vida desses eminentes cenáculos culturais e literários que são as duas academias, tão altamente simbolizadas por Machado de Assis e Alphonsus de Guimaraens (grande poeta católico, nume tutelar da Academia Mineira, casado com uma Alvim, parenta de Afonso Arinos). A seguir, breves excertos do discurso com que este foi saudado em 1977, de forma tão generosa e desvanecedora, na Academia Mineira de Letras, pelo acadêmico escolhido para recebê-lo.

Com a palavra, Paulo Pinheiro Chagas: “Poeta, historiador, ensaísta, sociólogo, jornalista, pensador, político, jurista, biógrafo, crítico literário, memorialista, onde o melhor Afonso Arinos? Qual o maior: o tribuno de palavra sóbria ou o escritor de palavra enxuta? (...) Acadêmico, professor de Direito, deputado, líder da oposição, senador, embaixador, chanceler, por onde passastes, ficaram as marcas de uma inteligência poderosa, sempre a serviço das ideias liberais e de sua evolução progressista. (...) Em grandes perplexidades se veria quem (...) se propusesse a estudar-vos e estacasse de súbito, ao defrontar vossas raízes ancestrais, (...) essa unidade espiritual, esse comportamento ético, esse sentido de insubmissão ao arbítrio (...). A par disso, há uma constância, um apego, uma imanência

(...): o amor e a defesa dos ideais de liberdade. (...) É um Francisco de Melo Franco, médico ilustre diplomado em Coimbra e poeta satírico, com o seu *O reino da estupidez*, e que, ainda no Setecentos, formado nas doutrinas da Enciclopédia e imbuído do pensamento de Voltaire e de Rousseau, conheceu as masmorras da Inquisição, condenado a quatro anos de prisão pelo tribunal do Santo Ofício. (...) É um Manuel de Melo Franco, médico formado em Montpellier (...). Político liberal, foi companheiro de Teófilo Otoni na Revolução de 42, com ele partilhando os cárceres de Vila Rica.” Paulo ainda lembra a Afonso “Sílvia, vossa mãe e filha de Cesário Alvim, o primeiro presidente eleito de Minas. O sangue quente dos Alvim trouxe para vossa formação mais uma forte dose de rebeldia. (...) Aí estão a dizê-lo, entre os mais próximos Melo Franco, (...) Afrânio, o grande estadista republicano, e o primeiro Afonso Arinos, glória das letras nacionais. A Revolução de 30, o mais importante movimento liberal desde a Independência, haveria de contar com os vossos, como de costume. Nela se assinalariam Afrânio e o segundo Virgílio, (...) herói sem mácula, um tanto espadachim (...), ao jeito de uma figura saída das páginas de Alexandre Dumas, e que foi o mais sugestivo líder de nossa geração. Conservo como um brasão de fidalguia política aqueles anos de nossa convivência nas refregas contra a ditadura, nos sacrifícios do *underground*, na feitura do manifesto dos mineiros, em cuja redação vós e ele tivestes a maior responsabilidade. (...) Aqui ingressando, já recoberto de honrarias, quisestes reviver o vínculo com a gente mineira. Renovais, desse modo, o gesto de Afrânio de Melo Franco. Nas eleições de 34, quando lutávamos contra a ditadura, Afrânio fez questão fechada de candidatar-se, não à Câmara dos Deputados, mas à segunda Constituinte mineira, num regresso a seus começos, ao jeito da águia que, após sobrevoar o mundo, volta à velha árvore em que se emplumara. (...) De resto, não sei de outra família tão voltada para os temas e os assuntos de Minas como a vossa, centro de cultura, onde a primeira preocupação foram sempre os destinos da coisa pública. (...) No vosso caso pessoal, há ainda que levar em conta, como motivo perene de inspiração, a vossa Anah, musa e companheira, com sua linhagem engastada no avô Rodrigues Alves, a maior figura da primeira República.

(...) Como conciliar esse Afonso Arinos, líder da oposição, aguerrido, cáustico e veemente, com aquele outro, inteiramente voltado para as leituras, tranquilo e pensativo, a escrever poesias e ensaios, estudos de sociologia e história, biografias e memórias, teses jurídicas e temas de arte?" E aqui, Pinheiro Chagas reiterou a comparação que mais agradava a Afonso Arinos: "Cuido em que sois, na República, o que foi Joaquim Nabuco no Império. Em ambos, o mesmo amor das letras, a mesma postura histórica, o mesmo sentimento de solidariedade humana, a mesma eloquência posta a serviço da liberdade e da democracia. Nabuco se toma campeão do Abolicionismo, e vós fizestes a lei, hoje incorporada à Constituição, que traz o vosso nome, contra a discriminação de raça ou de cor. Ambos escrevem a biografia do pai, obras que se tornam clássicas porque resumem a história de uma época: Nabuco com *Um estadista do Império*, e vós com *Um estadista da República*. (...) Pronto no revide, (...) dissestes com a galhardia dos antigos capitães: 'Não sou navio mercante, mas vaso de guerra. Não permito abordagem, não peço auxílio, e afundo disparando com todos os meus canhões. (...) Recentemente, tivestes a oportunidade de afirmar: 'Nunca mais será possível erradicar da consciência coletiva de povos como o brasileiro, econômica e socialmente em desenvolvimento, mas plenamente desenvolvido quanto à herança cultural cristã, a segurança instintiva de que o desenvolvimento econômico e o progresso social só se justificam historicamente como base e garantia dos direitos humanos. Sem eles, ordem é tirania, e desenvolvimento, privilégio. Jurista emérito, tendes sido de uma obstinação exemplar na defesa dos direitos fundamentais do homem ( ... ). Insistindo em lembrar que a democracia se define pela legitimidade e pela temporariedade do poder – ali suas fontes, aqui sua transitoriedade – vossa obra sugere um mar de indagações."



## ESCOLA MINEIRA\*

*Domício Proença Filho\*\**

### A ABL, A ACADEMIA MINEIRA E SEUS PATRONOS ÁRCADES

Comemorar é, etimologicamente, lembrar junto, significado a que se acrescentou a dimensão conotativa da celebração.

Cabe-me, nesta festiva comemoração do centenário da Academia Mineira de Letras, trazer à memória, por sugestão do Presidente Cícero Sandroni – que me sabe amador exacerbado das coisas de Minas Gerais –, o legado dos poetas árcades escolhidos como patronos comuns às duas Casas, a Brasileira e a de Minas. São eles Cláudio Manuel da Costa, Santa Rita Durão, Tomás Antônio Gonzaga, Silva Alvarenga e Basílio da Gama. Aproximações.

A identificação telúrica que os caracteriza é tal, que a tradição historiográfica se habituou a considerá-los, no âmbito dos estudos literários, como integrantes da chamada Escola Mineira.

A expressão, tradicionalmente consagrada por inúmeros manuais de literatura, foi, na verdade, cunhada, no século XIX, por Sílvio Romero, para identificar em bloco o conjunto dos escritores integrado pelos cinco poetas citados, por Alvarenga Peixoto e ainda, na condição de epígono, Domingos Caldas Barbosa. No fundamento da proposta, o fato de serem autores próximos no tempo e com espaço comum: as obras que os imortalizam foram dadas a público entre 1770 e 1800 e eles nasceram ou

\* Sessão de homenagem ao Centenário da Academia Mineira de Letras em 27 de agosto de 2009.

\*\* Professor, pesquisador. Da Academia Brasileira de Letras.

viveram em Minas Gerais. Tais escritores, entretanto, não constituíram um grupo. Cláudio, Gonzaga e Alvarenga Peixoto conviveram em Vila Rica apenas de 1782 a 1789, período de deflagração e aborto do movimento da conhecida conjuração. Basílio esteve mais na Europa. Santa Rita Durão saiu do Brasil ainda criança. Silva Alvarenga radicou-se no Rio de Janeiro. E Caldas Barbosa também sediou-se nas terras cariocas de seu nascimento.

Considerá-los em conjunto, para além da designação, justifica-se, por outro lado, por força dos aspectos comuns que lhes marcam os textos literários, traços peculiares ao arcadismo, estilo epocal então vigente, entendido o termo em dupla dimensão: vinculado à convenção pastoral que evoca e às características do iluminismo.

Associam-se, deste modo, à assunção poética do bucolismo – exaltação da vida campesina simples, mas sem rusticidade, com suas paisagens, suas pastoras, o gado; ao culto das normas ditadas pela Antiguidade clássica, presentes nas artes poéticas e nos manuais da época, a preconizar o retorno ao equilíbrio e à simplicidade dos modelos greco-romanos, diretamente ou a partir dos renascentistas.

O arcadismo que suas obras evidenciam, entretanto, traz a marca da peculiaridade: não tem o rigor que o caracteriza nas norteadoras plagas europeias. A poesia que realizam reveste-se também de marcas do rococó e do pré-romantismo; matiza-se de sentimentalismo e de aspectos nativistas; revela momentos de inspiração para além das camisas de força dos princípios literários clássicos.

A obra do rico advogado, minerador, fazendeiro e criador de gado bovino Cláudio Manuel da Costa, natural de Mariana, começa carregada de torneios e chavões barrocos. A modelização árcade evidencia-se marcante nas suas *Obras poéticas*. Ao final tende para preocupações ilustradas com problemas sociais e concretos. Ao longo dos vários livros que publicou, perpassa a presença nativista, indicadora de sentimento autonômico em relação à literatura brasileira.

Na linguagem, cultiva, com rara eficiência, a écloga, modalidade de literatura pastoril, quase sempre dialogada, o epicédio e a epístola. Avulta o refinamento do soneto:

Dêstes penhascos fez a natureza  
O berço em que nasci: Oh! Quem cuidara  
Que entre penhas tão duras se criara  
Uma alma terna, um peito sem dureza!

Amor, que vence os tigres, por empresa  
Tomou logo render-me; ele declara  
Contra o meu coração guerra tão rara,  
Que não me foi bastante a fortaleza.

Por mais que eu mesmo conhecesse o dano,  
A que dava ocasião minha brandura,  
Nunca pude fugir ao cego engano:

Vós que ostentais a condição mais dura,  
Temei penhas, temei, que Amor tirano,  
Onde há mais resistência, mais se apura.

(COSTA, Cláudio Manuel da. *Obras*. In: Proença Filho, Domício org. *A poesia dos Inconfidentes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. p. 95.)

Cláudio deixou também, em publicação póstuma, o poema épico *Vila-Rica*, carregado de brasilidade, e é autor da “epístola” que abre as *Cartas Chilenas*, a ele atribuída e posta em circulação em manuscrito de 1778. Trata-se de um dos mais importantes poetas da literatura do Brasil.

Tomás Antonio Gonzaga nasce no Porto. De pai brasileiro e mãe portuguesa. Vem para o Brasil aos oito anos. Aos dezesseis, vai para Coimbra. Bacharela-se em 1768. É juiz de fora em Beja. Em 1779, instala-se em Vila-Rica, como ouvidor e procurador dos defuntos e ausentes. Com administração tumultuada com o governador Luís da Cunha Menezes. E onde é amigo e discípulo de Cláudio Manuel da Costa.

E convive novamente com seu primo e contemporâneo de universidade, Alvarenga Peixoto. Vive, quarentão, sua paixão e noivado com Maria Doroteia Joaquina de Seixas, a Marília, de sua inspiração de poeta, jovem de 16 anos, sob forte oposição da família, uma das mais conceituadas da cidade. É nomeado desembargador da Relação na Bahia, mas permanece em Vila Rica. O fracasso da conjuração de Minas fratura seus planos e projetos. Leva-o ao degredo, em Moçambique. Ali, único advogado habilitado, logo se torna procurador da Coroa e da Fazenda e casa-se com uma senhora de "muita fortuna e poucas letras". Esgotado o tempo do desterro, prefere permanecer na África, nomeado então juiz da Alfândega.

Se se frustrou a paixão pela menina-moça, dela emergiu Marília, Marília de Dirceu, para além, muito além de Maria Joaquina Doroteia. Essa Marília, eternizada em poesia. Marília louramente clássica, na estrofe descritiva da Lira I da primeira parte do livro: "Os teus olhos espalham luz divina/ A quem a luz do sol em vão se atreve;/papoila ou rosa delicada e fina/Te cobre as faces, que são cor da neve./ Os teus cabelos são um fio d'ouro;/ teu lindo corpo bálsamos vapora./ Ah! não, não fez o Céu, gentil Pastora, para Glória de amor igual Tesouro." (GONZAGA, Tomás Antônio. *Marília de Dirceu*. In: PROENÇA FILHO, Domício. Op. cit. p. 574)

Marília, brasileira morenizada, que a poesia permite tais fazeres, na lira XXXVII da parte segunda: Toma de Minas a estrada/na Igreja Nova, que fica/Ao direito lado, e segue / Semp're firme a Vila-Rica./Entra nesta grande terra,/Passa uma formosa ponte,/ Passa a segunda, a terceira/ tem um palácio defronte./ Ela tem ao pé da porta/ Uma rasgada janela, /É da sala, aonde assiste/A minha Marília bela./Para bem a conheceres, /Eu te dou os sinais todos/do seu gesto, do seu talhe,/ das suas feições e modos./O seu semblante é redondo,/sobrancelhas arqueadas,/Negros e finos cabelos/Carnes de neve formadas./ A boca risonha e breve,/Suas faces cor-de-rosa,/ Numa palavra: a que vires /Entre todas mais formosa." (GONZAGA, Tomás Antônio. *Marília de Dirceu*, 2 parte, In: PROENÇA FILHO, Domício., org. Op. cit. p. 675-76)

Não é sem razão que o livro, composto de três partes, esgotou dezenas de edições desde o seu lançamento, e permanece.

Depreende-se dos versos, mais do que a exaltação da amada, o percurso de uma personalidade autocenterada. O eu lírico que se explicita, autoanalisa-se e exalta, à luz dos valores burgueses do tempo, as maravilhas do sentimento amoroso, a vida conjugal sem deslizos, bafejada pela felicidade; o percurso dos seus percalços existenciais. Ao fundo, a valorização arcádica da realidade rural brasileira configurada. Na primeira parte da obra, como assinalou J. Guilherme Merquior, predominam as convenções do arcadismo e, em várias passagens, a graciosidade do rococó, como o tratamento intimista e a valorização do prazer.

Gonzaga nos legou também a sátira das *Cartas Chilenas*, feitas de treze epístolas assinadas por Critilo e enviadas do "Chile" para seu amigo Doroteu. Relatam, na verdade, desmandos e diatribes do governador de Minas, Luís da Cunha Meneses, no texto identificado como o Fanfarrão Minésio. A linguagem é direta e coloquial, espontânea e viva.

O desembargador Gonzaga deixou ainda, entre outras obras, um *Tratado de direito natural*, tese com que pretendia prestar concurso na Universidade de Coimbra.

Manuel Inácio da Silva Alvarenga é natural de Ouro Preto. Mulato, filho de músico pobre. Estuda no Rio de Janeiro e depois em Coimbra, onde se torna amigo de Basílio da Gama. De volta à capital carioca, exerce advocacia e é professor de retórica. É preso em 1794, acusado de conspiração contra a religião e o governo. Principalmente em função de suas ideias progressistas e de sua ativa participação na Sociedade Literária por ele fundada e da qual é o principal membro. A liberdade vem, três anos depois.

É autor de 59 rondós e dos 57 madrigais que compõem *Glaura*, livro de 1799. Escreveu também poemas didáticos, acentuadamente neoclássicos.

As marcas de evidência em sua poesia são a tendência ao didatismo, certo tom sentimental, já antecipador de aspectos românticos, alguma sensualidade nas imagens. Duas passagens de rondós, a título de exemplo:

Do rondó III:

Cajueiro desgraçado  
A que Fado te entregaste,  
Pois brotaste em terra dura  
Sem cultura e sem senhor!

Do rondó X

Glaura! Glaura! Não respondes?  
E te escondes nestas brenhas?  
Dou às penhas meu lamento:  
Ó tormento sem igual!

Ao Amor cruel e esquivo  
Entreguei minha esperança,  
Que me pinta na lembrança  
Mais ativo e fero mal.

Não verás em peito amante  
Coração de mais ternura;  
Nem que guarde fé mais pura,  
Mais constante e mais leal.

(ALVARENGA, Manuel Inácio da Silva. *Glaura*. In: PROENÇA FILHO, Domício, org. Roteiro da poesia brasileira. Arcadismo. São Paulo: Global, 2006. p. 98 e 102)

Avulta na produção de José Basílio da Gama, nascido em São José del-Rei, atual Tiradentes, o poema épico *O Uruguai*. Publicado um ano depois das *Obras* de Cláudio Manuel da Costa.

A ação centraliza-se na expedição que Portugal e Espanha organizam, em 1756, para expulsar as Missões Jesuíticas instaladas no rio Grande do Sul, em cumprimento do Tratado de Madri, redefinidor dos

limites possessórios de um e de outro reino. No propósito, o elogio de Pombal contra os jesuítas, no poema os grandes algozes. Na leitura percuciente de Antonio Candido, um jesuíta sobretudo abstrato, como revelam as notas que acompanham o texto, verdadeiro e esclarecedor suplemento em prosa. Em destaque o índio do Brasil, simpaticamente retratado, mas figuração literária de rusticidade, deseroicizado, pastorizado, arcadizado, sentimentalizado. Longe ainda da idealização romântica. Mesmo assim, relevante, por sua configuração como presença na literatura e integração no imaginário brasileiro. Um poema épico singular, por despojado da exaltação idealizada do heroísmo. Ao fundo, iluminado pelos princípios arcades, o confronto entre natureza e civilização. Na linguagem, o domínio do verso branco, ao tempo valorizado e o distanciamento de Camões, como modelo. Vale destacar ainda *Quitúbia*, obra composta de 168 versos hendecassílabos, pareados em sequência única, escrito em 1791, o primeiro texto que celebra, na literatura brasileira, o negro africano.

Uma passagem do primeiro livro, centrada na morte de Lindoia, a índia, que o irmão Caitutu em vão tentara evitar com a seta do seu arco:

Leva nos braços a infeliz Lindoia  
O desgraçado irmão, que ao despertá-la  
Conhece – com que dor! – no frio rosto  
Os sinais do veneno, e vê ferido  
Pelo dente sutil o brando peito.  
Os olhos, em que o amor reinava um dia,  
Cheios de morte: e muda aquela língua,  
Que ao surdo vento e aos ecos tantas vezes  
Contou a larga história de seus males.

Nos olhos Caitutu não sofre o pranto,  
E rompe em profundíssimos suspiros,  
Lendo na testa da fronteira gruta  
De sua mão já trêmula gravado  
O alheio crime, a voluntária morte,

E por todas as partes repetido  
 O suspirado nome de Cacambo.  
 Inda conserva o pálido semblante  
 Um não sei quê de magoado e triste,  
 Que os corações mais duros enternece.  
 Tanto era bela no seu rosto a morte!

(GAMA, José Basílio da. *O Uruguai*. In: PROENÇA FILHO, Domício, org. Op. Cit.p.124-25)

O mineiro de Cata Preta, Frei José de Santa Rita Durão, sacerdote da Ordem de Santo Agostinho, ganha presença em Portugal como pregador e teólogo. Envolvimento no conflito entre o Marquês de Pombal e os jesuítas leva-o a abandonar o território lusitano e a seguir para a Itália, onde fica durante 22 anos. Retorna, ao tempo de D. Maria I, e assume a regência de teologia na Universidade de Coimbra. Destaca-se na sua produção o longo poema épico *Caramuru*, centrado no descobrimento da Bahia, publicado em 1781.

O texto foi ditado a José Agostinho de Macedo, no convento da Graça, em Lisboa. Composto na esteira da influência da leitura de *O Uruguai*, mas literariamente contraposto à proposta de Basílio da Gama. Um poema criado a partir de informações livrescas sobre a realidade brasileira de que trata, cujas fontes são indicadas nos prefácios e nas notas. No núcleo, as ações e vicissitudes de Diogo Álvares Correia. O propósito: escrever uma *Brasilíada*. A exemplo de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, tomado como modelo. A ação centralizadora: as andanças de Diogo Álvares no Brasil, em meados do século XVI e sua missão catequética: cristianizar o gentio. No desenvolvimento, inúmeros episódios da história do Brasil, os ritos, as tradições dos índios, a política colonial, a justificativa da missão civilizadora dos homens brancos. No maravilhoso, a visão católica do mundo. Ao longo da narrativa, que associa realidade e imaginário, a exaltação da Companhia de Jesus, a tentativa de compreender a naturalidade e os costumes dos silvícolas. Na linguagem, a concisão, de par com instâncias de prolixidade, em estrofes camonianas,

em oitava real. De passagem, presenças barrocas. Antológica, a descrição da morte de Moema.

Em conclusão: nas obras desses árcades sem Arcádia, que não a houve no Brasil, começa a ganhar literariamente vulto a realidade cultural brasileira em construção: no abasileiramento da paisagem peculiar ao Arcadismo europeu; na tematização de matéria já autóctone na sociedade emergente na Colônia; na humanização do indígena, que, logo idealizado, ganhará amplas dimensões simbólicas; no destaque valorizado da figura feminina; na caracterização da ironia satirizante a que se dá continuidade no processo literário brasileiro em formação; na criação de ritmos poéticos brasileiroamente langorosos; na captação artística da sensibilidade que nos peculiariza; nas contribuições fundadoras da arte literária no Brasil.

Bem houveram as duas centenárias academias ao entronizá-los na galeria dos seus patronos. Que esta breve lembrança dos seus feitos agregue-se às homenagens da Casa de Machado aos cem anos da mineira Casa da Memória.

Mais não me permitem dizer o tempo e a circunstância.



## ACADEMIAS: VOCAÇÃO PARA O ETERNO\*

*Murilo Badaró\*\**

Na Capela Real de Lisboa, no ano de 1650, o Padre Antônio Vieira pronunciou o Sermão da Primeira Dominga do Advento, por todos considerado dos mais altos momentos da eloquência vieiriana. Na famosa prédica, o imortal pregador comentava que “quando ofereceram as mitras a varões santos e sisudos eles não quiseram subir à alteza da dignidade, porque reconheceram a do precipício”. (Padre Antônio Vieira, vol. I, pág. 48).

O que Vieira quis dizer é que toda altura é um precipício. Subir a esta tribuna é ficar na beirada dele, risco que me levou a buscar, com cuidados especiais, a palavra certa para nele não me despenhar, especialmente agora, quando as circunstâncias e o dever de gratidão me impuseram este lugar de honra, para tornar público o penhorado agradecimento da Academia Mineira de Letras por esta imorredoura homenagem que prestam a ela neste dia inesquecível.

A Academia Brasileira de Letras, verdadeiro milagre de continuidade, é a última instância da inteligência no Brasil. Aqui se “vê claro e quieto”, como dizia Machado de Assis.

\* Pronunciamento feito na homenagem que a Academia Brasileira de Letras prestou à Academia Mineira de Letras no ano de seu centenário, no dia 27 de agosto de 2009.

\*\* Escritor e homem público, presidente da Academia Mineira de Letras, autor entre outros livros de: *Do Jequitinhonha ao Tennessee, Reforma e Revolução, Memorial Político, Alma de Minas, O Bombardino, Vigésimo Mandamento, Floresta de Símbolos, Rondó Solitário (crônicas), José Maria Alkmim, Milton Campos, Gustavo Capanema (biografias), Memórias Póstumas de Francisco Badaró.*



É uma casa da palavra, da palavra reproduzida no verbo e no *logos*. Era natural a recomendação para que me vestisse com a túnica da prudência mineira: cuidado com as palavras ao falar perante o egrégio tribunal superior brasileiro no domínio do verbo e das letras.

Apresentando o livro *Discursos Acadêmicos de Josué Montello*, o eminente jurista e escritor Alberto Venâncio Filho fala dos discursos aqui proferidos como dos aspectos mais relevantes da atividade acadêmica. Comenta sobre pronunciamentos curtos e longos na vida da entidade para registrar curiosa crônica a respeito de um bilhete encontrado pelo zelador, que avisava: "Ir à Academia é desdita que atenta contra a existência: um morto se ressuscita, mas morre toda a assistência". Deste susto, asseguro-lhes, estarão todos livres.

Andei à procura de palavras de mineiros que atingiram a glória de ter assento neste sodalício, que me ajudassem a superar a natural emoção do exórdio e dessem tranquilidade para prosseguir.

Encontrei-as em Guimarães Rosa e Afonso Arinos.

Ao receber o autor de *Sagarana*, falando na noite memorável da posse de Guimarães Rosa, o notável mineiro de Paracatu assinalou que "a palavra é ocupante perene de vossas cadeiras". Eis por que me cerquei de todas as cautelas na elaboração desta breve alocução, para a qual captei no personagem rosiano a confortável advertência para quantos nos honram com sua atenção: durará um "instantezinho" a travessia do discurso, diferentemente daquela travessia de Riobaldo, pois nesta o real está na partida, no meio e na chegada pelo simples fato de que representa o mais profundo sentimento de gratidão por esta consagradora deferência prestada à Academia Mineira de Letras.

Peço licença para usar, justapostas a este momento, as palavras iniciais do acadêmico mineiro José Murilo de Carvalho em seu belo discurso de posse:

"Mil mineiros não causam o incômodo de dez cearenses", escreveu Rachel de Queiroz em *100 Crônicas Escolhidas*. Ela não estendeu a comparação a outros brasileiros. Não serei eu quem vá cometer a imprudência de o fazer, sobretudo quando vejo à minha frente o pernambucanismo aguerrido de Marcos Vilaça. Cito a frase apenas para tranquilizar os ouvintes com relação à duração".

Cultora assídua e permanente do belo, nada há de estranhável ou surpreendente neste nobre gesto de delicadeza e cortesia diplomática da Academia Brasileira de Letras com que honra e dignifica a Casa de Alphonsus de Guimaraens e de Vivaldi Moreira. Ao contrário, está na linha da mais conspícua tradição deste silogeu.

Quando, no dia 20 de julho de 1897, Machado de Assis proferiu as palavras de inauguração, elas se espalharam pelo país como um beatífico vendaval a despertar vontades e inteligência na imitação do modelo.

Em Juiz de Fora, cidade que se tornou famosa pelo espírito pioneiro e empreendedor, abrindo picadas para o desenvolvimento logo nos alvares do século XX com a criação da primeira escola superior de comércio no Brasil, da primeira geradora de energia elétrica e inúmeros outros cometimentos, marcas de sua incoercível vocação para o progresso, um grupo de 12 homens, verdadeiros apóstolos da cultura, sob a liderança do jornalista Machado Sobrinho e do qual faziam parte Eduardo Meneses, Heitor Guimarães, Brant Horta, Amanajós de Araújo, José Rangel, Lindolfo Gomes, Belmiro Braga, Albino Esteves, Francisco Lins, Luiz de Oliveira e Dilermando Cruz, fundam a Academia Mineira de Letras na sessão solene inaugural do dia 25 de dezembro de 1909, sob o comando do presidente da Câmara Municipal, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

Escolheram depois outras ilustres personalidades para compor o número clássico dos quarenta, dando assim início a uma jornada que agora no ano de 2009 completa 100 anos, para consagração histórica daquela cidade da Zona da Mata mineira, que tantas celebridades do mundo intelectual deu ao Brasil nas figuras de Belmiro Braga, Murilo Mendes, Pedro Nava, Rachel Jardim e muitos outros que hoje reverenciamos por serem credores desta homenagem.

Batizaram-na de Academia Mineira de Letras, quando o natural seria simplesmente Academia Juizforana de Letras, sinal da larga visão de seus fundadores pela perspectiva histórico-geográfica da inevitabilidade de sua absorção pela incipiente capital de Minas, para onde seria transferida no ano de 1915, dando prosseguimento na senda idealizada pelos pioneiros para se constituir no centro de gravidade da cultura e das letras mineiras.

Aderiram a ela o que de mais fulgurante na literatura e nas artes havia nos limites geográficos da província, como Bernardo Guimarães e aquele que se consagrou como o maior poeta simbolista brasileiro, erigido como patrono da homenageada desta noite, Alphonsus de Guimaraens.

Bernardo Guimarães logo mereceu o patronato da cadeira número 15 deste ateneu e com o decorrer do tempo outros imortais da Academia Mineira foram galgando os degraus da glória acadêmica ao penetrar os umbrais desta augusta Instituição.

Alguns intelectuais de Minas, não mais entre nós, que pertenceram à Academia Mineira de Letras foram contemplados com a “glória que fica, eleva, honra e consola”, como tão bem definiram este privilégio as palavras machadianas. Impõe-me o dever proclamar seus nomes:

Afonso Pena Júnior – cadeira 40 na AML e cadeira 7 na ABL

Augusto de Lima – Presidente de honra da AML e cadeira 12 na ABL

Abgar Renault – cadeira 17 da AML e cadeira 12 da ABL

Cyro dos Anjos – cadeira 1 da AML e cadeira 24 da ABL

Afonso Arinos – cadeira 34 da AML e 25 da ABL

Oscar Dias Correia – cadeira 3 da AML e 28 da ABL

Dos 276 brasileiros, da mais extensa e diversa procedência, que mereceram o galardão da imortalidade acadêmica, desde a fundação em 1897, 23 deles são nascidos nas terras de Minas Gerais.

Atualmente, compõem a fisionomia humana e intelectual da Casa de Machado de Assis os mineiros Antônio Olinto, Afonso Arinos Filho, Ivo Pitanguy, José Murilo de Carvalho e Sábato Magaldi.

Incorporados à nossa saudade, já partiram para a mansão dos mortos João Guimarães Rosa, Mário Palmério, Afonso Celso, Dom Silvério Gomes Pimenta, Dom Marcos Barbosa, Dom Lucas Moreira Neves, Santos Dumont, Otto Lara Resende, Lafaiete Rodrigues Pereira, Darcy Ribeiro, Celso Cunha, Geraldo França de Lima, cujos nomes pronunciamos com respeitosa reverência.

Agrada-me muito assinalar ainda, com enorme prazer, que o ilustre presidente Cícero Sandroni, mesmo tendo nascido em São Paulo, tem profun-

das raízes em Minas Gerais, precisamente na cidade sul-mineira de Guaxupé, onde nasceram seus pais Ranieri Sandroni e Alzira Ribeiro Sandroni.

Se não é mineiro de nascimento, o é de coração e de estilo de ser, de pensar e de agir. Magnífica espécie de homem e intelectual.

Aproveito a oportunidade para renovar ao ilustre presidente os penhorados agradecimentos da Academia Mineira de Letras e de seus componentes pela decisão de homenagear a Casa de Alphonsus de Guimaraens ao ensejo de seu Centenário, deferência que, naturalmente, teve como objetivo final dar relevo nacional à inteligência e à cultura de Minas.

Sras. e Srs.

Srs. Acadêmicos

A trajetória da Academia Mineira de Letras confunde-se com a história de Minas e creio não pecar por demasia de pretensão ao afirmar que onde ela está, Minas estará sempre presente.

Somos a consciência mineira, refletida nos homens e mulheres ilustres que nela tiveram assento, expressa nas obras meritórias da cidadania e da política, condensada nos versos de seus poemas, nos romances e ensaios descobridores da essência da alma daquele povo nascido entre cones de hematita e sempre capaz de sonhar buscando lenir as dores do mundo, que “não diz nem a si mesmo o irrevelável segredo chamado Minas”.

Mesmo tendo apenas duas mãos e o sentimento do mundo, como cantou Drummond, mineiros encontram em sua Academia o repositório de suas tradições mais caras, o relicário mais nobre das inspirações cívicas que sempre colocaram Minas à frente das revoluções pela liberdade.

Minas Gerais é uma espécie de Observatório de Greenwich, pois sempre deu todas as horas do Brasil. Por ela passam os meridianos e paralelos da ordem, da qual sempre tivemos o senso grave, como falou João Pinheiro.

Sou pessoalmente encantado com a poesia de Lêdo Ivo, este inspirado vate que pereniza todos os momentos em seus versos. Em um de seus poemas, ele pergunta: “Isto será a eternidade, um incessante subir

de escadas?” bradando a seguir a pergunta quase blasfema: “Deus, por que fizeste a eternidade? Porque nos obriga a subir tantas escadas?”.

Quem pertence a uma Academia de Letras, como a Mineira, que tem como lema *scribendi nullus finis*, pode oferecer resposta à patética indagação do bardo imortal de Alagoas, proclamando que as escadas que Deus colocou à nossa frente foram postas para que nos aproximemos da claridade das estrelas e possamos ver o céu de mais perto.

E quando brota de sua inspiração inesgotável aquele verso belo e pessimista de que “o dia mais longo do homem dura menos que um relâmpago”, esta solenidade é perfeita contradita pela perpetuação na memória de todos deste longo dia que se incorpora ao nosso patrimônio afetivo. Nosso tempo de hoje dura uma eternidade. É como no verso sublime de Drummond: “E como ficou chato ser moderno, agora serei eterno”.

Devo encerrar, não obstante a tentação de ir mais longe tal a excitação dos temas que nos são sugeridos nesta tarde-noite. Forcejo por impedir desperte a alma política que procuro, à força, domesticar dentro do peito.

Deus, afasta de mim este cálice.

Drummond poetou: “Este é tempo partido, tempo de homens partidos”. O poeta já havia sentido a destempo a encruzilhada de incertezas que a todos domina nos dias de hoje

Foi por isto que Machado de Assis espancou desde logo dúvidas quanto à pureza da destinação das Academias, longe do pugilato das ruas com a recomendação de “ser entusiasta para o gênio, cordial para o talento, desdenhosa para a nulidade, justiceira sempre, tudo isso com aquelas meias-tintas tão necessárias aos melhores efeitos da pintura”.

Nascidas para serem como o mar, que não se destrói com nenhuma tempestade, as Academias têm a vocação para o eterno, tal e qual aquelas catedrais antigas com suas torres voltadas para o alto.

Catedral da cultura brasileira, perenizando todos os momentos, mantendo a palavra como archote iluminando os caminhos que desbravam os mistérios das letras e das artes, prestamos reverentes nossos agradecimentos à Academia Brasileira de Letras e a quantos aqui vieram prestigiar com sua presença esta noite deslumbrante.

## A MEMÓRIA DE MINAS\*

Deputado Alberto Pinto Coelho

Quando, em 1635, Richelieu criou a Academia Francesa, reunindo quarenta sábios versados em diversos assuntos relativos ao idioma francês, refletia as mesmas ideias iluministas que buscariam, através de um grande livro coletivo, reunir todo o conhecimento humano, vindo daí a criação, por Diderot, da *Enciclopédia*.

Inspirou-se, ao oficializar o conhecimento e o idioma da França, no *akademos*, jardim da Grécia antiga, onde Platão ensinava filosofia aos seus alunos, dando à sua aprazível escola o nome de Academia.

As Academias modernas se espalharam pelo mundo, sempre voltadas à celebração do idioma e da cultura de cada país. Foram-se especializando, consagrando-se cada uma a um ramo específico de conhecimento.

Machado de Assis, no início da República, foi fundador e primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras, com a finalidade de, em suas próprias palavras, “conservar, no meio da federação política, a unidade literária”.

Já era, então, missão dos acadêmicos a preservação da memória cultural de cada povo, uma vez que não só a unidade, mas também a própria identidade nacional realiza-se através da memória coletiva.

Não por acaso, a musa que preside a inspiração poética é Mnemósina, a própria memória. A literatura teria surgido com a função de preservar a

\* Pronunciamento do presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, na reunião especial em comemoração do centenário da Academia Mineira de Letras em 19 de outubro de 2009.

memória dos heróis, aqueles que deram coesão e sentido à história de cada povo. Assim, Homero celebrou os gregos, unidos para combater Troia, nos versos da *Ilíada*. Na *Odisseia* cantou as aventuras de Ulisses, o marinheiro que simboliza toda uma civilização náutica.

Cada língua que se constituía no ocidente, desvinculando-se do latim imposto pelo império romano ou dos bárbaros idiomas germânicos, fixou-se por meio de uma obra literária. Ali estavam a imaginação e o talento criativo celebrando um idioma nascente, festejando os heróis e os sentimentos comuns que provocavam a altivez e o brio de cada nação.

O florentino Dante, recorrendo ao poeta latino Virgílio, seu guia na exploração do inferno e do purgatório que antecede sua visita ao paraíso na *Divina Comédia*, inaugura, pela palavra escrita, o idioma italiano.

Camões, no seu épico *Os lusíadas*, dá forma própria à nossa língua portuguesa com a narrativa da viagem ao oriente de Vasco da Gama, herói luso, que, como Ulisses, rememora a vocação marítima de um povo.

Teve o Brasil a sorte ímpar de ter como mentor de nossa Academia nacional aquele que era até então e indiscutivelmente nosso maior romancista, levando seu prestígio incontestável à nascente instituição.

No entanto, nossa primeira Academia existiu informalmente muito antes de Machado de Assis fundar a famosa Casa no Rio de Janeiro, que atrairia nomes importantes da ficção, da lírica e da crítica nacionais.

Ela aconteceu aqui em Minas, reunindo poetas como Gonzaga, Cláudio Manuel, Alvarenga Peixoto. Foram esses homens de letras que moldaram, a partir de Vila Rica, a essência de nossa nacionalidade. Criaram, além de poemas inesquecíveis, também a bandeira mineira e nela cunharam o nome de nosso símbolo mais caro, a liberdade.

A memória de Minas fixa-se, hoje, nas páginas intemporais de seus autores, seja nas confidências poéticas do itabirano Drummond, reconhecendo o minério de ferro entranhado em nossa alma, ou no sertão crivado de veredas, tão regional e tão universal na prosa de Guimarães Rosa.

É mineiro o memorialista maior das letras brasileiras. Nascido em Juiz de Fora, Pedro Nava fez, em sua alentada obra, a evocação definitiva de Belo Horizonte durante a eclosão do modernismo.

A hoje centenária Academia Mineira de Letras também nasceu em Juiz de Fora e veio se fixar em Belo Horizonte, na emblemática Rua da Bahia, a rua que, tradicionalmente, melhor representa nossas artes e nossa história.

Por obra do saudoso Vivaldi Moreira ocupa duas belas casas que confrontam amorosamente dois tipos de arquitetura: a primeira representa o ecletismo dos anos iniciais da cidade, a segunda é fruto do pós-modernismo arrojado e ao mesmo tempo capaz de estabelecer um diálogo inteligente com o passado.

Quantos nomes verdadeiramente imortais de nossas letras passaram por nossa academia: Cyro dos Anjos, Eduardo Frieiro, Abgar Renault e, precursora do reconhecimento ao talento feminino, Henriqueta Lisboa, uma das mais poderosas vozes poéticas da história literária deste país.

Neste centenário, é presidida por Murilo Badaró, exemplo de político e intelectual, nascido na histórica Minas Novas, e que, exercendo o ofício de cronista na imprensa, tem nos brindado com suas reflexões brilhantes sobre nossa época.

Os atuais acadêmicos representam, à maneira dos fundadores da academia francesa, cada um em sua área, o amplo conhecimento que constitui a cultura mineira, ao mesmo tempo em que permanecem como os guardiões de nossa memória.

Ao festejar o centenário da Academia Mineira de Letras, esta Assembleia reconhece a enorme importância da instituição, digna de nossa reverência e admiração.



## CENTENÁRIA GUARDIÃ DAS PALAVRAS\*

*Murilo Badaró\**

Na história dos povos, estejam eles localizados em quaisquer meridianos ou paralelos, somente resistiram à voragem do tempo, insubmissas à velocidade hoje em escala nunca dantes imaginada dos avanços tecnológicos e do conhecimento, as construções nascidas do ideal e do espírito.

Cada nova geração imprime à sua época as marcas de sua criatividade, os estigmas de seu sofrimento, as dores do constante parto pelo avanço do progresso, as cicatrizes das batalhas enfrentadas.

Tudo isto se perdeu e se perderá na poeira dos séculos.

Restarão apenas, das ruínas materiais das civilizações de ontem, aquilo que foi produto do espírito humano, as instituições, os textos, as lições dos sábios e apóstolos, enfim, somente o que foi capaz de resistir à crueldade das conflagrações, dos confrontos, da barbárie, guerras e revoluções.

As realizações derivadas da técnica a própria técnica se encarrega de superar, lançando-as nos desvãos do passado como coisas imprescendíveis.

São muitos os exemplos a comprovar esta afirmação, e seria ocioso reprisá-los neste momento.

---

\* Palavras proferidas na homenagem prestada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais à Academia Mineira de Letras no dia 19 de outubro de 2009.

Alguns, apenas para dar-lhes certificado de veracidade histórica.

De Napoleão e sua gloriosa saga o mundo não perdeu jamais os rumos traçados para o direito universal com seu Código Civil.

Das batalhas que venceu, do ostracismo a que foi relegado, do progresso material que construiu para a França, a história dá apenas breves notícias, mas a marca da imortalidade somente foi carimbada no seu Código Civil, monumento imperecível do espírito humano.

Poderia citar outros na antiguidade greco-romana, mas recordei Napoleão pela sua decisão de restabelecer a Academia Francesa que a Revolução colocou em recesso depois de fundada por Richelieu em 1635, instituição que serviu de modelo para todo o mundo.

Poderia lembrar outros para indagar:

Que obra material restou para a história do governo John Kennedy, nos Estados Unidos?

Nenhuma, apenas os conceitos emitidos no famoso discurso de posse, não transformados em realidade pelo sangue da estupidez de uma tragédia que seccionou as esperanças do mundo democrático.

De Lincoln, pela mesma forma, nem mesmo suas vitórias na Guerra Civil americana superaram em importância as palavras proferidas no cemitério de Gettysburg como insumo às democracias no mundo.

Ninguém, pelo mundo afora, se recorda de uma obra material de Winston Churchill, mas jamais os povos livres se esquecerão de suas palavras ao convocar o povo inglês à resistência contra a brutalidade do nazismo, oferecendo-lhe somente sangue, suor e lágrimas.

Limitemos-nos ao Brasil.

O que restou do consulado de Juscelino Kubitschek, entre tantas benemerências que produziu, e que ganhará o timbre da imortalidade é Brasília, não pelo arrojado conjunto arquitetônico ou pela concepção urbanística moderna, mas pelo espírito de arrojo e simbolismo da capacidade de um povo de superar-se em busca da liberdade e do desenvolvimento.

Jamais o Brasil esquecerá o que se chamou "espírito de Brasília". Vargas governou com mão forte, suprimiu as liberdades, seccionou as vias democráticas, criou obras materiais para dele restarem para a história,

com marcas de imortalidade, as palavras escritas na carta-testamento depois de proclamar sua luta em favor da emancipação do povo e antes do gesto dramático e corajoso do suicídio:

"Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História".

Senhor Presidente,

Estas palavras exordiaias são para ressaltar que a Academia Mineira de Letras é uma criação do ideal e do espírito de 12 apóstolos da cultura na cidade de Juiz de Fora, resultado natural da vocação pioneira daquela vila.

É maravilhosa a crônica que registra o esforço e a dedicação daqueles precursores, comandados por Machado Sobrinho, para escrever página imortal na vida e na cultura da formosa cidade mineira.

Nada mais adequado para as comemorações do centenário da Academia Mineira de Letras, hoje honrada com a homenagem prestada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, do que colocar em evidência atos e palavras de seu fundador Antônio Vieira de Araújo Machado Sobrinho, a cujo dinamismo e inspiração Minas e Juiz de Fora devem o ato munificente de fundação e consolidação do silogeu mineiro.

Eram tão íntimas e simbióticas as relações entre Juiz de Fora e o Rio de Janeiro, capital do Império e da República, que não causaram maior surpresa e forte impacto entre os intelectuais juizforanos a fundação da Academia Brasileira de Letras e o discurso inaugural de Machado de Assis em 20 de julho de 1897, despertando nos moços da já famosa líder da Zona da Mata mineira o mesmo desejo "de conservar, no meio da federação política, a unidade literária", como assinalou em seu pronunciamento inaugural, obra para a qual são exigidas compreensão, constância, estabilidade, lineamentos básicos da missão a que se destinava a novel instituição.

Juiz de Fora, no final do século 19, exercia inequívoca posição de liderança e em sua comunidade já pontificavam inúmeras personalidades

literárias e cultores das letras e da poesia, em fervilhante atividade que se justapunha ao dinamismo criador de sua gente na construção de portentosa civilização.

A mensagem de Machado de Assis foi perfeitamente absorvida e a benfezeja inspiração que conduziu os primeiros passos do sodalício nacional de criar uma associação onde, diz o autor de *Dom Casmurro* em seu discurso inaugural, “se acolham espíritos literários com a única preocupação literária, e de onde, estendendo os olhos para todos os lados, vejam claro e quieto” e que seus homens “podem daqui escrever as páginas da história, mas a história faz-se lá fora” para que todos se ponham a exercer a “ocupação mais honrosa e útil que é trabalhar pela extensão das ideias humanas”, foi o alerta a despertar a rija têmpera de Machado Sobrinho para o desejo de criar na “Manchester Mineira” entidade que acolhesse os intelectuais ali em atividade.

Batizaram-na de Academia Mineira de Letras, quando o natural seria simplesmente Academia Juizforana de Letras, sinal da larga visão de seus fundadores pela perspectiva histórico-geográfica da inevitabilidade de sua absorção pela incipiente capital de Minas, para onde seria transferida no ano de 1915, dando prosseguimento à senda idealizada pelos pioneiros para se constituir no centro de gravidade da cultura e das letras mineiras.

Haveria de caber a Juiz de Fora o privilégio de ter fundado a Academia Mineira de Letras, consequência natural de seu pioneirismo, de sua vocação para o alto, de sua determinação para a cultura e o progresso.

Desde a segunda metade do século 19, a grande metrópole vinha experimentando intenso desenvolvimento, reflexo inicial da cafeicultura da Zona da Mata mineira e depois por força da liderança de Mariano Procópio ao iniciar a construção da primeira via de transporte rodoviário com a estrada União-Indústria, transformando-a em símbolo perfeito do pujante empreendedorismo que a cada nova geração foi-se implantando na mentalidade dos nascidos naquela cidade.

Machado Sobrinho e seus companheiros de tertúlias literárias como Belmiro Braga, Lindolfo Gomes, Brant Horta, Heitor Guimarães, Dilermando Cruz e outros, que “mantinham nos diversos gêneros literários

a magistratura das letras no mais dinâmico centro de Minas Gerais”, conforme assinalou o presidente Vivaldi Moreira em discurso proferido na sessão comemorativa do centenário de nascimento de Machado Sobrinho na Academia Juizforana de Letras, resolveram levar a cabo a nobre missão, e no dia 25 de dezembro de 1909 lançaram a fecunda e frutuosa semente.

Seu entusiasmo de líder e a força de seu ideal não se continham nos estreitos limites de seu temperamento, expandindo-se em constantes movimentações no intenso trabalho de proselitismo para agasalhar adesões que completassem o número clássico de membros, inoculando no espírito e no coração de cada um o sentido do permanente e do eterno da instituição que acabavam de criar.

Naturalmente começaram a surgir os estabelecimentos de ensino de altíssima qualidade, fazendo da cidade uma espécie de Meca da instrução, em torno da qual se agregaram inúmeros professores e intelectuais de prestígio.

Este foi o ambiente em que começou a florescer a ideia de criação de uma academia de letras, impulsionada pelo modelo surgido no Rio de Janeiro com a fundação da Academia Brasileira de Letras em 1897, sob a direção e liderança de Machado de Assis.

Foi imediato o efeito da criação do sodalício nacional, levando Machado Sobrinho a convocar o que de mais prestigioso havia entre os trabalhadores da inteligência e do saber de sua cidade:

Albino Esteves, Amanajós de Araújo, Belmiro Braga, Brant Horta, Dilermando Cruz, Francisco Lins, Heitor Guimarães, José Rangel, Lindolfo Gomes, Luís de Oliveira e Eduardo de Meneses, todos com menos de 50 anos de idade, à exceção deste último com 52.

No dia 25 de dezembro de 1909, na sala de sessões da Câmara Municipal de Juiz de Fora, foi fundada a Academia Mineira de Letras.

Naquela mesma noite foram escolhidos mais 18 nomes entre os mais expressivos valores da intelectualidade mineira, destacando-se entre eles Diogo de Vasconcelos, Nelson de Senna, Arduíno Bolívar, Carlos Góis e aquele consagrado como o maior poeta simbolista do Brasil Alphonsus de Guimaraens, mais tarde erigido em patrono da instituição.

No dia 13 de maio de 1910, no ato solene de instalação presidido pelo presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, foram eleitos mais dez acadêmicos, completando-se desta forma o tradicional número de 40, como na Academia Francesa e na recém fundada Academia Brasileira de Letras.

Este rápido esboço histórico é apenas para assinalar que a permanência da instituição que hoje é homenageada pela nobre Assembleia Legislativa de Minas tem sua razão de ser pela força do ideal e do espírito que lhe deu causa.

Para dirimir dúvidas quanto à composição das Academias, onde têm assento não apenas escritores, vale lembrar trechos de cartas que Joaquim Nabuco dirigiu a Machado de Assis.

Numa delas disse: *"Você sabe que eu penso dever a Academia ter uma esfera mais lata do que a literatura exclusivamente literária, para ter maior influência. Nós precisamos de um certo número de 'grands seigneurs' de todos os partidos"*, dizia Nabuco, para acrescentar em outra: *"A homens de letras que se prestam a formar uma academia não se pode pedir fé; só se deve esperar deles a boa-fé. A questão é se bastará para garantir a estabilidade de uma companhia exposta como esta a tantas causas de desânimo, de dispersão e de indiferentismo. Se a Academia florescer, os críticos deste fim de século terão razão em ver nisso um milagre"*.

E para honra e glória daquela geração de juizforanos e de mineiros seus seguidores, deu-se o milagre da contínua busca do eterno e da permanência pela força do ideal e do espírito, especialmente porque os antecessores souberam fazer entrar para nosso sodalício as superioridades de Minas.

Tal como as religiões, as Academias têm seus rituais, seus procedimentos, seu sacramentário, tudo envolto em certa aura de mistério, tanto mais evidente quanto mais antiga é a Instituição.

A nossa é quase centenária. Faltam-lhe apenas 66 dias para atingir uma centúria, com larga folha de serviços prestados à cultura de Minas.

Estamos aqui hoje para cumprir evento programado a requerimento do ilustre deputado Sávio Sousa Cruz, para dar maior brilho às comemora-

ções do centenário, mas igualmente para cumprir o dever de tomar público o agradecimento à Assembleia Legislativa de Minas pela aprovação do diploma legal que assegurou a doação do Palacete Borges da Costa e do imóvel vizinho, onde se situam a atual sede e o auditório Vivaldi Moreira.

Somos eternamente reconhecidos e gratos ao governador Hélio Garcia, que fez a doação do Palacete Borges da Costa, Newton Cardoso, que a convalidou enviando mensagem à Assembleia, ao presidente José Sarney que possibilitou recursos para sua recuperação, ao presidente Itamar Franco que determinou a alocação de recursos para construção do anexo e atualmente a Antônio Augusto Anastásia e a Aécio Neves, incomparáveis no prestígio e apoio a todas as iniciativas da Academia.

Sem atitudes de benemerência como essas, somadas ao idealismo e constância de muitos acadêmicos, provavelmente teríamos soçobrado em meio às tempestades no curso desta longa caminhada.

Fazemos parte de uma casa onde não habitam dissidências. Mas, por vivermos em amplo clima de liberdade, temos entre nós divergências naturais.

A única unanimidade que existe é quanto ao compromisso ético e ao dever indeclinável de zelar pela língua e a cultura do país.

Disto, jamais abriremos mão.

Há entre nós espaços sem limitações para o mais completo exercício de discordâncias.

Há os que apreciam a poesia moderna, outros a abominam para se render ao fascínio dos românticos, ao verso condoreiro de Castro Alves, seu ponto culminante.

Modernistas, parnasianos, clássicos e românticos, todos se curvam submissos às emoções cantadas pelos poetas.

Alguns são seguidores do romance moderno, enquanto a maioria entrega-se ao culto de Machado de Assis como o insuperável mestre de gerações na arte de escrever bem.

O papel das Academias, acolhendo intelectuais de todos os matizes, é ser guardiã da palavra, ousando divergir quando necessário sem dela ser escravo, mantê-la nos limites da compostura para impedir sua



degradação, o caminho mais curto da perda definitiva da identidade dos povos.

A Academia Mineira de Letras é a casa da liberdade e, em seu horizonte sem fronteiras convivem todas as tendências.

Sua trajetória confunde-se com a história de Minas e creio não pecar por demasia de pretensão ao afirmar que onde ela está Minas estará sempre presente.

Somos a consciência mineira, refletida nos homens e mulheres ilustres que nela tiveram assento, expressa nas obras meritórias da cidadania e da política, condensada nos versos de seus poemas, nos romances e ensaios descobridores da essência da alma daquele povo nascido entre cones de hematita e sempre capaz de sonhar buscando lenir as dores do mundo, que não “diz nem a si mesmo o irrevelável segredo chamado Minas”.

Mesmo tendo apenas duas mãos e o sentimento do mundo, como cantou Drummond, mineiros encontram em sua Academia o repositório de suas tradições mais caras, o relicário mais nobre das inspirações cívicas que sempre colocaram Minas à frente das revoluções pela liberdade.

Minas Gerais é uma espécie de Observatório de Greenwich, pois sempre -deu todas as horas do Brasil. Por ela passam os meridianos e paralelos da ordem, da qual sempre tivemos o senso grave, como falou João Pinheiro.

Sou pessoalmente encantado com a poesia de Lêdo Ivo, inspirado vate que pereniza todos os momentos em seus versos. Em um de seus poemas, ele pergunta: “Isto será a eternidade, um incessante subir de escadas?” bradando a seguir a pergunta quase blasfema: “Deus, porque fizestes a eternidade? Porque nos obriga a subir tantas escadas?”.

Quem pertence a uma Academia de Letras, como a Mineira, que tem como lema *scribendi nullus finis*, pode oferecer resposta à patética indagação do ‘bardo imortal de Alagoas, proclamando que as escadas que Deus colocou à nossa frente foram postas para que nos aproximemos da claridade das estrelas e possamos ver o céu de mais perto.

E quando brota de sua inspiração inesgotável aquele verso belo é pessimista de que “o dia mais longo do homem dura menos que um relâmpago”, esta solenidade é perfeita contradita pela perpetuação na

memória de todos deste longo dia que se incorpora ao nosso patrimônio afetivo. Nosso tempo de hoje dura uma eternidade. É como no verso sublime de Drummond: “E como ficou chato ser moderno. Agora serei eterno”.

Devo encerrar, não obstante a tentação de ir mais longe tal a excitação dos temas que nos são sugeridos nesta tarde-noite. Forcejo por impedir desperte a alma política que procuro, à força, domesticar dentro do peito.

Drummond poetou: “Este é tempo partido, tempo de homens partidos”. O poeta já havia sentido a destempo a encruzilhada de incertezas que a todos domina nos dias de hoje.

Foi por isto que Machado de Assis espancou desde logo dúvidas quanto à pureza da destinação das Academias, longe do pugilato das ruas com a recomendação de “ser entusiasta para o gênio, cordial para o talento, desdenhosa para a nulidade, justiceira sempre, tudo isso com aquelas meias tintas tão necessárias aos melhores efeitos da pintura”.

Nascidas para serem como o mar, que não se destrói com nenhuma tempestade, as Academias têm a vocação para o eterno, tal e qual aquelas catedrais antigas com suas torres voltadas para o alto.

Catedral da cultura mineira, perenizando todos os momentos, mantendo a palavra como archote iluminando os caminhos que desbravam os mistérios das letras e das artes, prestamos reverentes nosso agradecimentos à Assembleia Legislativa de Minas, Casa do Povo, palpitante coração da vida democrática, e a quantos aqui vieram prestigiar com sua presença esta noite deslumbrante.



## ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS: HÁ UM SÉCULO\*

*Murilo Melo Filho\*\**

Estávamos na cidade de Juiz de Fora, no dia 25 de dezembro, comemorando o Natal de 1909, há mais de cem anos, portanto, quando um grupo de jornalistas, escritores, poetas e advogados se reuniu para fundar a Academia Mineira de Letras.

Nesse tempo, Juiz de Fora era tida como a “Manchester Mineira”, uma cidade industrialmente próspera, com as primeiras fábricas têxteis, as primeiras inovações tecnológicas e a primeira usina hidrelétrica em funcionamento no país.

Esse projeto de progresso industrial era executado simultaneamente com uma apaixonada febre literária, divulgada por jornais diários, que nada deviam aos periódicos do Rio e de São Paulo.

Faltava-lhe um centro cultural, que reunisse todo esse entusiasmo.

E ele surgiu pelas mãos de um escritor mineiro, que só poderia mesmo chamar-se Machado ... Sobrinho, para honrar o nome de um xará seu, de nome Joaquim Maria Machado de Assis, Presidente de outra Academia, a Brasileira de Letras.

---

\* Pronunciamento, representando a Academia Brasileira de Letras, na homenagem prestada pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais ao centenário da Academia Mineira de Letras, no dia 19 de outubro de 2009.

\*\* Jornalista. Da Academia Brasileira de Letras, ocupa a cadeira nº 13 e é diretor da Biblioteca.

Machado Sobrinho reuniu-se a mais 11 escritores e poetas de Minas, entre os quais Belmiro Braga, Amanajós de Araújo e Dilermando Cruz, que elegeram outros 18 companheiros, entre os quais Alphonsus de Guimaraens, Nelson de Sena e Carlos Góes, espalhados por todo o estado e escolhidos como representantes do que havia de melhor na vida de Minas Gerais.

Eles compuseram o total de 30 membros, os quais elegeram para seu primeiro Presidente o Acadêmico Eduardo de Meneses, sucedido posteriormente por outros grandes Presidentes, como foram Álvaro da Silveira, Aníbal e Mário Mattos, Heli Menegale, Mário Casasanta, Martins de Oliveira e Vivaldi Moreira, até a atual presidência do Acadêmico Murilo Badaró.

Seis anos depois de fundada, em 1915, os membros dessa Academia, passando por cima de outras rivalidades, decidiram transferir a sua sede de capital do estado para Belo Horizonte.

Por sua vez, a nossa Academia Brasileira de Letras era tão pobre que o poeta e acadêmico Olavo Bilac, com o seu famoso sarcasmo, costumava dizer: "Somos imortais, sim, porque não temos onde cair mortos".

Certo dia, despejada de outras sedes, ela passou a reunir-se no escritório do acadêmico e advogado Rodrigo Otávio, na Rua da Quitanda, 47, nos altos da Farmácia Araújo Pena, onde Bilac se queixava do seguinte:

– Aqui, agasalhados nesta Farmácia, pelo menos estamos mais próximos dos remédios para nos socorrem nos achaques da nossa velhice.

À semelhança do que acontecia com a nossa Academia Brasileira de Letras, a Academia Mineira também era uma Academia pobre, que não tinha sequer uma sede própria onde reunir-se e andou perambulando por vários endereços.

Havia inclusive uma séria discussão sobre o estabelecimento de um *jeton* de duzentos cruzeiros, para os acadêmicos que dessem sua presença nas reuniões.

Segundo relata o escritor mineiro Fernando Sabino, durante os debates sobre o aumento do *jeton* para 500 cruzeiros, um acadêmico tomou a palavra para dizer:

– Precisamos dar um jeito nisso. Duzentos cruzeiros é uma vergonha. Ou quinhentos cruzeiros, ou nada.

Mas aí foi aparteado por um confrade, menos sôfrego e precipitado, e mais comedido e realista, que reagiu:

– Pera lá. Mais vale um pássaro na mão do que dois voando. Ou quinhentos cruzeiros, ou duzentos, mesmo.

O nomadismo dessa Academia terminou quando, em 1943 – 28 anos depois de sua transferência para Belo Horizonte – o apoio do prefeito Otacílio Negrão de Lima foi suficiente para que ela tivesse finalmente sua sede própria, num sexto andar da Rua dos Carijós, onde permaneceria até 1987, quando o Presidente Vivaldi Moreira, de saudosa memória, conseguiu o comodato do Palacete Borges da Costa, onde até agora ela se encontra.

Presidentes e governadores têm apoiado a doação deste imóvel, a sua restauração e a ampliação de um auditório, com o nome do Arquiteto Gustavo Penna.

Com muito brilho e competência, Murilo Badaró é o atual Presidente da Academia Mineira de Letras, em cujas cadeiras se sentaram intelectuais de enorme relevo, entre os quais:

Cyro dos Anjos, Alphonsus de Guimaraens, pai e filho, Dom João Resende Costa, Alberto Deodato, Tancredo Neves, Oscar Corrêa, Abgar Renault, Hilton Rocha, Victor Nunes Leal, Paulo Pinheiro Chagas, Aureliano Chaves, Cardeal Vasconcelos Mota, Milton Campôs, Pedro Aleixo, Gustavo Capanema, Juscelino Kubitschek, Afonso Arinos, Afonso Pena Júnior, Edgar Mata Machado e Olavo Drummond.

Declino também, com admiração e respeito, o nome de atuais Acadêmicos, entre os quais:

Danilo Gomes, Angelo Oswaldo, Miguel Augusto Gonçalves, Milton Reis, Maria José de Queiroz, Márcio Vilela, Dom Walmor Oliveira, Cônego José Geraldo, Paulo de Tarso, Bonifácio Andrada, Ronaldo Costa Couto, Aluísio Pimenta, Padre José Carlos Aleixo, Hindenburgo Chateaubriand Pereira-Diniz, Fábio Lucas, Francelino Pereira, Caio Mário, Pedro Rogério e Patrus Ananias.

Todos eles são intelectuais de grande prestígio, que, com sua presença na Academia Mineira de Letras, muito honram, ilustram e dignificam a cultura e a inteligência de Minas Gerais.



## MACHADO SOBRINHO: NOTÍCIAS DA IMPRENSA SOBRE A ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS\*

*Leila Maria Fonseca Barbosa e  
Marisa Timponi Pereira Rodrigues\*\**

Antes de tudo, é necessário registrar aqui os agradecimentos:

À Academia Mineira de Letras, pela receptividade e valorização do nosso trabalho, ao abrir tão festivamente seus salões para nos receberem;

Ao seu presidente, Dr. Murilo Badaró que, desde o início de nossas pretensões, cerrou fileira ao nosso lado, ajudou-nos a batalhar para a realização de nosso propósito e tem sido, desde então, um amigo, um exemplo, cada vez mais digno de nossa admiração irrestrita;

Ao Assessor de Comunicação, Petrônio Souza Gonçalves, sempre gentil e solícito a todas as nossas reivindicações, assim como às amigas Marília e Carmen, que nos atendem com carinho e presteza;

Ao nosso eterno presidente Itamar Franco, sem cuja colaboração não seria possível o lançamento deste livro em tempo, pois foi devido à sua preciosa intervenção, seu atencioso empenho, que conseguimos o contato com nosso generoso financiador;

Ao Fundo Estadual de Cultura (FEC) da Secretaria de Estado de Cultura, através de Sílvia Tironi e de todos seus auxiliares, que tiveram

\* Palavras proferidas pelas autoras no lançamento do livro *Machado Sobrinho: Notícias da Imprensa sobre a Academia Mineira de Letras*, dia 16 de dezembro de 2009, dentro das comemorações do Centenário da Academia Mineira de Letras.

\*\* Professoras universitárias, escritoras. Residem em Juiz de Fora.

paciência em nos aturar e ensinar os princípios básicos da contabilidade para que déssemos conta do livro do grande contabilista Machado Sobrinho;

E aos nossos familiares, a todos os amigos, convidados e acadêmicos da Academia Juiz-Forana e da Mineira de Letras que aqui vieram celebrar conosco.

Juiz de Fora, desde o final do século XIX, ao mesmo tempo em que se criava no Brasil a Academia Brasileira de Letras, já reunia seus literatos.

A Confraria Literária Mineira foi a precursora, pois dela saíram alguns dos membros fundadores da Academia Mineira de Letras que, inaugurada em 25 de dezembro de 1909, em Juiz de Fora, comemora neste ano seu centenário. Foi por esse motivo, que nós, pesquisadoras da História Literária de Juiz de Fora – por intermédio da Academia Juiz-Forana de Letras, beneficiária na pessoa de seu presidente Kleber Halfeld – publicamos este livro-registro, originariamente um álbum de recortes de jornais, coletados pelo idealizador e primeiro secretário da entidade, o educador e escritor Machado Sobrinho.

A pesquisa nasceu no âmbito da amizade e da família.

Quando faleceu uma neta de Machado Sobrinho, chegou às nossas mãos o acervo de seu avô. Guardado inicialmente por seu filho, o deputado Luiz Gonzaga Machado Sobrinho e após pela neta, Heloísa Machado Sobrinho, que o recebeu como legado cultural e familiar, e dedicou-lhe preciosos cuidados de preservação, com sua morte, foi passado às mãos de um outro neto, José Carlos de Castro Barbosa (meu marido). O álbum encontrava-se em meio a manuscritos de livros e poemas. Consiste em um caderno de atas, contendo recortes dos jornais que datam desde a época que antecedeu a criação da Academia Mineira de Letras (setembro de 1909), sua permanência em Juiz de Fora até a transferência para Belo Horizonte, em 1915. Imediatamente, convoquei minha amiga e parceira de pesquisa, Marisa Timponi, para elaborarmos o projeto que, ora transformado em livro, registra o venturoso acontecimento de 100 anos atrás.

O trabalho de resgate e registro de datas significativas, dos grandes acontecimentos artístico-culturais de Juiz de Fora, é meta já iniciada por nós com o livro lançado em 2006, quando se comemorou o centenário do monumento do Cristo Redentor e, nele, consta o poema de um dos 12

primeiros fundadores da Academia Mineira de Letras, Belmiro Braga, que diz:

*Ó Cristo Redentor! Que tua mão  
Eternamente para os céus alçada  
Seja o guia seguro na jornada  
Que levamos buscando a salvação.*

Agora, com esse livro-documento, pretendemos dar continuidade ao nosso objetivo. E é necessário que se releve que foi Machado Sobrinho quem lançou o alicerce para a fundação e instalação da Academia, sendo, pois, a alma de tão brilhante sodalício e cuja ação foi a princípio combatida, especialmente por alguns que, na época, não conseguiram entrar para a Academia Mineira de Letras.

Historicamente, a cidade de Juiz de Fora, há 100 anos, possuía grande desenvolvimento e suas muitas indústrias e seu estilo arquitetônico motivaram-lhe o epíteto de “Manchester Mineira”. Além disso, a cidade adotara conceitos urbanísticos e de higiene vigentes na Europa, a respeito não só do planejamento quanto do saneamento urbanos, o que levou Sílvio Romero a denominá-la, não sem um lastro irônico, de “Europa dos Pobres”. Já Rui Barbosa, porém, preferiu nomeá-la “Barcelona Mineira” e Artur Azevedo “Atenas Mineira”, levando em consideração o desenvolvimento cultural representado por numerosos e importantes colégios, pelos inúmeros jornais editados desde 1870, e pela Confraria Literária Mineira, fundada em 1886, o que a colocava como a primeira de Minas. Ao invés dos sinos mineiros chamando os fiéis para as igrejas, o que se ouvia eram os apitos das progressistas fábricas, convocando a população para o trabalho, brilhantemente retratado por Lindolpho Gomes no hino da cidade:

*Das cidades brasileiras,  
Sendo a mais industrial,  
Na cultura e no trabalho,  
Não receia outra rival!*

O livro possui, portanto, um caráter documental que foi respeitado por nós, com ligeiras modificações como a colocação dos artigos e notas dos recortes de jornais em ordem cronológica e a transcrição dos textos para a ortografia atual, permanecendo somente os nomes próprios e os trabalhos de Lindolpho Gomes na forma original, quando propôs, em 1911, uma reforma ortográfica.

Cumprimos, portanto, nosso objetivo de trazer a público a história da fundação da Academia Mineira de Letras, seu período inicial, constituindo-se em mais uma iniciativa da cidade de Juiz de Fora que, segundo Manuel Bandeira, é “o primeiro sorriso de Minas Gerais”.

O que se almeja ainda com este livro é ter cumprido o papel de preservação de um bem cultural das Gerais que, aliado à produção e à divulgação, vem recuperar a história dos escritores que compuseram o primeiro quadro dos acadêmicos, membros perpétuos da Academia, sua biografia e sua importância no cenário das letras; além de analisar as obras mais significativas daqueles acadêmicos para a contextualização histórico-literária da Academia Mineira de Letras.

Ontem, homenageamos nosso grande poeta Murilo Mendes ao lançar, no Museu de Arte Murilo Mendes da Universidade Federal de Juiz de Fora, o álbum de arte *Ismael Nery e Murilo Mendes: reflexos*. E agora, a título de conclusão, tomamos emprestadas as palavras crítico-líricas de Murilo quando, parecendo ler o lema de hoje da Academia Mineira de Letras, “*Scribendi nullus finis*”, propõe romper o espaço-tempo linear, vencer com as palavras batalhas intensas, terminando por domá-las ao nos doar o verbo “orfar”, estímulo ao poetar:

*Lacerado pelas palavras bacantes*

*Visíveis táteis audíveis*

*Orfeu*

( ... ) *Orftu Orfele*

*Orfnós Orfvós Orfeles*

Nosso agradecimento a todos pela presença, pelo carinho!!!!

## ZELADOR DO PATRIMÔNIO\*

*Murilo Badaró*

Nada poderia ser mais auspicioso para a Academia Mineira de Letras e a cultura de Minas do que a posse do intelectual e escritor Rui Mourão quase ao final das comemorações que marcaram o Centenário deste ilustre sodalício.

Para mim, esta noite tem aspectos singulares, carregada de agradáveis recordações de tempos distantes, quando Rui Mourão e eu, tendo como assistente a jovem Elza, trabalhávamos no gabinete do governador Bias Fortes, onde respirávamos a atmosfera de austeridade sem afetação, em clima de proeminência do espírito público e o senso elevado de dignidade política que presidiram o consulado daquele mineiro ilustre.

Junto com Afonso Ávila, já consagrado poeta, Rui Mourão dava sinais de sua incoercível vocação para as letras, guardada por um temperamento cordial indicativo de sua determinação e férrea vontade, encontrando mais tarde o companheiro de tertúlias literárias na pessoa de Fábio Lucas, membro da Academia Mineira de Letras, para fundar a *Revista Tendência*, publicação que teve grande importância enquanto durou.

\* Discurso de abertura da sessão solene de posse do acadêmico Rui Mourão no dia 29 de outubro de 2009, na Academia Mineira de Letras.

Designado para proferir o discurso de recepção ao novo acadêmico, Angelo Osvaldo dirá com o brilho habitual sobre a carreira de escritor de Rui Mourão, consagrado nacionalmente pelo sentido universal de sua obra, em sua maior parte tendo como personagens e cenário uma cidade tradicional do interior do Brasil, Ouro Preto, de que resulta seu encantamento ao fazer o mágico transplante pela ficção de lendas e histórias que ganham amplitude muito além do seu limitado horizonte.

Agrada-me colocar em relevo o quanto sua presença foi importante no exercício das funções de diretor do Museu de Ouro Preto, cuidando com carinho e zelo de verdadeiro artesão o inestimável patrimônio que lhe veio das mãos de Lúcia Machado de Almeida, admirável intelectual mineira, presidente da extinta fundação Alberto da Veiga Guignard, para transformá-lo nas preciosidades que fazem do Museu da Inconfidência das mais importantes mostras do Brasil.

Senhoras e senhores

Senhoras e senhores Acadêmicos

Estamos na antevéspera da conclusão dos eventos comemorativos do Centenário da Academia Mineira de Letras.

Em meio às dificuldades de ordem material, que nunca foram poucas, superadas pela determinação de gravá-los com marca indelével na vida acadêmica e a ajuda de alguns mecenas que sempre acorreram às convocações, não há como negar registro à solenidade da sessão da Academia Brasileira de Letras dedicada à nossa Academia.

Cultora assídua e permanente do belo, nada há de estranhável ou surpreendente naquele nobre gesto de delicadeza e cortesia diplomática da Academia Brasileira de Letras com que honrou e dignificou a Casa de Alphonsus de Guimaraens e de Vivaldi Moreira.

Ao contrário, está na linha de sua mais conspícua tradição.

Além da circunstância de ser a primeira vez na história da Casa de Machado de Assis que se concede munificência de tamanha magnitude, a reunião criou oportunidade para recordar os intelectuais mineiros que a integraram desde a fundação em 1897 e realçar os membros desta Casa

que tiveram assento no ilustrado silogeu, do qual Joaquim Nabuco foi secretário nos primórdios de sua criação.

Alguns intelectuais de Minas, não mais entre nós, que pertenceram à Academia Mineira de Letras foram contemplados com a “glória que fica, eleva, honra e consola”, como tão bem definiram este privilégio as palavras machadianas. Impõe-me o dever proclamar seus nomes:

Afonso Pena Júnior – cadeira 40 na AML e cadeira 7 na ABL

Augusto de Lima – Presidente de honra da AML e cadeira 12 na ABL

Abgar Renault – cadeira 17 da AML e cadeira 12 da ABL

Cyro dos Anjos – cadeira 1 da AML e cadeira 24 da ABL

Afonso Arinos – cadeira 34 da AML e 25 da ABL

Oscar Dias Correia – cadeira 3 da AML e 28 da ABL

Dos 276 brasileiros, da mais extensa e diversa procedência, que mereceram o galardão da imortalidade acadêmica, desde a fundação em 1897, 23 deles nasceram nas terras de Minas Gerais.

Foi uma noite inesquecível, incorporada definitivamente à nossa gloriosa história nestes cem anos de permanência e vocação para o eterno.

Não os quero cansar com relatório de tudo o que foi realizado até agora para dar brilho ao Centenário.

Mas é importante lembrar que, no dia 27 de novembro, haverá o lançamento do livro que conta a história da fundação da Academia em 1909 e uma exposição com a efigie daqueles doze apóstolos da cultura que semearam e regaram a benfazeja semente de que esta Academia é fruto, acrescida das efigies de Vivaldi Moreira e de Oíliam José, este nosso secretário perpétuo e atualmente o decano dos acadêmicos.

Se cada uma das programações festivas arroladas para comemorar o Centenário teve sua graça e sua porção de contentamento e alegria, nenhuma sobreleva em importância literária o lançamento da Coleção Centenário, no próximo dia 3 de dezembro, com a reedição das obras de cinco escritores mineiros sob o patrocínio do governo do estado.

## Senhoras e senhores

A trajetória da Academia Mineira de Letras confunde-se com a história de Minas e creio não pecar por demasia de pretensão ao afirmar que, onde ela está, Minas estará sempre presente.

Somos a consciência mineira, refletida nos homens e mulheres ilustres que nela tiveram assento, expressa nas obras meritórias da cidadania e da política, condensada nos versos de seus poemas, nos romances e ensaios descobridores da essência da alma daquele povo nascido entre cones de hematita e sempre capaz de sonhar buscando lenir as dores do mundo, que “não diz nem a si mesmo o irrelatável segredo chamado Minas”.

Nascidas para serem como o mar, que não se destrói com nenhuma tempestade, as Academias têm a vocação para o eterno, tal e qual aquelas catedrais antigas com suas torres voltadas para o alto.



## O ESCRITOR E A LITERATURA\*

Rui Mourão\*\*

Ninguém nasce para ser escritor ou exercer qualquer outra atividade definida na sociedade. Ao ser colocado sobre duas pernas na superfície do planeta, o dom da vida é praticamente tudo o que se recebe. Após a descoberta dos segredos do genoma, a ciência moderna passou a referir-se a uma programação que, ao nascer, todos os seres vivos trazem consigo. Mas o que na verdade isso significa? Trata-se apenas do anúncio de que certas características muito genéricas, como padrões de inteligência e sensibilidade, tendência à morbidez ou à estabilidade emocional, propensão a contrair doenças ou ter perspectiva de boa saúde, são o equipamento com o qual neste mundo aportamos e será responsável, existência afora, pela nossa fragilidade ou nossa fortaleza. A partir desse condicionamento inicial, por sua conta e risco, cada indivíduo irá se inserir na dimensão da cultura, patrimônio gerador de realidades que o homem, desde os primórdios, veio produzindo. A civilização é o resultado de aventuras pessoais que se somam. Por imposição de um determinismo que metaforicamente podemos chamar de genética social – o irresistível desenvolvimento da ação coletiva que vai angariando mais e mais adeptos –, o indivíduo, orgulhoso das suas conquistas e confiante no futuro da cadeia progressiva que herdou das gerações passadas e vai transmitir às vindouras, acumula valores e certezas. É nesse plano, muito dependente de circunstâncias, que podemos entrever as possibilidades de caminhos a serem seguidos.

\* Discurso de posse proferido no dia 29 de outubro de 2009, na Academia Mineira de Letras, onde passou a ocupar a cadeira nº 31.

\*\* Professor, escritor, jornalista. Diretor do Museu da Inconfidência de Ouro Preto.



Se eu tivesse nascido no deserto ou numa tribo indígena, de que maneira teria sido projetado meu destino? Trata-se de especulação que nem no abstrato caberia ser tentada. Na pura fantasia se perderiam todas as suposições a respeito. Seria um exercício de imaginação tão vazio e tão vagabundo quanto o de certos desajustados que sonham com a ficção de si próprios, fazendo projeções da vida que estariam levando se houvessem nascido em país de mais recurso, nessa ou naquela época, se tivessem frequentado escolas mais eficientes, se sua família fosse de industriais, de cientistas ou de políticos. Meu nascimento ocorreu neste país, em Bambuí, pequena cidade do Oeste de Minas e, por contingências que em grande medida me escapam, acabei me envolvendo com uma das possibilidades de ser brasileiro. É dessa maneira que entendo o fato de ter me tornado escritor e, sem dúvida, é por exacerbado amor próprio que, com o maior empenho, procuro manter fidelidade a essa origem. Sinceramente acredito que alguém só possa crescer e chegar a contribuir para alguma coisa no limite das suas forças, se estiver permanentemente fazendo correção de rumo – se dispuser de coragem e determinação para fazê-lo –, mantendo coerência com o projeto básico da sua aventura existencial, que jamais saberá com segurança se escolheu ou se, por condicionamento natural, lhe foi imposto. O desdobrar sustentado de uma vida não é nada que provenha de oportunismo. Nas pessoas mais sensíveis, até os mecanismos subconscientes trabalham para que o equilíbrio de uma programação fundamental seja mantido. É nessa linha que o conceito de autenticidade pode ser empregado para definir a vocação – melhor dizendo, uma persistência de vontade –, no âmbito da fenomenologia do real, onde a lei maior parece ser a da mudança, da transformação e da finitude.

Eu estaria sendo pouco rigoroso se afirmasse que encontrei, no ambiente doméstico, uma herança de culto pela literatura. Pelo lado de minha mãe, um tio-avô general, que fez carreira na Maçonaria a ponto de se tornar grão-mestre, por vários anos exerceu a função de adido militar das embaixadas brasileiras do Japão e da Alemanha, publicou os livros *Diálogos Filosóficos e Extremo Oriente, o Japão*. Cheguei a compulsar tais volumes na adolescência, mas jamais os li. Na ascendência paterna, em que se desenvolveu mais efetiva a convivência de parentesco, pude

com segurança identificar certa linha de interesse pela cultura. Meu avô, advogado sem diploma, médico improvisado que procurava suprir as carências locais exercendo tais profissões a poder de bom senso, consulta a códigos e ao *Chernoviz*, professor autodidata, foi charadista emérito e persistente leitor com visível fixação em Machado de Assis. Meu pai, freqüentador habitual dos volumes de discursos de Ruy Barbosa, insistia em dizer que um homem como aquele não podia morrer, devia ficar para exemplo das gerações. Acabou consagrando objetivamente esse entusiasmo ao transformar-me, no batizo, em homônimo do grande tribuno. Revelando curiosidade pelo espiritismo com o qual, suponho, procurava remover angústias existenciais, durante muito tempo escondeu das crianças, dentro do criado-mudo, à cabeceira da cama, pequeno conjunto de livros de autoria de Alan Kardec. Um tio algo extrapolado de órbita, talvez padecente da chamada pseudo-epilepsia, pelo excitado apego a formas de sobrevivência marcadas pelo desencontro – que chegou a exercer o mediunismo psicográfico, antecipando-se a Chico Xavier –, cometeu a insensatez de criar uma livraria estocada com o que havia de bom e de ruim da literatura brasileira e universal. Aquele tesouro extraviado no ambiente de um município atrasado, semi-alfabetizado, só encontraria razão de ser ao inundar as noites delirantes de leitura do seu criador e ao alimentar com romances e volumes de poesias seu pai, seu irmão, seus filhos, seus sobrinhos. Ele teve um filho jornalista de repercussão regional e um sobrinho escrevinhador, exatamente este que vos fala.

Testemunha imatura naquele ambiente, o que sem dúvida me influenciou não foi o conteúdo mas o prestígio dos volumes literários, armazenados em estantes que grimpavam até o teto na loja do meu tio ou circulavam na mão de pessoas, além dos constantes comentários de leitura trocados no seio de uma família de fato posicionada do lado da inteligência. Complementando tudo isso, talvez quem mais tenha contribuído para alimentar as veleidades do ficcionista tenha sido tia Clara, solteirona que, para possibilitar as escapadas noturnas de meus pais, transportava-se para nossa casa e, com seu apreciado costume de contar estórias, entretinha-me e a meus irmãos naqueles serões, em meio à distribuição de cartuchos de amêndoa, doces e pipoca.

No primeiro ciclo no Ginásio São Geraldo, em Divinópolis, assistindo ao brilho de colegas que punham a circular na sala textos de prosa e versos de sua autoria, tímido e humilhado, secretamente empenhava-me em trabalho duro, sonhava um dia poder apresentar também publicamente algo por mim produzido, satisfazendo meu desejo de afirmação. Anos mais tarde, em Belo Horizonte, me juntaria a outros aspirantes à escalada da cultura, que haveriam de se tornar companheiros para a vida inteira. Sob a influência deles, que dispunham de maior desenvoltura, pela experiência adquirida no âmbito superior da capital, comecei a racionalizar leituras, ampliar a compreensão do fenômeno literário e fazer uso de equipamento de bordo mais confiável para tentar o domínio do texto. Com esses parceiros da revista *Vocação*, nosso primeiro reduto coletivo ainda cúmplice de muita ingenuidade, dez anos transcorridos eu estaria ajudando a fundar *Tendência* que, no próprio nome, já dava sinal de comprometimento ideológico. Com empenho de escafandrista, desejávamos descobrir uma linguagem de rendimento verdadeiro para exprimir a realidade brasileira, dominados pela convicção de que a autenticidade de um criador, no plano da sensibilidade, fatalmente se relacionava com o condicionamento cultural mais imediato. Estávamos debaixo do sol forte do pensamento marxista que, chegado com a redemocratização do país no segundo pós-guerra, recebia grande alento de nacionalismo. Vivíamos o momento da expansão industrial, sendo criada usina siderúrgica de grande porte em Volta Redonda e desencadeada a campanha do “petróleo é nosso”, no governo de Getúlio Vargas, programa logo ampliado pela ação vertiginosa de Juscelino Kubitschek, que construiria Brasília, multiplicaria usinas hidroelétricas, abriria milhares e milhares de quilômetros de estradas, implantaria a indústria automobilística e a indústria naval. Atuando dentro de uma corrente criadora de prestígio – que veio evoluindo entre nós desde o chamado ufanismo no alvorecer dos tempos coloniais, passando pelo arcadismo, romantismo, realismo, naturalismo, pré-modernismo, modernismo –, a posição da revista *Tendência* era de pesquisa estética rigorosa, o que a situou na linha de frente da vanguarda, último movimento coletivo de renovação literária acontecido no Brasil. Ao mergulhar, anos mais tarde,

nas águas ouropretanas que já haviam sido valorizadas pelos modernistas como precursoras dos seus esforços para a criação de uma arte genuinamente nacional, fortalecido em minhas potencialidades, me senti em condições de poder encarar, com olhos mais limpos, com consciência mais clara, o que existia de mais profundo para ser buscado.

O envolvimento com o ofício de escrever, para mim, sempre foi entendido como destino e fatalidade. Constitui uma espécie de sustentáculo a manter-me íntegro em meu universo, certo de que possuo um lugar dentro da família, dentro do corpo social, dentro do mundo que pressinto existente e ao mesmo tempo ignorado, à minha volta. Representa, como se percebe, recurso de comunicação da consciência que precisa conviver objetivamente para não despencar no caos. Posso confessar, ela funciona como um agente pacificador, espécie de estímulo diário de um sentimento de realização pessoal que, principalmente na juventude, me permitiu superar condições adversas de sobrevivência, contornando desajustes existenciais, livrando-me de tendências depressivas e angústias. E hoje em dia proporciona feliz convivência de mim para comigo mesmo, razão por que acaba sendo uma prática, uma determinação, uma fidelidade cheia de idealismo. Insisto em não fazer concessões ao seu exercício permanente, que gostaria de qualificar como profissional, mas circunstâncias negativas de tempo e lugar me obrigam a admiti-lo como missão, como indesviável contingenciamento vital de um coração que não deixa de pulsar, de uma inteligência que insiste em se afirmar. Fazendo minhas as palavras de Jorge Luiz Borges, eu diria que “escrevo porque não posso não escrever”.

Essa espécie de estado de necessidade, de escravidão consentida em que a literatura sempre me manteve, tornou extremamente problemática a escolha de um caminho profissional que me garantisse a sobrevivência pessoal e da família que não demorei a constituir, porque a ideia de me converter em monge celibatário jamais fez parte de meus projetos. O irmão mais velho insistiu para que eu prestasse vestibular na Faculdade de Medicina, onde estudava, e eu já havia trabalhado no laboratório de pesquisa dirigido pelo professor Santiago Americano Freire. O tio-avô general, residente no Rio de Janeiro, chegou a enviar-me os prospectos

necessários ao ingresso na Escola Militar de Rezende. Como não existia o curso de Letras naquela época, estudei Direito, que julguei mais adequado a minhas pretensões. A vida profissional, em seguida, me encaminharia a outras praias. Faltando dois anos para me formar, mas já tendo podido tornar pública a minha definição pela literatura, fui convocado para servir no Palácio da Liberdade, com Cristiano Martins, secretário particular do governador Juscelino Kubitschek. Na função ali começada, que se estendendo pelo governo seguinte, cresceu assustadoramente em responsabilidade e volume de trabalho, tolerei um período de afastamento progressivo da literatura por considerar, estava me aventurando fora do meu campo de eleição apenas para encontrar uma saída econômica de subsistência.

A experiência universitária, que julguei poder abraçar em caráter definitivo, por ter sido no campo da literatura, acabou sofrendo o veto dos poderes mais fortes de comando da personalidade. Lecionando durante seis anos em Brasília e nos Estados Unidos, me vi transformado em brinquedo de emoções que tornavam penoso o exercício de uma profissão para a qual me preparei realizando, entre outros estudos, o livro *Estruturas, ensaio sobre o romance de Graciliano*, originalmente dissertação de Mestrado. A duras penas tentava concluir o romance *Curral dos Crucificados*, mas sentia pesar cada vez mais a consciência de que avançava por intolerável desvio. Comecei a entrar arrastado para a sala de aula, a encontrar dificuldade até para falar aos alunos. A solução foi desistir de novo contrato oferecido no exterior, renunciar em definitivo à carreira acadêmica. Retornando a Belo Horizonte, decidi que, dali em diante, seria apenas escritor. Um tropeço com a ditadura militar de 64 determinaria minha transferência para Ouro Preto, onde descobri, na administração cultural, a possibilidade de boa convivência com a criação literária.

Talvez tenha sido por todas essas razões que encontrei dificuldade em aceitar a ideia de me vincular a uma academia, instituição voltada para a exterioridade social do ofício da escrita, e conseqüentemente por natureza mais afastada dos problemas da intimidade do ser e do simplesmente existir. A meus olhos, esses redutos sempre pareceram organizações de vocação pública, envolvidas com questões de

representatividade, muito expostas a invasões de setores externos apenas interessados em sustentar prestígio e valorizar currículos. Num julgamento que me parecia sem apelo, considerava essas casas como agremiações mundanas, de natureza política e interesse diplomático. Hoje, quando se torna relativizada a posição da literatura e da arte dentro de um mundo eminentemente pragmático e mercantil, cujos reflexos em nosso meio se apresentam ainda agravados pela pouca assistência que tradicionalmente as autoridades têm dedicado à questão educacional, outra se tornou a minha maneira de pensar. Não há mais lugar para quem se recuse a ir ao encontro da convivência externa, na falsa ilusão de que o individualismo – o isolacionismo – seja o melhor caminho para se alcançar o desenvolvimento de um projeto particular. A complexidade do real não pode deixar de ser considerada, principalmente quando se sabe, o conhecimento da dialética, princípio soberano a reger os movimentos da sociedade humana, chegou para ficar. A convivência do mister literário com o que lhe parece muito alheio não deixa de revigorar sua posição, na medida em que o coloca em situação de permuta de prestígio com setores influentes da política, da economia, da medicina, do direito, da religião, e assim por diante.

A crise da literatura de qualidade no Brasil, ostentando as marcas conjunturais do momento presente, delinea-se através de contradições que se fazem evidentes a partir da análise mais superficial. Apesar da redução relativa de leitores, insistentemente apontada, e a canhestra distribuição de livros praticada por profissionais que, pela falta de arrojo, parecem não merecer tal classificação, nunca se editou tanto entre nós. No momento em que a criação no país, refletindo o amadurecimento geral da sociedade, assumiu completa autonomia, parecendo encerrado o período em que fomos apenas reflexo do fenômeno estrangeiro, a invasão do produzido além de nossas fronteiras se faz sem critério, em proporções avassaladoras, nunca antes imaginadas. Essa ocorrência se reflete de maneira caótica sobre os recursos e instrumentos que, ao invés de constituírem motivo de turbulência ou descaminho, deveriam estar propiciando o avanço de um setor de nossa cultura, mais do que nunca necessitado de recuperar a posição central ocupada há algumas décadas.

A crítica especializada de categoria cedeu lugar a resenhas apressadas, visivelmente produzidas por encomenda de editoras de prestígio, quando não programada pelo próprio órgão de comunicação, interessado em apoiar a lista dos mais vendidos, mantida como recurso publicitário, consagrando a equivocada suposição de que o melhor julgador da obra seja o simples leitor. Os suplementos especializados dos jornais, que tradicionalmente centralizaram o debate ideológico, por sua vez, forçados a entrar em anemia desde a época da ditadura – retrocesso político que além do mais promoveu a dispersão de parte considerável da inteligência do país –, acham-se convertidos em veículos de divulgação dos chamados fatos diversos e da cultura de massa, como se o movimento da contracultura, que grassou nos primeiros anos desconcertantes e desorientados da redemocratização, ainda estivesse vigorando. Em meio a tudo isso, as edições de *best-sellers*, que chegam financiadas e publicitariamente trabalhadas do exterior, para perverter o gosto dos leitores com a sublitteratura internacional, vão ao ponto de gerar aqui dentro uma corrente de imitadores dispostos a competir nesse mercado marginal. Para piorar a situação, nossas editoras passaram a disputar o mercado com grupos estrangeiros que invadiram a área, e se viram obrigadas a embarcar na onda do grande negócio, desistindo do papel mais criador, que seria o de trabalhar para a evolução do meio em que atuam.

Diante desse quadro geral, como pode alguém deixar de dar apoio a uma entidade estabelecida no terreno da literatura, ainda mais quando o seu presidente procura desenvolver uma política de depuração intelectual dos quadros da casa, dá início a atividade editorial, tem promovido conferências e debates de nível elevado, criou uma revista que, desejosa de adquirir densidade, busca ser instrumento de convergência, arregimentando contribuições de intelectuais de fora? Murilo Badaró, não há dúvida, assumiu o comando da Academia Mineira na fase do transcurso do seu centenário, animado do vivo propósito de mudar o perfil de um órgão que vinha, com o passar dos anos, deixando-se envolver por uma tendência de acomodação. Plantou os pés em terreno firme e se empenha em estabelecer mais uma frente de luta para a evolução cultural de um Estado, cujo prestígio tem sido sustentado, em grande medida, por esse

indiscutível complemento da chamada mineridade. Político, colocou seu talento a serviço da instituição, procurando articulá-la no plano regional e nacional, seja com as suas congêneres, seja com os poderes de comando da sociedade.

Estou substituindo na cadeira 31 a Luiz Carlos Portilho, formado em Direito pela Universidade do Brasil, do Rio de Janeiro, professor de Direito Tributário na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, superintendente da Federação de Comércio de Minas Gerais, diretor da TELEMIG e presidente da Junta Comercial de Minas Gerais. No livro *Golpes e Revoluções, Ponto Final?*, reuniria profuso conjunto de comentários divulgados em primeira mão em espaço do jornal *Estado de Minas*, em que manteve verdadeira campanha cívica denunciando os problemas institucionais e administrativos do país. Ao comentar o título do volume, no seu entender “desmedidamente esperançoso e idealista”, afirmou que ele correspondia ao sonho com uma nação onde verdadeiramente imperasse a ordem constitucional e a normalidade democrática.

Ao término dessa fala, gostaria de repetir o que já disse em outra oportunidade, para explicitar melhor minha relação com o patrimônio histórico e artístico, principalmente de Ouro Preto, que terminou por constituir componente definitivo da minha maneira de enxergar o mundo. Essa experiência de aceitação e entrega não foi nada que aconteceu sem amadurecimento no tempo. Ainda na fase das calças curtas, quando a família ia visitar o avô Juiz de Direito, que possuía escritório repleto de livros em estantes envidraçadas, fui colocado diante do centro urbano colonial constituído por Tiradentes. Mais tarde, estudante em São João Del Rei, chegaria a desenvolver convivência mais íntima e demorada com o mesmo padrão de cidade de casas cobertas por telhas de canal, longos beirais protetores, estreitas ruas inventivas, inesperados becos tortuosos. Desta forma, a primeira sensação experimentada ao pisar o solo da antiga capital de Minas Gerais seria a do despertar de esquecidas emoções longamente recalcadas. O que se deu num dia repleto de experiências. Fazendo parte da comitiva do governador Bias Fortes, que se deslocara para o interior a fim de presidir as comemorações do 21 de

abril, surgiu-me a oportunidade, na varanda do Grande Hotel, de apertar a mão de Cecília Meireles.

O enriquecimento que a antiga capital tem me proporcionado é de valor inestimável. Ela me levou à descoberta efetiva da minha condição de mineiro. Mais do que em qualquer outro lugar, naquelas paragens se encontra a fonte mais pura dessa virtude. Envolvendo-me com sua fisionomia urbana, sua maneira de existir dentro do espaço e da história, acabei por me descobrir como um homem novo, nova sensibilidade. Ouro Preto ensinou-me a compreender o Brasil – a mim que vinha de militância literária em defesa de uma arte de vinculação nacional, mas me perdia em artificialismos de uma procura em excesso intelectualista. No ambiente generoso que me acolhia, consegui de fato pisar no chão, libertar-me de tudo o que em mim era apenas jogo, atitude e intenção – não era palavra insubstituível, emoção profunda, fatalidade. Cheguei à terra dos inconfidentes como escritor e no momento certo de aprender. E não tive constrangimento em me servir sem reservas da riqueza que generosamente era colocada à minha disposição. Cresci forte e saudável, porque em toda a minha vida nunca pretendi outra coisa que não fosse o aprimoramento intelectual.

Passei a enxergar Ouro Preto em profundidade quando resolvi encará-la como um todo, pretendendo esboçar o seu retrato de corpo inteiro. Em consequência, o que emergiu em primeiro plano foi Vila Rica e seus antigos moradores às voltas com o cortejo dos acontecimentos de que participaram, os padecimentos que sofreram, as glórias que conquistaram. Percebi, naquela circunstância, que a terra das andanças de Tiradentes e Aleijadinho só é presente enquanto passado. É passado que está permanentemente construindo o presente. Escrevi o romance *Boca de Chafariz*, uma estória de renascimento. Renascimento da cidade-patrimônio contra todos os fatores que tramam a sua degradação, destruição e morte. Renascimento do escritor que, deixando para trás um passado de criatividade que nunca o desonrou, desejava se comprometer, noutro plano, com uma atualidade de mais conseqüente renovação, de ambição de maior perenidade.

## CENTELHA LUMINOSA\* DO MUNDO

*Angelo Oswaldo de Araújo Santos\*\**

É tarefa emocionante, no quadro da missão acadêmica, receber nesta casa das letras e da cultura um novo confrade. Mais ainda quando se saúda quem a ela chega aportando admirável coleção de livros publicados.

Tenho o privilégio de recepcionar o amigo Rui Mourão, escritor pleno e integral, romancista e ensaísta, com seus livros numerosos, merecedores todos de aplauso, prêmios internacionais e referências definitivas na história da literatura de Minas e do Brasil.

*O livro é uma coisa entre as coisas, diz Jorge Luís Borges, um volume perdido entre os volumes que povoam o indiferente universo, até que dá com seu leitor, com o homem destinado a seus símbolos. Ocorre então – observa o poeta maior de Buenos Aires – a emoção singular chamada beleza, esse mistério maravilhoso que não decifram nem a psicologia nem a retórica.*

Que diria agora o velho Borges? No século XXI, o livro se metamorfoseia em telefone portátil e os computadores devoram a biblioteca universal. No entanto, o *in-folio* se multiplica e se expande, escrínio desafiador do mito matricial da cultura. Tocar o papel; suporte insuperável, é um gesto sensorial que nos reconduz e nos devolve, ávidos leitores, à nossa humanidade.

\* Discurso de recepção ao acadêmico Rui Mourão no dia 29 de outubro de 2009.  
\*\* Jornalista, escritor e prefeito de Ouro Preto. Ocupa a cadeira nº 3 da AML.

*Tout au monde existe pour aboutir à un livre*, proclamou Mallarmé, como sublinha Haroldo de Campos, debruçado sobre o livro dos livros, a fim de palmilhar a poesia dos versículos na intertextualidade bíblica do sagrado. *Tudo no mundo existe para culminar num livro*.

Quando uma academia incorpora um autor de belos livros, o júbilo é insuperável e se manifesta, unânime e uníssono, para referendar a eleição da grei. Recordo o querido historiador Francisco Iglésias, o primeiro a se revoltar quando a escolha de um acadêmico não lhe parecia à altura da dignidade desdenhada. É o que comprova o valor alto que se dá às academias.

Seja lembrado o que ocorreu, faz pouco tempo, num sodalício do Nordeste. A posse do protagonista de um romance de Rui Mourão, o ex-presidente da República que irrompe nas páginas de *Invasões no Carrossel*, provocou forte reação no país. À sombra do imenso Graciliano Ramos, a cuja obra o nosso confrade consagrou esplêndido estudo, escuta-se o latido triste da cachorrinha Baleia, esconjuro e protesto diante do senador acadêmico das Alagoas.

Na Casa de Alphonsus de Guimaraens, academia e senado de primeira grandeza, como a definiu Vivaldi Moreira, nosso Austregésilo de Ataíde, o clima é de euforia. Em Minas Gerais e Brasil afora, comemora-se a conquista desta instituição que, no curso da celebração do centenário, agrega ao colegiado um nome como o de José Rui Guimarães Mourão, o escritor Rui Mourão. Estamos em festa.

Caro acadêmico Rui Mourão,

Vós aqui chegais envolto no mais brilhante reconhecimento. Honrosas distinções pontuam a evolução de vossa militância como homem de letras, do livro e da literatura.

Cedo, com Affonso Ávila e Fábio Lucas, passastes a atuar intensamente no campo literário, ao lado deles criando a revista *Tendência*, marco na renovação da literatura mineira. Tenacidade, obstinação, persistência e tolerância vos acompanharam, na superação de obstáculos tremendos, provenientes das mais renhidas dificuldades, desde os percalços financeiros até ao acanhamento da província.

A convite de Juscelino Kubitschek, de Clóvis Salgado e de Bias Fortes, trabalhastes no governo de Minas, pelos vossos dotes de escritor, na redação de textos oficiais, mas jamais deixastes de manter à frente dos sonhos e dos planos o ofício vivo da palavra, na ficção narrativa e na interpretação literária.

Fostes professor de literatura na jovem Universidade de Brasília, de onde vos desligastes pelos princípios éticos que sempre vos guiaram, o que vos custou perseguições e sacrifícios. Lecionastes, então, em prestigiosas universidades dos Estados Unidos, em Nova Orleans, Houston e Stanford. Amparado pelo escritor Murilo Rubião, vós vos tornastes editor do “Suplemento Literário do *Minas Gerais*”, na fase gloriosa da publicação.

Ainda uma vez sob a mira implacável da autoridade militar, fostes obrigado a deixar o “Suplemento”, tendo sido de novo protegido pelo amigo Murilo Rubião. O criador do *Ex-Mágico* vos levou para a Fundação de Arte de Ouro Preto, cuja instituição tinha ele viabilizado, por desejo do governador Israel Pinheiro. Muito vos deve a FAOP por ser hoje uma expressão singular no sistema estadual de cultura.

Selava-se, então, o destino do menino do Oeste de Minas, nascido em Bambuí, filho de Dona Edith Moreira Guimarães Mourão e do escrivão Benjamin Mourão, extremamente devotados à educação da família. Haveríeis de vos transformar no grande ouro-pretano, a quem devemos a obra maior de consolidação do Museu da Inconfidência como uma das mais qualificadas instituições do gênero, na atualidade internacional.

Notáveis intelectuais vos antecederam: o monumental cônego Raimundo Otávio da Trindade, historiador da Arquidiocese primaz de Minas e dos velhos troncos ouro-pretanos; o erudito Orlandino Seitas Fernandes, estudioso da obra do Aleijadinho; o memorialista Delso Renault, irmão do poeta Abgar. Vós tendes a sensibilidade estética, o rigor científico e o compromisso administrativo necessários ao gestor do Museu inaugurado em 11 de agosto de 1944, exato dia do bicentenário de nascimento de Tomás Antônio Gonzaga. Assim, ampliastes a obra lançada por Gustavo Capanema e Rodrigo Melo Franco de Andrade, e a ela destes uma extensão que se mede em escala mundial.

Longos anos se sucederam na construção de um museu paradigmático em cada detalhe e no conjunto de suas funções e qualidades. Tanto evoluiu positivamente a vossa tarefa, com serviços prestados nacionalmente aos museus do IPHAN, mais se desdobrou a faina criativa do autor literário. Vós fostes pioneiro na organização sistêmica dos museus federais e na modernização dos museus nacionais do Rio de Janeiro, sempre a escrever, porque este é um ato essencial na vossa existência.

Em Ouro Preto, a própria cidade monumento e o objeto de vosso trabalho exemplar se tornaram matéria para livros. “Um romance não é o que o autor pensa, são as palavras que ele escreve”. Vós o dissestes, ao colherdes essas palavras na boca do chafariz, vertendo passado e presente ao mesmo tempo no fluxo narrativo. A história de Curt Lange, o alemão-uruguaio que redescobriu a música mineira colonial, aguçou a vossa sede.

A ficção veio jorrar como água cristalina e atravessar o jardim pagão do Conde da Palma para escorrer no labirinto das guerrilhas, enquanto funcionários, visitantes, moradores e o diretor do Museu se enredam numa trama ainda mais fantástica do que a de Machado de Assis e Simão Bacamarte, na cidade enfim musealizada.

Das salas de pedra fria da antiga Casa de Câmara e Cadeia da Vila Rica de Ouro Preto, vós contemplastes os gerais sem fim, as raízes da terra, os casarões das famílias dilaceradas, as migrações violentas, a metrópole superposta ao velho arraial da colônia, o tempo amordaçado, o desvario e a loucura, na sina das convulsões que arrancam as vísceras do país dos brasileiros. Jair Inácio e Bené da Flauta não morreram. Tarquínio investiga novos filões da Inconfidência. E o capitão Carlos Lamarca, reaparecido no século a pisar solo firme, conta histórias que subvertem a hora, enquanto o curral dos crucificados solta suas personagens tingidas de sangue no continente de todas as servidões e de todos os calabouços. O escorpião e seu monólogo se abrem em mil vozes.

Vossa obra pode ser tomada na perspectiva do realismo mágico, porque parte de situações e ambientes recortados na mais transparente realidade para enredar perturbações surpreendentes, tensionar a paisagem rotineira e inquietar o fôlego do leitor. Mas ela não se filia a influências

ou modas, já que o cosmopolitismo intelectual do autor lhe confere dimensão universal, a partir do mergulho no local, promovendo a interação entre as imagens do cenário brasileiro e o drama que, desde os gregos, os criadores perseguem, em busca da realização poética.

O escritor alçado ao patamar mais elevado e o curador do museu histórico tornado inigualável atuam simultaneamente e se completam à perfeição. Em ambos os aspectos da vida e da obra do acadêmico que recebemos, impõe-se o fulgor da criatividade. É o que evidencia o romance no qual, ele próprio feito protagonista, escritor e museólogo se imolam como vítimas dessa dupla circunstância. Dir-se-ia que a ação transcorre no inferno, mas as personagens transitam pelo nosso dia a dia, e cada qual desvela, como na tragédia inaugural, os conflitos do ser e do nada.

Vós fostes tocado pelo sentimento do fantástico, ao percebê-lo “indissociável da própria magia da constituição do mundo americano”. Transparece a raiz de um barroquismo que se reinventa na originalidade do labor literário. Como viver em Ouro Preto e habitar o seu mais fabuloso museu sem o voo na órbita onírica e o transbordamento lírico? Quem lê *Quando os Demônios Descem o Morro*, pode cogitar uma obra sobre a linguagem museológica até constatar que a linguagem literária, em instigante *trompe-l'oeil*, inunda a narrativa e demonstra ter o romancista chegado a uma luminosa culminância de seu trabalho sobre as alucinações da realidade e a onisciência do texto. Reconhece o autor que a ficção procura na lucidez extrema a mais acabada forma da loucura.

Num vaticínio sobre o vosso itinerário no campo das letras, o saudoso Jacques do Prado Brandão escreveu, há mais de 50 anos, que vós não seríeis apenas “um contador de histórias interessantes ou não”. Ele vos definiu como “um artista preocupado com a arte da narração, com sua estrutura e sua composição”, particularizando-vos pela “alta consciência artística e cuidado artesanal esmerado”. Que acrescentar, agora, a essa síntese tão precisa?

Acadêmico Rui Mourão, vós sois um intelectual que fazeis do nosso chão mineiro uma centelha luminosa do mundo.

Presidente Murilo Badaró,

À revelia da praxe, agora recomendando a sábia brevidade, melhor seria terminar e convocar o crítico Fábio Lucas, que me precede na amizade e na parceria de trabalho com o nosso grande escritor. Ou José Bento Teixeira de Salles, que imaginava este dia, ao propagar por toda parte a palavra de ordem “Queremos Rui Mourão na Academia”, naquelas faixas invisíveis inventadas por Oto Lara Resende. Assim não sendo, vou concluir com dois registros devidos.

Em primeiro lugar, dirijo-me a Vossa Excelência, nosso caríssimo Presidente Murilo Badaró. Nós vos devemos uma palavra de agradecimento pelo empenho na vinda de Rui Mourão, e vos saudamos pela sabedoria com que dirigis a vida acadêmica. As comemorações dos cem anos da Academia Mineira produzem substância cultural e afirmam o significado do instituto.

Saudação afetuosa quero externar à Excelentíssima Senhora Elza Sampaio do Couto Mourão. Sobrinha de Oswaldo Sampaio, amigo de Juscelino Kubitschek e de meu Pai, Christino Teixeira Santos, Elza Mourão é para mim uma referência modelar de amizade fraterna.

Onipresente na trajetória de Rui Mourão, atenta, elegante e cordial, formais com ele o casal que acolhe, como embaixadores da cultura, a inteligência do mundo à porta do Museu da Inconfidência. Juntamente com os filhos e familiares, recebais as nossas homenagens, pois, unidos, compartilhais a justa alegria deste instante.

Escritor Rui Mourão, sejais bem vindo. A Academia está engrandecida com a vossa presença.



## Discursos acadêmicos

# DISCURSO DE INSTALAÇÃO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

*Machado de Assis*

*O conteúdo de um discurso independe da extensão; mostra isso o da instalação da Academia Brasileira de Letras, que foi simultaneamente o discurso de posse do seu primeiro presidente, pronunciado na sessão inaugural em 20 de julho de 1897. Como exemplo de brevidade, clareza e suficiência transcrevemos a alocução de Machado de Assis, lembrando que se tratava nada menos do que da fundação do nosso Sodalício maior.*

SENHORES,

Investindo-me no cargo de presidente, quisestes começar a Academia Brasileira de Letras pela consagração da idade. Se não sou o mais velho dos nossos colegas, estou entre os mais velhos. É simbólico da parte de uma instituição que conta viver, confiar da idade funções que mais de um espírito eminente exerceria melhor. Agora, que vos agradeço a escolha, digo-vos que buscarei na medida do possível corresponder à vossa confiança.

Não é preciso definir esta instituição. Iniciada por um moço, aceita e completada por moços, a Academia nasce com a alma nova, naturalmente ambiciosa. O vosso desejo é conservar, no meio da federação política, a unidade literária. Tal obra exige, não só a compreensão pública, mas



ainda e principalmente a vossa constância. A Academia Francesa, pela qual esta se modelou, sobrevive aos acontecimentos de toda casta, às escolas literárias e às transformações civis. A vossa há de querer ter as mesmas feições de estabilidade e progresso. Já o batismo das suas cadeiras com os nomes preclaros e saudosos da ficção, da lírica, da crítica e da eloquência nacionais é indício de que a tradição é o seu primeiro voto. Cabe-vos fazer com que ele perdure. Passai aos vossos sucessores o pensamento e a vontade iniciais, para que eles os transmitam aos seus, e a vossa obra seja contada entre as sólidas e brilhantes páginas da nossa vida brasileira. Está aberta a sessão.



## CIÊNCIA E ONISCIÊNCIA

*Oiliam José\**

Creemos, desde muito, que nos cabe o dever de, na medida de nossa reduzida inteligência, agir menos, em razão da avançada idade e conhecer e viver amorosamente a doutrina da Igreja de Deus, a Católica, fundada pelo Deus Filho. E, paralelamente, com restrições, buscar o aprendizado das ciências, que se expandem de modo global e além dos limites que não conseguimos precisar.

A ciência, enquanto fiel a sua natureza e até a seus valiosos limites, oferece ao homem precisa ajuda para que ele avance em seu universo. Então, assim compreendida, ela constitui reclame da inteligência e elemento gerador de avanços para que a vida humana se tome mais próxima da perfeição com que foi ideada pelo Criador. Se, porém, avança além dos limites próprios e ousa negar o infinito conhecimento divino, ela penetra no saber para o qual não foi preparada.

Oferecida e não aceita dessa maneira, a ciência se precipita no exagero, que pode ser fatal a todos nós. E é sob essa visão que buscaremos considerá-la nas considerações a seguir. Essa limitação parecerá injusta aos que veem no conhecimento a máxima força geradora de eventos e descobertas. Não o é, porém. Está de acordo com as limitações fundamentais da natureza humana. Quem não as aceita, tente eliminar da sua vida a morte! Se conseguir tal vitória, será a maior criatura de nosso universo! Mas não deixará de ser criatura! Será lógico pensar assim?

\* Professor. Decano da Academia Mineira de Letras, ocupa a cadeira nº 30.

Assim, de um lado permanente, se coloca a ciência, em variados e múltiplos campos, e, de outro lado, em admirável universalidade, concretiza-se a onisciência, que só se explica em Deus.

De início, e em consequência, impõe-se-nos afirmar que, se tivemos inspiração para escrever algo de bom e útil, devemos esta graça a Deus. Nossa reserva mental é escassa. Abrange apenas conhecimentos gerais e superficiais, iguais aos de homens e mulheres dotados de saber mediano. Sonhamos com privilegiada cultura. Mas, seguramente, ela não se concretiza ao nosso acordar e rabiscar orações e sentenças. O saber erudito pousa nos gênios. E somos apenas, de preferência, discípulos e missionários de Cristo, Rei do Universo. Não por inspiração humana, mas porque somos batizados. Em decorrência disto, a Conferência de Aparecida, em 2007, julgou-se com pleno direito de recordar-nos este dever, cuja atualidade não deixa de existir, enquanto peregrinamos no exílio terreno.

Por isso, e para que tenhamos êxito em nossa cultura, temos que submeter a Deus nossa inteligência, que é, para sempre, o resultado da união de seus conhecimentos com os infinitos conhecimentos divinos. Sem essas dimensões, cairíamos no erro de buscar paridade com o que é privilegiada e suprema ação. Sim, o homem quis buscar mais ciência daquela que, realmente, possuía, graças a Deus, e que a ele se concedeu pela misericórdia Divina. Acreditou na tentação sugerida pelo Rei do Mal: "Sereis como Deus, conhecedores do bem e do mal" (Gn 3,5).

Embora assim derrotado, o ser humano, repetamos, voltou a sua ânsia de aproximar-se, o mais possível, da inseparável onisciência divina. Foi no episódio bíblico que a História registrou como sugestão: a tentativa da construção da Torre de Babel (Gen 11, 1-9). E Deus, em sua presciência e misericórdia, julgou aceitável. Então, dentro de generosos limites, passou a permitir que o referido ser conhecesse, em sua ciência, a realização de outros feitos, para satisfazer-lhe corretamente a vontade, na medida com que poderia vencer os males, tornar mais suave a existência e receber prêmios pelos sacrifícios que fizesse. Deus não era, nem é, contrário à ciência. Apenas a limita em favor do próprio homem. Sem esta limitação, o mal teria gigantescas proporções. Como exemplo desse perigo, aí estão as armas nucleares e químicas que as grandes nações

estocam para a possibilidade de gerar pavorosas perspectivas entre os inimigos. A limitação da ciência equivale, portanto, a garantia da sobrevivência da humanidade. Os cientistas enlouquecidos não deixarão de existir. E, com eles, nosso planeta poderá antecipar sua certíssima destruição. As catástrofes terrestres, marítimas e aéreas preanunciam o fim, embora sejam apenas meios. Mas são tantas que levam os povos às profundezas do desespero.

Realmente, nem ao menos está a nosso alcance saber quantos segundos há nos referidos trilhões de anos luz e de calor citados anteriormente. É operação matemática impossível de ser feita pelo homem.

Nesse raciocínio, que é apenas ciência, portanto raciocínio limitado, por mais genial que for, jamais chegará à verdade absoluta e divina e auferirá essas verdades limitadas, em decorrência da natureza possuída por nós. Nisso não existe humilhação para o homem, mas sim, louvor.

Aceitemos ou não este posicionamento, ele não decorre da verdade absoluta existente em Deus, portanto iluminada ao infinito.

Por tudo isso, o ser humano, impelido pela vaidade, pelo orgulho e por outra qualquer forma censurável de pensar e agir, tem chegado a tentar que sua ciência se coloque e se aproxime o mais possível contra a onisciência, que só pode ser divina. Em decorrência desse posicionamento, certamente super humano, vem o homem, através de séculos e até de milênios, desenvolvendo gigantesco esforço para transformar em realidade este sonho ou imaginário desejo. Aliás, esta ânsia já existia no seu aparecimento sobre a Terra, quando Deus Trino o criou à sua imagem e semelhança (Gen 1,26), infundindo-lhe a alma. Portanto, já nos albores da humanidade, ele manifestou desejar ter conhecimento semelhante ou igual ao de Deus, pois maior do que este não há nenhum.

Prova disso está no primeiro livro da Bíblia, na narração simbólica de como o Senhor do Universo criou os animais e as plantas em geral, os astros e os demais corpos celestes e represou as águas, depois de ter criado a luz e os demais componentes terrestres e, finalmente, o homem, que se revoltou contra o Criador, depois das eras denominadas apenas seis dias.

Então, o rei da criação, impulsionado por perniciosas sugestões, certamente diabólicas, quis igualar-se a Deus, embora não tivesse o menor poder para essa louca tentativa. E esta criatura ou ser racional, resultante de ação divina quis compreender a onisciência de Deus, que é conhecimento infinito, sem qualquer limitação, tanto em qualidade como em quantidade. Diante desta verdade absoluta, o homem percebe que sua inteligência, por maior que seja, não decifra o mistério da não dimensionável realidade de Deus. O ser humano adquire e continua a adquirir ciência mas jamais alcançará a onisciência divina, ainda que some todas as ciências e as multiplique. Sempre conheceremos apenas a realidade divina, que é o que é, dentro dos limites que o Filho, Jesus Cristo, julgou prudente nos revelar. O limitado nunca chegará ao ilimitado.

Se quisermos expressar nossa limitação, com um exemplo, poderemos recordar este, que a ciência humana, mais poderosa e aplicada aos estudos dos sistemas planetários e solares está no Sol. É ele estrela de 5ª grandeza, localizado num universo de tamanho desconhecido e possuidor de luz e energia para os planetas a ele pertencentes. Para isso, tem sua energia oriunda da fusão de hidrogênio com hélio, na proporção de 4 por 1. E é tal a quantidade dessa combinação que o Sol consegue emitir, segundo cálculos de astrônomos e físicos competentes, luz e calor a cada segundo, que equivale de 12 a 15 trilhões de toneladas de carvão. Podemos fazer a leitura desses números fantásticos, mas não compreendemos a imensidade dessa operação, sabendo que ela ocorre, desde que Deus a gerou com a ordem do faca-se a luz, e que o Sol se tomou centro de planetas girando em tomo dele (heliocentrismo).

Outro fenômeno semelhante ocorre e sobre ele fazemos as perguntas: É o Universo limitado ou ilimitado, sendo ele criado pelo poder da Onisciência? Há outros universos? Quantas estrelas existem? Como interpretar a afirmativa de Jesus Cristo de que haverá novos céus e nova Terra após o Juízo Final para nossa humanidade?

Não se considerem, porém, as ciências como desnecessárias aos homens. Dentro dos justos limites, cada ciência oferece a todos auxílio próprio. E, no caso da ciência unida à fé, São Pedro já encontrava sua utilidade, na Segunda Epístola: "... esforçai-vos quanto possível por unir

à vossa fé a virtude<sup>1</sup>, a virtude à ciência, a ciência à temperança, a temperança à paciência ... " (II CP 1, 5 e 6).

Não esqueçamos, pois, de que o apóstolo Pedro se refere à ciência em geral, inclusive à ciência unida à fé. Esta repetição tem o poder de nos conduzir à aceitação da verdade que existe em ambos os campos referidos, o da fé e o da ciência. Assim, é benéfico nos lembrarmos dos exemplos de gênios da ciência e da fé, como Copérnico, Galileu Galilei, Pasteur, Ampère, Marconi, Laender de Moura, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino e outros doutores da Igreja, e outros de semelhantes méritos.

Diante de tudo isso, é de concluir que muito desconhecemos do passado, pouco sabemos sobre o presente e não conseguimos prever como será o futuro.

É, para nós, lícito afirmar que nossa ciência tem razão para pedir a constante e generosa ajuda da onisciência. Também, devemos abraçar esta e concluir que, na onisciência de Deus, somos forçados a perguntar-lhe: Senhor, de onde viemos, por que viemos, para onde vamos? Outrossim, ousamos dizer: A quem o Senhor concede julgar ante a luz da ciência Ele pede, pelo menos, a luz geradora da felicidade dos homens. Sem dúvida, é a ciência empregada, que amplia a vida terrena e a auxilia a alcançar aquele Viver que ardentemente desejamos: o viver bem na Terra para alcançar a felicidade do estado celestial, onde quer que ele se concretize. Efetivamente, cabe-nos viver na Terra para ao Céu chegarmos no instante só determinado pela Providência Divina e que pode estar bem próximo de nós. Este assunto pede mais algumas informações que aparecem abaixo.

Todos os pecados se intercomunicam, na medida em que cada um ofende de modo peculiar o Criador. Cada pecado tem, realmente, sua forma e seu alcance de modo próprio. Além disso, ele é tão antigo como a humanidade.

Deus, na redenção, o redimiu para a felicidade das criaturas, ainda na Terra. Mas o orgulho logo as dominou. Quis ter a onisciência de Deus, para rivalizar-se com Ele. Acreditou que teria poderes para igualar sua

<sup>1</sup> Sinônimo de fé vivida.

ciência com a onisciência divina. Perdeu, com isso, seu senso de medida. Desconheceu os limites característicos da fragilidade de sua natureza. Revoltou-se contra Deus. E é o que, com maior conhecimento, fazemos, agora, quando pecamos, porque, sem pleno conhecimento, total consentimento, conseguimos ficar livres do pecado. Se estamos cientes disso, é a nossa felicidade. Somos ignorantes, pensando ter alcançado os cumes do saber tudo! Tal é nossa revolta comportamental, que Deus se condói de nós e nos perdoa, se houver arrependimento nosso. Realmente, o pecador continua vivendo, porque Deus é infinitamente misericordioso, creiamos ou não n'Ele!

Sentimos, por meio de tudo quanto foi dito, que Ciência e Fé podem estar vigorosamente unidas. Aliás, este é o luminoso ensinamento do autorizado Dr. Paul Chauchard, em seu magnífico estudo A Ciência Destrói a Religião?:

“A Ciência, hoje em dia, atinge inúmeros problemas essenciais para o homem. Já não é mais possível conceber uma separação entre os dois conhecimentos distintos da ciência e da fé. Nem mais é possível guardar a fé, ignorando à ciência.” (Pág. 13)

Como se essa afirmação não bastasse, o respeitável mestre avança mais e afirma: “Deve todo fiel ser bastante cientista e bastante teólogo para não sucumbir aos argumentos mais simplistas. Todos os cientistas, e todos os teólogos, respeitando a autonomia da ciência e a fidelidade à Igreja, devem colaborar na obra de reflexão filosófica que representa a apologética baseada na ciência, que aliás está longe de representar toda a apologética.” (Pág. 13)

As ciências, em verdade, prestam magnífica contribuição para o sempre desejado bem comum. E porque estão cientes disso, os bispos reunidos na Conferência de Aparecida, em 2007, afirmaram, no documento por eles expedido, essa verdade:

“Louvamos a Deus por aqueles que cultivam as ciências e a tecnologia, oferecendo imensa quantidade de bens e valores culturais que têm contribuído, entre outras coisas, para prolongar a expectativa de vida e sua qualidade. No entanto, a ciência e a tecnologia não têm as respostas às grandes interrogações da vida humana.” (123)

Mas a ciência, quando mantida dentro de seus limites peculiares, chega até a fornecer ao homem certos conhecimentos relativos a Deus e ao Universo criado por Ele. Paulo, em seu tempo e em carta rigorosa, confirma a existência dessa confortadora possibilidade:

“Desde a criação do mundo, com efeito, os atributos invisíveis de Deus, tanto o seu poder eterno como a sua divindade, tomam-se reconhecíveis com a consideração da mente humana acerca das coisas criadas.” (Rm, 1,20)

Para concluir de modo eficaz e consagrador este capítulo, expressaremos a magnífica síntese que consagra a absoluta necessidade dos conhecimentos que se unem e abrangem desde as ciências em geral até o legado da fé. E, por nobre dever, vamos buscá-la, confiantes, em Alceu Amoroso Lima, no professoral livro Elementos de Ação Católica, cuja atualidade continua a existir apesar dessa ação estar sendo sucedida por outros e vigorosos movimentos doutrinários: “Nenhuma atividade meramente pragmática ou naturalista pode contentar um espírito preocupado em descer sempre abaixo dos acidentes. Logo, a ciência, que nos mostra as relações constantes entre os fenômenos; a filosofia que nos dá o conhecimento dos últimos princípios do universo e a religião que nos eleva à ordem sobrenatural e nos revela o sentido profundo e o destino último de tudo o que é – são atividades que a nossa sede de penetrar a essência das coisas toma indispensáveis como básicas de nossa vida em espírito de plenitude.” (Pág. 16)

Já escrevemos até repetidamente que o cristão não pode, como é lógico, repelir o mesmo conhecimento religioso e nem o saber alimentado pela razão. Ambos se unem e levam os fieis às altitudes do saber. Quem ensinou essa maravilhosa intercomunicação foi o próprio Criador. E ela está repetida na sapiente encíclica Fides et Ratio de João Paulo II, em totalidade e, portanto, não acidentalmente. O trecho seguinte, conhece logo sua introdução e confirma o saber do ensino pontifício, pelo que não pode deixar de ser citado:

“A fé e a razão constituem como que a duas asas pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade. Foi Deus quem colocou no coração do homem o desejo de conhecer a verdade e, em

última análise, de o conhecer a ele, para que, conhecendo-o e amando-o, possa chegar também à verdade plena sobre si próprio.”

Nesse sentido, é de buscar igualmente a afirmativa de Bento XVI:

“A fé supõe a razão e a aperfeiçoa, e a razão, iluminada pela fé, encontra força para elevar-se ao conhecimento de Deus e das realidades espirituais. A razão humana não perde nada ao abrir-se aos conteúdos de fé, e mais, estes exigem sua livre e consciente adesão.”

Porque a ciência e a fé se irmanam, como viemos afirmando, a humanidade, entre o Século XVIII e o XX, conseguiu incluir em admirável relação, cientistas que deram ao mundo notáveis descobertas e se chamavam Pasteur (1822-1895), Newton (1642-1727), Edison (1847-1931), Morse (1791-1872), Lavoisier (1743-8-5-1794), Branly ( ...-1940), Marconi (1874-1937), Roentgen (1845-1925) e Pierre Curie (15-5-1859 – 19-4-1906).



## OS MINEIROS NA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS

*Fábio Lucas*

As Academias de Letras são reminiscências de época em que o escritor era depositário de uma Aura na comunidade a que pertencia. Devem elas, hoje em dia, repensar o seu papel, quando a aura foi perdida e o prestígio dos escritores entrou em relativa hibernação.

A princípio as Academias cumpriam as atribuições que lhes eram delegadas: cultivar e proteger o idioma nacional, reverenciar os grandes autores da Literatura, dedicarem-se à preservação do patrimônio cultural do país e, por fim, garantirem a imortalidade de seus membros.

Tudo isso quanto ao passado. Para o presente reinava o pressuposto da excelência de seu trabalho, daí decorrendo o princípio de serem exemplares os escritores das agremiações acadêmicas.

E quanto ao futuro? As Academias deveriam tornar-se elos da grande corrente cultural que atravessa a História pátria. Deveriam, portanto, abrir-se às novas gerações, estimulando-as no seu processo de criação e de renovação dos conteúdos literários. Consequentemente, cabe às instituições centenárias reavaliar a sua função. Como acadêmico da Academia Mineira de Letras, a partir de 1962, da Academia Paulista de Letras, a partir de 1997, sócio-fundador da Academia de Letras do Brasil, de Brasília, DF a partir de 2000, sócio-correspondente da Academia

\* Professor, ensaísta, autor de: *Do Barroco ao Moderno, Mineirações, O Poeta e a Mídia? Carlos Drummond de Andrade e João Cabral de Melo Neto. Lições de Literatura Nordestina, Ética e Estética de Érico Veríssimo*. Da Academia Mineira de Letras (cadeira 22).

Acriana de Letras, a partir de 2009, é que me abalanço às considerações acima e me proponho a ressaltar aspectos convergentes das Mineira e Paulista, no memorável ano do centenário de ambas.

Sempre, é claro, a bater-me por maior interação de cada Academia com o meio intelectual do qual retira suas forças e para o qual se pronuncia literária e culturalmente.

Desde a sua criação, a Academia Paulista de Letras tem tido a colaboração de autores mineiros. Raul Soares de Moura, por exemplo, fundou a cadeira 36 e escolheu como patrono Euclides da Cunha.

O ano de 2009 é particularmente significativo para as Letras nacionais. Celebra-se o centenário de ambas as Academias – mineira e paulista – como também se reverencia o centenário da morte de Euclides da Cunha, escritor e pensador da nacionalidade brasileira.

Raul Soares de Moura, nascido em Ubá, em agosto de 1877, teve como nome de batismo Raul Peixoto Soares, filho de Camilo Soares de Moura e Amélia Peixoto Soares. Fez os primeiros estudos no Seminário Menor de Mariana e, após, no Ginásio Mineiro de Barbacena e de Ouro Preto. Nesta última cidade concluiu curso de Humanidades em 1895, ano em que iniciou o curso na Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, no qual permaneceu até o 3º ano. Irá concluí-lo, a partir de 1898, na Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1908 (abril), já se tornara colaborador de *O Estado de S. Paulo*. No mesmo ano, fora nomeado promotor interino da comarca de Campinas, em novembro, quando solicitou exoneração do cargo.

Raul Soares devotou-se a escrever sobre a Filologia; fez críticas literária ao livro de Delfim Guimarães, *Bernardim Ribeiro*, e dedicou-se a estudar o poeta Crisfal. Ficou célebre o seu polêmico trabalho. Era o ano de 1909, quando faleceu, em outubro, a sua primeira esposa, Alice Reis, em Campinas. Em novembro de 1909 foi um dos fundadores da Academia Paulista de Letras, a cuja sessão inaugural deixou de comparecer por estar de luto pela morte da esposa.

Raul Soares, em 1910, ingressou na vida política, com a adesão à campanha civilista em Campinas. Assumiu a chefia política da cidade de Rio Branco (hoje Visconde de Rio Branco), em face do assassinato de

seu irmão, Carlos Soares. Deste modo, exerceu a chefia do diretório político do Partido Republicano Mineiro na cidade. Elegeu-se deputado estadual pelo PRM em 1911, quando se transferiu para Belo Horizonte e se tornou membro do escritório de advocacia de Afonso Pena Júnior. Foi Secretário de Estado, Ministro da Marinha (governo Epitácio Pessoa em 1919), Senador da República (1921) e Presidente do Estado de Minas Gerais, eleito em 1922.

Euclides da Cunha, patrono da cadeira 36, teve uma vida agitada e não se fixou duradouramente em nenhum lugar. Sua passagem por São José do Rio Pardo, para onde se dirigiu em agosto de 1896 e voltou como engenheiro encarregado de reconstruir a ponte local, em 14 de março de 1898, levou-o a aproximar-se de Francisco Escobar, então Presidente do Conselho de *Intendentes* local. O cargo de intendente denomina-se hoje *vereador*.

Francisco Escobar, excelente administrador, oriundo de Camanducaia (antiga Vila de Jaguari), era filho de pai paulista, Bento Gomes de Escobar, nascido em São Sebastião, no litoral de São Paulo. Era dotado de extrema curiosidade intelectual. Erudito, tornara-se crítico e virtuoso pianista. Olimpio de Souza Andrade, na obra *História e Interpretação de "Os Sertões"* (São Paulo: Edart, 1960, pp. 164 e 169) chega a admitir que Francisco Escobar detinha um cabedal de conhecimentos superior ao de Euclides da Cunha, embora lhe faltassem aptidões literárias, tão expressivas no autor de *Os Sertões*. Aliás, sustenta Olimpio de Souza Andrade que a quase totalidade da célebre obra euclidiana fora escrita em São José do Rio Pardo, sob forte influência dos amigos.

Chegara Francisco Escobar a administrar São José do Rio Pardo, Camanducaia e Poços de Caldas. Consta que teria revolucionado o uso das águas minerais da última cidade a ponto de desenvolver o turismo em busca de estação de cura e de atrair grandes personalidade nacionais, como Rui Barbosa, Pinheiro Machado, Olavo Bilac e Miguel Couto. Este último chegou a perguntar ao Prefeito de Poços de Caldas, em diálogo sobre as águas, se ele era médico. Ao que replicara Francisco Escobar: "Lonque disso, Professor. Sou apenas um rábula". (cf. Manuel Casasanta, *Francisco Escobar*, Belo Horizonte:Edições MP, 1966, p. 111).

Também cofundador da Academia Paulista de Letras foi Sílvio de Almeida (Sílvio Tibiriçá de Almeida), nascido em Pouso Alegre em 1867, filho do Dr. Augusto Aureliano Batista de Almeida Júnior e D. Constança Vilhena de Almeida. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi poeta e filólogo, autor de *Efêmeras* (introd. De Raimundo Corrêa, São Paulo:Ed. Casa Macedo, 1893) e do polêmico *Antigo Vernáculo* (1898). Fundou a *Revista de Filo/agia Portuguesa*. Faleceu em 1924. João Ribeiro, numa série de subtítulos reunidos com a denominação "Gramatiquices", constante de *O Fabordão* (Rio:Livraria São José, 1954, 2ª edição, pp. 187-213), dedica arrasadoras objeções às fantasias etimológicas de Sílvio de Almeida. Voltaria à carga em outro folhetim, "Camoniana", pp. 277-298. Entretanto, alguns dos ensaios de Sílvio de Almeida foram reunidos por Leonardo Arroyo para o Conselho Estadual de Cultura de São Paulo, com o título de *Estudos* (São Paulo: Conselho Estadual de Cultura. Comissão de Literatura, 1967). Ali Leonardo Arroyo homenageia o autor de *Cancioneiro dos Bandeirantes*, reputando-o "estudo pioneiro e inspirador de muitos autores aparecidos posteriormente", e elogia-lhe o ensaio intitulado *As Cartas Chilenas*, saído no vol. XII da *Revista da Academia Paulista de Letras*.

Leonardo Arroyo atribui a Sílvio de Almeida "um temperamento introspectivo". Lembra que Lúcio de Mendonça dedicou-lhe, em *Vergastas* (Rio, 1889) um soneto, uma vez que ele era um republicano desde menino (o soneto é datado de Pouso Alegre, 1879).

Sílvio de Almeida publicava, no *Diário Popular*, estudos de Linguística sob o título geral de Palestras Filológicas. Em edição póstuma, saíram os seus trabalhos *Estudos Camonianos*. É autor de *A Máscara de um Poeta*, ensaio em que analisa a obra de Bernardim Ribeiro (*Menina e Moça*). Também se viu envolvido na questão do poeta Crisfal, pois sustentou ser este o próprio Bernardim Ribeiro. Na determinação da autoria das *Cartas Chilenas* Sílvio de Almeida optou relutantemente por Cláudio Manuel da Costa, depois de acurada análise das propriedades estilísticas de Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e Alvarenga Peixoto. O problema da autoria das *Cartas Chilenas* continua aberto, não obstante a clara tendência de os estudiosos nomearem Gonzaga como autor, auxiliado por Cláudio.

Uma curiosidade: para a fundação da Academia Paulista de Letras, algumas reuniões se fizeram em casa de Sílvio de Almeida, com a participação de sua esposa, Presciliana Duarte de Almeida – que, poetisa, acabou se tornando a primeira mulher acadêmica no Brasil.

Para patrono de cada cadeira, o marido, Sílvio de Almeida, indicou Júlio Ribeiro; e a esposa Presciliana Duarte de Almeida escolheu Bárbara Heliodora.

Assim, dois mineiros de origem se tornaram patronos da Academia Paulista de Letras.

Júlio Ribeiro (Júlio César Ribeiro Vaughan), nascido em Sabará, Minas Gerais, a 14 de abril de 1845, cedo se transplantou para São Paulo, onde se tornou jornalista polêmico, abolicionista e republicano exaltado, autor do famoso romance *A Carne* (1888) e de outro *Padre Belchior de Pontes* (Campinas, 1876-1877). Publicou também *Questões Gramaticais* (1879), *Traços Gerais de Linguística* (1880) e a *Gramática Portuguesa* (1881). Manuel Bandeira, no discurso de posse na Academia Paulista de Letras, a 30 de novembro de 1940, elogiou Júlio Ribeiro, patrono de sua cadeira, indicando-o como um daqueles "homens ardentes e combativos", pertencentes à categoria das "almas-procelárias". Ao revés, Álvaro Uns e Eduardo Frieiro endereçaram-lhe fulminantes reprovações no que toca ao ficcionista.

Quanto a Bárbara Heliodora, nasceu em 1759, em São João del-Rei. Casada com Ignácio José de Alvarenga Peixoto, a quem inspirou belas canções, que exaltam a sua beleza e alta personalidade. Joaquim Norberto de Sousa e Silva localizou 12 sextilhas de sua autoria, publicadas com o título de "Conselhos a meus filhos", juntamente com as *Obras Poéticas* de Alvarenga Peixoto (Paris, 1865). Consta haver impedido que, durante a Devassa, o marido denunciasse os companheiros. Com a Inconfidência, ficara na miséria, tendo que cuidar dos quatro filhos. A única filha, Maria Efigênia, teria morrido tragicamente num acidente.

Cumpr-me relatar breve episódio a respeito do fundador da Cadeira nº 27 da Academia Paulista de Letras, ora por mim ocupada desde a minha posse a 23 de outubro de 1997. O acadêmico Luís Barbosa da Gama Cerqueira, advogado, político, professor da Faculdade de Direito

da Universidade de São Paulo, político vocacionado à oposição, ao se formar, em 1886, dirigiu-se para a terra natal, Paraíba do Sul, então na Província do Rio de Janeiro, onde se inscreveu no Partido Republicano, não obstante o pai fosse um dos chefes do Partido Conservador e já tivesse sido Ministro do Império.

Proclamada a República, Gama Cerqueira elegera-se deputado à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, mas resignou o mandato, em protesto contra o golpe de Floriano Peixoto.

Tendo passado a residir em São Paulo, inscreveu-se em concurso aberto na Faculdade de Direito para provimento da cátedra de Direito Penal. Competira com Alfredo Pujol e saíra vitorioso da famosa pugna intelectual.

Grande orador, dissertara com brilho sobre Antropologia e Sociologia Criminal e teceu críticas ao Código Penal de 1890 que, a seu ver, se voltava mais para o delito do que para o delinquente.

Curioso é o ingresso de Veiga Miranda (José Pedro da Veiga Miranda) nascido em Campanha, Minas Gerais, a 11 de abril de 1881, na Academia Paulista de Letras. Inscreveu-se na Escola Politécnica uma vez que não logrou matrícula, então encerrada, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Formou-se em 1904, sempre com notas elevadas, mas atento sempre à carreira literária. Fora político, tendo sido eleito deputado estadual e federal pelo estado de São Paulo. Em 1919, tendo ido o Presidente Epitácio Pessoa a São Paulo, Veiga Miranda, orador oficial de sua recepção no Teatro Municipal, conseguiu desarmar os ânimos dos estudantes revoltados, que ameaçavam atirar tomates no Presidente. O orador fora ovacionado e, após a sessão, carregado em triunfo.

Dias depois, Epitácio Pessoa o fez Ministro da Marinha, o primeiro civil a exercer esse cargo no governo da República, assim como Pandiá Calógeras fora o primeiro civil a ocupar a pasta da Guerra.

Deixando o cargo de Ministro da Marinha, Veiga Miranda estava pobre e, a fim de pagar as despesas das funções ministeriais, teve que hipotecar a sua casa, na Rua Maranhão, em São Paulo.

A certa época, fundou a revista *O Comentário*, de doutrina política.

Fazia de tudo na revista e, para variar a escassa colaboração, imitava o estilo dos escritores contemporâneos, com os seguintes pseudônimos: Sílvia Rangel, Guilherme de Almada, Acaciano Riscado e outros.

Fora Veiga Miranda o primeiro titular da Cadeira n° 35 da Academia Paulista de Letras. A sua posse se deu após um período de crise em que a Academia esteve desativada. Isso foi no ano de 1929. Ele, no discurso, refere-se ao convite que lhe teria sido feito em 1909, por J. J. de Carvalho e Ulisses Paranhos, a fim de que figurasse na lista dos fundadores da Academia. Recusara a oferta, naquela ocasião, mediante carta de excusa.

Novamente convidado por Gomes Cardim, Veiga Miranda se tornou intérprete do grupo escolhido para completar o número de acadêmicos necessários à formação da Academia. Saudado por Spencer Vampré, recorda a guerra inicial aberta por Vicente de Carvalho, que se opunha a uma Academia regional, mas que, com o tempo, voltara ao aprisco, tendo a Paulista se aberto ao grande poeta. Veiga Miranda deixou considerável obra de ficção. Alguns de seus contos se repetem em várias de nossas boas antologias. Sua primeira novela, *Dulce*, data de 1904. De suas obras seguintes, mencionem-se: *A eterna canção* (1922, contos); *A serpente que dança* (romance, S. Paulo: Nova Era, 1930); *Maria Cecília e outras histórias* (contos, 1930); *Prancha* (1930); *Álvares de Azevedo* (ensaio biográfico, 1931). Essa obra, realizada por encomenda, foi escrita a lápis, velozmente, no transcurso do centenário do poeta, cujos originais, segundo relata Raimundo de Menezes, conservam-se na Empresa Gráfica da *Revista dos Tribunais*. Veiga Miranda faleceu em Ribeirão Preto a 17 de fevereiro de 1936.

Um acadêmico de grande nomeada na Literatura brasileira foi Amadeu de Queiroz, primeiro titular da cadeira n° 5, sucessor de Ulisses Paranhos, fundador. Nasceu em Pouso Alegre a 25 de março de 1873. Faleceu em São Paulo a 28 de outubro de 1955. Foi romancista, contista, biógrafo, memorialista, político, juiz de paz, farmacêutico. Residiu em São Paulo durante muitos anos como gerente da Drogaria Baruel. Assim, convivente e aliciador de amigos, criou e animou a Academia Baruel, denominação do local em que se reuniam os escritores de São Paulo, todas as tardes dos dias úteis.



Amadeu de Queiroz é autor de precioso livro de memórias *Dos 7 aos 77*, mistura de recordações e de comentários. Tem duas obras que documentam a era da exploração do ouro e das pedras preciosas: o romance histórico do tempo da mineração *O Intendente do Ouro* (São Paulo:Ed. SPES, 1937) e o romance *Catas* (Belo Horizonte:Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1956), em que estuda a mineração nos vales do Rio Verde e do Rio Sapucaí. Mais especificamente no Arraial de Santana. O romance é seguido de um glossário.

Publicou outros romances e coletâneas de contos, valendo assinalar *Sabina* (1931, romance), *João* (1945, romance), *O Quarteirão do Meio* (1944, romance) e *A Rajada* (São Paulo:Saraiva, 1954, romance).

Interessante acrescentar que Amadeu de Queiroz, eleito para a Academia Paulista de Letras, não chegou a tomar posse. Foi autor também de *Provérbios e ditos populares* (coletânea de pesquisa folclórica, 1937).

Menção especial deve ser feita a Fernando de Azevedo, nascido em São Gonçalo do Sapucaí, Minas Gerais, a 2 de abril de 1894. Estudou no Colégio Anchieta, em Nova Friburgo (RJ) e em Itu (SP). Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1918. lecionou em ginásios e, depois, tornou-se professor de Sociologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1941, da qual chegou a Diretor. Foi Diretor-Geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1926-1930) e do Governo do Estado de São Paulo em 1933. Em 1961 fora Secretário da Educação e Cultura do Município de São Paulo. Professor emérito da Universidade de São Paulo e Secretário da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo.

Efetuiu reforma do sistema educacional, que tomou o seu nome: reforma Fernando de Azevedo. Em São Paulo, pôs em vigor um Código da Educação, o primeiro a ser concebido no Brasil.

Introduziu Sociologia nos currículos escolares, consagrando-se à Sociologia Educacional, de que se tornou o arauto. Interpretou as ideias do pensador francês Durkheim. Foi Relator e Primeiro Secretário do Manifesto dos Pioneiros da Educação em 1932, da chamada Escola Nova.

Foi Fernando de Azevedo relator e principal autor do projeto que criou a Universidade de São Paulo em 1934. Sua obra *A Cultura Brasileira*, de 1943, inspirou a criação da cadeira de Cultura Brasileira nas Universidades do país.

As *Obras Completas* de Fernando de Azevedo somam 25 volumes e incluem Crítica Literária, Letras Clássicas, Geografia e Economia. Eleito para a Academia Paulista de letras, Cadeira nº 35, em 1962, não a ocupou; eleito novamente, para a Cadeira nº 23, tomou posse a 24 setembro de 1969, tendo sido recebido por Paulo Nogueira Filho. Ingressou na Academia Brasileira de Letras em 1968. Distinguiu-se como um expoente da intelectualidade brasileira. Faleceu em São Paulo (SP) a 18 de setembro de 1974.

Falta mirar a quadra contemporânea, quanto ao intercâmbio entre as Academias Mineira e Paulista. É de boa ocasião lembrar que, entre os Membros Correspondentes da Academia Paulista de Letras, figurou Vivaldi Moreira durante muitos anos, tendo sido o escritor Presidente Vitalício da Academia Mineira de Letras.

O meu ingresso na Paulista se deu a 29 de outubro de 1997, na Cadeira nº 27, na sucessão do poeta Afrânio Zucolotto, tendo sido recebido por Anna Maria Martins. Depois dessa data, deu-se a posse do Bispo D. Fernando Antônio Figueiredo a 27 de maio de 2009, quando, então, ocupou a Cadeira nº 36, sucedendo à acadêmica Esther de Figueiredo Ferraz. Foi recebido pelo acadêmico Gabriel Chalita.

D. Fernando Figueiredo, Bispo da Diocese de Santo Amaro, nasceu a 1º de dezembro de 1939, em Muzambinho, Minas Gerais. Doutorou-se em Teologia dos primeiros séculos da Igreja (Patrística) pelo Instituto Patristicum Augustinianum em Roma (1969-1972). No período de 1980-1984 foi Professor da Universidade Católica de Petrópolis. Publicou, entre outras obras, *Os Santos Padres da Igreja até o século VI (Pensamento filosófico e teológico dos padres latinos e gregos)*, vols. I, II e III, Petrópolis: Ed. Vozes.

Eis aí breve esboço da presença de autores mineiros na vida e na história da Academia Paulista de Letras. Cumpre-nos, aos Acadêmicos, dar vitalidade ao comércio de ideias e de criações literárias entre os brasileiros. Não há fronteiras para a imaginação dos escritores, nem limites para o diálogo de experiências.

**A HISTÓRIA DO BRASIL  
CONTEMPORÂNEO  
1930 A 1985**

**DE GETÚLIO VARGAS A  
TANCREDO NEVES  
A ERA VARGAS (1930-1964)**

*Miguel Augusto Gonçalves de Souza\**

**Reflexões sobre as origens, formação cívica, intelectual e ascensão política de Getúlio Vargas**

A década de 1920, não obstante a nação ter sido presidida por personalidades competentes, autoritárias e oligárquicas, como Eptácio Pessoa (1919-1922), Artur Bernardes (1922-1926) e Washington Luís (1926-1930), foi plena de eventos singulares. Tratou-se de fase aguda de transição da sociedade brasileira, pois nela ocorreram episódios singulares, como a Semana da Arte Moderna de São Paulo, a fundação, nas datas de 25, 26 e 27 de março, do Partido Comunista do Brasil (PCB), quando da realização de seu 1º Congresso Nacional, e, também, da primeira manifestação expressiva de natureza fascista, no Brasil, traduzida na Ação Integralista Brasileira (A.I.B.), fundada pelo intelectual Plínio Salgado, bem como inauguração, na cidade do Rio de Janeiro, do Jockey

---

\* Fundador e Reitor Honoris Causa da Universidade de Itaúna (MG), vice-presidente da Academia Mineira de Letras, ex-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, ex-secretário da Fazenda do Estado de Minas Gerais.

Clube Brasileiro, ostentação maior da burguesia em ascendência financeira. Adquiriu consistência, na referida década, o tenentismo, que incorporou nos nossos anais históricos nomes de jovens oficiais de nossas Forças Armadas, como Eduardo Gomes, João Alberto, Juarez Távora, Juracy Magalhães, Luís Carlos Prestes, Osvaldo Cordeiro de Farias, Siqueira Campos, citados por ordem alfabética, devendo-se incluir, nesta citação, o nome de Miguel Alberto Crispim da Costa Rodrigues, nascido em Buenos Aires, naturalizado cidadão brasileiro, que iniciou sua carreira militar como simples soldado da Força Pública Paulista e, como major, também teve importante participação nos movimentos políticos militares de 5 de julho de 1922 e 1924, da Coluna Prestes, da Revolução de 1930, e da subsequente Insurreição Reconstitucionalista de São Paulo, 1932, e seu nome deva ser incluído na relação de membros do tenentismo, e ser melhor analisado<sup>1</sup>. O historiador Edgar Carone, em sua obra *A República Velha – revolução política* percebe, na revolta dos sargentos de 1915, o surgir da nova geração de militares portadores de profundas críticas ao sistema político social vigente, sentimento este que conduziria, necessariamente, aos movimentos revolucionários de 1922 a 1930 (CPDOC, volume primeiro, página 630). Os jovens que passaram à nossa história como integrantes do *tenentismo* criticavam o desvirtuamento do republicanismo praticado pelas oligarquias dominantes, pregavam o voto secreto e a renovação das lideranças do país<sup>2</sup>.

Para estudar-se, todavia, a introdução do Brasil nos tempos modernos, bem como o do 31 de março de 1964 e suas sequelas, impõe-se a análise aprofundada da denominada *Era Vargas*, o período de transição mais importante da história do Brasil contemporâneo. Para compreendê-lo precisamos revolver o sub-solo de nossa história e recordar de que entre o descobrimento, em abril de 1500, e a independência, em 7

<sup>1</sup> *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, vol. II, página 1669.

<sup>2</sup> Recomenda-se a leitura, entre outras, das obras de Edgar Carone *O Tenentismo*, Difel-Difusão Editorial S.A., São Paulo, 1974, 1975, e *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*, de Maria Cecília Spina Forjaz, Forense Universitária, FU, Rio de Janeiro, 1ª Edição, 1989, bem como *História Geral da Civilização Brasileira*, direção de Boris Fausto, III, *O Brasil Republicano*, 3, *Sociedade e Política (1930-1964)*, Difel/Difusão Editorial S.A.

de setembro de 1821, prevaleceu o pacto colonial luso-brasileiro, corrupto, prepotente e indutor da produção de mercadorias para o mercado externo, como todos os colonialismos, mas é de reconhecer-se a adaptabilidade do povo português ao nosso clima tropical e subtropical, e a sua valiosa contribuição no nascer de nossa pátria.

Impõe-se refletir sobre o impacto, em nossa formação, da iníqua presença da escravidão e suas graves sequelas, pois o Brasil, praticamente, foi o último país, do mundo ocidental, a eliminá-la. No império e na Velha República predominaram o coronelismo e as estruturas oligárquicas das capitanias hereditárias, das sesmarias e do escravismo. O processo universal da renovação da sociedade, iniciada a partir dos séculos XVII e XVIII, com o puritanismo inglês, os parlamentos da Inglaterra, dos Estados Unidos e a Revolução Francesa, acontecimentos épicos da história da humanidade<sup>3</sup>, começaram a alcançar as praias brasileiras, ainda que tardia e gradualmente, com os ideários iluministas trazidos pelos estudantes brasileiros, que frequentaram os cursos das Universidades de Coimbra e Montpellier, a Inconfidência Mineira e as sequelas cívicas decorrentes do martírio de Tiradentes, em 21 de abril de 1792.

Registre-se a inexistência de reforma agrária adequada, séria, cívica e despojada de conotações políticas engajadas, oriundas de classes conservadoras ou da influência dos radicais de esquerda, em país no qual inexistiu o feudalismo, pois nascido sob o signo do capitalismo.

Impõem-se, ao iniciar-se o estudo das origens menos remotas do evento político militar de 31 de março de 1964, a análise da revolução de outubro de 1930 e da personalidade de Getúlio Vargas, reflexões sobre sua ancestralidade, formação intelectual, ação política, social, econômica, e a ascensão ao poder supremo do país, por dois períodos, entre 1930 a 1945 e 1951 a 1954, a denominada *Era Vargas*.

Esta deve ser considerada verdadeiro divisor de águas, na vida moderna do país, não apenas por sua inerente importância, mas, também,

<sup>3</sup> Thomas Carlyle, *On Heroes and Hero – Worships*; páginas 128 e 129, Cassel and Company Ltd, London, New York, Toronto e Melbourne – MCMVIII.

no atuar de seus colaboradores mais diretos, como João Goulart, seu ministro do trabalho, vice nos governos de Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek, presidente populista imediatamente antecessor do regime militar implantado após o 31 de março de 1964, para citar, tão somente, o nome polêmico de seu herdeiro político, e dos partidos criados por sua inspiração e ideário político nacionalista, desenvolvimentista e favorável à inclusão social dos excluídos, que prevaleceu na vida nacional, e mesmo seus principais opositores, como Carlos Lacerda e a UDN, foram induzidos, em sua ação política, substancialmente, pelo antigetulismo.

Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves, que incorporaram seus nomes aos nossos melhores anais históricos, aquele, por suas ações desenvolvimentistas e a criação de Brasília e, este, por simbolizar a redemocratização do país, após o termino dos governos militares, entre início de abril de 1964 e o 21 de abril de 1985, quando de sua dramática morte, já eleito presidente da república, eleição esta que despertara esperanças para o povo brasileiro, também iniciaram suas vidas públicas sob o manto ideológico e protetor de Vargas.

Tancredo Neves soube, magistralmente, sintetizar o pensamento de Getúlio, com as palavras que constam de seu depoimento na FGV: *"Vargas nunca seria um político de oposição, jamais seria. Ele era sobretudo um homem que acreditava no poder quase como força super-humana, ou de complementação das deficiências humanas, para grandes objetivos de ordem política e social. E, em segundo lugar, ele via no poder a única força capaz de ele poder exteriorizar as suas concepções de ação política"*.

Como acreditamos que as categorias espaço e tempo são importantes para a boa análise das personalidades históricas, examinaremos, de início, o território e o momento em que viveram Getúlio Vargas e seus ancestrais. A região de São Francisco de Borja, área dos denominados Sete Povos das Missões, surgiu com o propósito de garantir, do avanço português, as margens do rio Uruguai. Os incansáveis jesuítas se instalaram na área conflagrada e nela exerceram predomínio e grande influência sobre os bravos índios guaranis, chegando mesmo a pretender alcançar, na direção oeste-leste, os horizontes do próprio oceano Atlântico, mas foram contidos

pela bravura dos gaúchos e colonizadores portugueses, estes oriundos, principalmente, da ilha dos Açores. A área missionária das Missões e as fronteiras em formação do Brasil, Argentina e Paraguai foram varridas pelas guerras, bem como as contínuas guerrilhas entre brasileiros, argentinos, paraguaios e uruguaios, que lá deixaram, na clássica expressão churchilliana, rastros de sangue, suor, lágrimas e sofrimentos. As terras eram férteis, com boas aguadas, fauna e vegetação adequadas para a pecuária, plantio de arroz e o cultivo dos rentáveis ervais, portanto cobiçadas. Área que, inicialmente, pertenceria aos espanhóis, na qual se encontra a histórica cidade de São Borja, que pertence ao Brasil, e da região missionária resta, como símbolo solitário, a igreja de São Miguel. O poeta José Basílio da Gama, em sua poesia, belo poema épico escrito no Brasil colonial, denominado *Uruguay*, escrito no ano de 1769, bem descreve o dramático episódio ocorrido nos Sete Povos da Missões.

Getúlio Dorneles Vargas nasceu em São Borja no dia 19 de abril de 1883, descendente de família eminente em São Borja. Seu avô paterno, Evaristo José Vargas, lutou, como soldado voluntário da República de Piratini, durante a guerra dos Farrapos. Foi casado com Luisa Maria Tereza Vargas, com quem teve 14 filhos. Os avós maternos, Serafim Dorneles e Umbelina Dorneles, pertenciam a famílias de descendentes dos imigrantes portugueses dos Açores. Serafim Dorneles foi major de milícias, próspero comerciante e um dos maiores estancieiros de São Borja. O pai de Getúlio, Manuel do Nascimento Vargas, combateu na guerra do Paraguai e distinguiu-se como herói militar. Começou a guerra como simples cabo e encerrou-a como tenente-coronel. Desligado do exército, fixou-se como fazendeiro em São Borja e em 1872 casou-se com Cândida Dorneles Vargas, e o casal gerou cinco filhos: Viriato, Protásio, Getúlio, Espártaco e Benjamim. Tornou-se, no final do Império, chefe político local do Partido Republicano Riograndense (PRR). Combateu em 1893, já na República, os federalistas adeptos de Assis Brasil, que se insurgiram contra Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul, seu cunhado, causando a denominada Revolução Federalista. Guerreou as tropas de Dinarte Dorneles, tio materno de Getúlio e líder Federalista no município, fato que contribuiu para que se introduzisse, na

família de Vargas, a acirrada e histórica dicotomia entre *chimangos* (republicanos) e *maragatos* (federalistas). A guerra civil terminou em 1895 com a vitória dos republicanos e o PRR tornou-se o partido dominante no estado, sob o comando de Júlio de Castilhos e seu sucessor Borges de Medeiros. Manuel Vargas recebeu, de Floriano Peixoto, a promoção a coronel, e a de general de brigada, do presidente Prudente de Moraes. Foi, em 1907, intendente, cargo hoje denominado prefeito, de São Borja, o mesmo sucedendo, posteriormente, com seus filhos Viriato e Protásio. Getúlio Vargas conviveu, em infância feliz, com as atividades da pecuária, na fazenda paterna de Santos Reis, frequentou as agradáveis rodadas de chimarrão e graduou-se no curso primário de São Borja, concluído em 1897. Seu pai, de imediato, mandou-o, com a idade de 16 anos, a estudar na tradicional Escola de Ouro Preto, que já frequentavam seus irmãos mais velhos, Viriato e Protásio. É fato que ocorreu, na antiga capital do estado de Minas Gerais, conflito entre estudantes gaúchos e paulistas, e do qual resultou a morte do aluno Carlos de Almeida Prado, membro de tradicional família paulista. A Justiça apontou Viriato como o responsável, e Getúlio voltou, de imediato, para São Borja. Tratou-se de briga de rua entre estudantes, provavelmente causada por uma namorada, na visão de Alzira Vargas do Amaral Peixoto, mas no contexto de rivalidades regionais, próprias da Primeira República. Fausto Boris<sup>4</sup> acredita tratar-se de provocações mútuas, e o paulista teria ofendido os gaúchos dizendo-lhes que “*chimangos e maragatos eram mingau do mesmo prato, lambedores de botas, comedores de tripas*”. Viriato, apontado pela Justiça como o responsável, escapou, refugiou-se no Paraguai, passou alguns dias no Mato Grosso, antes de retornar a São Borja. Em sua retirada foi auxiliado pelo estudante gaúcho Benjamim Torres. Este, após sua diplomação, fixou-se na terra natal dos Vargas, militou na política local, em oposição a Viriato, então intendente, e veio a ser assassinado em 1915, presumivelmente a mando deste, que abrigou,

<sup>4</sup> Boris Fausto, *Getúlio Vargas*, excelente biografia da mais complexa e importante personalidade do Brasil republicano, que presidiu o país por 18 anos, edição da Companhia das Letras, editora Schartz Ltda., São Paulo, 2006, páginas 23 e 27.

em sua fazenda, os autores do ato criminoso. Ele se refugiou na Argentina e somente regressou a São Borja após seu julgamento e absolvição, pois contara com o apoio de Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado e, neste período, o protetor se transformou em vítima, fato não raro nos tempos oligárquicos da velha República.

Getúlio neste remoto evento permaneceu alheio, mas defendeu seu irmão, no que se referia ao episódio de Ouro Preto. Ao retornar à terra natal, decidiu seguir a carreira paterna, passou a integrar o batalhão de infantaria local, obteve êxitos nos exames para sargento e, em 1899, seguiu para Rio Pardo, Rio Grande do Sul, com o propósito de frequentar a Escola Militar. Acontece que, em 1902, eclodiu ali movimento de rebeldia estudantil entre os cadetes, e Getúlio, por ser solidário com os seus colegas rebeldes, foi desligado e mandado, como simples soldado, para o 25º Batalhão de Infantaria de Porto Alegre. Após refletir sobre o sucedido, na capital do Rio Grande do Sul, decidiu estudar para matricular-se na Faculdade de Direito. Quando, com este propósito, preparava-se para deixar os quadros do exército nacional, ocorreu grave êxodo na região fronteira do Brasil com a Bolívia, área esta rica em borracha que, na época, alcançava preços expressivos no mercado internacional, e habitada por seringueiros brasileiros, mas que pertencia à Bolívia.

O gaúcho Plácido da Costa, como registrado nos anais da história nacional, à frente dos seringueiros brasileiros, proclamou o Estado Independente do Acre, em aberto desafio à autoridade do Presidente da Bolívia, que comandaria expedição militar para derrotá-lo. Surgiu, na iminência de sério conflito armado entre as duas nações sul-americanas, a competente ação do barão do Rio Branco, expoente maior da diplomacia brasileira, que demoveu a intenção bélica dos bolivianos e, com eles, celebrou tratado de paz entre as duas nações, dele decorrendo a integração da área conflagrada, ao território nacional. O Brasil pagou à Bolívia, a importância de US\$ 2.000.000 (dois milhões) de dólares, cedeu ao Estado vizinho trecho do território do Mato Grosso e assumiu o compromisso de construir a ferrovia Madeira-Mamoré, que permitiu o acesso do país andino, mediterrâneo, ao litoral do Atlântico.

O batalhão retornou a Porto Alegre e Getúlio, que dele participou, regressou à capital gaúcha com o propósito de seguir a carreira jurídica e atender à sua verdadeira vocação, a atividade política, para o que prestou exame vestibular na Faculdade de Direito local, em 1903.<sup>5</sup> Ingressou, de imediato, no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), comandado pelo oligarca presidente do estado, Borges de Medeiros e o senador Pinheiro Machado, fortes lideranças do Rio Grande do Sul. Formou-se em direito, no mês de dezembro de 1907, e foi eleito orador de sua turma.

Ao criar e presidir, ainda aluno da Faculdade de Direito de Porto Alegre, o bloco acadêmico Castilhistas, Getúlio Vargas já estava prematuramente impregnado do ideário positivista de Augusto Comte, com singular aceitação entre as lideranças políticas-intelectuais do Rio Grande do Sul, e nas lideranças do Exército Nacional até 1930, devendo-se mencionar, prioritariamente, o nome lendário de Júlio de Castilhos, altamente representativo deste pensamento filosófico social, por ele inserido no próprio texto da Constituição gaúcha vigente no século XIX e décadas iniciais da centúria de XX.

Impõe-se registrar suas características práticas óbvias, como tecnificação do poder legislativo, a existência de governo forte, centralizador, e a incorporação da classe operária, de fato, à sociedade. Em fins do período colonial e no curso do império, a região rio-grandense do Sul sofreu o impacto de conflitos externos, que fixaram marcos significativos de natureza física e psicológica na personalidade do gaúcho, tais como: as intervenções militares de D. João VI e D. Pedro I, na disputa pela província Cisplatina; as lutas contra Oribe, no Uruguai, e contra Rosas, caudilho argentino (1845-1852) e a dramática Guerra do Paraguai (1864-1870).

<sup>5</sup> Ivan Haartmann, *Tchê Comunicações Ltda.*, Porto Alegre-RS, 7ª Edição, setembro de 1894. Esta obra integra a coleção projetos culturais relativos às comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. *Esses Gaúchos*, editada pela Amrigés Gráfica e Editora. Vide, também, a obra *Getúlio Vargas, Meu Pai* de Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Editora Globo, págs. 4,5,6 e 7. Vide, ainda, *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, edição da Fundação Getúlio Vargas, volume V, páginas 5.898 e 5.899.

Economicamente, o estado mais meridional do país dedicou-se a produzir, para o mercado interno, em especial, o charque, a carne seca e, posteriormente, com a presença dos imigrantes oriundos dos Açores, da Alemanha e da Itália, praticou-se a cultura de subsistência dos cereais como milho, arroz e trigo, para consumo dos principais centros urbanos rio-grandenses e de outras províncias brasileiras, mas descuidando-se da manufatura, início da verdadeira industrialização. Simultaneamente vigorava, no Nordeste, o açúcar e, em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, além das atividades extrativas, passaria a reinar a cafeicultura destinada à exportação. Estes dados econômicos também contribuíram, em termos sociológicos, para a fixação da identidade dos habitantes do Rio Grande do Sul, bem como para o surgimento de ideários autonomistas e históricos resultantes do que consideravam inadvertências do governo central. Nas circunstâncias então vigentes seriam inevitáveis movimentos de rebeldia, como a Revolução Farroupilha (1835-1845), emblematicamente simbólica das aspirações republicanas e federalistas gaúchas. Os partidos, ademais, tanto o Conservador quanto o Liberal, eram mais representativos do que nas demais províncias, quando, não raro, pragmaticamente se confundiam. Os Conservadores eram claros e explícitos no apoio ao Governo Central, e os Liberais, na sua total explicitude, lutavam em favor do federalismo e da descentralização, apoiados pelos grandes estancieiros, e suas duas personalidades maiores foram o general Manuel Luís Osório e Gaspar Silveira Martins, carismático e grande orador.<sup>6</sup>

A instabilidade política, nos anos iniciais da vigência da República, cresceu ainda mais, e Júlio de Castilhos, em pleito direto de novembro de 1892, elegeu-se presidente do estado, mas, mesmo com a sua forte personalidade, não lhe foi possível obter a pacificação geral, pois contra ele ergueu-se a voz altiva de Assis Brasil, seu cunhado. Ocorreu, sob a liderança destas duas personalidades lendárias da vida pública gaúcha, a violenta Revolução Federalista de 1893, em que prisioneiros chegaram a ser degolados sumariamente. Essa verdadeira guerra civil produziu profunda dicotomia na política gaúcha, e nela lutaram os *chimangos*,

<sup>6</sup> Boris Fausto. *Getúlio Vargas*, op.cit. páginas 14 e 15.

vocábulo referente a aves de rapinagem encontradas na bacia do Plata, denominação a eles aplicada pelos federalistas. Já os republicanos designavam seus adversários como *maragatos*, referindo-se ao fato de serem numerosos os uruguaios, que lutavam conjuntamente com os federalistas, originários de departamento fronteiriço do Uruguai colonizado por espanhóis oriundos de Maragataria, região da Espanha localizada na província de León. A guerra civil terminou em 1895 com a vitória dos republicanos e o PRR, criado em fevereiro de 1882, tornou-se o partido dominante no estado, sob o comando de Júlio de Castilhos. Introduziu-se, na viril luta entre os liberais e conservadores, o ideário positivista de Auguste Comte, que condenava a democracia vigente no mundo ocidental, por ele classificada como anárquica, paradoxalmente dominada por aristocracia retrógrada, e pregava a república autoritária capaz de propiciar a *ordem* e o *progresso*, sem maiores conflitos sociais. Merecem, por outro lado, simpáticas referências as teses adotadas pelos herdeiros espirituais de Auguste Comte, como pacificação, severo posicionamento contrário à escravidão, defesa da mestiçagem, instituição do casamento civil, laicização dos cemitérios e a incorporação dos excluídos, efetivamente, na sociedade, através de *legislação protetora*, específica e competente. A guerra civil terminou em 1895 com a vitória dos republicanos e o PRR tornou-se partido hegemônico no estado, sob liderança de Júlio de Castilhos, nascido no ano de 1860, filho de estancieiro modesto, natural da área serrana gaúcha, que teve juventude difícil, pois seu genitor faleceu relativamente jovem, deixando oito filhos, incluindo Castilhos com onze anos. Este superou dificuldades e ingressou na conceituada Faculdade de Direito de São Paulo, berço de estadistas, no ano de 1877. Estudou, em profundidade, o positivismo, e ao retornar ao seu estado natal se tornou o principal apóstolo dos ideários republicanos e abolicionistas e o principal redator do primeiro Congresso do Partido Republicano do Rio Grande do Sul (PRR) de 1883. Defendeu suas teses com o vigor inerente à sua forte personalidade, no jornal do partido, *A Federação*. É o principal autor da Constituição gaúcha de 14 de julho de 1891, com a centralização de poderes no chefe do poder executivo, permissão de reeleições desde que o candidato obtivesse três quartas partes dos votos, e Assembleias

Legislativas destinadas, exclusivamente, à elaboração orçamentária, sem pagamento de remuneração aos parlamentares, que poderiam ter os seus mandatos cassados pelo eleitorado, necessariamente em votos abertos. Este pensamento castilhista, centralizador e plebiscitário, tinha o propósito de fiscalizar e, se necessário, combater o poder oligárquico dos estancieiros gaúchos. O artigo nº 74 da Constituição, por ele redigido, introduz no direito constitucional brasileiro o preceito de defesa do trabalhador braçal, que viria, décadas após, a ser concretizado na legislação social e trabalhista de Vargas. A ação política e administrativa de Júlio de Castilhos e de seu sucessor Borges de Medeiros foi coerente com os princípios éticos e positivistas por eles adotados, desde a juventude, pois foram executivos voltados, com as suas respectivas consciências, para a defesa da *res publica*, sempre procedendo, com inarredável probidade, no trato do numerário público. Boris Fausto afirma ter sido Castilhos autoritário, determinado, incorruptível, classifica-o como "*espécie de Robespierre gaúcho*" e considera ser o positivismo castilhista<sup>7</sup> versão pragmática da ideologia comteana, instrumentalmente adaptada à realidade gaúcha e brasileira, no plano político. Eram estreitas as vinculações dos republicanos com segmentos do exército nacional e, também, com as milícias civis, comandadas por caudilhos políticos, realidades que asseguraram longo domínio do PRR na vida pública do Rio Grande do Sul.

Não seria fácil como ensina o professor da Universidade de São Paulo, e autor de valiosas obras, Alfredo Bosi, rotular a política castilhista-borgista, pois se a classificarmos como autoritária, estaria à direita do liberalismo democrático pregado por seus adversários do partido liberal, mas em termos de planejamento econômico e legislativo social, deveria ser situada à esquerda das oligarquias e assemelhada ao trabalhismo instaurado pelo seu herdeiro Getúlio Vargas e houve até quem, com sua autoridade (o historiador José Murilo de Carvalho) denominasse os seus seguidores de *Bolchevistas da Classe Média*. O pensador e historiador citado analisa o pensamento positivista sob o ângulo social e o republicanismo, pois Comte era possuído de sólida convicção de que,

<sup>7</sup> Boris Fausto, op. cit., páginas 17 e 21.

após a queda do Antigo Regime, com a sua herança do direito divino dos Reis, ele inspiraria, necessariamente, o regime republicano, sob a égide do cientificismo<sup>8</sup>. O pensamento do mestre de Montpellier, com a adesão de personalidades da vida pública e da cultura brasileiras, se estendeu rapidamente por toda a extensão do território nacional. Merecem citação, entre muitos outros valores, os nomes de Benjamim Constant, Clóvis Beviláqua, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, João Pinheiro, Barbosa Lima, Silva Jardim, Pedro Lessa, Basílio de Magalhães, Lauro Sodré e Cândido Mariano da Silva Rondon e, em especial, no estado do Rio Grande do Sul, região do país onde mais se consolidou o pensamento positivista, sob o primado de Júlio de Castilhos, que teve o seu nome lembrado para a presidência da República, mas ele faleceu prematuramente, vitimado por câncer na garganta, no ano de 1903, e coube a Getúlio Vargas, com apenas vinte anos, pronunciar a oração fúnebre em seu louvor.

Na ausência de Júlio de Castilhos, o PRR passou a ser dirigido por duas fortes personalidades, imbuídas do sentimento positivista: Pinheiro Machado e Borges de Medeiros. Aquele, nascido em 1851, combateu na guerra do Paraguai, dedicou-se à política nacional, desde os anos iniciais do século XX. Participou como senador da primeira Assembleia Constituinte republicana. Presidiu, com mão férrea, a Comissão de Verificação de Poderes, verdadeira chaga cívica da Primeira República, que confirmava ou “degolava” os candidatos para o parlamento, em claro desrespeito à vontade popular manifestada nas urnas, em verdade já maculada pelas lideranças municipais coronelistas e as oligarquias estaduais. Chegou à ousadia de tentar a criação, em 1910, de partido oligárquico de proporções nacionais, o natimorto Partido Republicano Conservador. Personalidade extremamente autoritária, acumulou generalizadas inimizades nos diversificados segmentos da sociedade brasileira e, na célebre *Carta de Bronze*, previu sua morte por assassinato,

que veio a ocorrer na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1915, praticado por Manso de Paiva, gaúcho integrante da classe média baixa, condenado a não curta pena de prisão e, mesmo após o cumprimento da sentença condenatória, sempre chamou a si a responsabilidade do crime, que julgou dever fazer, e jamais confessou o nome de supostos e eventuais mandantes de seu dramático crime. No que se refira à constituinte federal de 1891, a doutrina positivista foi importante em decorrência da ação de personalidades como Júlio de Castilhos, Pinheiro Machado, Teixeira Gomes e Benjamim Constant, que na primeira Constituição brasileira da era republicana deixaram marcas de seus pensamentos positivistas e republicanos, como o dístico *Ordem e Progresso* da bandeira nacional. É certo, todavia, que nela prevaleceram os ideários liberais e conservadores da monarquia brasileira e do republicanismo norte-americano reivindicados pela alta e cívica voz de Rui Barbosa.

Já Borges de Medeiros dedicou-se, por inteiro, politicamente, ao seu estado natal, por ele presidido por 5 (cinco) mandatos. Seu relacionamento com Getúlio foi duradouro e, não raro, conturbado, pois o apadrinhado jamais seria subserviente. Vargas, que em 1907, quando se diplomou em direito no mês de dezembro, já fundara o Centro Acadêmico Castilhista, passou a frequentar reuniões realizadas na Pensão Medeiros, de Porto Alegre, quando se formou o bloco Castilhista, dele participando jovens e competentes gaúchos, que viriam a se projetar na vida pública nacional, sob o primado de Getúlio Vargas, como os civis João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso, Firmino Paim Filho, e os militares Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Esta denominada “Pensão Medeiros”, na realidade era uma república de estudantes, na qual Getúlio residira quando estudava direito e, no grupo já referido, se incluíram, logo após, os nomes de Flores da Cunha, Oswaldo Aranha e Lindolfo Collor, os dois primeiros bacharéis em direito, e o último diplomado em farmácia e de ascendência germânica, todos eles, no parecer de João Neves da Fontoura, personalidades diferenciadas. Se Firmino Paim Filho era sorumbático, Flores da Cunha e Oswaldo Aranha seriam personalidades ardentes. Já Getúlio, em posição intermediária, seria introvertido, sério, cauteloso no momento apropriado, capacidade

<sup>8</sup> Alfredo Bosi, professor da Universidade de São Paulo, historiador e ensaísta, artigo “O Positivismo no Brasil: Uma ideologia de longa duração”, publicado na *Revista Brasileira*, editada pela Academia Brasileira de Letras, nº XI, meses de abril-maio-junho de 2005, páginas 157 a 181.



esta referida, em circunstâncias distintas, como acusação ou elogio. A ação de Vargas, no bloco castilhistas, agradou a Borges de Medeiros, por seu espírito de liderança, oratória objetiva, habilidade na arte de escrever com concisão, ou silenciar quando necessário, qualificações visíveis, por exemplo, em seu *Diário* em dois volumes, retratando, respectivamente, os períodos de 1930-1936 e 1937-1942, organizados por sua neta Celina Vargas do Amaral Peixoto, edição da FGV, editora Siciliana.<sup>9</sup> Borges de Medeiros sempre foi coerente com os princípios por ele herdados de Júlio de Castilhos, pois foi executivo forte, centralizador, voltado, em harmonia com a sua consciência, para a defesa da *res publica*, sempre procedendo com irrepreensível probidade no trato com o dinheiro público.

Getúlio Vargas, apoiado pelo castilhismo-borgismo e por seu pai, general Manoel do Nascimento Vargas, presidente do PRR local, proprietário de terras e intendente de São Borja, cidade na qual advogou e iniciou-se na vida pública, elegeu-se deputado estadual por 5 (cinco) mandatos. No prosseguir, com a ocorrência de vaga na bancada federal, foi convocado para preenchê-la, e o fez com habilidade e competência. As 5 (cinco) eleições que conduziram Borges de Medeiros ao palácio Piratini foram caracterizadas pelas notórias fraudes e grosseiras falhas intencionais características de todas as eleições do país na Velha República. Estes fatos não estavam em sintonia com o ideário de Assis Brasil, nome altamente significativo na história do Rio Grande do Sul, e o Partido Federalista, por ele presidido, deu início à revolução de 1923, que chegou a envolver aproximadamente vinte mil homens da Brigada Militar e inúmeros provisórios, entre estes notabilizando-se o valente Flores da Cunha. Os combatentes oficiais e oficiosos, conhecidos como *chimangos*, dispunham do numerário público e o forte armamento estatal, enquanto os correligionários de Assis Brasil, conhecidos como *maragatos* adotavam, prematuramente, a guerra de movimento, não ensinada, ainda, nas academias militares. A gravidade da situação gaúcha mereceu a justificada repulsa do presidente da República, o vigoroso mineiro Arthur Bernardes, que discordava das sucessivas e inconstitucionais reeleições

de Borges de Medeiros. Com o propósito de evitar a gravíssima e politicamente condenável, além de inviável, intervenção no emergente e prestigioso estado do extremo sul do país, Bernardes para lá enviou o seu Ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, natural do Rio Grande do Sul. Alcançou-se o acordo, no ano de 1923, entre Borges de Medeiros e Assis Brasil, assinado no castelo deste denominado *Pedras Altas*, localizado no hoje município de Pinheiro Machado, do qual resultaram importantes alterações na constituição gaúcha vigente, redigida sob a inspiração de Júlio de Castilhos, pois viria a proibir a reeleição do presidente do estado, nomeação de intendentes provisórios, anistia geral para os revoltosos.

Vargas, como deputado federal, com a sua proverbial habilidade, contribuiu para o apaziguamento da política gaúcha, foi reeleito deputado federal com o apoio dos federalistas, assumiu a liderança do PRR e, em sua qualidade de membro da comissão encarregada de modificar a Constituição Federal, colaborou com o presidente Arthur Bernardes, nos propósitos deste de aumentar os poderes do presidente da República, em consonância com o pensamento herdado de Júlio de Castilhos. Getúlio, com essa correta e competente ação política, muito contribuiu para a própria ascensão. Cumpriu a missão de Ministro da Fazenda na presidência de Washington Luís, com razoável êxito, entre 15 de novembro de 1926 a dezembro de 1927, quando renunciou com o visível propósito de preparar sua candidatura à presidência do Rio Grande do Sul. Elegeu-se presidente de seu estado natal, período de 1928 a 1930, tendo como companheiro de chapa o vice-presidente João Neves da Fontoura. Sua permanência no alto e difícil cargo perdurou por pouco mais de um ano, e correspondeu ao período mais exitoso da política econômico-financeira de Washington Luís, anterior ao agravamento da crise do café e da depressão econômica nos Estados Unidos, com suas graves sequelas até em meios internacionais. Vargas foi competente no implementar a reforma monetária aprovada pelo Congresso, em dezembro de 1926, com o retorno do padrão ouro, a criação de novo fundo de estabilização cambial e a fixação da taxa de câmbio acima dos preços de mercado, com o propósito de favorecer as exportações e amparar a nascente indústria nacional.

<sup>9</sup> Boris Fausto, op. cit., página 26.

Vargas, ao tomar posse em janeiro de 1928, foi hábil no relacionamento com o oligarca Borges de Medeiros, sem lhe ser subserviente. Organizou, com autoridade e independência, o seu secretariado, indicando velhos amigos dos tempos de estruturação do grupo Castilhistas, como Oswaldo Aranha para a Secretaria do Interior e Justiça, e Firmino Paim Filho indicado para a missão de Secretário da Fazenda. João Neves da Fontoura foi seu vice-presidente do estado. Prestigiou, no plano econômico, os produtores de charque e arroz, velhos baluartes da economia gaúcha. Criou o Banco do Rio Grande do Sul para a proteção da agricultura e da pecuária, segmentos econômicos afligidos pelas bruscas flutuações nos preços, desde o fim da 1ª Guerra Mundial. Estimulou a estruturação de sindicatos, a começar pelo dos arrozeiros, e incentivou a organização deles, para lutar em favor de seus interesses. A maior vitória de Vargas ocorreu na área política, pois conseguiu pacificar seu estado natal e conciliar a antiga Aliança Liberal, transformada em Partido Libertador (PL), e o PRR, não obstante a saudosa ausência da figura lendária de Júlio de Castilhos.<sup>10</sup>

A análise da personalidade e ação pública de Getúlio Vargas seria inadequada e incompleta sem comentar-se, ainda que sucintamente, o pensamento de Isidore-Auguste-Marie-Xavier Comte, nascido em Montpellier, na data de 19 de janeiro de 1798, e falecido em Paris, no dia 5 de setembro de 1857, pois o pensamento positivista exerceu grande influência, no país, no outono do período monárquico, proclamação da República e décadas iniciais do século XX. A repercussão do *comtismo* foi imensa no século XIX, por amparar-se na tendência natural do pensamento dos homens nesse momento da história da humanidade. É bem conhecido o aforismo positivista inspirado em Bacon, sobre o utilitarismo científico: *ciência, donde provisão; provisão, donde ação, vale dizer, conhecer para prover, e prever para agir*. O positivismo, em termos pragmáticos, condenava a democracia vigente no mundo ocidental, classificada como anárquica e paradoxalmente dominada por aristocracia retrógrada, pregava a república autoritária capaz de propiciar *ordem e*

*progresso*, sem maiores conflitos sociais. Em síntese, defendia governo forte e centralizador, o cientificismo do poder legislativo e, em especial a incorporação dos excluídos, efetivamente, na sociedade, mediante legislação social efetiva e competente. Merecem, por outro lado, simpáticas referências as teses adotadas pelos herdeiros espirituais de Auguste Comte, como pacifismo, severo posicionamento contrário à escravidão, defesa da mestiçagem, laicização dos cemitérios e instituição do casamento civil. A contar de 1876, com a adesão de Miguel Lemos e Teixeira Mendes à filosofia comtista e a posterior criação da Igreja Positivista Brasileira, da qual foram, respectivamente, presidente e vice-Presidente, a influência de Auguste Comte cresceria. Se a doutrina positivista foi importante na Constituinte de 1891, com a ação de personalidades como Benjamim Constant, Júlio de Castilhos, Pinheiro Machado e Teixeira Mendes, que na Constituição deixaram marcas de seus pensamentos positivistas, é certo que nela prevaleceram os ideários liberais e conservadores da monarquia brasileira e do republicanismo norte-americano, proclamados pela poderosa voz de Rui Barbosa.

Augusto Comte, membro de família católica e monarquista, abandonou a fé religiosa de seus pais, no início da adolescência, entrou para a École Polytechnique de Paris, então matriz do liberalismo político e do pensamento progressista francês. Com a sua proposta de reclassificação das ciências, a sociologia de que é o criador, as teses para a organização da sociedade, a repercussão de suas obras *Opuscule de Philosophie Positive Sociale* (1819-1928), *Cours de Philosophie Positive* (1830-1842), e, posteriormente, a publicação de seus livros *Politique Positive* (1851-1854) e *Catecismo da Religião Positiva* (1852), obras de sua maturidade, se tornou dos mais importantes filósofos e doutrinadores sociais do século XIX. O nome *positivismo* deriva da ênfase dada às ciências positivas, testadas e sistematizadas com a experimentação, mais do que com o uso da especulação indisciplinada. Contribuiu muito para a repercussão de sua obra o amparar-se na tendência natural dos pensamentos dos homens, em momento singular da história da humanidade, o século XIX. É explícita a sua influência sobre pensadores como Littré, Taine, Henry Poincaré, Stuart Mill, Herbert Spencer, Lombroso e Ferri. No plano

<sup>10</sup> Boris Fausto, op. cit., páginas 33 e 34.

teológico, Comte foi mais além ao pregar a “Religião da Humanidade”, com o *Grande Ser* (*Le Grand Être*), que abarcaria o inteiro teor da história, para compreender-se todo o seu valor concreto. O *Grande Ser* seria a inspiração da fórmula maior do positivismo: “*O Amor por princípio, e a ordem por base; o progresso por fim*”. Em harmonia com o pensamento de Comte, o conhecimento humano, necessariamente, antes de atingir sua plena maturidade, teórica ou metodologicamente, passa por três etapas: “*a teológica (sucessivamente fetichista, politeísta e monoteísta), a metafísica e a positiva*”. Assim, a Lei Moral, Política e até a Religião deveriam ser reconstituídas em novas e científicas bases. No terceiro estágio, o científico ou positivista, todos os fenômenos deveriam ser adequados à leis naturais, invariáveis, comprovadas, necessariamente, pela observação e a experimentação. A religião tradicional, por exemplo, seria substituída pela Religião da Humanidade, Razão, com os ritos e símbolos apropriados à nova doutrina. Essas teses revolucionárias foram compartilhadas por pensadores como Simon, Herbert Spencer e Thomas Husley, bem como, total ou parcialmente, por ilustres brasileiros, anteriormente citados. Estudos mais aprofundados nos ensinam sobre a existência de duas classes de positivismo: o do século XIX e do XX, ambos lastreados no pensamento de Auguste Comte na centúria dezenove. O comtismo passou a ser conhecido como o “logical positivism” ou “logical empiricism”, com as contribuições de Hume e John Stuart Mill, e consolidou-se nos denominados círculos de Viena e Berlim, na década de 1920, com as contribuições de pensadores dos Estados Unidos, Inglaterra e Áustria. Finalmente, com a situação vigente no leste da Europa após a Primeira Grande Guerra, entroncou-se o “local positivism” no espírito da ideologia de Marx e Engels, bem como no anticlericalismo, no qual se inseriu a filosofia positivista, afastadas todas as influências de natureza teológica<sup>11</sup>. No Brasil prevaleceu, no período histórico analisado nesta obra, o positivismo já esmaecido, pregado no século XIX por Augusto Comte. Sua influência, aqui, como se sabe, foi grande, quando o comtismo

empolgou parcelas significativas da classe média, e em especial segmentos eruditos de nossa sociedade. O apostolado positivista cumpriu missão de relevo na pregação republicana, integrou o primeiro governo presidido pelo marechal Deodoro da Fonseca com um de seus mais brilhantes arautos, Benjamim Constant, e influenciou na organização do Estado, após a exclusão da monarquia.

O autor desta obra teve o privilégio de suceder, eleito à unanimidade, na cadeira nº 5 da tradicional e centenária Academia Mineira de Letras de Minas Gerais, ao professor Francisco de Assis Magalhães Gomes (1906-1990), respeitável professor de física nas Faculdades de Engenharia da Universidade Federal em Belo Horizonte e na conceituada Escola Nacional de Minas de Ouro Preto, cátedras estas obtidas em concursos de títulos e provas, que obtiveram larga ressonância em decorrência da erudição demonstrada pelo candidato. Como da tradição acadêmica, quando de minha posse, fui recebido pelo saudoso acadêmico e conterrâneo, ministro do Supremo Tribunal Federal, Oscar Dias Corrêa. Na sessão solene realizada em 22 de outubro de 1991 redigi e li o discurso no qual analisei a vida e obra de meus antecessores, em especial a do professor Francisco de Assis Magalhães Gomes, imediato antecessor, que além de professor emérito de física, matéria de sua especialização ao longo de toda a existência, foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Minas Gerais e, também, portador de admirável cultura humanística.<sup>12</sup> Após destacar diversos ângulos da competência de Auguste Comte, como o criador da sociologia, salientou ele que a ascendência do comtismo foi grande nas Escolas de Engenharia do país, como a de Ouro Preto, onde estudara, comentando que esta influência gradualmente esmaeceu. Registra, ademais, em concordância com outros eminentes críticos, o mau estilo do criador do positivismo, em oposição à maestria com que outros pensadores do século XIX, como Taine, Renan e Bergson, dominaram o idioma francês, e passa à demolidora crítica da obra de Auguste Comte a quem

<sup>11</sup> Vide *Internacional Encyclopaedia of the Social Sciences*, editor David L. Sills, The Macmillan Company a The Free Press, New York, London, volume 11, páginas 389 a 395.

<sup>12</sup> Miguel Augusto Gonçalves de Souza, *Discurso de Posse na Academia Mineira de Letras*, editora Barvalle, Belo Horizonte, 1991.

acusa de, muito embora admirador de Descartes, não ser titular de ideias nítidas, falta grave por tratar-se de defensor de doutrina baseada, como proclamado, na experiência e na razão. Magalhães Gomes, que acreditava no milagre da ressurreição, após louvar determinados ângulos da metodologia científica do positivismo, eleva o tom de sua crítica ao se referir ao conjunto de conceitos sumarizados na ideia de imenso e *Eterno Ser*, a *Humanidade*, condensados em sua obra *Catecismo da Religião Positivista*, quando o comtismo adquiriu contornos religiosos e imagina a *Religião da Humanidade*, que ele condena e classifica como o impossível catolicismo sem Deus<sup>13</sup>.

O professor, historiador e competente intelectual Alfredo Bosi analisa o pensamento positivista, ciente de que após a queda do Antigo Regime, com a sua crença no direito divino dos Reis, se imporia, necessariamente, o republicanismo, como previsto por Auguste Comte. Após enfatizar a urgência de criar-se a legislação do trabalho, para permitir a integração na sociedade dos trabalhadores diaristas e os funcionários públicos, oprimidos pelo “empirismo dos chefes industriais”, pois no entendimento de Comte eles estavam, tão somente e de forma precária, “acampados”, procura definir a política *castilhistaborgista* em termos de Direita ou Esquerda, não se preocupando com singelos rótulos. Opina, com propriedade, que o castilhismo-borgismo, em termos de comando autoritário, estaria à direita do Liberalismo democrático prestigiado pelo Partido Liberal, sob a liderança Assis Brasil. Já em termos de planejamento econômico e legislação social, posicionava-se à esquerda das oligarquias, aproximando-se do trabalhismo inaugurado por Getúlio Vargas, como o herdeiro do castilhismo-borgismo. O professor Alfredo Bosi termina a sua análise em plena harmonia com o nosso pensamento e inteira consonância com o plano de trabalho que elaboramos para redigir esta obra, pelo que passamos, com deferência, a transcrever o trecho final de seu valioso artigo. *“Iniciando sua carreira como deputado republicano, em 1909, sob a égide*

<sup>13</sup> Vide, na revista *Kriterion*, editada pela Faculdade Federal da Universidade de Minas Gerais, janeiro a junho de 1960, o artigo do professor Francisco de Assis Magalhães Gomes, páginas 77 a 93.

*do castilhismo, e sucedendo na Presidência do Estado, em 1928, a seu mentor, Borges de Medeiros, Getúlio representa o elo entre o comtismo dos republicanos e a vertente nacionalista, planificadora e trabalhista que, sob a sua influência direta, regeu o Brasil dos anos 30 até o golpe udenomilitar de 1964. Vargas, filho e irmão de militantes positivistas gaúchos, pronunciou a oração fúnebre em louvor de Júlio de Castilhos. Contava, então, vinte anos de idade. A presença comtiana é tangível na sua formação ideológica – executivo forte, escasso apreço pela instituição parlamentar, austeridade no trato das finanças públicas; apoio à nacionalização dos serviços públicos e de interesse estratégico; enfim, mediação do Governo na relações entre o capital e o trabalho, concretizada nas leis que promulgou desde o Governo Provisório com a criação do Ministério do Trabalho. O novo órgão foi confiado a um positivista histórico, Lindolfo Collor. Quanto às posições nacionalistas estatizantes, que marcariam o itinerário de Vargas até a sua trágica morte em 1954, devem ser atribuídas também ao clima favorável do dirigismo econômico que se instaurou após a depressão de 1929. A crise do capitalismo liberal foi então ampla, tendo sido enfrentada por governos ideologicamente díspares como o Labour Party Inglês e o New Deal americano, o fascismo italiano e o integralismo português. O traço comum a todos era a intenção de regular pelo Estado as forças do mercado. No Brasil o positivismo social dos homens de 30 (que Joseph Love chamou de “geração de 1907”, ano em que entraram para a vida pública) enxertou-se, como pôde, pragmaticamente, naquele tronco internacional. A Assembleia Constituinte elegeu, em 1934, Getúlio Vargas presidente da República com 175 votos contra os 54 votos dados a Borges de Medeiros, consagrando deste modo, em nível nacional, os líderes do republicanismo gaúcho. As ideias dos mortos, como previa o filósofo, continuavam a inspirar os vivos, mas o caleidoscópio da História não pararia de girar, combinando formas antigas e novas, algumas imprevisíveis.”(14).*

<sup>14</sup> Vide Alfredo Bosi, professor da Universidade de São Paulo, historiador e ensaísta, no admirável artigo “O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração”, publicado na *Revista Brasileira*, editada pela Academia Brasileira de Letras, nº 43, ano XI, meses de abril-maio-junho de 2005, págs. 157 a 181.

Getúlio Vargas, com o cabedal de êxitos alcançados, tornou-se, necessariamente, personagem altamente credenciada para participar, por direito de conquista, dos debates preliminares da sucessão presidencial do ano de 1930, que se prenunciava complexa, por diversificadas razões, dentre elas a incapacitação presumível de Washington Luís para bem conduzi-la. Elevado ao poder supremo da nação, com a Revolução de outubro de 1930, Getúlio dirigiu o país por longo espaço de tempo, e deva ser considerado a mais importante e complexa personalidade de toda a nossa era republicana. Tratou-se de período turbulento caracterizado por intonadas, reformas e contrarreformas, em que o país lutou para deixar de ser nação dependente, periférica e subdesenvolvida, inserida no denominado terceiro mundo, para alcançar o estágio de um dos mias importantes países em desenvolvimento do mundo. Na era Vargas, período de 1930 a 1954, devem ser considerados três períodos distintos: a República Nova, por oposição à República Velha, entre 1930 e 1937; a ditadura do Estado Novo, de 1937 a 1945; e a República democrática e populista, vigente de 1946 a 24 de agosto de 1954, data do suicídio de Vargas. Impõe-se registrar que a República Nova deve ser separada em duas fases: a do Governo Provisório, de 1930 a 1934, e a do Governo Constitucional, de 1934 a 1937. A *era Vargas* assim se estendeu por diversificadas fases e singulares governos, que serão sucintamente descritos e analisados, até o narrar e analisar do polêmico movimento cívico-militar de 31 de março de 1964 e suas sequelas, o principal propósito do autor desta obra, como historiador e, também, memorialista.

#### Nota

Trata-se de introdução ao capítulo I, "A Era Vargas", da obra em fase final de redação, *A História do Brasil Contemporâneo – 1930 A 1985 – de Getúlio Vargas a Tancredo Neves*, a ser publicada no segundo semestre de 2010.



Início das comemorações do centenário da Academia Mineira de Letras - Juiz de Fora - março de 2009.



Homenagem da Academia Brasileira de Letras pelo centenário da Academia Mineira de Letras - Rio de Janeiro - agosto de 2009

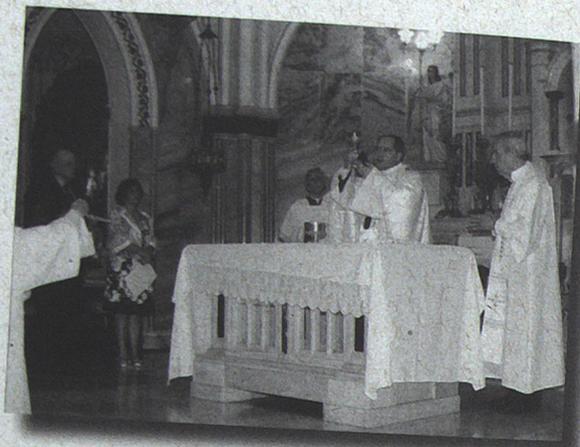
Acadêmicos da Academia Mineira de Letras na ABL - agosto de 2009.





Lançamento da  
Coleção  
Centenário -  
Belo Horizonte -  
dezembro de 2009.

Celebração  
Eucarística em  
Ação de Graças  
pelo centenário da  
AML - Santuário  
de Lourdes -  
dezembro de 2009.



Acadêmicos na  
solenidade de  
encerramento do  
centenário -  
dezembro de 2009.

## UMA COMEMORAÇÃO CENTENÁRIA

*Elizabeth Rennó\**

Na preservação de sua autonomia e identidade e compartilhando os valores mais profundos de missão educativa, acham-se as Academias de Letras, cujos Estatutos posicionam os deveres inerentes.

Nos jardins de Academos, no Louvre, nas agremiações culturais de pequenas cidades e nas Academias de Letras, sempre se tentou estabelecer o clima de harmonia intelectual que só se conquista pela palavra.

Os valores de um passado cultural se presentificam na vivência do espírito acadêmico, pelas manifestações literárias, na conquista de uma consciente modernidade, sem apelos ou política, que as façam sóbrias e louvadas.

Da primeira pedra colocada, ergueu-se o conjunto primoroso de uma Academia de Letras para edificação da palavra. De seu nascimento em Juiz de Fora, a 25 de dezembro de 1909, por iniciativa de Machado Sobrinho, até o presente 2009, a Academia Mineira de Letras, em sua trajetória cultural e humanística, tem sido palco de acontecimentos atuantes nas áreas das letras e das artes.

Vários e ilustres intelectuais participaram desse crescimento; destacam-se, entre muitos que dignificaram o *corpus* das instituições em permanente crescimento, Martins de Oliveira, Álvaro da Silveira, Carlos Góes, uma série de diretorias a se sucederem diligentes na administração

\* Mestra em Literatura Brasileira, Presidente da Academia Municipalista de Minas Gerais, Presidente Emérita da AFEMIL. Escritora, ocupa a cadeira 21 da Academia Mineira de Letras.

técnica, administrativa e cultural, na continuação de uma realidade na afirmação de sua identidade e cidadania.

Lembremos Vivaldi Moreira, o Presidente Perpétuo, que exerceu a Presidência, de 1975 a 1998.

Vivaldi Moreira tinha a paixão por esta Academia a lhe correr nas veias e muito lutou para que da pedrinha inicial surgisse o penedo de literariedade e grandeza que ostenta hoje.

A direção deste monumento, que se tornou grandioso, é exercida, no ano de seu centenário, por Murilo Badaró.

Com sua habilidade política e capacidade literária, empenha-se com sucesso na organização desta entidade, promovendo seminários, concursos, palestras, aulas, apresentações musicais.

Citam-se duas programações, que acrescentam a participação literária e traduzem atividade contínua: a publicação trimestral da *Revista da Academia*, continente de alto nível, e a colaboração da Universidade Livre, que apresenta palestrantes, semanalmente, abordando os temas mais diversos.

Uma academia repetitiva em suas reuniões apresentadas como mero desfilhar de textos não encarna aquela totalidade de que fala Henry James, "um ser vivo e contínuo e uno e como um corpo, seus elementos devem funcionar em interação."

Nossos encômios ao Presidente Murilo Badaró por esta iniciativa ímpar e valiosa para futuros resultados: a reunião de órgãos de cultura que se empenham no valor da palavra, seu instrumental primeiro.

Uma palavra de solidariedade a todos os presentes, integrados neste mister.



## BRASIL E FILIPINAS

José Carlos Brandi Aleixo\*

A auspiciosa visita ao Brasil, em junho, da Presidente das Filipinas, Gloria Macapagal-Arroyo, a convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é a primeira, em nível de Chefe de Estado, na história das relações entre nossos dois países. Seu saudoso pai, o estadista Diosdado Macapagal, veio ao Brasil como Vice-Presidente da República, em outubro de 1960, e como ex-Presidente da República em janeiro de 1966, acompanhado, nas duas vezes, pela esposa médica Evangelina e, na segunda, pela universitária e promissora filha Glória. Na primeira viagem, foi recebido pelo Presidente Juscelino Kubitschek, no Palácio do Planalto, e, na segunda, pelo Presidente Castelo Branco, no Palácio das Laranjeiras. O *Correio Braziliense* registrou, com visão histórica, estes eventos. Temos agora novos motivos para ressaltar algumas características das Filipinas e de suas relações com o Brasil.

Sua superfície de 300.000 km<sup>2</sup> abrange mais de 7.000 ilhas, situadas no Sudoeste do Oceano Pacífico, estendidas por cerca de 1851 km no sentido norte-sul, e por 1.100 km no sentido leste-oeste, com litoral recortado de 23.100 km. Há diferença de onze horas entre nossos fusos horários.

O português Fernão de Magalhães em 1521, no comando de três navios a serviço da Espanha, depois de conhecer o litoral brasileiro e cruzar o estreito a ser batizado com seu nome, avistou ilhas que denominou

\* Presidente de Honra do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI). Ocupa a cadeira nº 19 da Academia Mineira de Letras.

de São Lázaro e que, posteriormente, receberam o nome de Filipinas, em homenagem ao Infante Filipe. Esta epopeia foi descrita por um dos componentes da expedição, Antônio Pigafetta, na obra *A primeira viagem ao redor do mundo*, da qual disse Gabriel García Márquez: "Um dos livros mais importantes da minha vida".

No período da União Ibérica (1580-1640) nossos povos estiveram sob os mesmos reis e as mesmas Ordenações Filipinas. Pelo Tratado de Madri de 1750, Portugal renunciou aos títulos que alegava ter sobre as Filipinas e a Espanha, por outro lado, aos que alegava ter sobre territórios ocupados por Portugal na América do Sul. Houve assim, com base no princípio do "*uti possidetis ita possideatis*", alterações nos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, de 1494.

As notícias dos movimentos em prol da emancipação da América Hispânica chegavam às Filipinas, particularmente, com os galeões que percorriam anualmente a rota Acapulco-Manila, Mas a Espanha, com sua poderosa frota naval e medidas repressivas, logrou sustar as tendências centrífugas nas Ilhas de Cuba, Porto Rico e Filipinas, a mais distante de suas colônias. Contudo, na década de 1890 muitos filipinos abraçaram a causa da independência. Para esta, muito contribuíram os notáveis escritos patrióticos de José Rizal e seu martírio em 30 de dezembro de 1896. Em 12 de junho de 1898, o prócer Emílio Aguinaldo proclamou a independência.

Contudo, a Espanha, militarmente derrotada em guerra que lhe declararam, em 25 de abril de 1898, os Estados Unidos, 55 dias após a explosão do navio *Maine* no porto de Havana, pelo Tratado de Paris de 10 de dezembro do mesmo ano entregou ao vencedor as Filipinas. Em 1907, cessou a resistência de rebeldes filipinos que queriam a imediata e completa independência do país. Com exceção do período de ocupação japonesa (1942-1944) durante a 2ª Guerra Mundial, o Arquipélago esteve sob a direta administração de Washington, até 4 de julho de 1946, quando ocorreu, com pompa e circunstância, a cerimônia da 2ª independência das Filipinas. A ela compareceram representantes de 24 países, entre os quais o experiente Embaixador do Brasil, Carlos da Silva Martins Ramos.

A partir de 29 de dezembro de 1965, Carlos S. Tan foi o primeiro Embaixador das Filipinas no Brasil. Álvaro Teixeira da Costa, com residência em Tóquio, cumulativamente nosso representante junto ao Governo das Filipinas, apresentou credenciais em 12 de dezembro de 1966. Zilah Mafra Peixoto, com residência em Manila, assumiu suas funções em 26 de agosto de 1970. A Embaixadora Teresita Barsana representa atualmente as Filipinas no Brasil e o Embaixador Aleides Prates o Brasil nas Filipinas, ambos operosa e talentosamente.

São numerosos os exemplos de cooperação entre o Brasil e as Filipinas. Um deles é o *Memorandum sobre Consultas Bilaterais* assinado pelos chanceleres Celso Amorim e Alberto G. Romulo, em Nova Iorque, em 20 de setembro de 2006. Prevê ele sua realização anual ou com mais frequência, caso necessário (Artigo 3º). Também importante é o Grupo Parlamentar Brasil-Filipinas, presidido pelo Deputado Nelson Marquezelli.

Na Organização das Nações Unidas – da qual ambos foram membros fundadores em 1945 – Brasil e Filipinas compartilham princípios e objetivos comuns. Na 2ª Guerra Mundial, lutaram do mesmo lado. No campo multilateral, merece ser citada a cooperação entre Brasil, China, Filipinas e Japão no uso do porto filipino de Cagayan de Oro.

Os elos econômicos, políticos e culturais são significativos. Vale realçar que nos dois países mais de 90% da população adota o Cristianismo, sendo os católicos mais de 80% nas Filipinas e mais de 70% no Brasil. Não houve no passado conflitos entre as duas nações. O comércio entre os dois países tem crescido e pode aumentar muito mais. Nossa população é de mais de 194 milhões e a das Filipinas de cerca de 90 milhões.

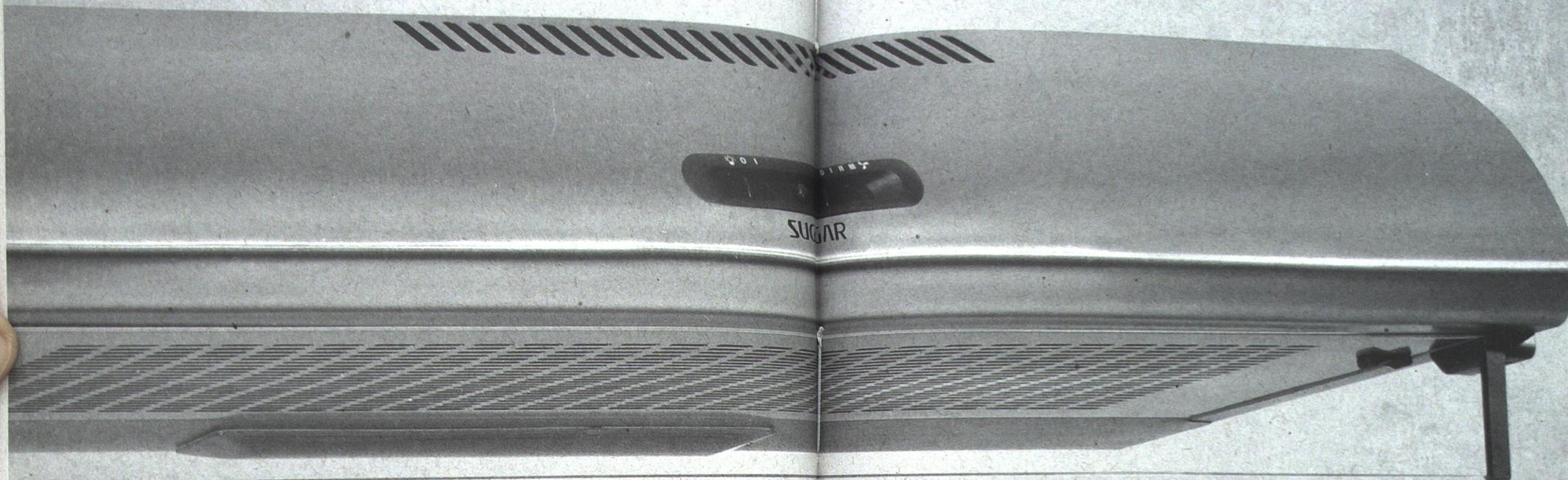
A fausta visita da Presidente Gloria Macapagal-Arroyo deve ser novo incentivo para que cresçam os vínculos de conhecimento e amizade entre nossos povos.





Nobres colegas, apresentamos

o nobre produto da Suggar.



Tecnologia, beleza, praticidade e economia: com a Suggar, você leva para sua cozinha muito mais que um depurador. Suggar Órion Inox é um produto moderno e multifuncional, com grande capacidade de sucção e filtragem, além de inúmeras

vantagens e benefícios. Deixe o requinte e a qualidade fazerem parte de seu dia-a-dia: só um Suggar tem a garantia de ser, há mais de 30 anos, líder absoluto em vendas no mercado brasileiro.

## Depurador Órion Inox

Design italiano | Versões de 60 ou 80 cm | 3 velocidades | Luminária | Dupla função: coifa e depurador  
Filtro em alumínio lavável | Manta de carvão ativado | Muito mais silencioso | Máscara captadora de ar

**SUGGAR**  
eletrodomésticos



[www.suggar.com.br](http://www.suggar.com.br)

## Perfil acadêmico

# SEM PERDER A ALMA MINEIRA

Beatriz Teixeira de Salles\*



Danilo Gomes, ocupante da cadeira nº 1 da Academia Mineira de Letras, sucedendo a Cyro dos Anjos, mesmo morando em Brasília há mais de três décadas é um mineiro típico. Gosta de silêncio, som de água de bica e de riacho – além de não dispensar uma boa comidinha da roça.

O gosto pela leitura veio aos 12 anos, quando ganhou o livro *História do Mundo para Crianças* e, segundo ele mesmo, desembestou a ler. Ainda hoje, num mundo cada vez mais tecnológico, conserva o hábito de escrever cartas a mão – coisa de gente das montanhas. Nesta entrevista, Danilo fala de sua atividade literária e jornalística, de Brasília – “não é só política, de alta ou de baixa qualidade; é também trabalho honesto e boa literatura” – e garante que nunca perder a alma mineira é “um trem muito bom”.

O senhor nasceu em Mariana, o mais antigo município mineiro, e viveu muitos anos em Belo Horizonte. Quais os principais traços de mineiridade que o senhor conserva em sua personalidade?

Nasci em Mariana, em 30 de dezembro de 1942. Lá passei a infância. Nas férias, ia com meu pai, minha mãe e meus irmãos para Belo

---

\* Jornalista

Horizonte, onde morava minha avó materna, ou para as fazendas dos amigos de meus pais. Ficou-me para sempre uma saudade desse tempo de minha infância em Mariana, BH e nas fazendas. Ficou-me um gosto pela roça, pelo meio rural, pela música sertaneja dos velhos tempos. Tenho uma alma rural, fazendeira, rancheira, telúrica. Gosto até hoje de carros de boi, de comida da roça, de cheiro de curral, do cheiro do cigarrinho de palha que, eu, menino, fumava escondido; de ouvir galo cantando. Tenho uma alma barroca e ao mesmo tempo virgiliana, rústica, bucólica. Sou conservador, desconfiado, religioso (com forte queda pelo canto gregoriano e pelos mosteiros beneditinos).

Estudei latim (não fui bom aluno) nos colégios onde morei interno: o Dom Bosco, em Cachoeira do Campo, e o Arquidiocesano, em Ouro Preto. Gosto de silêncio, solidão, som de água de bica e riacho, Mozart, Bach, Vivaldi, te-deuns e requiêns...

O senhor costuma dizer que BH, Mariana e Brasília, onde vive hoje, são cidades que marcaram sua vida. Quais os pontos em comum que observa nas três?

Acho que essas cidades não guardam entre si nenhum ponto em comum. Mariana é minha infância e sua saudade. Belo Horizonte é um pouco da minha infância e toda minha mocidade, a iniciação na vida literária, os bares, a Gruta Metrópole, a Livraria Itatiaia, na Rua da Bahia (tão bem descrita no livro de José Bento Teixeira de Salles), o chope do Lua Nova (no Edifício Maletta), os passeios no Mercado Central. Lembrome bem da padaria Savassi, do Cine Pathé, do cine-grátis na Praça da Liberdade, do Presépio do Pipiripau com meu pai e minha mãe, das Estâncias Califórnia, do Tip-Top, da Churrascaria Camponesa, que eu não frequentava por falta de dinheiro... Em 1970 me casei, em Belo Horizonte, com Jeanete, que conheci em Mariana. Já com dois filhos, Rodrigo e Juliana, viemos morar em Brasília, em 1975. Foi uma vida completamente nova e diferente. Novos empregos, novos amigos, cidade praticamente ainda em construção. Viemos para trabalhar, por pouco tempo, e já estamos aqui há 35 anos; aqui nasceram nossos netos Thiago e Guilherme. Gostamos de Brasília, incorporamos o “espírito de Juscelino”...

O senhor tem um irmão também escritor, o Duílio Gomes. A “queda” para o ofício de escrever vem de família?

Minha mãe era professora primária e foi diretora do Grupo Escolar Soares Ferreira; meu pai era tabelião. Menino de seis anos, fui aluno da professora Nívia Santos, com quem aprendi as primeiras letras. Minha mãe e minha tia Carmita, ambas professoras primárias, também colaboraram bastante para meu aprendizado. Aos sete anos, fui aluno da professora Didina Vieira, no Grupo Escolar Dom Benevides. Desde menino gosto de escrever cartas. Até hoje escrevo cartas a mão. Meu amigo e confrade na AML, Eduardo Almeida Reis, com seu bom humor de carioca-mineiro, me chama de “o último dos espistolographôs” (assim mesmo, com ph de antigamente)...

Quando eu tinha 12 anos, minha tia Carmita me deu o livro *História do Mundo para Crianças*, não me lembro do nome do autor. Desde então, “desembestei” a ler. Gosto de Literatura e de História, biografias, memórias, relatos de aventuras (às vezes, de desventuras, como é o caso de *História Trágico-Marítima*, relatos portugueses). Meu irmão Duílio Gomes é contista; sou suspeito para dizer isso, mas os melhores críticos literários e ficcionistas o consideram um grande contista, e de fato ele já recebeu vários prêmios e está em várias antologias. Meu tio materno Aldo Hildo Motta era advogado, gostava muito de ler; a biblioteca dele era, para mim, um mundo encantado. Foi lá que li *Recordações da Casa dos Mortos*, de Dostoiévski, livro que me impressionou muito. Meu avô paterno, Carlos de Assis Gomes, era comerciante em Mariana e capitão da velha Guarda Nacional. Ele nasceu em Cláudio Manuel, antiga Boa Vista, no município de Mariana. Na mocidade, teve tropa de burros, para comércio. Gostava muito de ler e era respeitado charadista. Deixou poemas líricos e humorísticos. Acho que a “veia literária” de Danilo e Duílio veio desse avô poeta, ligado à roça e ao comércio.

O senhor foi colaborador do *Suplemento Literário*, assim como seu irmão Duílio, que integrou a chamada “Geração Suplemento”. Qual a importância daquela publicação, na sua opinião?

Uma importância extraordinária. Murilo Rubião, que bebia cerveja conosco no bar Lua Nova, foi um grande escritor e dirigiu o SLMG com muita categoria e inteligência. Mas eu colaborei naquele jornal foi no tempo em que era dirigido pelo meu saudoso amigo, o crítico literário e memorialista Wilson Castelo Branco. Ele publicou entrevistas que fiz em Brasília com escritores aqui residentes ou por aqui de passagem. Reuni essas entrevistas no meu livro, em dois volumes, *Escritores Brasileiros ao Vivo*. O *Suplemento* passou, recentemente, por uma “fase concretista” que eu não admirava; era até complicado ler aquelas “experiências de laboratório poético”, digamos assim. Mas acho que essa fase, felizmente, acabou e o jornal vai voltando “ao normal”, sob a atual direção do contista Jaime do Prado Gouvêa, que é da famosa “Geração Suplemento” dos primeiros anos, na década de 60.

Volta e meia deparamos com escritores e jornalistas que, mesmo estabelecidos em outros estados, são mineiros. Na sua opinião, a que se deve essa tendência?

Eu diria, basicamente, que “a gente sai de Minas, mas Minas não sai da gente”, aproveitando a divisa da Casa do Ceará, uma ampla área, com cursos, jornal e tudo, aqui em Brasília: “A gente sai do Ceará, mas o Ceará não sai da gente”. Nós, mineiros que moramos fora de Minas, mantemos nossa mineiridade. Não deixamos de dizer “uai” e “trem” toda hora, gostamos da nossa gente, da nossa paisagem, história e tradições, e não esquecemos jamais da nossa famosa cozinha mineira. Temos um gosto especial pela arte da política, de que Murilo Badaró é um refinado mestre.

Entre os escritores acontece o mesmo. Lembramo-nos dos mineiros que foram para o Rio: Carlos Drummond de Andrade, Fernando Sabino, Otto Lara Resende, Paulo Mendes Campos, Pedro Nava e tantos outros, e eu incluo, nesse time de craques, Rubem Braga, que viveu em Belo Horizonte, e, embora capixaba-carioca, se sentia mineiro de coração. Escritores mineiros que moram em São Paulo, por exemplo, não esquecem Minas: meus amigos Fábio Lucas (nascido em Esmeraldas) e Fernando Morais, este, meu primo, nascido em minha terra, Mariana, e também neto do poeta e charadista Carlos de Assis Gomes, que já mencionei. A

veia literária do Fernando eu acho que veio também do nosso avô, “capitão Carlos”... Dois outros grandes escritores mineiros moram na cidade de São Paulo, Humberto Werneck e Ronaldo Cagiano (este, nascido em Cataguases) – e nunca perderam sua alma mineira, o que é um trem muito bom, né?

Na sua opinião, qual a importância da Academia para o cenário literário?

Eu considero a Academia muito mais do que um colegiado de homens de letras, um convívio agradável – e nem sempre ameno – de “oficiais do mesmo ofício”. A Academia mantém a tradição literária, cultural de um povo, um estado, uma nação. É guardiã da literatura e da cultura em geral, da língua, do “fazer literário”. Na Academia Mineira de Letras tivemos a sorte de contar, nos últimos anos, com presidentes notáveis, como Martins de Oliveira, Vivaldi Moreira e, agora, Murilo Badaró, que comandou, com muito brilho, competência e diplomacia, os numerosos eventos que marcaram 2009 como o ano do centenário da Casa de Alphonsus de Guimaraens.

O senhor acompanha a atual produção literária mineira? Destacaria algum autor?

De uns anos para cá, tenho tido pouco tempo para acompanhar. Mas temos, sim, excelentes escritores mineiros produzindo em Minas e fora de Minas. Permita-me não citar nomes. Não gostaria de mencionar uns e não mencionar outros. Isso talvez seja “mineirice” minha. Ultimamente tenho lido muita biografia, muitos livros de memórias, relatos de viagens e aventuras antigas. Reli agora o delicioso livro de H. Ridder Haggard, *As Minas do Rei Salomão*. Estou relendo outros livros dele, como *Ela e Ayesha – A Volta de Ela*. O autor, um aventureiro autêntico, foi um precursor do Indiana Jones... É uma espécie de volta à minha adolescência em Mariana, ao tempo em que li *Como Aprendi o Português e Outras Aventuras*, do grande Paulo Rónai, que conheci aqui em Brasília. Nessa “volta à adolescência”, vou começar a reler o livro de Osa Johnson, *Casei-me com a Aventura*. Comprei pela estante virtual,

num sebo. Por falar em sebo, lembro, com saudade, a figura do meu bom amigo Amadeu Rossi Cuoco, o grande alfarrabista, que faleceu recentemente.

No geral, quais seus autores prediletos?

Os cronistas, os poetas, os ficcionistas, os memorialistas, os biógrafos, os autores beneditinos, como meu velho amigo professor de Biblioteconomia e escritor Edson Nery da Fonseca, que voltou a morar na sua Olinda natal. Mora ao lado do Mosteiro de São Bento, onde é irmão oblato. É o maior conhecedor da obra de Gilberto Freyre, de quem foi grande amigo. Um dos melhores livros do Edson Nery intitula-se *Sub Specie Aeternitatis*, título em latim monástico, mas texto em português castiço. Um livro magnífico.

Brasília, geralmente, está no foco por temas políticos, obviamente. Qual sua visão da cena literária e cultural na capital federal?

A agitação política no Distrito Federal é constante mesmo. Recentemente, tivemos até prisões de políticos locais, inclusive o governador, que é mineiro. Mas, para mim, Brasília é a capital do grande Juscelino Kubitschek, que escrevia muito bem e foi membro da nossa Academia. O movimento literário aqui sempre foi muito grande. Temos aqui ótimos escritores, de todos os estados do Brasil. Temos a Academia de Letras do Brasil, a Academia Brasileira de Letras, a Academia de Letras de Brasília e outras, além do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, integrado também por vários escritores, ligados à História de Brasília. Ainda recentemente, o grande poeta Anderson Braga Horta, mineiro de Carangola e aqui morando há 50 anos, ganhou o famoso Prêmio Jabuti. O Jornal da ANE, bimensal, publica a movimentação literária do Distrito Federal e do Brasil – seu editor é o premiado autor Afonso Ligório Pires de Carvalho, detentor de vários prêmios literários de nível nacional. Brasília não é só política, de alta e baixa qualidade; é também trabalho honesto e boa literatura. Devemos comemorar, sim, apesar de tudo, os 50 anos da bela capital que JK nos deixou no Planalto Central do nosso Brasil.

## Dados Biográficos

Danilo Carlos Gomes nasceu em Mariana, MG, em 30 de dezembro de 1942, filho de Daniel Carlos Gomes (tabelião) e Maria das Dores Motta Gomes (professora primária), ambos já falecidos. Tem cinco irmãos: Duílio, Darcílio, Daniel, Djalma e Maria de Fátima.

Estudou no Grupo Escolar Dom Benevides, com a professora Esmeraldina Vieira (Dona Didina), tendo sido, antes, aluno das professoras Nívia Santos Gomes e Terezinha Braga. Estudou no Colégio Dom Bosco, de Cachoeira do Campo, no Arquidiocesano, de Ouro Preto e no Dom Frei Manoel da Cruz, de Mariana.

Suas relações com Belo Horizonte são antigas. Aqui moravam sua avó materna, Sinhá Motta, e alguns tios, e onde passou boa parte de sua infância. Seu pai chegou, certa vez, a alugar uma casa na Rua Aimorés, próxima à Rua Marquesa de Alorna, mas por pouco tempo. Retornaram a Mariana. Mais tarde, morando ainda na casa de sua avó e tios, estudou no Colégio Santo Antônio, no Instituto Padre Machado e no Colégio Arnaldo.

Em Belo Horizonte, formou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1974. Em Belo Horizonte, casou-se em 1970 com Maria Jeanete Carneiro Gomes e em Belo Horizonte nasceram seus filhos, Rodrigo e Juliana. Começou a trabalhar no Ministério da Agricultura – Serviço Florestal, em 1961, mesmo ano em que começou a trabalhar no Diário da Tarde. Desde então, tem colaborado em jornais como Estado de Minas, Hoje em Dia, Diário da Tarde, Suplemento Literário do Minas Gerais. Fora de Minas, tem escrito para o Jornal do Commercio, do Rio, Correio Braziliense, Jornal de Brasília, Jornal de Letras, do Rio, e em jornais de diversos estados, assim como revistas, como a Revista da Academia Brasileira de Letras, Revista da Academia de Letras do Brasil (sediada em Brasília), revista Blau, de Porto Alegre, revista A Cidade em Construção, de Brasília, e outras.

Publicou os seguintes livros: Escritores Brasileiros ao Vivo (dois volumes), Uma Rua Chamada Ouvidor, Água do Catete, Antigos Cafés do Rio de Janeiro, Em Torno de Rubem Braga, e Mineiridade que

Sobrevive ao Tempo – Nos 80 Anos do Poeta Alphonsus de Guimaraens Filho. Tem participado de várias coletâneas de crônicas e poemas, como Crônicas Mineiras, Cronistas de Brasília etc. Em 1975, transferiu-se para Brasília, onde se formou em Comunicação Social-Jornalismo, pelo CEUB, em 1985. Trabalhou no Ministério das Minas e Energia. É redator da Radiobrás, cedido, desde 1985, à Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, onde chefia o Setor de Documentos. Além da Academia Mineira de Letras, pertence às seguintes entidades: Associação Nacional de Escritores (de que foi presidente), sediada em Brasília; Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal; Academia de Letras do Brasil (sediada em Brasília); Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais; Academia Marianense de Letras; Casa do Escritor, de São Roque, estado de São Paulo; Grêmio Literário Tristão de Ataíde, de Ouro Preto; é sócio-correspondente da Academia Norteriograndense de Letras. Quando do centenário de Belo Horizonte, recebeu da Prefeitura Municipal o diploma de Embaixador do Centenário, que guarda com verdadeira devoção.



## ABGAR RENAULT POETA-EDUCADOR

Carlos Nejar\*

Um místico durante anos buscou alcançar o bem supremo. Uma noite, extenuado, adormeceu e teve a visão do Paraíso. Ao despertar, murmurou tristemente : – O que tentei quando acordado, só consegui dormindo. Diferente do místico, o poeta faz com que suas palavras sonhem com o paraíso, terrivelmente acordado. E é de um Poeta que falo. Abgar Renault nasceu em Barbacena, Minas Gerais, em 15 de abril de 1901, e morreu no Rio, em 31 de dezembro de 1995. Poeta, tradutor admirável, Secretário de Educação, Ministro de Educação, membro do Conselho Nacional de Educação, Ministro do Tribunal de Contas. Pertenceu à Academia Brasileira de Letras, de que foi em curto período Presidente. E curiosamente, soube ser um político no sentido alto, um Educador e ao mesmo tempo, um Poeta, logrando esta aparentemente inconciliável aliança entre a água e o fogo. Não foi o Educador que serviu ao Político, mais foi o Político que serviu ao Educador. E apesar da forte e concentrada mineiridade que lhe dava tom imparcial, como nos versos de Maiacóvski, “a anatomia ficou louca: era todo coração”. Coração fiel a Minas, fiel aos amigos, fiel à criação. Um coração que perdeu as idades para esquecer. E Abgar Renault veio pronto como poeta. Do primeiro (*Lápide sob a lua*, 1968) ao último livro (*Poesia Reunida*, 1990), perpassa

\* Poeta, ficcionista e crítico. Da Academia Brasileira de Letras e da Academia Brasileira de Filosofia.

igual madureza de estilo. Isso é visível na edição de sua *Obra Poética* (Record, Rio, 1990), reunindo *A Princesa e o Pegureiro*, *Sonetos Antigos* (1923), *A Outra Face da Lua*, *A Lápide sob a Lua*, *Sofotulafai*, *Cristal refratário*, *Íntimo Poço*, *Thanatos e o rei do Escuro*. E foi Carlos Drummond de Andrade que acentuou o fato de Abgar jamais haver perdido sua característica fundamental, “o culto às formas decorosas de expressão. Nessa imensa falta de respeito que foi o modernismo, conservou o respeito próprio e o respeito dos outros”. Esse arejamento independente venceu o sotaque abgariano, a proeminência de substantivos adjetivados e sobretudo, dos verbos de movimento. O ritmo vibrátil, rico, entre aliterações, assonâncias, anáforas. Trabalhou um material de fonte simbolista, que às vezes parece anacrônico e perempto, com formas adormecidas no bosque. Mas *os sinais* denunciam a passagem humana, ou sucessão. Abgar Renault palmilhando as sombras, a solidão, penumbras sem remédio, o poço íntimo, o rio escuro, devassa “o reino da sombra da morte”, com uma lucidez que Eliot admitia em Dante: “O pensamento pode ser obscuro, mas a palavra é lúcida, ou melhor, transparente”. Sua palavra é barro que se vai contornando. Até o fogo e a luz.

O tramitar do eterno retorno que Heráclito e Nietzsche perceberam, pertence à natureza abgariana. A ida e a vinda também é nossa.

E esse eterno-retorno-mágico-verbal tem a cumplicidade do silêncio. A criação não se tranca em si mesma, vai-se revelando. Sem expulsar do paraíso, torna-se consciência do real e da morte. “Fazendeiro sem fazenda,/eu escuto a tua moenda/moendo a cana dolorida/de que escorre intenso caldo/com gosto de sangue e vida”//. (*Mensagem ao poeta Carlos Drummond de Andrade*). Abgar Renault se mune de oposições, como observou argutamente, Mário Chamie (Suplemento do *Estado de S. Paulo*, 30/9/1984), falando em *ambiguidade*. Luz e sombra se entrecruzam na maioria dos poemas com a dialética camoniana. Ser-não ser.

“Foi uma carta sem letra/ a carta que recebi;/o seu começo era *vi*,/ acabava por um *nada*/e no meio só *et coetera*;/não foi jamais começada,/ como não foi acabada”...// (*A carta*). Se a linguagem é um sistema, Abgar insere subversivamente nele sua interpretação do cosmos. Sem esquecer que essa ambiguidade é um jogo cíclico. E com a roda das estações se

confunde. Tudo transita, avulta, desmorona. Em viagem. “De tempo somos feitos e acabamos/quando escassa clepsidra seca em nós./ Inescrutavelmente gotejamos/A nossa essência breve, neste a sós.// Fugimos entre fugitivos ramos/De horas e dias. Fluidos e sem voz./ Escorremos de nós e nos escoamos/Sem esperança até a esperada foz.”// (*Omnia fluunt*). O poeta pega o tempo. E tudo é transitório. *Sofotulafai* é um dos mais belos e vigorosos poemas de nossa língua. Concentra-se nas pegadas, palavras, signos. “Os homens vivem, morrem por sinais;/ tudo tem um sinal, ou raso ou fundo,/no gelo intenso ou onde o fogo lava.”// ... (*Sofotulafai*). Nutrindo-se o poema de estranhas efusões, combinações insólitas, efeitos gráficos visuais, letras, armações sonoras. Os versos em francês ou inglês correm com naturalidade, como se os escritos fossem apenas na linguagem da vida. Ou antes de Babel. *Sofotulafai* parece ter sido gravado por aquela mão que, diante dos olhos atônitos do rei Belsazar, dos sábios e de Daniel, o decifrador, na Babilônia, traçava a sentença do destino. Seria Daniel, o poeta? Ou nós que constatamos? “Tudo é nome ou palavra e todos nós” (Ibidem). E enigma é “a hera que pelo silencioso muro cresce”. Fado, término, ou retorno ao nada? Nihilismo ou provável esperança? Entramos onde o viver “foi asa”, escrevendo o destino. E o sentido.

É importante frisar. *Sofotulafai* para Abgar é o universo, como *Finnegans*, a obscura carta, o é para Joyce. Ou *O Grande Livro*, para Mallarmé. O universo é o que constantemente defrontamos. Com o código de amor que as palavras honram. O universo do sentido. “O mundo acaba. A vida silencia.” (Ibidem). E a sentença é murmurada.

Outro aspecto na obra abgariana é a musicalidade que atinge níveis imprevistos. Ezra Pound conceitua a melopeia, como “a poesia nas fronteiras da música e a música talvez seja a ponte (continua ele) entre a consciência e o universo sensível não-pensante, ou mesmo não-sensível”.<sup>19</sup> A música no poema é tangida com discreta maestria, colhendo todos os sentidos, sons, nexos. O acorde dos instrumentos mais íntimos ou tácitos. “Quero a dúvida, oculta música/e os nela, em surdos retumbos,/tensos

<sup>19</sup> POUND, Ezra. *Arte da poesia*. São Paulo: Cultrix, p.19.

tambores de Túnis.”// (*Toada de Túnis*.)” O que mais comparece na obra de Renault é o soneto. Em todos os livros. E cito agora, um dos mais belos, entre, *Os Sonetos Antigos (1923)*: “Se me consume a vossa malquereça,/Em pó volvendo o orgulho de meu ser,/Elle, desvaleroso, se compensa/Na só speranza de vos comover.// Que Amor, já surdo e cego de nascença,/Demais de nada ouvir & nada ver,/Ferindo-se a si próprio, nada pensa,/E nada dissuade o seu querer.//Mal que façamos cobra-nos o Fado;/E, embora tanto mal que vós façaes,/Heis-me aqui nesta magoa sepultado.//Senhora, a Deus pedindo, co os meus ais,/Que não pagueis, hum dia, redobrado,/Todo o desprezo com que me mataes.”// (*Soneto VI*). E os sonetos abgarianos – geralmente em decassílabos – nada devem, em altura e beleza, aos de Drummond ou Jorge de Lima, confluindo em novo simbolismo, com espantoso domínio metafórico. Amor e morte compassam esta solidão individual que se faz coletiva, ou cidadina. O desembocar na morte, sob o fluxo inevitável, circular. O desaparecimento dos vestígios no rio escuro (Letes). Heideggerianamente, o poeta é um ser para a morte. “No céu, na pedra, na sombra/tinta de silêncio e sombra/escreve. Aqui acabei”...// (*Epitáfio II*. Abgar Renault é um desconhecido ainda, na medida em que seus vários companheiros, como Carlos Drummond, Murilo Mendes alcançaram o renome nacional. Se é verdade que esse dito *reconhecimento* se forja do conjunto de compreensões e incompreensões em torno de uma obra, a poesia abgariana é cercada de respeitoso silêncio. O que certifica também de sua grandeza.

Órfico, elegíaco, está mais próximo de minha geração, do que a sua: “Perdoai-me se me esqueci a mim sentado entre vós,/como um de vós, e não reconheci o meu destino tão comum.”// (*Prefácio de desculpas*). Escreveu Italo Calvino que “as margens da memória, uma vez fixadas com as palavras, cancelam-se”. Todavia, a memória das palavras só a poesia completa.



## Teatro



# O MAIOR EVENTO TEATRAL DO BRASIL

Pedro Paulo Cava\*

Começou pequenininha em 1973, num mês de dezembro chuvoso como acontece em Belo Horizonte.

Eram dez espetáculos em cartaz entre adultos e infantis e, para aquela primeira campanha foi um sucesso vender quase 600 ingressos nas *kombis* que circulavam pela cidade. Chamava-se por isso mesmo “Campanha das Kombis” e era um projeto do então Serviço Nacional de Teatro do Ministério da Educação e Cultura. Já existia no Rio há uns três anos e nós a trouxemos para BH com a ajuda de Orlando Miranda, na época presidente do SNT. Julio Varella e Edvar Resende coordenaram as duas primeiras edições na capital mineira. Depois, como presidente do Sindicato dos Artistas, fundado no início de 75, coordenei as três seguintes edições: 1975, 76 e 77.

No ano seguinte a venda de ingressos passou dos mil espectadores e comemoramos muito. O mês ainda era dezembro porque no Rio, cidade que ditava os rumos da política cultural do país, dezembro era o melhor mês para popularizar o teatro, barateando-se o valor dos ingressos.

\* Dramaturgo.



Assim foi até 1977 e depois passou a ser realizada até 1984, no mês de janeiro, em várias capitais brasileiras: Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Belo Horizonte, São Paulo e Rio. Nessa época já não existia mais o SNT e a classe teatral brasileira conseguira criar a Fundacen – Fundação Nacional do Teatro – órgão independente, dotado de recursos próprios e que bancava as campanhas de popularização pelo Brasil. Para cada ingresso vendido a preço popular havia uma complementação paga pelo governo, que equivalia no total ao valor da meia-entrada.

Convém lembrar que a meia-entrada em todo o Brasil existia por um acordo de cavalheiros entre os produtores, teatros, grupos e companhias com as entidades estudantis: Une e Ubes. Não era uma lei enfiada goela abaixo dos produtores de espetáculos como fizeram os políticos nos anos 90. E ninguém vendia carteira de estudante para quem não estudava. Excluindo Rio e São Paulo que desde os anos quarenta já possuíam uma platéia teatral, nas outras capitais era o estudante que constituía a maioria do público das salas de espetáculos. Eram eles os nossos espectadores, testemunhas e cúmplices na luta por um teatro profissional nas capitais brasileiras.

Pouco a pouco a Campanha de Popularização do Teatro vai se ampliando como parte de uma política cultural do governo federal e passa a contar com o apoio dos governos estaduais e municipais. Com a vitória de Tancredo no Colégio Eleitoral em 1985 e a consequente criação do Ministério da Cultura, a Fundacen se integra ao novo organograma do governo democrático e muda sua política de atuação nas artes cênicas. Somente a Campanha de Popularização do Teatro sobrevive a estas mudanças na política de fomento ao teatro,

Em Belo Horizonte ela vai crescendo gradativamente e, ainda no mês de janeiro, a venda de ingressos sobe para dez, doze, quinze e até vinte mil ingressos em cada edição. Vale dizer que eram poucas as casas de espetáculo nos anos 80, todas públicas, e as datas nestes teatros para quem quisesse participar do evento eram disputadas no voto ou através de regras que os próprios produtores e os representantes dos teatros definiam como essenciais para a ocupação dos teatros: tempo em cartaz das temporadas, público atingido, qualidade do espetáculo, produção

cuidadosa, presença na mídia e idoneidade e capacidade dos produtores e companhias.

Os anos 80 foram uma espécie de marco histórico no fazer teatral mineiro. Criaram-se escolas, novos grupos e companhias, surgem as primeiras empresas de produção teatral, a produção anual de espetáculos teatrais aumenta consideravelmente e o governo tem que abrir espaços alternativos e urgentes para atender à demanda dos novos espetáculos. Com isso a cidade ganha a sala Ceschiatti, o Teatro Santa Maria (na Floresta), abrem-se datas no Palácio das Artes para as produções locais e a imprensa passa a contar com páginas e cadernos de artes cênicas redigidos por novos críticos e jornalistas com amplo espaço em todos os veículos.

Mas Collor, num ato muito característico de sua personalidade psicótica e para se vingar dos artistas que apoiaram outros candidatos e Lula no segundo turno das eleições de 89, arrasa a cultura brasileira, extingue o Ministério da Cultura e a Fundacen, joga na lata de lixo a lei Sarney de incentivo à cultura e tranca os cofres, confisca a esperança e a poupança dos brasileiros.

Nessa época já havíamos fundado em Belo Horizonte a Associação dos Produtores de Artes Cênicas, a AMPARC, comandada por Claide Gosling e Márcio Machado. A Amparc, mesmo jovem, incipiente e sem recursos, fomentava como podia a produção profissional de teatro na cidade, estimulando temporadas mais longas, realizando eventos e debates, participando das decisões para ocupação de datas nos teatros estatais através de concorrências e editais públicos.

Vendíamos nos postos da Campanha, de janeiro até o carnaval, entre 20 e 30 mil ingressos para mais de trinta ou quarenta produções em cartaz na cidade. E as companhias de dança passam a fazer parte da campanha, ampliando o leque de ofertas culturais para além do teatro adulto e infantil. E o que era melhor, bancávamos com nossos próprios recursos a Campanha de Popularização do Teatro e da Dança, nome que perdura até hoje. As *kombis* haviam ficado no passado e lá também ficara a campanha em todas as outras capitais.

Aos poucos fomos descobrindo que os belorizontinos não esvaziavam a cidade nos meses de janeiro e fevereiro e apostamos que

podíamos realizar um evento teatral que reunisse o maior número de espetáculos em cartaz e vendesse um grande volume de ingressos a preços populares todo ano. E assim foi. No início dos anos noventa Belo Horizonte tinha apenas seis casas de espetáculo e todas do estado. É a inauguração do Teatro da Cidade em 1991 que veio dar ânimo a que outros artistas, empresas, escolas e entidades criassem novas casas particulares e apostassem na produção teatral mineira. Hoje Belo Horizonte possui mais de 50 casas de espetáculo.

Com isso cresceu a produção teatral, criaram-se grupos, empresas teatrais e surgiram novos produtores independentes. E a Campanha de Popularização do Teatro consolidou-se e foi batendo recordes sucessivos: cinquenta, cem, duzentos mil espectadores e em 2009, com mais de 100 produções em cartaz, atingimos a marca histórica de 360 mil espectadores em nove semanas de campanha com o preço do ingresso a 10 reais para todos os espetáculos. Também ampliamos os horizontes da Campanha para o Vale do Aço, Juiz de Fora, Patos de Minas e outras cidades no entorno da capital: Nova Lima, Contagem, Betim.

Também o perfil do público mudou com o correr dos anos. As novas classes emergentes e o público da periferia, que antes não tinha acesso aos teatros, têm na campanha a sua referência cultural. Os trabalhadores de renda mais baixa, os autônomos, os que se inscrevem na economia informal e especialmente aqueles que em janeiro e fevereiro não saem da cidade em função das suas atividades, passam a ser a massa que sustenta a popularização do teatro. As filas que se formam nos postos são intermináveis e algumas pessoas adquirem ingressos para diversos espetáculos. A imprensa destaca, incentiva, apoia. É a festa do teatro em cena nas ruas de Belo Horizonte.

Pelo caminho a campanha foi ganhando não só espectadores, mas apoiadores, patrocinadores e parceiros. Realizada hoje pelo Sinparc – Sindicato dos Produtores de Minas, sob o comando de Rômulo Duque e Dilson Mayron, a Campanha de Popularização do Teatro e da Dança chegou agora em janeiro de 2010 à sua 36ª edição com sucesso de público e inseriu-se definitivamente na história das artes cênicas brasileiras como o maior evento teatral do país.

Há quem espere o ano inteiro para assistir a dezenas de espetáculos nos meses de janeiro e fevereiro. Quem vem a Belo Horizonte nessa época do ano já sabe e se prepara para ir ao teatro mais de uma vez. E os belorizontinos gostam da campanha que seus artistas realizam e se orgulham de encher as casas de espetáculo da cidade.

Mas nem tudo são flores. Trinta e seis anos depois a campanha adquiriu desafetos e críticos mordazes. Em geral são intelectuais que se caracterizam pelo preconceito contra o que é popular a partir de uma visão muito própria do fazer teatral voltado para as elites. Consideram que as comédias tomaram conta da campanha e que isso não é bom para o teatro e para o público. Mas quem pode dizer que o melhor para o cidadão ver em cena é este ou aquele tipo de espetáculo? Claro que a campanha, sendo sucesso e democrática, passou a não adotar critérios de mínima qualidade para inserir espetáculos e produções no evento. E criaram-se algumas aberrações como o oportunismo das montagens mal-acabadas, a péssima qualidade de alguns textos, a repetição de uma fórmula de sucesso que só alguns alcançaram e o fraco conteúdo de uma boa parte da dramaturgia.

Essa falta de critérios fez com que este ano, quando estou fechando estas notas, os números da campanha ainda que expressivos, caíram um terço em relação ao ano passado. Até aqui, penúltima semana do evento, foram vendidos 240 mil ingressos no total. Cem mil a menos que no ano passado.

Os grupos de teatro experimental e arte contemporânea, usando do viés estético, criaram o Verão Arte Contemporânea, como forma de confrontar artisticamente a Campanha de Popularização do Teatro. Se não tira público dos espetáculos ditos populares, ao menos é uma forma de inquietar a cidade e realizar uma produção cultural voltada para a outra ponta da população consumidora de cultura: os iniciados, intelectuais, vanguardistas, uma jovem elite que se forma com uma consciência de renovação, embora muitas vezes equivocada politicamente, porque afinal temos sempre dois tipos de teatro: o bom e o ruim, independentemente de estética ou modismos.

É hora de rever a campanha, rever as relações entre os que fazem as artes cênicas acontecer, questionar a participação do poder público na

produção teatral e se perguntar as razões pelas quais o público anda fugindo dos teatros durante o ano e por que as temporadas teatrais encurtaram, perderam força, qualidade, conteúdo e peso na mídia.

Mas não se pode varrer a campanha para debaixo do tapete com a vassoura do preconceito estético, nem com uma canetada dos burocratas da cultura instalados nas instâncias públicas dos órgãos culturais.

Seja como for, os artistas e produtores teatrais da cidade conseguiram realizar, ao longo dos últimos 36 anos, o maior evento teatral brasileiro. E isso me parece irreversível e merece aplausos contundentes.



## Cinema



# GANGA BRUTA, PILAR DO CINEMA BRASILEIRO

Paulo Augusto Gomes\*

*Ganga Bruta* foi realizado no decorrer de 1932, quando Humberto Mauro havia se transferido para o Rio de Janeiro, passando a trabalhar na recém-criada Cinédia, produtora de seu amigo Adhemar Gonzaga. O Ciclo de Cataguases havia ficado para trás, com o esgotamento dos recursos dos sócios-produtores Agenor Cortes de Barros e Homero Cortes Domingues, da antiga Phebo Brazil Film, e a então capital da República era indiscutivelmente a única saída.

Com Adhemar prioritariamente empenhado em construir e equipar sua empresa, Mauro na condição de homem de confiança do patrão estava encarregado de filmar novas produções e, quando a direção estivesse sob cuidados de terceiros, ajudar na realização, participando da equipe técnica. Assim, logo após sua chegada ao Rio, assumiu a direção de *Lábios sem Beijos*, ainda um filme mudo (apesar de filmado e lançado em 1930), que o próprio Gonzaga deveria assinar.

Mas não havia jeito: o som havia chegado definitivamente e, para não ficar para trás, a Cinédia teria forçosamente que seguir a moda, embora Adhemar insistisse em afirmar que filmes sonoros, sim; falados,

\* Cineasta, membro do Centro de Pesquisadores do Cinema Brasileiro.

não. Procurava ele fazer corô ao pessoal do Chaplin Club, comandado por Octávio de Faria, fiel ao ideário estético do seu patrono. É sabido que Charles Chaplin foi, de início, um dos mais ferrenhos adversários do cinema falado. Já em 1931, Octávio Gabus Mendes dirigia *Mulher*, no qual Mauro não apenas se ocupou da fotografia, como ainda teve um dos principais papéis.

O processo sonoro então em voga no Brasil ainda era o primitivo Vitaphone, no qual o movimento labial dos atores era sincronizado com discos contendo alguns diálogos do filme. Foi assim que Luiz de Barros dirigiu em São Paulo, em 1929, *Acabaram-se os Otários*, com a dupla de comicos Genésio Arruda e Tom Bill, naquele que acabou se tornando o primeiro filme brasileiro falado. E foi com essa perspectiva que Humberto Mauro preparou sua próxima obra: exatamente *Ganga Bruta*.

### Obra híbrida

Para quem se inicia nos segredos de *Ganga Bruta*, o que salta imediatamente aos olhos é o hibridismo do filme. Chega a ser curioso o fato de que, quatro anos após o primeiro longa-metragem sonoro brasileiro, ainda se fizessem filmes (parcialmente) mudos no país. Esta, contudo, não era uma situação peculiar: as muitas dificuldades de ordem técnica, aliadas aos altos preços dos estúdios de gravação, levaram a esse estado de coisas. Algo similar ocorria, por exemplo, no Japão, onde um cineasta como Yasujiro Ozu continuou a fazer filmes mudos até, pelo menos, 1934, na impossibilidade de poder contar com resultados sonoros satisfatórios. Adhemar Gonzaga sabia do Movietone, processo sonoro mais avançado, no qual a banda sonora, mixada as várias pistas de diálogos, ruídos e música, era impressa na própria película e levada aos alto-falantes dos cinemas através do leitor ótico de cada projetor. Mas não podia ainda contar com tal equipamento e a solução adotada inicialmente foi fazer *Ganga Bruta* como um filme mudo, apenas com música.

Tal como pode ser visto hoje em dia, o filme possui longos trechos assim construídos, com as falas impressas em legendas sobrepostas às imagens, à maneira de um filme estrangeiro. Em outros momentos, porém,

há uns poucos diálogos, gravados – como a trilha sonora de Radamés Gnattali – em discos do sistema Vitaphone. Ver assim *Ganga Bruta* provoca a sensação curiosa de que parece faltar alguma coisa ao filme, como se alguns dos 29 discos originais se tivessem perdido com o tempo ou o dinheiro da produção fosse insuficiente. É algo perfeitamente explicável, ainda mais porque, nos anos 50, essa possibilidade esteve próxima de ocorrer. Já desencantado e tendo se mudado para São Paulo em busca de trabalho, Gonzaga levou consigo boa parte do acervo da Cinédia, que foi depositado na Cinemateca Brasileira. Posteriormente, o velho produtor resolveu voltar atrás e ao seu Rio. Ao tentar reaver seu material, entrou em conflito com a Cinemateca, que não quis lhe devolver os discos de *Ganga Bruta*. Isso deu origem a uma disputa judicial, que se arrastou por longos anos e fez com que, durante esse tempo, o filme fosse projetado inteiramente mudo. Finalmente, aconteceu o tão esperado acordo e, hoje, *Ganga Bruta* recuperou sua integridade.

O hibridismo do filme não se limita, contudo, à parte técnica. O mais surpreendente acontece no que diz respeito ao estilo: a partir de um argumento original de Octávio Gabus Mendes, Mauro escreveu ele mesmo o roteiro que posteriormente filmaria. A história tem certamente elementos datados, que hoje chegam a espantar: ao descobrir que sua mulher não era virgem, um engenheiro a mata na própria noite de núpcias. Tal um moderno *playboy*, que mata em legítima defesa da honra, o herói é absolvido e, buscando esquecer e superar esse momento difícil de sua vida, vai buscar no trabalho longe da cidade grande alívio para suas dores e remorsos. Passa a ocupar cargo de chefia em uma usina no interior, onde se envolve afetivamente com a noiva de seu melhor amigo, sendo correspondido. Disputando a moça, os dois se engalfinham em terrível briga, que só termina com a morte, desta vez acidental, do amigo. É quando o engenheiro se vê livre para pedir a mão da bem-amada, com quem se casa ao final, em cerimônia em tudo e por tudo igual àquela que abre o filme e irá gerar toda a tragédia.

Como se observa, a história nada tem de original e é marcada dramaticamente pelo fato de o engenheiro matar sua mulher durante a noite nupcial, ao perceber que não é o primeiro homem da vida dela.

Visto hoje, esse dado chega às raias do ridículo: uma conversa prévia, um exame pré-nupcial ou uma simples confissão teriam jogado por terra argumento tão frouxo. A vontade é de escrever que *Ganga Bruta* não se mantém atualmente, utilizando um confronto dramático tão superado, como o que embasa sua ação. Pior: em momento algum, o engenheiro é questionado sobre a validade (e brutalidade) do seu ato; para Gabus Mendes e Mauro, é como se ele tivesse feito o que a sociedade esperava dele, de qualquer homem digno desse nome: eliminasse quem tivesse sujado sua honra. Só que, examinando ainda que por alto a crônica policial das cidades grandes de todo o país, são facilmente encontráveis casos como o do engenheiro, mesmo em tempos relativamente recentes, o que faz imaginar que, em nossa sociedade, o episódio narrado em *Ganga Bruta* não seja nem atípico nem condenável.

Mas aí surge com maior clareza o hibridismo narrativo já mencionado. Mauro começa seu filme com extrema competência; toda a sequência do casamento é narrada em planos próximos, com farta utilização de detalhes. Não se vê a igreja, propriamente, ou aspectos de seus altares ou imagens, mas apenas partes dos corpos de um homem e uma mulher, ajoelhados à espera de que o sacerdote conclua a cerimônia. Mãos, alianças, pés que caminham: isso é tudo. Os rostos não são mostrados e Mauro, com uma madura economia de detalhes, dá ao espectador todas as informações necessárias sobre o que está ocorrendo.

Em seguida, a residência do casal, rica, imponente e o que parecem ser restos de uma festa de boda. Um mordomo conversa com um convidado recalitrante, já meio bêbado, com feições deformadas que parecem agrandar a Mauro: é de se constatar a enorme variedade de tipos esdrúxulos e bizarros que povoam sua obra, *Ganga Bruta* em especial. A casa chama a atenção por sua riqueza e pelos tons negros; seu interior traz à lembrança ambientes semelhantes, encontráveis em *The Magnificent Ambersons* (*Soberba*) de Orson Welles ou *Sunset Blvd* (*Crepúsculo dos Deuses*) de Billy Wilder (realizados, na verdade, vários anos depois). Muita escuridão, mobília requintada, objetos de decoração luxuosos, uso de madeirame: o ambiente é pesado, escuro, sufocante. A própria cenografia dá o tom: é praticamente impossível alguém ser feliz naquele tipo de lugar.

Pode-se dizer que o tratamento conferido à imagem até aquele momento tem muito de expressionista. Não é algo improvável, uma vez que esse tipo de cinema era familiar a Mauro, que assistia aos clássicos alemães no velho Cine-Teatro Recreio, de Cataguases. Em seguida, a ação se transfere para o quarto do casal, onde irá ter lugar o assassinato. Mauro trabalha todo o tempo com elipses; sua narrativa mais sugere que mostra, enquanto a adúltera recebe do marido a paga por sua audácia. Todo esse preâmbulo se passa na cidade grande Rio de Janeiro mas ela é pouco ou nada vista. Mauro não se interessa nem mesmo em situar geograficamente o casarão, nem ele é visto do lado de fora. São realidades íntimas, parece dizer Mauro, que só se revelam e se explicam em interiores. Como também a igreja não é vista, todo esse início tem um tom claustrofóbico, que muito contribui para deixar claro ao espectador toda a confusão mental de que é alvo o engenheiro.

É conhecido o desinteresse de Mauro pelos ambientes luxuosos e os grandes centros. Toda a sua obra tem o campo como cenário e, mesmo quando se vê diante da contingência de filmar a vida na cidade, ele logo procura uma maneira de a ação se transferir, o mais rápido possível, para um cenário bucólico. Ali, para ele, são estabelecidas as pulsões que definem e orientam uma vida, aquela que vale a pena viver. Foi assim em *Brasa Dormida* e *Lábios sem Beijos*, também será assim em *Ganga Bruta*.

Absolvido no julgamento, o engenheiro em rápida sequência de transição comunica a amigos a decisão de procurar esquecer seu drama íntimo em outro ambiente, livre das lembranças e tensões da cidade grande. E aí surge a usina. É um cenário relativamente recorrente em filmes de Mauro; pode ser encontrado, por exemplo, em *Brasa Dormida*. Dão ao herói nova motivação o trabalho árduo, como fonte de liberação de energias, novos ambientes onde espairer, sobretudo novas companhias, que irão levar sua vida para outros rumos. Mauro, aliás, procura dar às suas usinas uma dimensão maior que a que elas realmente possuem; a de *Brasa Dormida* nos é apresentada como um lugar de trabalho colossal, quando a imagem que a apresenta se caracteriza pela pasmaceira e falta de atividade visível.

Assim também em *Ganga Bruta*. Mais que o trabalho ali desenvolvido, que nunca chegamos a identificar claramente qual possa ser, o que marca a usina é a beleza do seu entorno, com muita vegetação, quedas-d'água e gramados suaves, nos quais balanços sugerem idílios sempre prontos a acontecer. Beleza também das figuras humanas e é aí que surge Sônia, vivida pela atriz Déa Selva, a noiva do melhor amigo do engenheiro. Loura, *coquette*, sensual, coloca-se desde o primeiro momento como um possível vértice da tragédia que irá se abater sobre aquelas pessoas.

Embora adepto da vida no campo, Mauro nunca vê mudanças possíveis nesse ambiente. Os dados são apresentados de início: quem é patrão assim permanecerá até o fim, quem é empregado nunca conseguirá ascender no seu meio. Classes sociais dificilmente se misturam: toleram-se, apenas. O todo, contudo, é harmonioso; ninguém questiona a ordem vigente, não há perspectiva de revolução à vista, nem Mauro deseja falar sobre isso. Seu engenheiro, que certamente possuía um cargo expressivo na cidade grande, continuará a manter seu *status* no campo. E não será questionado por isso; suas disputas terão sempre outras motivações.

Com a mudança de ambiente, muda também o tratamento cinematográfico. Não prevalece mais o tom expressionista, carregado, mas surge em seu lugar uma narrativa sensível às manifestações e belezas naturais. Mesmo que essa natureza seja inteiramente falsificada: o jardim onde acontece o prenúncio de relação sexual entre os amantes fica, na verdade, na Quinta da Boa Vista. Misturado a outros elementos, dá como resultado um cenário belissimamente artificial: aí, já estamos em pleno sonho mauriano. Nesse espaço, onde a natureza foi pródiga em dons, o desejo é quase convidado a brotar e, sob esse aspecto, há uma perfeita adequação entre cenário e ação.

Mesmo esse tratamento naturalista da imagem admite uma divisão que acontece em relação a outro ambiente caro a Mauro: o da taberna. É um núcleo dramático que encontramos com frequência em seus filmes. É, geralmente, o lugar onde se reúnem malfeitores, mal-encarados e vagabundos em geral. Bebida farta e ânimos exacerbados se encarregam do resto, pois é natural que surja ali uma briga de proporções homéricas,

certamente reminescente de algum filme americano que o cineasta viu em companhia de seu mestre Pedro Comello no Recreio, em Cataguases. John Ford, por exemplo, autor que Mauro sempre admirou e com quem às vezes costumam compará-lo, utilizou várias vezes esse cenário, sempre tratado como um espaço entre o lúgubre e o lúdico. Lúgubre porque sua cenografia aponta para um espaço que pouco ou nada tem de belo; os homens ali vão, parece, unicamente para satisfazer seus instintos mais primários: vício e violência parecem encontrar o lugar perfeito. Curiosamente, se algo falta a esse ambiente, é o sexo: mulheres não costumam aparecer em antros tão sórdidos. A taberna mauriana é espaço exclusivamente masculino. Se, em *Na Primavera da Vida e Tesouro Perdido* ela é pouco iluminada e cheia de mistérios, a de *Ganga Bruta* é quase solar. A luz que recebe é farta e permite mostrar claramente a pancadaria que ali acontece, quase uma celebração, ao estilo fordiano, do qual *The Quiet Man* (*Depois do Vendaval*) é o melhor exemplo.

Pancadaria porque o engenheiro, acabrunhado por sua tragédia pessoal e a irresistível atração que sente por Sônia, ali encontra espaço para descarregar suas energias. A sequência, aliás, prima pelo bom humor. Já tendo bebido várias garrafas de cerveja e, portanto, com os instintos à solta, ele se mete em uma disputa por motivo banal com um dos presentes que, não é outro senão o próprio Humberto Mauro fazendo uma divertida ponta. O engenheiro lhe aplica alguns golpes e parte para uma queda de braço, desafiando os outros frequentadores. Claro, irá provocar um quebra-quebra espetacular, daqueles que envolvem todos os demais e acabam por deixar o lugar em ruínas. O tratamento é quase o de um *western*: uma destruição necessária à construção que virá a seguir.

E, claro, há o erotismo, esse elemento fundamental no universo mauriano. Curioso, porque nosso cineasta tinha profundas raízes católicas, permanecendo durante o tempo em Cataguases ligado ao Padre Ciccarini, que lhe garantia o necessário embasamento moral. Era tão ferrenho em seu catolicismo que fez com que Maria de Almeida Mauro, a D. Bêbe, se convertesse à sua religião (ela era de família protestante), para que pudessem se casar. Mas, mesmo nesse clima de contrição e respeito, o erotismo de Mauro vinha à tona em explosões vivificadoras. Nas primeiras

obras, *Na Primavera da Vida* e *Tesouro Perdido*, ele ainda era contido: as atrizes eram respectivamente Eva Comello, filha de Pedro, seu fotógrafo, e Lola Lys, na verdade, sua esposa Bêbe, e Humberto, como bom mineiro, não queria confusões familiares. Mas quando começa a filmar com atores cariocas a partir de *Brasa Dormida*, a coisa muda de figura e esse erotismo ganha logo o primeiro plano, sempre embasado na mitologia católica. Cabe lembrar, como exemplo, a famosa sequência em que Luiz Soroa e Nita Ney (ambos atores cariocas), namorados em *Brasa Dormida*, saem para um piquenique, com direito a fonógrafo, embaixo de uma frondosa árvore. Quando a moça decide, com a ajuda do rapaz (que a suspende em seus braços), colher um dos frutos da árvore, logo aparece uma serpente enroscada em um dos galhos, a ameaçar o intento. Ao contrário de *Tesouro Perdido*, casto ao máximo, os personagens de *Brasa Dormida* trocam beijos e afagos. O mesmo irá acontecer em *Sangue Mineiro*, no qual Nita Ney e Carmen Santos (também co-produtora do filme) sentem-se muito à vontade quando cortejadas e desejadas por seus namorados. Já no Rio, Mauro incorpora um lado *flapper* à personagem vivida por Lelita Rosa em *Lábios sem Beijos*, que parece saída de um conto de F. Scott Fitzgerald: uma moça avançada, liberada, que desafia as censuras do pai e, aparentando inocência, desfila suas formas sedutoras sem medo ou vergonha.

Assim, era natural que a jovem com ares de garota travessa, que Déa Selva encarna em *Ganga Bruta*, se dispusesse a jogar desinibidamente uma partida sexual com o engenheiro. Mauro apreciava as mulheres *coquettes*, aquelas que parecem conhecer e praticar todas as formas de pecado, mantendo uma aparência de anjo. Sônia e o engenheiro, ela sobretudo, têm o jeito de se divertir nessa peleja, cujas consequências nenhum dos dois parece, de início, antever. Loirinha aparentemente ingênua, ela certamente sabe onde se mete, o que deixa clara a fragilidade de sua relação com seu noivo, o amigo do engenheiro. Este, de início ocupando uma posição na sombra, passa aos poucos ao ataque, percebendo a disponibilidade da parceira.

Assim, a mais famosa sequência de *Ganga Bruta*, a da sedução e conquista de Sônia, que começa em torno do pequeno lago da usina talvez

seja a que possui um tratamento mais sofisticado por parte de Mauro, deixando claro o quanto ele já havia refinado sua arte, em princípios dos anos 30. Ao dirigir-la, ele se inspirou, como era de esperar, em dois filmes americanos, ambos com Lillian Gish e o galã John Gilbert: *The Most Beautiful Still of the Month* e *La Bohème*, este com a direção inspirada de King Vidor. É também das poucas onde o diálogo cumpre uma função dramática embora seja difícil para o espectador entender o que é dito. Os discos originais do filme não apresentam boa qualidade na gravação do som e o problema é ainda aumentado em razão da mixagem que, ao misturar as diversas pistas, faz com que a música inegavelmente bela de Radamés Gnattali ganhe um desnecessário primeiro plano, quase sempre abafando as poucas palavras dos personagens. Não foi à toa que, logo a seguir, a Cinédia adquiriu um equipamento para gravação do som segundo o sistema Movietone, lançado no filme que Humberto Mauro faria a seguir, com codireção de Adhemar Gonzaga: *A Voz do Carnaval*, semidocumentário com mescla de cenas em estúdio e filmagens em plena rua, durante os festejos populares.

Mesmo com as deficiências mencionadas, fica claro que a garota, durante todo o tempo, está a provocar eroticamente o homem, correndo em volta do laguinho e rindo quando, no desespero de alcançá-la, ele tropeça e cai na água. Ajuda a conferir o clima da cena o espinho de um arbusto, que se prende e rasga o vestido de Sônia, deixando à mostra sua anágua. Não falta mais nada e o engenheiro a toma e carrega nos braços, pronto a completar o processo de sedução, coisa que ela encara com visível interesse, balançando suas pernas animadamente, antegozando o prazer. Claro que Mauro não vai às vias de fato; ao contrário, faz ainda melhor, quando utiliza a câmera lenta e o *travelling* subjetivo na criação do clima erótico, que em seguida é trocado por um primeiríssimo plano do olho da protagonista, no qual rola uma lágrima. Nesse momento, Mauro é senhor absoluto de sua narrativa, empregando imagens belíssimas para conduzir, ao mesmo tempo, sensações opostas de prazer e sofrimento.

Não satisfeito, o diretor termina sua cena com uma série de planos que enfocam aspectos diversos do trabalho na usina, empregando

maquinário e acessórios a título de óbvios símbolos fálicos. Tudo poderia resultar em algo totalmente vulgar, não tivesse Mauro o cuidado de integrar tais símbolos na narrativa: eles não surgem gratuitamente, mas fazem parte do contexto; estão, assim, justificados.

Esta, contudo, não foi a opinião de alguns críticos da época, a exemplo de Henrique Pongetti, que debochou de Mauro, chamando-o de *Freud de Cascadura*. Adhemar Gonzaga também recebeu alguns respingos do mau humor do crítico, por ele chamado de arrendatário do cargo de diretor de um *magazine* (no caso, a referência clara era à revista *Cinearte*, que Gonzaga havia fundado) de cinema para fãs da zona rural e capitalista de uma fábrica de estampar bobagens em celulóides. E acrescentava: Aliás, sempre esperamos tudo dos malucos contentes de São Januário (bairro onde se situava primitivamente a Cinédia). Eles serão capazes de reprisar *Ganga Bruta* naquelas cervejarias que servem filmes com tremoços e cerveja preta.... (1)

Após a sequência erótica, não pode haver mesmo muito espaço para o amigo do engenheiro a não ser, enciumado e ferido em seu orgulho, partir para a disputa física. Novamente irá se dar mal; Dr. Marcos, o engenheiro, já havia demonstrado suas habilidades na cena da taverna. Vivido por Durval Bellini, remador do Fluminense, o personagem possuía músculos de verdade e os aplica no amigo Décio (Décio Murillo). O desfecho é trágico e este último despenca do alto de uma queda d'água e morre, diante de Sônia, que tudo presencia, desde o início.

Dramaticamente, o filme está resolvido. O novo casal se forma e *Ganga Bruta* termina como começou: uma cena de casamento, tratada como a que abre o filme. São planos próximos ou de detalhe, alianças, mãos, pés que andam. O engenheiro, que havia matado sua mulher por sabê-la não mais virgem, casa-se com outra, igualmente não virgem. Mas com uma diferença básica, nascida do seu machismo: **ele** é que havia tirado a virgindade dela.

## *Ganga Bruta e a crítica*

Ao fundar a Cinédia, Adhemar Gonzaga sabia exatamente que tipo de cinema queria fazer. Tendo anteriormente criado a revista *Cinearte*, que por muito tempo balizou a produção brasileira de filmes, divulgando-os e ao mesmo tempo fazendo apostas estéticas, era um homem experiente. Havia visitado os estúdios norte-americanos, que serviram de modelo para a construção do seu. Conhecia e havia posado ao lado de estrelas e magnatas da indústria cinematográfica dos Estados Unidos. Ficara fascinado por todo esse esquema, a ponto de afirmar taxativamente que o cinema a ser feito no Brasil não deveria privilegiar os documentários e sim os filmes de ficção. Mais: essas obras ficcionais não deveriam mostrar um país retrógrado, miserável, inculto. Os ambientes deveriam deixar claro que aqui também há sofisticação, riqueza e beleza.

Foi seguindo essas premissas que Gonzaga se lançou à direção de seu primeiro longa-metragem, *Barro Humano*, por ele realizado em 1929 portanto, antes do surgimento da Cinédia e de sua propalada viagem a Hollywood em companhia dos astros do filme, Carlos Modesto e Eva Schnoor. Basta que nos reportemos ao programa da estréia de *Barro Humano* no Rio de Janeiro para que nos acerquemos ainda mais do cinema defendido por Gonzaga: Um jovem belo, rico, satisfeito nos seus mais absurdos desejos. Junto a ele agitam-se três figuras de mulher. Uma inspira-lhe amor; outra concita-o ao pecado; e a terceira, desiludida em seu triste amor, nem chega a ambicionar um beijo. Qual delas seria correspondida? Um drama inteiro da vida de todos os dias. Um drama de criaturas reais, que amam, odeiam, pecam e se arrependem. (2)

Se não uma produção luxuosa, pelo menos sofisticada: parte da ação foi filmada na mansão dos Peixoto de Castro pelo fotógrafo Paulo Benedetti, que havia iniciado sua carreira em Barbacena, onde realizara alguns filmes na década de 10. Recebeu o prêmio de melhor filme do ano, em concurso promovido pelo *Jornal do Brasil*. Foi exibida em toda a América do Sul e em Portugal; na Argentina, ficou conhecida como *Los Venenos Sexuales*.



Ora, tendo se dado inicialmente tão bem, é natural que Gonzaga se convencesse literalmente da perfeição de suas teorias. Ao criar a Cinédia, adotou a mesma linha para as suas produções. *Lábios sem Beijos* e *Mulher*, as duas primeiras, não fugiam ao padrão, embora Mauro, pouco interessado na vida na então capital da República, procurasse desviar sempre que possível a ação para lugares mais recônditos e inóspitos. Octávio Gabus Mendes, que a cada dia ganhava *status* dentro da produtora, como o homem a quem Gonzaga se dirigia para discutir questões estéticas, não teria por que questionar a orientação de seu chefe, ao dirigir a segunda daquelas produções.

Veio *Ganga Bruta* e as diferenças entre Gonzaga e Mauro, toleráveis e discretas, foram-se tornando mais e mais ferrenhas. A afeição do cineasta pelo meio rural não era compartilhada pelo crítico-produtor, que não via com bons olhos o empobrecimento do Brasil que ele levava às telas. Tais desacordos foram se acentuando durante a produção e, com a postura adotada por Pongetti, de veemente repulsa ao estilo mauriano, todo o processo desaguou em uma crise sem precedentes dentro da empresa.

*Ganga Bruta* revelou-se um solene fracasso nas bilheterias. Adhemar Gonzaga havia apostado todas as suas fichas (que não eram muitas, uma vez que a Cinédia, ainda inconclusa, estava a reclamar toda a sua atenção e os seus recursos): três câmeras filmavam simultaneamente as seqüências em interiores e as filmagens, iniciadas em 2 de setembro de 1931, duraram praticamente um ano e meio, com o filme estreando no cinema Alhambra, do Rio de Janeiro, em 29 de maio de 1933, após os trabalhos de finalização. Era ainda com *Ganga Bruta* que a Cinédia iniciava suas atividades como distribuidora.

Pongetti não perpetrou apenas um ataque contra o filme. Foram vários e, na falta de melhores argumentos, o deboche foi uma arma muito empregada: "Positivamente, o pessoal do *Ganga Bruta* é maluco e cisma que é do cinema como o maníaco da peça de Pirandello cismava que era Henrique IV e se encarapitava num trono, rodeado de cortesões alugados. (...) Nos últimos números do inefável *magazine*, os mocinhos deram para acertar com a crítica e com o público que descobriram, em *Ganga Bruta*, a coroa de papelão de Henrique IV e o megafone de jornal enrolado do Pabst com parafusos a menos (...)". (3)

E não amenizava o clima: "Os nossos famosos Borzages (Frank), Lubitschs (Ernst) e Browns (Clarence) não se diminuíram com esses palitos cinematográficos. Eles são dos rolos grandes, das latas duplas de goiabada. O último filme *made in Cascadura* que vimos na Cinelândia tinha 2.000 m de celulóide, esticando uma bobagem que caberia nas costas de um selo. O público riu do drama até onde pôde e, quando não pôde mais, foi chorar o dinheiro da entrada na cama, que é lugar quente". (4)

O público, influenciado ou não por Pongetti, não compareceu. Pery Ribas, que havia assistido a várias filmagens, tendo inclusive participado como extra em *Ganga Bruta*, lembra-se da catástrofe que se abateu sobre a obra de Mauro: não ficou nem uma semana em cartaz. (5) Mesmo sendo filho do concessionário da Loteria Federal no Rio de Janeiro, Gonzaga não podia se dar ao luxo de fracasso tão retumbante e a Cinédia teve que ser repensada. Primeira consequência: Humberto Mauro perdeu seu emprego.

Por sorte, seu anjo da guarda nunca o abandonou nos momentos críticos. Casado e já pai de filhos, teria que encontrar rapidamente nova fonte de subsistência. Foi então que sua amiga Carmen Santos, que havia coproduzido *Sangue Mineiro*, na condição de principal atriz do filme, chamou-o para trabalhar na Brasil Vita Film, estúdio que ela havia recebido como presente do homem com quem vivia, o senhor Seabra. Ali, Mauro poderia continuar sua carreira, dirigindo dois filmes de grande importância, hoje infelizmente perdidos: *Favela dos meus Amores* e *Cidade Mulher*.

Gonzaga não teve outro jeito: abdicou de sua pretensão de só realizar filmes artísticos. Era preciso garantir a permanência de sua empresa e ele se viu diante do inevitável: produzir obras de grande apelo popular, sucessos de bilheteria. Sob este aspecto, a solução estava bem ao seu alcance: *A Voz do Carnaval* lhe mostrava o caminho a seguir. Feito quase como um teste da aparelhagem de som recentemente adquirida nos Estados Unidos, o filme possuía uma estrutura que, em tempos futuros, revelou-se uma mina de ouro.

Em 1933, o rádio era o principal veículo de comunicação entre os brasileiros. Cumpria o papel que hoje em dia cabe à televisão, apresentando

noticiário local e de todo o mundo, programações musicais (que eram as preferidas do público) e até a novidade do rádio-teatro, precursor das atuais novelas. As gravadoras sabiam utilizá-lo para divulgar os novos lançamentos dos artistas contratados. O público, por sua vez, dele se servia para se aproximar de seus ídolos. Ao fazer *A Voz do Carnaval*, Gonzaga percebeu que havia descoberto um filão: a partir de um enredo píffio (o cômico Palitos, de origem argentina, fazia um Rei Momo que chegava à capital da República e recebia as chaves da cidade, enquanto o povo deseja levá-lo ao trono. Mas ele escapulia, preferindo brincar o Carnaval com seus súditos), elaborou um modelo de comédia popularesca que claramente se colocava como precursora da chanchada. Esse fio narrativo era recheado por vários números musicais e, entre os artistas convidados, sobressaía-se uma garota que estreava no cinema: Carmen Miranda. Com ela, outro nome também começava sua carreira, embora de forma mais discreta (era apenas um *extra*): Oscarito.

Com o fracasso de *Ganga Bruta*, Adhemar Gonzaga se uniu a um produtor paulista, Wallace Downey, que vinha de um sucesso naquele estado com o filme *Coisas Nossas*. Os dois se associaram para a realização de algumas obras na mesma linha, empregando o *cast* das rádios cariocas, conhecido em todo o Brasil. Os títulos foram surgindo: *Alô Alô, Brasil*, *Estudantes* e *Alô Alô, Carnaval*, os três com Carmen Miranda que, a essa altura, já havia se tornado quase uma paixão nacional. Esses filmes solucionaram a primeira séria crise da Cinédia; com a empresa novamente consolidada, Gonzaga mais uma vez voltou-se para o tipo de cinema que o interessava: produções ricas mostrando gente de classe. E lá foi ele produzir *Bonequinha de Seda*, com direção de Oduvaldo Vianna. Quanto a Henrique Pongetti, estará escrevendo, dali a dois anos, roteiros de cinema... para Humberto Mauro.

### A trajetória de *Ganga Bruta*

O fracasso de *Ganga Bruta* determinou o afastamento (mas não uma ruptura) de Mauro e Gonzaga: nunca mais fariam um filme juntos. O filme, após o malfadado lançamento, caiu na vala comum e poderia ter

tido o mesmo destino de grande parte da pioneira produção cinematográfica brasileira: a decomposição da película e o conseqüente esquecimento. Tal não se deu porque a Cinédia tinha melhores condições de armazenagem e salvou seu filme da completa destruição, embora essa tragédia tenha atingido outras produções da empresa. Salvou, mas de forma precária: quando, ao organizar a 1ª Retrospectiva do Cinema Brasileiro, no início dos anos 50, o pesquisador paulista Caio Scheiby manteve contato com Gonzaga, colocando-o a par das atividades da Filmoteca do Museu de Arte Moderna de São Paulo que buscava resgatar a produção cinematográfica do Brasil, recebeu dele todos os negativos de *Ganga Bruta*. Só que de forma fragmentada, pois havia grande quantidade de pequenos rolos, cada um contendo uma cena completa. Como não dispusesse de um roteiro escrito (vários depoimentos deixam claro que Mauro nunca foi muito adepto dessa ferramenta; trabalhava com anotações, que às vezes cabiam em duas ou três páginas), Scheiby desenvolveu abrangente pesquisa, visando recompor a história em seus mínimos detalhes. Terminou por encontrar na revista *Cinearte* o enredo integral do filme, tendo ainda várias fotografias como ilustração. De posse desse material, Scheiby remontou *Ganga Bruta*, tomando o cuidado de obter a aprovação de Humberto Mauro para o trabalho. A partir daí, fez-se uma cópia em 16 milímetros, projetada durante a 1ª Retrospectiva do Cinema Brasileiro, realizada em São Paulo, em 1952. A essa emocionante e emocionada sessão, estiveram presentes Mauro e Gonzaga.

Novas e marcantes exposições foram se sucedendo, a exemplo da que aconteceu em 1954, durante a 2ª Retrospectiva do Cinema Brasileiro, fazendo com que outras gerações tomassem contato e se encantassem com as muitas virtudes do filme. Em 1961, foi a vez de Cataguases reverenciar seu filho (mesmo não tendo nascido em Cataguases – é de Volta Grande, também em Minas Gerais – foi lá que Humberto Mauro realizou a primeira parte de sua obra, sempre referida como o Ciclo de Cataguases), e para lá se deslocaram críticos e cineastas cariocas ou radicados no Rio, entre eles Glauber Rocha, onde assistiram a *Ganga Bruta*. O poeta e ensaísta Ronaldo Werneck, presente no festival, lembra que o cineasta baiano se encantou a tal ponto com o que viu, que não hesitou em oferecer pródiga gorjeta ao

projeccionista do Cine Edgar (ó velho Recreio não mais existia), para que o filme de Mauro fosse novamente exibido, enquanto os convidados se divertiam na festa de confraternização. E assim aconteceu.

O resto da história é mais ou menos conhecido. De volta ao Rio, Glauber escreveu: "Sim, numa época de complexa criação cinematográfica, Mauro, em *Ganga Bruta*, realiza uma antologia que parece encerrar o melhor impressionismo de Renoir, a audácia de Griffith, a força de Eisenstein, o humor de Chaplin, a composição de sombra e luz de Murnau, mas sobretudo absoluta simplicidade, agudo sentido do homem e da paisagem, um lirismo que, como bem conceitua José Guilherme Merquior, é emoção, mas sem deriva no sentimento e sua desordenada difusão; é imaginativa, mas sem a solta fantasia despregada da realidade; é consideração do mundo, mas sem sujeição aos dados, sem pura descritividade; (...) também razão, ou o pulso emocional de uma razão que enfrenta o mundo disposto a extrair dele um significado; (...) não diretamente a consciência reflexiva de uma emoção, mas antes de tudo *a pura significação nascente*". E acrescenta: "Mauro filmou em Cataguases, com recursos mínimos, os melhores filmes brasileiros e, no Rio, também barato, um dos vinte maiores de todos os tempos, *Ganga Bruta*". Finalmente conclui: "Desta maneira, cremos que no momento a política mais eficiente é estudar Mauro e neste processo repensar o cinema brasileiro, não em fórmulas de indústria, mas em termos do filme como expressão do homem". (6) E Rogério Sganzerla também faz questão de destacar: "*Ganga Bruta*, fita impressionista; em sua estética, estruturas e estilo, e cinema mudo. Baseia-se na cena curta, nos múltiplos deslocamentos de câmara, exploração da montagem, que é simplesmente genial". (7)

Hoje, *Ganga Bruta* encontra-se recuperado; esteve disponível em fita de vídeo, encontrável nas principais locadoras. Em breve, chegará ao DVD. Pode não ter se tornado um campeão de vendas, mas ascendeu finalmente à condição de clássico e de uma das datas do cinema mundial. Recusado inicialmente pelo público e por críticos como Henrique Pongetti, é hoje referência para as novas gerações. Cumpru-se, assim, mais uma vez, a profecia bíblica: A pedra que os operários rejeitaram tornou-se pedra fundamental (Mateus, XXI, 42).

- (1) PONGETTI, Henrique – *Ganga Bruta com Tremoços* (*O Globo*, 2/2/1934)
- (2) GONZAGA, Alice – *50 Anos de Cinédia*. (Editora Record, 1987)
- (3) PONGETTI, Henrique – *A Cauda de Mossoró* (*O Globo*, outubro de 1933)
- (4) PONGETTI, Henrique – *Freud em Cascadura* (*O Globo*, 2/10/1933)
- (5) ANDRIES, André – *O Cinema de Humberto Mauro* (FUNARTE, 2001)
- (6) ROCHA, Glauber – *Revisão Crítica do Cinema Brasileiro* (Editora Civilização Brasileira, 1963)
- (7) VIANY, Alex (org.) – *Humberto Mauro – sua vida/sua arte/sua trajetória no cinema* (Editora Artenova, 1978)





## MAGARINOS BRETAS, GRACILIANO RAMOS E MÁRIO DE ANDRADE

*Paulo Sérgio Malheiros dos Santos\**

Em 1929, na crônica *Amadorismo profissional*, Mário de Andrade, influente crítico musical do modernismo brasileiro, apresentava aos leitores o Sr. Pafúncio Magarinos Bretas, moço de nome improvável e, a princípio, muito bem intencionado musicalmente: *Possuía uma voz agradávelzinha, dedilhava com regular semgracidão o manso pinho, sabia sorrir no meio da cantiga e sabia introduzir nela quando sinão quando umas inflexões de fantasioso sal.* (Andrade, 1963, p. 265). Com esses dons, o Sr. Pafúncio fazia sucesso em reuniões familiares. Mas o rapaz, estudante de veterinária, precisava ir à cidade de Caldas tratar de artritismo. E um bando pressuroso de admiradores, preocupado com a saúde do artista, forçou-o a dar um recital no salão do Conservatório. Os contos de réis inesperados curaram o rapaz da doença, *sem Caldas nem Urodonal*. Foi assim que Pafúncio iniciou uma promissora *tournee* pelo interior paulista, tendo como única virtuosidade a capacidade de ganhar dinheiro. Sobre os profissionais amadores desse tipo, o escritor então comenta:

\* Pianista, professor de História da Música, doutor em Letras.

*Não fazem o mínimo esforço para se educar no ramo a que profissionalmente se dedicaram (...) A voz continua a mesma que Deus inventou: agradavelzinha e natural. Nenhum apuro, nenhuma educação, uma diferença de registros medonha. Os programas são o supra-sumum da irregularidade e do mau-gosto.(...) Ignorância artística, nenhum preparo técnico. Portanto são amadores legítimos esses profissionais. (Andrade, 1963, p. 266).*

Para Mário de Andrade, diletantes como o Sr. Pafúncio não deveriam sair das reuniões familiares, espaço próprio para sua arte, onde causariam menos dano, menos mal para a divulgação da música de qualidade. E o crítico paulista observa que os artistas verdadeiramente profissionais, ao contrário dos *profissionais amadores*, manifestam conscientemente uma atitude estética diante da sua arte:

*Descobrimos em todos eles, mesmo nos que nos parecem mais fatalizados pelas deformações do tempo ou das liberdades pessoais, como um Miguel Anjo, um Mozart, um Goethe, descobrimos em todos eles uma segura vontade estética, uma humildade e segurança na pesquisa, um respeito à obra de arte em si, uma obediência ao artesanato, que já não me parecem existir na maioria dos contemporâneos. (Andrade, 1963, p. 31).*

Cabe aqui observar que, na atitude estética desses grandes artistas do passado, Mário de Andrade aponta o respeito à obra de arte e o domínio artesanal como princípios controladores do individualismo exacerbado que frequentemente acompanha o fazer artístico.

Em 1939, o nordestino Graciliano Ramos, com os artigos *Os sapateiros da literatura* e *Os tostões do Sr. Mário de Andrade*, insere-se numa polêmica levantada por alguns intelectuais, a partir de um rodapé publicado por Mário de Andrade no *Diário de Notícias*. Como no caso de Margarino Bretas, a discussão envolvia o próprio ofício artístico e as

condições de sua produção. Mais precisamente: *a literatura feita à pressa, abundante nestes dias de confusão.* (Ramos, 1987, p.187).

Houve muitos leitores que descobriram, sob a fina ironia dos dois artigos de Graciliano, algumas críticas ao escritor paulista, como neste trecho, em que ridicularizaria os hábitos professorais andradianos:

*O Sr. Mário de Andrade sustentou, com citações e argumentos de peso, esta coisa intuitiva: um sujeito que se dedica ao ofício de escrever precisa, antes de tudo, saber escrever. Há tempo o Sr. Rubem Braga, num artigo curto, desprovido de citações e com poucos argumentos, tinha dito o mesmo. (Ramos, 1987, p. 187).*

Ainda no mesmo artigo, Graciliano une-se ao escritor sergipano Joel Silveira e aos rapazes da revista *D. Casmurro*, reconhecendo-se como mais um retirante nordestino tentando a dura sorte no sudeste brasileiro:

*Quando, há alguns anos, desconhecidos, encolhidos e magros, descemos das nossas terras miseráveis, éramos retirantes, os flagelados da literatura. Tomamos o costume de arrastar os pés no asfalto, frequentamos as livrarias e os jornais, arranjamos por aí ocupações precárias e ficamos na tripeça, cosendo, batendo, grudando. (Ramos 1987, p. 188).*

Para Graciliano, essa horda de retirantes escritores opunha-se aos literatos *por nomeação*, possível alusão ao cargo oficial ocupado por Mário, no Rio, sob a asa protetora do ministro Capanema:

*Certamente há outros que são literatos por nomeação. Necessitamos letras, como qualquer país civilizado, e escolhemos para representá-las um certo numero de indivíduos que se vestem bem, comem direito, gargarejam discursos, dançam e conversam besteiras com muita suficiência. (Ramos, 1987, p. 188).*

Os críticos amantes de intrigas viram também uma provocação a Mário de Andrade, conferencista frequentemente convidado e de vida social intensa, no seguinte parágrafo de Graciliano: *Peçam ao Joel Silveira ou ao Sr. Wilson Louzada uma conferência a respeito do 'namoro' e verão o desastre: as moças da plateia se chatearão horrivelmente.* (Ramos, 1987, p. 188). Mário publicara, em 1938, o livro *Namoros com a medicina*, incluindo uma conferência recitada na Associação Paulista de Medicina.

Todas essas curiosidades e maledicências não devem, porém, desviar nossas atenções do ponto nodal dos artigos de Graciliano Ramos – a relação do escritor com sua obra, a associação do artista ao artesão e as condições sociais da produção artística.

Para Graciliano Ramos, a competência do escritor no seu ofício apresenta-se tão necessariamente óbvia como uma *verdade laplaciana*. O paralelo entre a arte e o ofício impõe-se naturalmente pela divisão de tarefas e pela imperiosa necessidade de sobrevivência, sem que haja privilégios de uma sobre o outro:

*Se eu soubesse bater sola e grudar palmilha, estaria colando, martelando. Como não me habituei a semelhante gênero de trabalho, redijo umas linhas, que dentro de poucas horas serão pagas e irão transformar-se num par de sapatos bastante necessários. Para ser franco, devo confessar que esta prosa não se faria se os sapatos não fossem precisos.* (Ramos, 1987, p. 187).

A óbvia verdade laplaciana de Graciliano justifica-se pela excelência da própria obra, sua prosa liberta de supérfluos, frequentemente comparada à de Machado de Assis, modelo de sobriedade e perfeição. O trabalho artesanal, no seu caso aproximar-se-ia do de um ourives lapidando pedras para a criação de joias. E, sob outros aspectos, alguns de seus personagens aproximam a escrita do trabalho braçal. Assim, Paulo Honório, de *São Bernardo*, rouba o monopólio das letras aos intelectuais orgânicos de seu meio – o padre, o jornalista, o juiz – pondo-se a escrever, com as mãos rudes, calosas, e gretadas, sua própria estória.

Outro personagem, Luiz da Silva, do romance *Angústia*, mostra um escritor arruinado na luta pela sobrevivência. Oferece e vende, resignado, seus serviços de intelectual. Vende até mesmo seus sonetos da juventude, aspirações perdidas de conquistar algum valor literário:

*Eram duzentos sonetos, aproximadamente. Não me foi possível publicá-los (...) Um dia, na pensão da dona Aurora, o meu vizinho Macedo começou a elogiar um desses sonetos, que por sinal era dos piores, e acabou oferecendo-me por ele cinquenta réis. Nem foi preciso copiar: arranquei a folha do livro e recebi o dinheiro...* (Ramos, 1987, p. 43).

Em outro parágrafo, a literatura associa-se claramente à prostituição:

*Passo diante de uma livraria, olho com desgosto as vitrines, tenho a impressão de que se acham ali pessoas exibindo títulos e preços, vendendo-se. (...) os autores, resignados, mostram as letras e os algarismos, oferecendo-se como as mulheres da Rua da Lama.* (Ramos, 1987, p. 7)

O próprio Graciliano lamentava ter publicado o romance *Angústia* sem alguns cortes necessários para seu acabamento final, impossibilitado pela inesperada prisão. Apesar disso, o livro foi eleito o melhor de 1937 pelos críticos da *Revista Acadêmica*. Mário de Andrade, um dos jurados, assim justificou seu voto:

*Angústia: um ser medíocre, pouco inteligente, vulgarmente inculto. Pensa medíocre, com pouca inteligência e a incultura mais chã. Mas Graciliano Ramos, numa equidade opulenta, mostra que, com a mesma violência e a mesma insolubilidade vital, o operário inculto, o filósofo requintadíssimo e o amanuense pensam. Lido o romance admirável, ninguém mais deseja ser operário ou caipira, para não ter seus*

*tamanhos pensamentos. Com a decisão impiedosa de não fazer do caso que nos conta um 'caso', Angústia como que revaloriza o pensamento com os botões, pondo afinal numa prática tangível a noção dos seres iguais. É o diabo...* (Andrade, 1981, p. 44).

Na sua justificativa, Mário ressalta a equidade do operário inculto, do filósofo requintado e do amanuense, todos unidos pela mesma insolubilidade vital. Entretanto, nos artigos citados anteriormente, Graciliano afirma: *Evidentemente o Sr. Mário de Andrade, homem de cultura e gosto, não pensaria em aproximar um escritor dum operário* (Ramos, 1987, p.188). E, segundo Graciliano Ramos, a cobrança do escritor paulista de apuro técnico na arte parece ignorar as contingências sociais adversas que frequentemente tolhem o trabalho do artista:

*Há uma técnica na arte, diz o Sr. Mario de Andrade. Romain Rolland foi mais longe: afirmou, creio eu, que a arte é uma técnica. O moço nortista repele semelhantes exigências. Vivemos arrasados, o numerário foge, há dívidas abundantes e falta-nos vagar para os cortes, as emendas necessárias. Não faz mal que a produção artística saia capenga.* (Ramos, 1987, p. 189.)

A atitude estética de Mário de Andrade é vista como elitista por Graciliano Ramos. Entretanto, os tão criticados artigos andradianos representam um momento particular no desenvolvimento de uma longa reflexão do autor sobre o papel da arte e do artista na sociedade e devem ser visto nesse contexto.

Com o intuito de esclarecer alguns aspectos do pensamento andradiano utilizaremos o texto *O artista e o artesão*, aula inaugural do Curso de Filosofia e História da Arte, 1938, publicada no livro *O baile das quatro artes*. Nesse texto fundamental, o fazer artístico é dividido em três itens — o artesanato, a virtuosidade e a técnica pessoal:

1 – O *artesanato* consiste no conhecimento pelo artista do seu material – o som, a cor, a pedra (...) – e na sua conseqüente submissão aos imperativos desse material. Como conhecimento transmissível – “a parte da arte que se pode ensinar” – torna-se muito importante socialmente, coletivamente, legitimando as escolas, os conservatórios as academias o ensino das artes enfim:

*Artista que não seja ao mesmo tempo artesão, quero dizer, artista que não conheça perfeitamente os processos, as exigências, os segredos do material que vai mover, não é que não possa ser artista (psicologicamente pode), mas não pode fazer obras de arte dignas deste nome. Artista que não seja bom artesão, não é que não possa ser artista: simplesmente, êle não é artista bom. E desde que vá se tornando verdadeiramente artista, é porque concomitantemente está se tornando artesão.* (Andrade, 1983, p. 12).

2 – A “virtuosidade”. Em *O artista e o artesão* confunde-se com a habilidade do artista de incorporar em sua obra as diversas técnicas históricas, o cânone, à “tradição”. Embora muito útil, e também ensinável, não é imprescindível; o artista-artesão não deixara de ser artista pelo desconhecimento das técnicas tradicionais. E a virtuosidade, assim definida, tem seus perigos, se o artista virtuoso troar a criatividade por um processo meramente imitativo:

*Não me parece imprescindível, porém, e, como toda virtuosidade, apresenta grandes perigos. Não só porque pode levar um artista a um tradicionalismo técnico, meramente imitativo, em que o tradicionalismo perde suas virtudes sociais para se tornarem simplesmente 'passadismo' ou, si quiserem, 'academismo'; como porque pode se tornar o artista uma vítima de suas próprias habilidades, um virtuose' na pior significação da palavra, isto é, um individuo que nem sequer chega ao principio estético, sempre respeitável, da*

*arte pela arte, mas que se compraz em menos malabarismos de habilidade pessoais, entregue à sensualidade do aplauso ignaro.* (Andrade, 1983, p. 15).

3 – A “técnica pessoal”: Soluções próprias a cada artista, frutos das relações pessoais entre o criador e a matéria – o talento. É de todas as regiões da técnica a mais sutil, a mais trágica, porque ao mesmo tempo imprescindível e impossível de ser ensinada. Mário ilustra-a com uma leve estória:

*Por certo, senhores, conhecem a anedota espanhola do moço poeta que, desejoso de fazer poemas sublimes, se dirigiu ao maior poeta do tempo e lhe perguntou como é que este fazia versos. E o grande poeta respondeu: no principio do verso põe-se a maiúscula e no fim a pontuação. E no meio? Indagou o moço. E o grande poeta: Hay que poner talento... (Andrade, 1983, p. 15).*

O artista e o artesão, como próprio nome indica, volta-se para a criação da obra de arte, valorizando nitidamente a “materialidade” do fazer artístico. As atitudes de vanguarda sobrevalorizavam o ato criador em si, em detrimento da “realização” da obra de arte. Mário talvez se sentisse um pouco culpado, como um dos principais incentivadores, na década de 20, dos processos “modernistas” de liberação do inconsciente na criação artística – processos sem dúvida inovadores, mas perigosos pela facilidade de se restringirem à magia do ato criador, esquecendo-se das especificidades materiais da obra em questão. O escritor combate o individualismo propondo uma ética do artesanato, base para a criação e reintegração social do artista.

Como bom professor, Mário apoia a teoria apresentada em *O artista e o artesão* em uma avaliação histórica, com o objetivo de iluminar a situação da arte na atualidade. De maneira geral, Mário de Andrade divide a História da Arte em dois grandes períodos. O primeiro, orientado por critérios sócias, acabaria com o advento da modernidade. O segundo,

caracterizado por um gradual abandono dos objetivos sociais para arte, se estenderia até os dias atuais, tendo um ponto nevrálgico com a estética romântica, a supervalorização do artista criador em detrimento da própria obra de arte. Como exemplos do primeiro período artístico, Mário cita a arte egípcia e a arte grega, em que o desconhecimento da beleza como um valor autônomo associava-se ao conceito de arte com função social. As técnicas artísticas visavam mais à comunicação de valores sociais que a algum efeito estético. A beleza, com os gregos, padroniza-se num “ideal de beleza”, necessário à coletividade: ao invés de tipos, criaram protótipos, transportando a realidade a uma idealidade superior, de ordem utilitária e de função social unitarista, unionista, unanimista. (Andrade, 1963, p. 21).

A modernidade traz a ideia da arte dotada de autonomia, base do individualismo artístico. O artista, agora, considera sua obra não mais como uma contribuição anônima para uma coletividade, mas uma expressão da sua própria personalidade. O elemento estético não se condiciona pelo social e passa a ter valor em si mesmo. Há uma inversão de valores entre os fatores componentes na realização artística – a finalidade da arte deixa de ser a obra de arte e concentra-se no próprio artista com a expressão do seu “assunto”.

Essa nova situação caracteriza-se também por uma postura de estremado intelectualismo, isolando e elitizando a arte.

As considerações históricas dão a Mário de Andrade uma visão transitória dos atuais conceitos artísticos. Desconhecidos em outras civilizações, em outros tempos, poderiam; assim, perder seu valor em momentos futuros da nossa história. Dentro dessa perspectiva, o escritor propõe uma ética do artesanato. O respeito pelas exigências do próprio material (o som, para a música; a palavra, para literatura; a cor, para a pintura; (...) condicionaria o artista, defendendo-o do perigo da autovalorização extremada. Essa verdadeira organização moral acarretaria uma filosofia do seu ofício, uma ética socializadora).

Graciliano Ramos e Mário de Andrade, como verdadeiros intelectuais modernistas, participaram empenhadamente na vida cultural e política brasileira. Ambos tiveram projetos políticos frustrados pelo



advento do Estado Novo. Graciliano, ex-prefeito de Palmeira dos Índios, deposto do cargo de Diretor da Instrução Pública de Alagoas, foi preso sem nenhuma explicação. Mário em 1938, exonerado da chefia do Departamento Municipal de Cultura deixou São Paulo, para assumir, no Rio, a direção do Instituto de Artes da nova Universidade do Distrito Federal, onde também lecionou Filosofia e História da Arte.

Poderíamos concluir, dos artigos citados, que os dois escritores modernistas enfocam o problema da criação artística de pontos diferentes. Graciliano Ramos preocupa-se, principalmente, com as condições exteriores capazes de influir na obra de arte. Mário de Andrade reserva-se uma postura internalista, procurando no próprio fazer artístico uma solução para o destino da Arte. Entretanto, um olhar sobre a obra literária dos dois mostraria a superficialidade de tal simplificação.

De fato, poucos escritores brasileiros escreveram tão circunstancialmente como Mário. De suas *Obras Completas*, editadas pela Martins, oito títulos são referentes à música, muitos são compilações de artigos jornalísticos; e caberia lembrar aqui sua vasta correspondência com outros escritores e intelectuais brasileiros abordando assuntos diversificados, mas, sobretudo, o próprio processo da escrita.

Por outro lado, a literatura é sempre uma questão na obra de Graciliano Ramos. Em *Caetés*, o personagem tenta escrever um livro. Em *São Bernardo*, Paulo Honório recusa a colaboração de outros e escreve seu próprio romance. Em *Angústia*, Luiz da Silva é um escritor frustrado em suas ambições. *Infância* relembra os livros importantes para a formação do escritor que, em *Memórias do cárcere*, mostra-se preocupado com a revisão incompleta de *Angústia*, deixado nas mãos de uma datilógrafa em Maceió.

Entretanto, como observa Hermenegildo Bastos (2000) na sua leitura de *Memórias do cárcere*, a metalinguagem presente nos romances de Graciliano envolve um paradoxo: a literatura é tratada como algo necessário, enquanto testemunho; e, ao mesmo tempo, identifica-se como instituição que deve ser combatida assim como a sociedade da qual é parte. Embora produzindo uma literatura voltada para os oprimidos, Graciliano vê, na sofisticação estética da própria obra, um reforço à

instituição literária, espelho dos modos de produção e alienação da mesma sociedade que ele condena.

Ao aproximar o trabalho artístico do artesanal, Mário e Graciliano parecem, portanto, refletir sobre um dilema inscrito na própria criação literária de ambos. Essa angústia ética, como um denominador comum, torna os artigos antes citados muito mais complementares que excludentes ou opostos.

### Referências bibliográficas

- ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*. 5. ed. São Paulo: Martins, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Cartas a Murilo Miranda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Cartas a Oneyda Alvarenga*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Música, doce música*. São Paulo: Martins, 1963.
- \_\_\_\_\_. *O Baile das quatro artes*. São Paulo: Martins, 1983.
- BASTOS, Hermenegildo. *Memórias do cárcere, literatura e testemunho*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.
- COLI, Jorge. *Música final*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- MORAES, Eduardo Jardim. *Limites do moderno*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- RAMOS, Graciliano. *Angústia*. São Paulo: Record, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Linhas tortas*. São Paulo: Record, 1987.
- \_\_\_\_\_. *São Bernardo*. 18 ed. São Paulo: Martins, 1972.



## A GRANDE FEIRA

Carlos Perktold\*

O leitor, por certo, já ouvi falar de Damien Hirst, um inglês esperto que resolveu enriquecer intitulado-se artista e produzindo “obras” que qualquer pessoa de bom senso duvidaria ser comprada por algum colecionador com dois neurônios funcionando. Não apenas ele enriqueceu enormemente com elas, como virou celebridade. Para chegar a este lugar, ele recebeu o “nihil obstat”, a benção e o dinheiro de Charles Saatchi. Este é um ex-publicitário, atual *marchand* e milionário colecionador britânico, que decidiu dar oportunidade aos “artistas” iniciantes que não têm talento, não sabem desenhar e nem pintar, desconhecem técnicas pictóricas e nunca ouviram falar em ritmo ou equilíbrio em pinturas ou esculturas mas que, aos olhos dele, produzem algo que ele considera arte. Saatchi comprou muitas peças desses “artistas” por preços baixos, promoveu todos os novatos que pôde e, depois de muito *marketing* e com seu prestígio de definidor do que é arte, revendeu as peças por milhões de dólares, colocando seus autores no topo do chamado mercado de arte contemporâneo e ele próprio se enriquecendo mais ainda.

\* Psicanalista. Integra a Associação Brasileira de Críticos de Arte (ABCA), a Associação Internacional de Críticos de Arte (AICA).

Damien Hirst foi um deles, em especial quando vendeu para Steve Cohen por 12 milhões de dólares um tubarão colocado numa caixa de vidro enorme, cheia de formol. Em pouco tempo o animal não resistiu ao produto que deveria conservá-lo e começou a se despedaçar dentro da caixa. A imprensa, que havia noticiado a venda inicial, calou-se ante a segunda morte do predador. Damien, como bom comerciante e capitalista, garantiu seu produto, embalsamou outro animal, não devolveu o dinheiro, o colecionador ficou calado e tudo ficou por isso mesmo. Todos os envolvidos deveriam ter visto o despedaçar do animal como uma metáfora da arte que Damien ofereceu, oferece e Saatchi endossa, mas o *marketing* deles tem megafone de milhões de decibéis, quer dizer, de dólares. Além disso, ele jamais desistiria de ser “artista” apenas por causa de um detalhe insignificante como a autodestruição de sua obra. É provável que o esperto pescador tenha visto o desmanchar de sua obra como um equivalente do craquelê nascido nos óleos sobre telas das pinturas renascentistas ou até mesmo nos quadros modernistas brasileiros dos anos 1950. Qualquer obra precisa de manutenção e, ocasionalmente, restauração. Com a pressa globalizada na qual vivemos, poucos anos hoje equivalem a séculos da Renascença e o despedaçar de obras deve ser visto e esperado com a mesma rapidez. Esse deve ter sido o pensamento de Hirst quando foi obrigado a garantir seu produto.

Apesar de todo seu dinheiro e do seu toque de rei Midas capaz de transformar um desconhecido “artista” em celebridade em poucos dias, Charles Saatchi anda perdendo prestígio como formador de opinião. Colocado no ano passado como a 14ª opinião mais importante do mundo das artes pela revista *Art News*, acaba de cair para 74ª posição. Ele está preocupado com seu novo lugar e quer retomar o antigo. Para isso, anda fazendo buscas de novos artistas e promovendo concursos na tentativa de descobrir outros Hirsts. No mais recente deles, um dos participantes apresentou um trabalho que consistia num círculo de cadeiras caídas. Perguntado sobre o que significava aquilo, o “artista” explicou que “era sua intenção de filtrar as imagens por este processo de experiência humana”. A verborreia deixou até mesmo Tracey Emin, integrante do júri, horrorizada. Bom sinal. Tracey é uma jovem senhora inglesa que

nos deixa perplexos pelo que faz e vende como arte. Ela esperava ganhar o Prêmio Turner de 1999 com uma “obra de arte” de deixar o leitor atônito. A “obra” consistia na sua própria cama toda desarrumada, coberta de lençóis amarrotados, garrafas de bebidas vazias espalhadas pelo quarto, preservativos usados e espalhados pelo chão, resultado de suas transas com vários homens durante dias. Ela até hoje está indignada e ressentida de não ter levado o prêmio. Mas, vingadora maligna, vendeu o erótico conjunto para o mesmo Saatchi por cento e cinquenta mil libras esterlinas. Bom pra ela. Seu saite é propositalmente construído e redigido para “*épater les bourgeois*” mais que qualquer outra coisa. Ela consegue, tamanha é sua coragem e cara de pau. Tracey declara que faz arte autobiográfica.

Outra mulher oportunista é Orlan, madame francesa que se submete a cirurgias plásticas. Toda a sequência do procedimento médico, a partir de sua saída de casa, a chegada e a recepção no hospital, os cortes pelo rosto, sua face enfaixada, a exposição dos hematomas e toda sua recuperação pós-cirúrgica são fotografados e as fotos são vendidas em galerias européias e americanas como obras de arte. Tudo nela é puro *marketing*; até seu nome foi criado por uma agência de publicidade. Ainda não lhe ocorreu engarrafar o tecido adiposo retirado de suas cirurgias e vendê-lo para as mesmas galerias. Por conclusão fisiológica, imagino que ela deixará de ser “artista” quando os médicos se recusarem a operá-la e não houver mais nada a ser fotografado.

Mas outro “artista”, chileno radicado na Dinamarca, Marco Evaristi, foi mais esperto que ela: ele fez as cirurgias da mesma forma, mas aproveitou as gorduras retiradas do seu corpo e as utilizou para fritar almôndegas num *happening* classificado de “arte”. Ele já demonstrara antes todo seu talento, vendendo seus próprios excrementos “recobertos com folhas de ouro e incrustados com moscas de diamante”, como informa Luciano Trigo no seu livro *A Grande Feira – uma reação ao vale-tudo na arte contemporânea*. Escrever sobre arte contemporânea, expondo a ruindade da maioria desses trabalhos e seu perigoso e lucrativo lado comercial, foi também objeto de *Desconstruir Duchamp*, de Affonso Romano de Sant’Anna, editado em 2003, reunindo textos publicados desde 2002 e *O Enigma Vazio*.

O livro de Luciano Trigo descreve coisas incríveis na história da arte contemporânea, que farão o leitor se arrepender do que faz profissionalmente, sentir-se cheio de talento e ter ânsias de sair correndo para se tornar "artista". O "artista" Tim Patch, por exemplo, concorre ao prêmio Archibald, o mais importante da Austrália. Ele se diz pintor e executa suas pinturas com o próprio pênis. Se elas não fossem realizadas como são, ele não seria sequer citado no livro de Trigo e nem seus "trabalhos" teriam algum interesse fora das cercas de sua casa.

O livro *A Grande Feira*, com seu acertado título, descreve os mecanismos de *marketing* capazes de criar "artistas" como Hirst, Orlan, Marco Evaristi, Tim Patch, Jeff Koons, Maurizio Catelan e outros, apresentando sua perplexidade perante certos novos-ricos e curadores de grandes corporações que, em busca de prestígio social e intelectual e desconhecendo o que é arte, investem quantias inacreditáveis em peças de duvidoso valor. Uma vez compradas, poucos conseguirão recuperar alguma parcela do dinheiro "investido". Pior ainda, em breve esses compradores vão perceber pelos próprios olhos que são peças de qualidade artística ruim, pois elas começarão a incomodar o espectador pela sua falta de resistência. Trigo explica os meandros do *marketing* pelo qual o tubarão despedaçado custou dez vezes mais que o *Abapuru* de Tarsila, vendido por 1,3 milhão de dólares há alguns anos.

Para informação do jornalista e do leitor, um grupo de banqueiros e industriais paulistas já tentou comprar a obra da modernista brasileira de volta e ofereceram 30 milhões de dólares. O argentino, dono do quadro e do Malba – Museu de Arte de Buenos Aires, recusou. Ao recusar, alegou que a obra de Tarsila é a "Monna Lisa" do seu Museu e que turistas vêm de longe especialmente para vê-la, tal como fazem quando vão ao Louvre ver a de Da Vinci. No Brasil ainda é preciso alguém vir de fora, valorizar, comprar e levar para o exterior e aí compreendermos o que tínhamos. Entre o tubarão despedaçado, autêntica "ideia 51", expressão de Ferreira Gullar nos remetendo à cachaça do mesmo nome e lembrada no livro de Trigo, e o *Abapuru* de Tarsila há abissal diferença artística e intelectual. Atribui-se ao primeiro, por esforço de *marketing*, uma importância que ele não tem e, ao vendê-la para o exterior, atribuímos

à obra de Tarsila uma desimportância que ela também não tem. Deixamos escapar para a Argentina a obra-prima que seu antigo proprietário e o próprio governo brasileiro, ao autorizar a exportação, não perceberam.

É possível que os acólitos da arte contemporânea não deixem nem mesmo suas impressões digitais sobre a capa do livro de Luciano Trigo, tamanho é o ódio que têm de quem fala mal dela. Eles vão ignorar o livro, da mesma forma como ignoram os modernistas e os novos artistas que conhecem a técnica do desenho, da pintura e sabem o que é uma composição equilibrada e com ritmo. São os mesmos que têm horror dos artistas capazes de pintar um belo retrato, "a arte mais difícil", como dizia Guignard, ou "quadros de colocar nas paredes". E é igualmente lamentável que dentro desse mesmo grupo não tenha aparecido alguém publicando um livro intitulado *Por que os inimigos da arte contemporânea estão errados*, com argumentos tão convincentes quanto os do poeta e os do jornalista. Fica a sugestão.

Mas não são somente o poeta, nascido em Belo Horizonte e há anos radicado no Rio de Janeiro, e o jornalista Luciano Trigo que estão sozinhos nessa opinião. Demorou um pouco, mas gente do mesmo peso intelectual que eles, como Ferreira Gullar, declarou "uma bobagem" a arte de uma brasileira do Rio de Janeiro que fez um quebra-molas idêntico àquele de nossas ruas, mas confeccionado com paçoca de amendoim.

É importante esclarecer que, ao contrário do que dizem os inimigos daqueles que expõem essas fraudes artísticas, esses intelectuais não são contra a arte contemporânea, afirmação de que os mesmos inimigos duvidam. Há obras contemporâneas lindíssimas e elas são e devem ser valorizadas. O que os escritores que duvidam da qualidade artística de muitas peças de arte contemporânea querem é demonstrar para o público a origem marqueteira de certas ideias que se tornaram inexplicáveis objetos artísticos, manipulados por alguns *marchands*, colecionadores e mercado de arte e aceitos por museus. Pior ainda, há casos de se repetir hoje como novidade aquilo que foi feito no início do século 20 ou nos anos 1950 ou 1960. Luciano Trigo, Affonso Romano de Sant'Anna e outros querem encorajar o público a rejeitá-los, separando o que é produto de puro *marketing*, constituído de "artistas" sem talento, produtores de

mercadorias efêmeras, mas tão dispendiosas financeiramente como uma obra de arte perene, daquelas executadas por talentosos artistas, mas sem marqueteiros para ajudá-los. Por isso, é preciso lê-los sem ódio e com a atenção voltada para os argumentos de difícil contestação.

Duas lamentáveis omissões estão contidas no livro de Luciano Trigo. A primeira é a injusta ausência de citação de Affonso Romano ao longo do seu livro. O poeta está, desde 2002, publicando textos e livros nos quais demonstra com argumentos intelectualmente sólidos as informações e teses que Trigo traz no seu. A segunda é que, aparentemente, faltou coragem ao jornalista citar artistas brasileiros, criadores de obras tão polêmicas quanto aquelas europeias ou americanas e contestadas pelos próprios criadores. Nenhuma palavra foi dita sobre *O Porco Empalhado*, de Nelson Leirner, de cuja premiação ocorrida há anos o autor pediu explicações ao próprio júri. Há ainda uma montanha de “obras” e uma multidão de “artistas” que, mesmo juntos, não terão a metade do brilho da luz de um pirilampo e, no entanto, vendem caro e, ótimo para eles, enriquecem. Trigo tece comentários apenas sobre o pintor decorativo brasileiro Romero Britto, o Paulo Coelho das artes plásticas, hoje milionário com sua “arte”. Bom de *marketing*, Britto começa a ser aceito e a vender na China. Atacando o mercado chinês, brevemente ele será trilhador, mas será sempre um pintor, jamais um artista que o tempo, essa categoria implacável conosco e com a arte em especial, consagrará. E o livro de Luciano Trigo será mais perene que a esmagadora maioria do que vemos hoje como “arte contemporânea”.



## AS MEMÓRIAS DE DIONYSIA BONOW LEMIESZEK

*Leticia Malard\**

Como professora de Literatura, crítica literária e incentivadora da escrita, sempre recebo com prazer a notícia de que alguém escreveu e conseguiu publicar um livro. Poemas, contos, romance, biografia, autobiografia, teatro, etc., – qualquer que seja o gênero ou espécie literária, com muito, pouco ou nenhum valor estético, – vão constituir esse fascinante objeto chamado “livro em papel”, que muitos preveem ser devorado pelo universo digital, num futuro não muito remoto.

O objeto “livro” sempre enriquece a cultura de um país, uma cidade, um bairro. Se, por um lado, é bem verdade que existe livro ruim sobrando no mundo, por outro lado o exercício da escrita – publicada ou não – é um direito, eu diria quase um dever, de cidadania. Um modo de compartilhar com o Outro pensamentos, sentimentos, experiências de vida, enfim, uma percepção de mundo individual e única, que somente a linguagem é capaz de agenciar.

Assim, pouco importa se escrevemos para o mundo – como um Paulo Coelho, por exemplo – ou para nossa ruazinha, como faz alegremente o Zezinho da Esquina. Importa é a atividade de escrever e fazer chegar o nosso escrito pelo menos ao círculo de nossa família e nossos amigos.

\* Professora emérita de Literatura Brasileira da Universidade Federal de Minas Gerais, escritora e crítica literária.

Importa passar para o papel o nosso recado de vida, seja da vida real, como se pretende nos livros de memórias, seja da vida poética ou ficcionalizada, como nos volumes de poesia ou prosa romanesca.

Porém, acredito que o exercício da escrita se torna maior, mais relevante e com certeza invejável, quando o seu autor – no caso, autora – lança suas memórias em 2009 e, logo nas primeiras páginas, informa que seus pais se casaram no ano da graça de 1911, em Jaguarão-RS. Quando encerra suas recordações no ano de 2008, informando que a filha Lígia Lemieszek Pinheiro se torna Diretora de Informática do Automóvel Clube de Minas Gerais, clube tradicional da capital do estado. Aí estão atadas as duas pontas de uma longa vida, das quais fala Machado de Assis.

Esse livro não se restringe à história da autora e sua família, que se desenrola por quase dois séculos, pois remonta ao nascimento do avô, em 1821. Ele se abre em um leque de contextualizações com histórias mais abrangentes – do Rio Grande do Sul, do Brasil e do Mundo. Quantas experiências de vida, quanta riqueza de informação, quanto trabalho no vasculhar o passado revela essa memorialista, professora de História e advogada, que já nos deu um livro chamado *A mulher na História*. Nesse novo livro, ela nos desenha a sua imensa fôto de corpo inteiro, destacando suas luzes e sombras na condição de neta, filha, professora, esposa, mãe, avó, tia, amiga e, claro, advogada.

Estamos falando do livro *Ah! Estas minhas reminiscências*, da gaúcha Dionysia Bonow Lemieszek (Porto Alegre: Ed. Renascença, 2009). Numa linguagem próxima do relato histórico, com o qual lidou durante sua primeira atividade profissional, ela traça um painel cronológico e detalhado dos grandes e pequenos acontecimentos guardados em seu arquivo pessoal, quer em documentos escritos, quer em lembranças, que foi registrando na própria mente ou extraídas nas memórias de familiares e amigos, pela vida afora.

É uma obra voltada sobretudo para o espaço familiar, um espaço em muitos aspectos semelhante ao de milhares de famílias brasileiras: casos alegres e tristes, situações de vitórias e derrotas, momentos de esperança e desespero, travessuras de crianças e peripécias de adultos.

No entanto, ao compor um relato nuclearizado na família, Dionysia foge ao comum dos relatos dessa natureza, quase sempre circunscritos ao clã familiar.

Como assim? Ela é capaz de entremear a narrativa com fatos importantes da História que se desenrolavam paralelamente aos episódios relativos aos membros dos Bonow-Lemieszek e pessoas próximas. Tudo isso em capítulos curtos, trazendo leveza à leitura, no cruzamento de Memória e História, onde o leitor não só é levado a entrar nos meandros do cotidiano da vida familiar, mas também aprender ou recordar significativos momentos da história mundial, nacional, estadual e municipal.

Licenciada em Geografia e História, Dionysia tem perfeita consciência do significado do caminho memorialístico que escolheu para esse segundo livro. Ao publicar, em plena e lúcida maturidade, a sua história, associada à de sua família e à de sua terra natal, ela demonstra que o exercício da escrita é uma das melhores formas de bem viver, revivendo e convivendo, de deixar a sua marca na terra para sempre gravada nesse maravilhoso objeto que é um livro.



# A PSICANÁLISE AOS PSICÓLOGOS, O BELETRISMO AOS LITERATOS

Uma reflexão sobre a crítica psicanalítica

Onofre de Freitas\*

Tomemos a Freud essa concepção de *inconsciente*: o lugar onde se depositam todas as nossas sensações. O que quer que seja, ocorrendo em torno de nós, vindo de dentro ou de fora, é imediatamente registrado, pelo nosso senso íntimo, no *inconsciente*. Aí se armazena tudo de bom ou desagradável que tenha sido objeto de nossa múltipla percepção. Em relação ao que percebemos e registramos, nascem em nós desejos, muitos dos quais são de imediato censurados pelo *superego* e, dessa forma, recalçados no *id*, a contragosto do *ego*. Em compreensão ampla, o *inconsciente* abrange três estágios de nossa estrutura psíquica, a saber: o *superego*, o *ego* e o *id*. Em sentido restrito, porém, entende-se como *inconsciente* apenas o *id* freudiano, já, de início, aqui descrito como o lugar onde se depositam as nossas sensações, e agora, melhormente esclarecido, o depósito de nossos desejos recalçados.

O inconsciente não é, como pode parecer, um lugar onde jazem sensações mortas. Pelo contrário. Ali se debatem por libertação anseios e carências de grande força que, por todas as vias de acesso, buscam liberação e satisfação, motivando, sub-repticiamente, os nossos atos, as nossas aspirações, os nossos ideais.

Como chegam ao nível de manifestação exterior, real e efetiva, esses recalques que fazem pressão dentro de nós? Chegam através do

\* Professor, advogado, escritor. Presidente do Ateneu Mineiro.

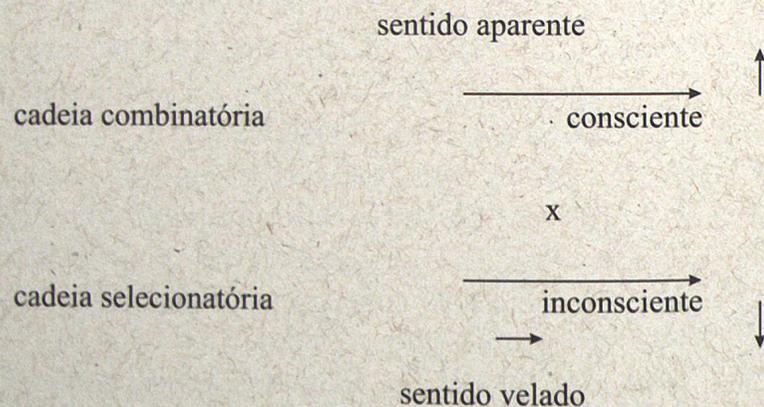
sonho, ou – eis o que pretendemos discutir – também, no caso dos artistas, através da arte. O sonho, pois, é a linguagem do inconsciente, assim como a arte também o seria?

O sonho como linguagem do inconsciente estrutura-se segundo dois princípios: o da *deslocação* (metáfora) e o da *contiguidade* (metonímia). O inconsciente não consegue manifestar-se senão através da burla ao *superego* (censura). Daí o sentido velado que se esconde atrás do sentido manifesto de todo sonho.

Poderíamos dizer o mesmo a respeito das manifestações artísticas? Ou em outras palavras: a obra de arte teria algum sentido velado, além do sentido claro e manifesto? Tal como o psicanalista que descodifica o sonho para descobrir o seu significado subconsciente, assim também o crítico de arte (e mais especificamente o crítico literário) poderia vislumbrar, na expressão estética textual (texto literário) algum outro sentido para além do sentido resultante da cadeia meramente combinatória? É o que propomos discutir.

A resposta afirmativa (não pretendemos alongar a sua comprovação) se deduz imediatamente dessa assertiva de Jean Bellemin-Noël: “*O poema sabe mais que o poeta*”.<sup>1</sup>

Como aceitação e síntese de toda uma teoria já pacificamente aceita, baste-nos esse esquema da estrutura significante do texto:



Admitido que a realidade textual acata uma escritura para além do sentido linear (sintagmático), compete ao leitor não superficial resgatar a verdade inconsciente, ou seja, buscar aqueles elementos que fluem no sub-leito do rio verbal, aqueles pormenores interditos e censurados, por vezes apenas entre/ditos (e entre/lidos).

O fio que tece a teia do texto se entrelaça com o fio da inconsciência; ora se entremostra, ora se esconde. Ler é resgatar a verdade inconsciente desse fio que ora aparece, ora escapa. Assim como o espelho retorce a imagem de modo a compor um aspecto diferente do objeto de que emana, o consciente refrata a imagem do inconsciente de modo a escamotear a realidade espelhada. Ora, a ambiguidade na linguagem decorre do inter-relacionamento de consciência e inconsciência. Existe um plano oculto que deseja manifestar-se, mas é censurado. Por isso a linguagem verdadeira – aquela que fala o homem (pela qual o homem é falado) – constrói-se paralelamente num sistema de metáforas. Como no sonho – linguagem primordial do subconsciente – na linguagem natural a encenação também ocorre.

Ler, portanto, não é entender o sentido aparente, mas buscar esse significado latente soterrado nos signos, cuja organização sistêmica fala a verdade inconsciente como um ser aflorado do recalçamento. O sentido objetivo (entenda-se: o sentido primeiro e óbvio), revelado pela cadeia de organização, é desprezado em benefício do sentido apenas insinuado, que habita a cadeia de seleção.

Em decorrência, infere-se que a leitura psicanalítica amplia a visão de qualquer texto literário, em especial a daqueles de tessitura intimista, cujo veio inconsciente melhor se entremostra através dos estratos significantes.

Eu creio, pois, na crítica psicanalítica mas como uma opção entre outras alternativas igualmente válidas. Eu creio sim que ela enriquece a leitura, mormente porque seja talvez o exercício saudável para se ler o homem e ler-se a si mesmo.

Colocada nestes termos a questão como premissa de uma crítica psicanalítica do texto literário, resvala-se para outro problema, este de procedência ético-literária: o de saber até que ponto a ciência textual ou

<sup>1</sup> *Psicanálise e literatura*. São Paulo: Cultrix, 1983. p. 13.



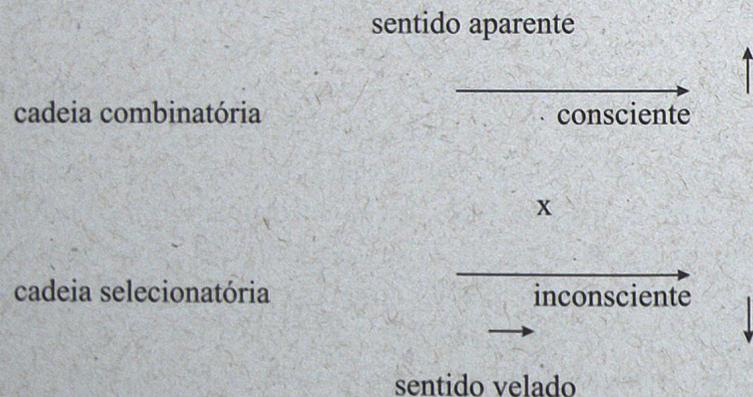
sonho, ou – eis o que pretendemos discutir – também, no caso dos artistas, através da arte. O sonho, pois, é a linguagem do inconsciente, assim como a arte também o seria?

O sonho como linguagem do inconsciente estrutura-se segundo dois princípios: o da *deslocação* (metáfora) e o da *contiguidade* (metonímia). O inconsciente não consegue manifestar-se senão através da burla ao *superego* (censura). Daí o sentido velado que se esconde atrás do sentido manifesto de todo sonho.

Poderíamos dizer o mesmo a respeito das manifestações artísticas? Ou em outras palavras: a obra de arte teria algum sentido velado, além do sentido claro e manifesto? Tal como o psicanalista que descodifica o sonho para descobrir o seu significado subconsciente, assim também o crítico de arte (e mais especificamente o crítico literário) poderia vislumbrar, na expressão estética textual (texto literário) algum outro sentido para além do sentido resultante da cadeia meramente combinatória? É o que propomos discutir.

A resposta afirmativa (não pretendemos alongar a sua comprovação) se deduz imediatamente dessa assertiva de Jean Bellemin-Noël: “*O poema sabe mais que o poeta*”.<sup>1</sup>

Como aceitação e síntese de toda uma teoria já pacificamente aceita, baste-nos esse esquema da estrutura significante do texto:



<sup>1</sup> *Psicanálise e literatura*. São Paulo: Cultrix, 1983. p. 13.

Admitido que a realidade textual acata uma escritura para além do sentido linear (sintagmático), compete ao leitor não superficial resgatar a verdade inconsciente, ou seja, buscar aqueles elementos que fluem no sub-leito do rio verbal, aqueles pormenores interditos e censurados, por vezes apenas entre/ditos (e entre/lidos).

O fio que tece a teia do texto se entrelaça com o fio da inconsciência; ora se entremostra, ora se esconde. Ler é resgatar a verdade inconsciente desse fio que ora aparece, ora escapa. Assim como o espelho retorce a imagem de modo a compor um aspecto diferente do objeto de que emana, o consciente refrata a imagem do inconsciente de modo a escamotear a realidade espelhada. Ora, a ambiguidade na linguagem decorre do inter-relacionamento de consciência e inconsciência. Existe um plano oculto que deseja manifestar-se, mas é censurado. Por isso a linguagem verdadeira – aquela que fala o homem (pela qual o homem é falado) – constrói-se paralelamente num sistema de metáforas. Como no sonho – linguagem primordial do subconsciente – na linguagem natural a encenação também ocorre.

Ler, portanto, não é entender o sentido aparente, mas buscar esse significado latente soterrado nos signos, cuja organização sistêmica fala a verdade inconsciente como um ser aflorado do recalçamento. O sentido objetivo (entenda-se: o sentido primeiro e óbvio), revelado pela cadeia de organização, é desprezado em benefício do sentido apenas insinuado, que habita a cadeia de seleção.

Em decorrência, infere-se que a leitura psicanalítica amplia a visão de qualquer texto literário, em especial a daqueles de tessitura intimista, cujo veio inconsciente melhor se entremostra através dos estratos significantes.

Eu creio, pois, na crítica psicanalítica mas como uma opção entre outras alternativas igualmente válidas. Eu creio sim que ela enriquece a leitura, mormente porque seja talvez o exercício saudável para se ler o homem e ler-se a si mesmo.

Colocada nestes termos a questão como premissa de uma crítica psicanalítica do texto literário, resvala-se para outro problema, este de procedência ético-literária: o de saber até que ponto a ciência textual ou

semiologia literária (também nomeada semanálise) pode e deve, com perspectiva de validade, excursionar pelos meandros psicanalíticos da obra que analisa.

Foi a partir do último quartel do século xx, aí pela década de setenta em diante, que a crítica psicanalítica virou moda, no enalço da crítica estruturalista (então já em vias de abandono). Têm-na praticado, indiscriminadamente, curiosos de psicanálise, deslumbrados pelas novidades de suas descobertas, mas nem sempre são justas, ou mesmo corretas, as conclusões apressadas a que têm chegado. De posse de alguns conceitos básicos e de arrevesado vocabulário técnico, não poucos críticos (ditos psicanalíticos) se deixam enlevar pelas insinuações do texto, descambando pela vertente das incongruências e deduções apriorísticas, tal como se depara num certo canibalismo amoroso, em que pese ao respeito que nos merece o Sr. Affonso Romano Sant'Anna.<sup>2</sup>

Lembre-se, todavia, que a maior inconveniência de uma análise psicanalítica decorre, como bem o proclamou Leyla Perrone-Moisés<sup>3</sup>, da generalização de fenômenos singulares, ou então da singularização do que é universal. Em prática de leituras psicanalíticas de textos, o fato mais ordinário que deparamos é ver o analista lidar com conceitos teóricos não muito provados, aplicando-os indiscriminadamente ao autor e/ou à personagem, como se se tratasse de uma verdade. Importa considerar, ainda, que muitas vezes o leitor não lê senão a si próprio, mas atribui ao autor afirmações cuja percepção decorre da leitura de si mesmo (por parte de quem lê).

Compete considerar, ainda, a sábia premonição de Ruth Silviano Brandão Lopes<sup>4</sup> quando lembra que o crítico literário não deve tratar o texto como sintomas de desvios ou doenças psicóticas, ou como campo de manifestações neuróticas. A arte e, especificamente, o texto literário existem como eflúvios do eu narrador que, assim como as personagens,

<sup>2</sup> *O canibalismo amoroso*. São Paulo: Brasiliense, 1974.

<sup>3</sup> "Nenhures" – considerações psicanalíticas à margem de um conto de G. Rosa ("Nenhum, Nenhuma", de *Primeiras histórias*). In: *Revista Colóquio Letras*, Lisboa.

<sup>4</sup> Riscos da leitura psicanalítica. In: *Anais do 1º. e 2º. simpósios de literatura comparada*. Organização de Eneida Maria de Souza e Júlio C. M. Pinto. Belo Horizonte: UFMG, 1987. 1º. Vol., p. 141-143.

são seres de ficção (entes de papel), meros simulacros do real, sem nenhuma correspondência efetiva com o autor ou pessoas reais. Qualquer semelhança é mera coincidência – costumava-se prevenir. O grande erro ou inconveniente de uma crítica psicanalítica consiste em deformar a realidade, atribuindo às personagens da ficção e/ou ao autor situações e condições que a imaginação cria alegoricamente. O crítico literário, não sendo um profissional da psicologia, desconhece os pressupostos teóricos, assim como os instrumentos de percepção/aferição dos elementos captados na linguagem do analisando. Também não lhe cabe o direito de desvendar o íntimo de quem escreve ou publica, desvelando o lado pessoal e reservado do autor. Na psicanálise oficial e instituída ocorre um contrato entre o psicanalista e seu cliente. É por força deste contrato que o psicólogo se interpõe entre o analisando e toda a sua intimidade. O texto psicanalítico produzido no divã é destinado com exclusividade à descodificação dos sintomas e, conseqüentemente, ao diagnóstico dos problemas mentais do doente.

O texto literário tem, no entanto, destinação diferente. Sua carga emocional e psicanalítica não evidencia qualquer amostragem patológica. É arte. E a arte é liberação de potencialidades condensadas no *id* pela repressão e pelo recalque, forças relutantes que inconscientemente afloram como o excesso de vapores pela válvula de escape de uma caldeira ativada, ou como as luzes que se derramam pelas janelas e frestas de um salão iluminado. Quero dizer: as manifestações de um texto artístico têm valor positivo e não devem ser interpretadas como sintomas de doenças mentais, ou lacunas e falhas de desenvolvimento psíquico.

Há bons exemplos de correto aproveitamento de teorias psicanalíticas no estudo de textos literários. Um desses é a análise do conto "Nenhum, Nenhuma" (de Guimarães Rosa), efetuada por Leyla Perrone-Moisés<sup>5</sup>. Neste estudo crítico tem-se com bastante clareza a aplicação de teorias psicanalíticas, desde o famoso triângulo edipiano até a explicação freudiana dos fenômenos do trabalho da consciência/inconsciência. A analista, com viva percepção, demonstra como o conto (que é uma

<sup>5</sup> *Idem, ibidem*.

rememoração) se vai estruturando na mesma maneira do estruturar da memória. Os fatos sepultados no inconsciente, aflorados de um passado imemore, vão nascendo e crescendo, acordados pelos processos mnemônicos que os traduzem em metáforas e metonímias.

Outro exemplo feliz é a análise que Vera Lúcia de Andrade apresenta do conto "Final de jogo", de Júlio Cortazar. Em minuciosa verificação, Vera Lúcia Andrade desconstrói o texto em representação e ritual como processo de desnudamento/revelação, onde convincentemente demonstra que "encenar" (tal qual na linguagem onírica) equivale a *dês/velar* ou *re/velar*<sup>6</sup>.

Merece ser lembrada, ainda, a interessante análise que faz Maria Luíza Ramos do poema "Serenata"<sup>7</sup>, de Carlos Drummond de Andrade. Sem cometer nenhuma incursão descabida na intimidade do poeta, a acuidade analítica de Maria Luíza Ramos investiga como o texto significa para além da imaginação, tendo em vista os atos de linguagem típicos do inconsciente. (Re)lê o poema em seu significado psicanalítico de modo universal, sem privilegiar este ou aquele sentido individual/pessoal. Deixa bem exemplificado que aquilo que se procura ler é o texto como construção/tessitura em si mesmo, pela apropriação universal dos processos inconscientes as simbolização.

Por último, coroando esta série de análises sob o prisma psicanalítico, quero evocar o estudo do conto "Nau Catarineta", de Rubem Fonseca, no trabalho conjunto de Maria Auxiliadora Bahia e Ruth Silviano Brandão Lopes. A lição que nos cabe tirar de mais este exemplo é a de que se devem usar os conceitos psicanalíticos para compreender e explicar fatos e comportamentos. Estes precedem os conceitos. É diferente de primeiro colocar conceitos e depois buscar fatos, forçando a relação destes com aqueles.

<sup>6</sup> "A representação e o ritual em Final de jogo", de Júlio Cortazar. In: *Revista literária do corpo discente da UFMG*, ano x, n. 10, Nov. 1975. p. 160-189.

<sup>7</sup> "Além do princípio da imaginação". In: ? (*Trabalhamos com uma cópia xerográfica de circulação interna na UFMG*).

Uma última reflexão deve sintetizar os pontos aqui debatidos e a posição da ciência crítica diante da perspectiva psicanalítica.

O crítico literário trabalha com linguagem(ns) e criação(ões) do suprarreal. Sua função específica será a de deslindar os processos de criação e expressão em sua validade e extensão estética. A interrelação do imaginário e do inconsciente, permite-se-lhe à medida que o trabalho deste interfere naquele, como automatismo da expressão, ou engenharia de originalidade do dizer poético.

No mais, a psicanálise aos psicólogos, e o beletismo aos literatos.

### Bibliografia

*A representação e o ritual em "Final de jogo"*, de Júlio Cortazar. In: *Revista literária do corpo discente da UFMG*, ano x, n. 10, Nov. 1975. p. 160-189.

*O canibalismo amoroso*. São Paulo: Brasiliense, 1974.

"Nenhures" – considerações psicanalíticas à margem de um conto de G. Rosa ("Nenhum, Nenhuma", de *Primeiras estórias*). In: *Revista Colóquio Letras*, Lisboa.

Riscos da leitura psicanalítica. In: *Anais do 1º e 2º simpósios de literatura comparada*. Organização de Eneida Maria de Souza e Júlio C. M. Pinto. Belo Horizonte: UFMG, 1987. 1º. Vol., p. 141-143.

*Psicanálise e literatura*. São Paulo: Cultrix, 1983. p. 13



## ACADEMIAS LITERÁRIAS: FUNÇÃO CIVILIZADORA

*Marco Aurélio Baggio\**

Chega um tempo em que o homem de qualidade acumulou cabedais bastantes para se tornar associativo. Torna-se desejoso de compartilhar seus conhecimentos com os demais contemporâneos. É quando então procura associar-se a um grêmio cultural, a um silogeu de tertúlias ou a uma academia de literatura e de artes ou a um jardim epicurista de cultivo das humanidades.

Terá pelo menos 40 anos de idade. Com certeza, mais.

Entre a 4ª e a 6ª década, o “homem bom” sente-se possuído pelos auspiciosos comichões da generatividade, esta capacidade de uma geração mais velha querer transmitir às novas gerações seus conhecimentos e sua sabedoria.

O termo academia é muito feliz. Prevalece sobre egrégora, sodalício, grêmio, silogeu, escola, pórtico, areópago, egrégia, casa de cultura, cenáculo, agremiação. Também palavras que colecionam como sociedade, associação, entidade, e mesmo corporação, soam insuficientes para abranger atividades humanísticas.

Os termos coletivos das diferentes escolas gregas comparecem, defasadas ou exóticas.

O Liceu onde professava Aristóteles e seus discípulos, já em 335. a.C.

---

\* Psiquiatra, psicanalista, membro da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores. Ex-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Presidente da Arcádia de Minas Gerais.

O Pórtico, onde se reunia a escola dos estóicos (*stoa*) 300. a.C fundada por Zenão de Cicio.

A Vila dos Papiros ou Vila de Pisão onde ensinava filosofia Filodemo de Gadara.

Diógenes de Enoada e seu muro de pedra, ao pé do qual ensinava sobre as afecções e as ações humanas, em 120. a.C.

Em 306 a.C. Epícuro cria seu agradável Jardim em Atenas, cultivando o arquipélago de discípulos dentro de sadio escopo secular, leigo e hedonista.

Seu discípulo maior, o grande romano Lucrécio, por volta de 60 a.C. escreve seu lúcido poema filosófico científico *Da natureza das coisas*, mas não cria escola.

Restou a palavra abarcante Instituto para competir com Academia.

Coletivo de homens de elevado valor social e humanístico que se propõem a conviver, contertúlios, em amável convívio, os acadêmicos se comprazem em permutar talentos visando se manter lúcidos e argutos, postando-se no centro da corrente do rio da vida. Soberanos e altaneiros, sintonizados com os paradoxos de seu tempo, sumamente operosos e criativos, partilhando as alegrias decorrentes dos bons encontros, desfrutando das vãs glórias a que fazem jus.

As Academias ou Arcádias, são lugares específicos nas cidades que se capacitam a acolher estas pessoas gradas, colecionando suas contribuições, difundindo seu saber, hoje, por meio dos vários dispositivos de comunicação.

As Academias e os Institutos cumprem a nobre e preciosa função de privilegiar a cultura arduamente auferida por homens inteligentes, demonstrando aos demais contemporâneos, as várias possibilidades abertas para o bom viver. É assim que nossas Instituições Culturais exercem seu poderoso papel de atrator daquilo de bom, de belo e de benfazejo que vigora em nossas efervescentes sociedades.

Sim, pois é nessas preciosas casas onde prepondera/vige/vigora/prevalece as mais nobres funções do espírito humano leigo.

Em um tempo no qual, pelo noticiário diário, parece preponderar a barbárie da lei dos peixes, da lei da selva, do olho por olho, do bala com

bala e onde o ataque desaforado é seguido por brutal retaliação, num jogo de ferro no qual os contendores terminam depletados ou feridos, é a cultura, a arte, o conhecimento que fazem o contraponto e impedem que a sociedade mergulhe no caos, na anarquia e na dor. Como espaço livre, aberto, democrático de desfrute dos frutos do engenho e da sagacidade humana, nossas instituições acadêmicas mantêm – esplandentes – nossa confiante certeza de que a lucidez e a inteligência não de escoltar a bondade que acalma e serena a besta-fera que ruge nos internos endógenos dos seres humanos.

Minas Gerais, estado novo de trezentos anos, é dotado de viçosas e associativas entidades culturais já centenárias.

O Instituto Histórico e Geográfico, com 102 anos e, agora, a novel Academia Mineira de Letras, alcançando com invulgar brilho seu centenário, são estrelas de primeira magnitude acompanhadas por dezenas de saudáveis estrelas que constelam a razão e as luzes da gente mineira.

A Arcádia de Minas Gerais, seguindo o exemplo de suas irmãs mais tradicionais, segue concernida, trazendo sua contribuição expressiva, arejando o ambiente cultural mineiro

Sabe-se que é inevitável que os homens se desprendam da natureza e caminhem cada vez mais para a cultura. Chega um tempo em que o homem nobre, de valor, necessita afastar-se do contato pleno com a dura e inconstante realidade do cotidiano profissional, exercido com dignidade e competência por 30 ou 40 anos. A entrada na Academia acarreta o refrigério e a amenidade de que a maturidade exige de nós, às vezes, antes de nos tornarmos provectoros.

Novos colegas, novos bons amigos, apreço àqueles de igual trajetória em méritos, são vivências restauradoras que colecionamos para o terço final da existência. Mais que isso: é o tempo de espargir benesses para a sociedade; é a fecunda ocasião de devolver aos semelhantes os abundantes frutos das dotações adquiridas. É o momento de exercer a maestria entre os distintos e dessemelhantes mestres, visando o bem comum.

É dessa forma que se devolve à sociedade e se dá retorno à civilização ocidental parte daquilo tudo que o Ocidente propiciou ao acadêmico em saber e em sabedoria.

Por fim, a função e o campo de nossas Aacademias tem por escopo servir como exemplo e como atrator para que as pessoas nelas se espelhem e se identifiquem com os grandes homens que, mesmo com suas falíveis desqualidades, de regra, pontificam em nossas academias e casas de cultura.

Pessoalmente me convenci que a cultura humanística civilizatória é o principal processo que estrutura e garante o desenvolvimento profícuo futuro de nosso país.

- Você tem fome de quê?
- De comida.
- De trabalho.
- De dignidade.
- De reconhecimento.

Nosso país, nosso povo, tem fome de cultura que espavente a ignorância, a falsa credence e as ideologias.

Nossas Academias cumprem o salutar e poderoso papel de concentrar, como entrepostos, as magnas conquistas da cultura que civiliza e humaniza. Cefeídas de brilho e fulguração variável, as instituições acadêmicas postam-se como ponto de encontro e de atuação dos espíritos dos homens mais brilhantes de seu tempo. Função de espargir comprovados conhecimentos. Campo de atuação dos notáveis. Farol, luzeiro que indica as boas sendas através dos colominhantes caminhos das veredas da vida.

O mineiro trabalha... discreto, escorrega para cima... De Minas fluiu o ouro. Hoje, fluem os rios e o minério.

Agora fluem as gentes. E de seu povo, nos muitos tantos rincões de Minas, afloram as Academias dando conta do labor cordo e culto da gente mineira.

Em hora oportuna, a Casa de Alphonsus de Guimarães e de Vivaldi Moreira toma tento e capitaneia a fundação da Federação das Academias e instituições congêneres de Minas.

Juntos, concernidos, poderemos mais e melhor desempenhar nossa missão. Mais que sempre, é necessário perseverar e infundir a cultura humanística em nosso meio.

## OSWALDO CRUZ, UM CIENTISTA BRASILEIRO

*Maria Natalina Jardim\**

Se a gripe suína, a dengue e outras epidemias atualmente alarmam a sociedade, justamente nestes tempos em que a ciência tem alcançado um grau elevado de conhecimentos e descobertas, e a tecnologia vem deslumbrando a humanidade, que diria então quem passou, nos idos de 1900, pela época da febre amarela, epidemia que aterrorizou a então capital do Brasil, mas que já vinha assolando o país desde séculos passados? Não foi o Rio de Janeiro a primeira cidade brasileira atingida pelo grande mal. Segundo o médico e historiador Edgard de Cerqueira Falcão, o Nordeste foi a primeira região assolada pela peste. Na sua obra se lê que, no século XVI, partiu de Flandres, planície situada ao noroeste da Europa, com abertura para o Mar do Norte, uma valorosa frota de 70 navios, com destino à América do Sul, região cobiçada pelos europeus, onde Portugal e Espanha já haviam feito suas conquistas. Com a incumbência de invadir ditas possessões portuguesas e espanholas e delas tomar posse, essa frota atingiu a Costa da Guiné, na África Ocidental, onde a febre amarela dizimava os guinéus impiedosamente. O contacto resultou na contaminação das tripulações da poderosa frota naval holandesa, desfalcada pela doença, em poucos dias, de cerca de 1200 homens dos navios batavos. Dos que se destinavam ao Brasil, com ordem de desembarcar no Nordeste brasileiro, o alvo da invasão, poucos barcos

\* Da Academia Feminina Mineira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

conseguiram chegar, porque, preventivamente, foram rechaçados pelo governo baiano. Anos depois, a febre amarela apareceu na Bahia e no Recife, fazendo um número incalculável de vítimas. Nessa ocasião, a peste, que passou a ser conhecida como o vômito negro, ultrapassou os limites da capacidade hospitalar de Salvador, deixando doentes pelas ruas, abandonados, insepultos, causando terror aos que até então não tinham sido contaminados.

Diante dessa história, vem-me à lembrança o que eu ouvia relatar nos meus tenros anos e recorro o flagelo da gripe espanhola que assolou o Brasil depois da Grande Guerra Mundial. No dia 11 de novembro de 1918, todos os lares da maior parte do mundo comemoravam, a seu modo, o fim da guerra, muitos se pondo de joelhos para agradecer a Deus a chegada da paz tão sonhada, sem, contudo, saber que, logo depois, seriam atacados por violenta epidemia, tão dizimadora ou mais que a primeira. A mortandade era tanta que muitos corpos jaziam nas ruas, por falta de condição humana para enterrá-los. Aqueles horrores me vêm agora à lembrança e me emocionam.

Voltando ao vômito negro, em Salvador, para minimizar o sofrimento do povo baiano, um anjo benfazejo, na pessoa de Dona Francisca de Sande, viúva do Mestre de Campo Nicolau Aranha Pacheco, veterano das lutas contra os holandeses, abriu as portas de sua casa para acolher os doentes desamparados e deles cuidar com desvelo e carinho. Gesto de amor e caridade dessa mulher nobre e rica, que não desconhecia os meios de transmissão da doença e nos faz reconhecer o tamanho do seu desprendimento. Foi cognominada A Primeira Enfermeira do Brasil, antecedendo Anna Nery. Ainda com grande emoção, retomo aqui referências à gripe espanhola. Na ocasião, meu pai, ainda moço, mas já com família numerosa, num gesto de desprendimento semelhante ao de Francisca de Sande, saía de sua casa a qualquer hora do dia ou da noite, depois de ter atendido aos doentes da família, para ajudar os doentes desamparados, que não tinham assistência nem meios de se tratar. Em muitos lugares do Brasil morriam diariamente mais de mil pessoas. Os que não eram atingidos pelo tipo pneumônico da doença logravam escapar. O que eu ouvia contar dos mais velhos era que todo o movimento

das cidades parou: farmácias, padarias, hospitais, meios de condução e comunicação, repartições públicas, enfim, a peste atacava indiscriminadamente. No Triângulo Mineiro, onde minha família morava, se repetiram as mesmas cenas tristes, muitos mortos ficando nas calçadas, à espera de alguém que os sepultasse. Conta-se que morreram 50 milhões de pessoas no mundo. Cenas tão dolorosas ficaram gravadas na minha memória para sempre, ao lembrar o gesto humanitário de meu pai.

Também no caso da febre amarela, muitos abnegados repetiram o gesto de Dona Francisca de Sande, como o médico Otto Wucherer, radicado na Bahia. Envolvido sentimentalmente com o estado em que desembarcavam os doentes que não tinham para onde ir, levava-os para dentro de casa, com vontade de curá-los. Essa abnegação custou-lhe a morte de sua mulher, contaminada pela moléstia. A luta iniciada para combater o mal continuou até que a febre amarela desapareceu da Bahia.

Mas esta não é a única versão sobre a origem e a disseminação da doença no país. Numa outra versão, sabe-se que, em 1849, veio de Nova Orleães o navio americano *Brasil*, passando por Havana, onde a febre se alastrara. Vinha carregado de infectados amareletos e, como outros, aportou na Bahia. De lá a peste se espalhou, alcançando sucessivamente Santos e Rio de Janeiro, como relata Edgard de Cerqueira Falcão. Ainda há outras versões divergentes a respeito da procedência da febre amarela em nossas terras. Uma delas, do médico e historiador Odair Pinto, remonta a 1495, época da segunda expedição de Cristóvão Colombo à América. Os espanhóis haviam entrado em luta com os indígenas na batalha de Santo Serro (hoje Haiti), tendo estes se refugiado nas florestas, o que obrigou Colombo a fazer diversas incursões pelo interior da ilha. Alguns meses depois, como consequência, uma epidemia irrompeu, tanto entre os espanhóis como entre os indígenas, fazendo numerosas vítimas. Pelos sintomas, os estudiosos concluíram que se tratava da febre amarela. No entanto, segundo alguns autores, já no século VI a febre amarela teria atingido todo o Império Romano. No século XIV, dizimou um quarto da população da Europa. Daí se estendeu pela China, donde os surtos se espalharam pelos portos do Novo Mundo, chegando à América do Sul

pelo Paraguai e Argentina, dali para o porto de Santos, depois para o Rio de Janeiro.

Em 1900, quando o Rio de Janeiro foi violentamente atingido pela doença, a desinformação ali era total. O analfabetismo prevalecia na maior parte da população, a ciência iniciava os primeiros passos e a medicina era ainda uma experiência nas mãos dos médicos da época. Sem os recursos exigidos para a cura de doenças graves, a epidemia tomou conta da cidade.

Quando a moléstia se alastrou assustadoramente no país, naquele início de século, já se sabia que ela era transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*, cuja dispersão se dá pela postura de ovos da fêmea em águas paradas.

Mas não só a febre amarela assolava o Rio: a varíola e outras doenças faziam parte da calamidade pública. Nessa época, o Rio de Janeiro estava acéfalo, sem calçamento, com água escassa, coleta de lixo precária, esgotos a céu aberto – fonte para a proliferação de ratos e insetos nocivos. Nos cortiços superlotados surgiam doenças como a tuberculose, o tifo, o sarampo, a hanseníase, situação que não condizia com os belos palacetes, os casarões dos fidalgos, as belas praias, os montes, as quedas-d'água e as matas que a natureza carioca ostentava aos olhos dos visitantes. Verdadeiro contraste. Os problemas urbanos ensombravam todas essas maravilhas e transformavam a cidade em uma capital inabitável, sendo até chamada de maldita. Para confirmar o estado a que chegou a insegurança da saúde na capital, em 1895, quando a fragata italiana *Lombardia* fundeou na Baía de Guanabara, dos 340 marinheiros que desceram à terra, 144 deles morreram afetados pela febre amarela, inclusive o comandante.

O Brasil acabara de atravessar várias crises, desde a Guerra do Paraguai até a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República, com o fim do Segundo Reinado. O governo passava de mão em mão, de regências a governo provisório, desentendimentos que provocavam discursos inflamados de Nabuco e Rui Barbosa no Congresso, batendo de frente com as divergências políticas. Portanto, não havia tempo nem preocupação com as prioridades de saúde que a cidade exigia. Por

consequência, o Rio de Janeiro chegou a um estado lastimável. Muitos primitivos imigrantes eram dizimados apenas desembarcados no Cais Pharoux. Urgia que a cidade voltasse a ser procurada por estrangeiros, que enriqueciam o país com seus investimentos geradores de divisas. Mas o destino não lhe faltaria com a providência divina que viria salvar a nossa pátria que, desde a Independência, vinha sendo vítima de lutas internas e que viria enfrentar novas lutas, agora, principalmente, com referência à saúde do povo.

Em 1872 nascia na cidade paulista de São Luís do Paraitinga, na Serra da Mantiqueira, o homem predestinado a quem os brasileiros passaram a dever favores incalculáveis: Oswaldo Gonçalves Cruz, filho do médico Bento Gonçalves Cruz e de Dona Amélia Bulhões. Sua mãe se encarregara de alfabetizá-lo desde os cinco anos de idade, transmitindo-lhe, pelo exemplo e manifestações carinhosas, a autodisciplina, qualidade que praticou durante toda a vida; do pai herdou o espírito de solidariedade e dedicação aos doentes, além da perseverança e o caráter forte e honrado. Era ainda bem pequeno quando a família se mudou para o Rio de Janeiro. A exemplo do pai, sentiu pendor pela medicina e, aos 14 anos, matriculou-se na Faculdade da capital federal, escolhendo para os seus primeiros estudos as moléstias tropicais. Publicou, ainda como estudante, dois trabalhos sobre microbiologia. Formou-se aos 20 anos, com defesa de tese sobre veiculação microbiana pelas águas. Era o ano de 1892. Um ano depois, casou-se com Emília da Fonseca, filha do Comendador José Maria da Fonseca, homem de fartos recursos financeiros.

Obstinado pela pesquisa científica e estudioso da disseminação de doenças de difícil controle na capital e no resto do país, convenceu-se a contê-las com a soroterapia. Decidiu então ir para a França, em busca de maiores recursos e novos conhecimentos, para, na volta, exercer aqui seus deveres de cidadão, na expectativa de poder proteger seus conterrâneos contra as doenças epidêmicas que se alastravam desenfreadamente, como a febre amarela e a varíola. Dizia o jovem médico, depois do que aconteceu com a tripulação da citada fragata italiana *Lombardia*, neste trecho tirado de sua autobiografia, ao referir-se à luta que o atraía e o esperava: “Mais uma vitória da doença contra a saúde e eu continuo sem saber como



entrar na luta. O Brasil é um vasto hospital, repete-se em todo o mundo. Quais são e onde estão minhas armas?”. Partiu para a França, em 1896. Os recursos do sogro garantiriam sua estada em Paris. O pai falecera quatro anos antes, por triste coincidência, no mesmo dia em que entregara sua tese sobre a veiculação microbiana pelas águas.

Oswaldo Cruz estava a par das pesquisas feitas pelo médico cubano Carlos Juan Finlay, o qual havia descoberto e provado que a febre amarela era transmitida pela picada do mosquito *Aedes aegypti*. Em Cuba procedeu-se às batalhas contra as águas paradas, os esgotos, os depósitos de lixo, enfim, o combate aos motivos da moléstia foi definitivo para a sua erradicação. O êxito das iniciativas do pesquisador cubano, promovendo o extermínio desses focos em Havana, incentivou o médico brasileiro a reproduzir essa experiência no Brasil, mas antes decidiu preparar-se melhor no grande centro de pesquisa francês que era o Instituto Pasteur. Conseguiu estagiar nesse Instituto, que era então dirigido pelo Dr. Emílio Roux, descobridor do soro antidiftérico. Admirado por sua disposição e capacidade de trabalho pelo já consagrado Dr. Roux, Oswaldo Cruz foi por ele convidado a permanecer ali, onde teve como orientadores, além de Roux, o também famoso médico russo Iliá Méchnikov. No Instituto Pasteur, familiarizou-se com técnicas novas para a produção de soros e vacinas, o que veio ao encontro dos seus ideais de especializar-se em soroterapia. E pôs mãos à obra.

Um parêntese: afeiçoado a seu propósito, sua dedicação ao trabalho não o impedia de tirar algum tempo para apreciar a literatura, com olhos na poesia. Uma ligação das artes com a ciência. Dedicou-se a entender Baudelaire em sua obra *As flores do mal*, poeta revolucionário no meio da aristocracia francesa que, pelo cientista, foi revelado em carta a Emília, sua esposa, como o Príncipe dos Poetas. E ela, admirada: – “Agora o cientista está interessado em literatura?”. Desse convívio com a literatura francesa resultaram alguns poemas dedicados a ela, que se surpreendeu, pois, até então, o julgava viver somente para a profissão. Ele reproduz, em sua autobiografia, um verso escrito nas costas de uma fotografia da amada esposa: *Tu és minha, eu sou teu/ E ficarás para sempre/ Dentro do meu coração*. Muito simples demonstração para quem admirava a poesia.

Somente admirava, reconhecia o próprio autor desse e de outros singelos versos.

Permaneceu cerca de três anos trabalhando com os seus orientadores, mas regressou ao Brasil, ansioso por praticar em sua pátria os conhecimentos adquiridos na França, consciente da calamidade que se alastrava aqui, apavorando a sociedade. Resistiu a insistentes convites do Dr. Roux para permanecer no Instituto Pasteur, onde já se fazia necessário. O mestre sentia no colega brasileiro um grande colaborador, em se tratando de ciência. Foi com pesar que o viu partir, dizem os historiadores. Ao desembarcar no porto de Santos, teve a notícia de um surto de febre bubônica na cidade, sendo então convidado a integrar a equipe de Adolpho Lutz e Vital Brazil, que estudavam o que era, então, uma misteriosa doença. O trabalho desses pesquisadores revelou que a peste é transmitida pela picada de pulgas de ratos infetados. É curioso lembrar, com alguma ironia, o hábito que algumas pessoas adquiriram, movidas pela necessidade, de trocar ratos por alguns níqueis prometidos pelas autoridades sanitárias, como auxílio ao combate ao prolífero roedor. Os que traziam mais de cinco desses animaizinhos por dia, recebiam 300 réis por cabeça. Mais de 50 mil ratos foram exterminados. Do eficiente movimento sanitário vingou a caça aos ratos e a antiga modinha popular: *Rato, rato, rato, por que motivo tu roeste meu baú?*

Pela dificuldade em importar soro e vacina contra as doenças, urgia a produção desses medicamentos no Brasil. O presidente Rodrigues Alves, logo no começo de seu governo, convidou o médico Salles Guerra para combater as epidemias reinantes na capital do país. O Dr. Salles Guerra, amigo de infância de Oswaldo Cruz, o indicou então ao presidente. – “Quem é este homem?”, perguntou Rodrigues Alves, que ainda não o conhecia. Confirmando um pedido feito ao Dr. Roux que enviasse ao Brasil um especialista capaz de levar a termo a fabricação de soros e vacinas aqui, para surpresa do diretor do Instituto Vacínico Municipal, Barão de Pedro Afonso, a resposta francesa foi esta: “O melhor especialista indicado é o Dr. Oswaldo Cruz, que já está no Brasil”. Logo Oswaldo Cruz foi nomeado Diretor-Geral da Saúde Pública.

No ano seguinte ao seu retorno, em 25 de maio de 1900 foi fundado em Manguinhos, na zona norte do Rio, o Instituto Soroterápico Federal, onde passou a trabalhar um grupo restrito de pesquisadores. Funcionando em casas adaptadas da prefeitura, ali começaram a ser fabricados soros e vacinas contra moléstias endêmicas, sob a direção geral do Barão de Pedro Afonso e a direção técnica de Oswaldo Cruz. Mas as condições de trabalho deixavam a desejar. Passados dois anos, Oswaldo Cruz assumia a direção geral do Instituto, ampliando suas atividades: deixou de se restringir à produção de soros, para incluir a pesquisa básica e aplicada e a formação de recursos humanos. Sobre as condições de trabalho, em sua autobiografia, Oswaldo Cruz, relata: "A mesa de reuniões é uma porta velha, assente sobre barricas, e as cadeiras são caixotes." Era uma situação demasiadamente imprópria. O médico reclamava das autoridades uma solução para o problema. Não havia de ser em um pardieiro, dizia, que seriam produzidos os medicamentos para proteger a saúde dos brasileiros.

Quando foi nomeado Diretor-Geral da Saúde Pública, cargo correspondente hoje ao de Ministro da Saúde, Oswaldo Cruz utilizou as verbas disponíveis do governo para construir um prédio de quatro andares e dois torreões, em estilo mourisco, com detalhes da *art nouveau* e com o nome de Instituto Soroterápico Nacional. O novo instituto foi equipado com todo o material indispensável à pesquisa científica: relógio elétrico central, balanças de precisão, aquecimento para as estufas de secagem, aparelhos registradores da temperatura de cada estufa, água destilada por correntes de ar comprimido, etc., etc. Começado a construir em 1903, foi inaugurado sete anos depois, já com o nome de Instituto Oswaldo Cruz. Mais tarde passou ao regime de fundação. Hoje se chama Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz) e ocupa o mesmo prédio em estilo mourisco num extenso terreno na Avenida Brasil, no Rio de Janeiro.

No início, o acesso a Manguinhos demorava 40 minutos de trem, com baldeação para um percurso de charrete por estradas péssimas naquele começo de século, ou uma caminhada a pé por justos nove quilômetros. Para o médico, uma vida bem diferente daquela que conhecera em Paris. O laboratório formava especialistas em doenças tropicais e tornou-se centro de medicina experimental na fabricação de

vacinas. Mas não faltaram comentários da imprensa com relação à construção do prédio, nem interpelações destruidoras no Parlamento. À tentativa de bloquear as obras, Oswaldo Cruz respondeu com a ameaça de deixar o cargo. E tudo continuou como ele queria que fosse.

Na época, o país atravessava um período de descontrole total. Rodrigues Alves, eleito presidente em 15 de novembro de 1902, tomou posse em dezembro do mesmo ano. Empenhado em sanear o porto e melhorar as condições de vida no Rio de Janeiro, Rodrigues Alves iniciou o governo promovendo uma revolução urbana de grande repercussão e efeito, conhecida como bota abaixo: entregou ao engenheiro Edson Pereira Passos a prefeitura do Distrito Federal, com a incumbência explícita de reorganizar a capital. Este começou rasgando largas avenidas na zona sul e alargando ruas no centro. Ciente de sua missão, o engenheiro demolia casas toscas, derrubava quiosques, construções de madeira e zinco que serviam refeições e bebidas sem condições de higiene, desalojava pobres, que eram transferidos para os morros e a periferia, enfim, medidas de impacto foram tomadas, sendo a mais importante a decisão de contribuir para acabar com as moléstias que afetavam a população, indiscriminadamente.

Custa-nos acreditar que, na mesma época, quando já Machado de Assis se tornava conhecido escrevendo *Dom Casmurro*, e Euclides da Cunha se notabilizava com *Os Sertões*, ainda houvesse tanta ignorância quanto à proteção da saúde dos brasileiros. Isto porque as medidas tomadas por Oswaldo Cruz desagradaram de pronto a sociedade carioca, pois a batalha começou por acabar com os focos das doenças, medida que interferia na privacidade da população.

O cientista não esperou que o Congresso liberasse a verba necessária ao seu trabalho. Precisaria de 1200 homens para o combate aos mosquitos transmissores. Começou com 85 funcionários da Saúde Pública, os famosos mata-mosquitos, que percorriam quintais, jardins, porões e interiores, subiam nos telhados, aplicando inseticidas, lacravam caixas-d'água, aplicavam petróleo nas águas estagnadas, removiam doentes para hospitais de isolamento, enfim, todas as providências eram tomadas no sentido de combater os mosquitos. O povo, os comerciantes e os proprietários de

imóveis de aluguel começaram a se inquietar e não tardou uma revolta generalizada contra aquelas providências. Os moradores começaram a impedir a entrada dos funcionários da Saúde Pública em suas casas. E a ignorância prevalecia, dificultando as medidas necessárias.

Tanto Oswaldo Cruz como Pereira Passos passaram a ser alvo de constantes ataques da imprensa e dos oposicionistas ao governo de Rodrigues Alves, entre eles os positivistas, que muito influenciaram na formação dos militares brasileiros envolvidos com a proclamação da República. O próprio presidente do Brasil chegou a ponto de pedir a Oswaldo Cruz que fosse menos rígido, mas ele ameaçou se demitir e o presidente voltou atrás, dando todo o apoio ao jovem médico que havia prometido acabar com a febre amarela e a varíola no espaço de três anos. Em 1904, a oposição a Oswaldo Cruz chegou ao ápice, por causa de um recrudescimento nos surtos de varíola. O médico recomendou a vacinação em massa, sendo confrontado pela Liga contra a Vacinação Obrigatória. O decreto que regulamentava a obrigatoriedade desencadeou a revolta, e a cidade virou um campo de guerra. A população depredava lojas, virava e incendiava bondes, arrancava trilhos e postes, chegando a agredir a polícia com paus, pedras e pedaços de ferro. Para maior gravidade, os cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha também aderiram às manifestações. A situação chegou a tal ponto que o governo suspendeu a obrigatoriedade da vacina, só mais tarde voltando a vigorar. Nesse embalo houve 50 mortos e 110 feridos. Centenas de pessoas foram presas e muitas deportadas. Tempo dos maiores ataques a Oswaldo Cruz, criticado e achincalhado, injustiçado, culpado pelo que se dizia ser um atentado contra a liberdade individual, contra o pudor da mulher brasileira, que seria obrigada a mostrar a coxa para ser vacinada, enfim, a ignorância gerava muitos impropérios. Mas o médico não desiste: ao reassumir o controle da situação, em maio de 1904, vacinou mais de 8 mil pessoas; e as vacinações frequentes e sucessivas iam diminuindo os casos de doentes infetados.

Rui Barbosa, segundo Álvaro Cotrim, assim se manifestou: "A reação dos interesses, ignorâncias e preconceitos não conhece limites. No país clássico da resignação e docilidade, no paraíso do servilismo e indiferença, ronca, desfeita, a procela em bravos estampidos, revolvendo

o povo, sacudindo o parlamento, abalando o elemento militar, pois também eclodiu a revolta dos militares contra a vacina obrigatória." De fato: a maior prova de total ignorância. Mas a persistência de Oswaldo Cruz não tem limites.

Em 1903, no Rio de Janeiro, ocorreram 469 óbitos por febre amarela; no primeiro semestre de 1904, apenas 39; e em 1907 foi dada como erradicada a febre amarela na capital do país. Os três anos prometidos ao presidente Rodrigues Alves pelo grande cientista foram suficientes para o cumprimento de sua palavra. Internacionalmente reconhecido por seu trabalho, no ano em que deu por dominado o mal que havia tantos anos assolava o Rio de Janeiro, Oswaldo Cruz recebeu a medalha de ouro no XIV Congresso Internacional de Higiene e Demografia de Berlim. Em 1914 a França concedeu-lhe a Legião de Honra, a mais alta distinção republicana. Para merecer essas e outras honrarias, prevaleceram suas qualidades morais, sua envergadura, tenacidade e persistência para cumprir tão árdua missão. Às vezes reagindo com sorrisos, sua exigência também solicitada com delicadeza, pedindo habilmente por favor, o grande médico venceu como trabalhador consciente, atuante e perseverante. Em vez de apenas mandar, agia, ultrapassando tudo e todas as dificuldades com sua invejável dedicação à ciência e à missão que se propôs a cumprir. Oswaldo Cruz não se limitou a erradicar doenças. Organizou, por decisão do governo brasileiro, importantes expedições científicas ao norte do país, visitando outros estados da federação, nos quais promoveu campanhas gerais de saneamento. No Amazonas e no Pará, seu trabalho facilitou o término da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que estava paralisada em virtude da morte de inúmeros operários vitimados pela malária.

Em 1913 foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras. Não se envaideceu por isto. Numa época em que, nas elites, a oratória fazia parte dos dotes morais do cidadão, da mesma maneira que a usual indumentária constante do fraque e chapéu coco, acrescidos de fartos bigodes e um título de doutor, ele se mantinha alheio a homenagens e não gostava de discursos. Por isso, quando o prédio de Manguinhos foi inaugurado, não houve placa comemorativa.

Em 1915, por motivo de saúde, abandonou a direção do Instituto e mudou-se para Petrópolis. Acabara de ser criada a prefeitura desse município e Oswaldo Cruz, candidato, foi eleito. Cheio de planos e projetos voltados para a urbanização, viu interesses privados contrariados, como de costume, e, desestimulado e esgotado pela doença, renunciou ao cargo. Seu incômodo foi agravado por frequentes crises renais. O clima ameno da serra não o livrou de sofrimentos físicos. A 11 de fevereiro de 1917 falece, vítima de insuficiência renal, com apenas 45 anos de idade. Oswaldo Cruz é repetidas vezes lembrado como o maior cientista brasileiro.

Há mais de 100 anos a Fundação Oswaldo Cruz tem contribuído para a melhoria das condições de saúde da população brasileira. Não só a brasileira. A Fiocruz, desde a sua fundação em Manguinhos, vem oferecendo importantes contribuições para o desenvolvimento científico mundial. A descoberta da doença de Chagas, pelo cientista mineiro Dr. Carlos Chagas, companheiro de luta de Oswaldo Cruz, se deu em 1909, dentro do instituto de Manguinhos. Este outro grande cientista brasileiro descobriu que o barbeiro é o vetor do *Trypanosoma cruzi*, estudou o seu modo de transmissão, seus efeitos malignos e a maneira de tratamento. Descoberta de imensa repercussão social, que sensibilizou Monteiro Lobato para o ideário sanitário, por ele substanciado no personagem do Jeca Tatu. Esse escritor, com sua literatura voltada para os interesses brasileiros, veio corroborar a ação social de Carlos Chagas, preocupado que foi com a vida de abandono em que estava mergulhada nossa gente no interior do Brasil, pela falta de saneamento. Não se manifestava apenas com o problema do petróleo brasileiro, mas visava também à qualidade de vida de nossa população roqueira, vítima de várias moléstias que a alquebravam fisicamente. Quem de nós desconhece a figura, hoje não tão comum, de um papudo, portador do mal do bócio e, até hoje, quantos de nossos patrícios ainda sofrem do mal de Chagas? Com todo o trabalho de informação e luta do médico que dá nome à doença, e a batalha insistente do escritor paulista, o descaso permanece. Até hoje, o interior de nosso território não é prioridade das soluções de saúde dos nossos governos. Haja vista, em Minas, a região do Vale do Jequitinhonha.

A Fiocruz está ramificada por várias regiões do Brasil, onde os seus atuantes centros de pesquisa colhem inúmeros benefícios para o progresso científico.

Em Belo Horizonte, o Centro de Pesquisa René Rachou foi incorporado à Fiocruz em 1970. Antes uma unidade do Instituto Nacional de Endemias Rurais, passou a denominar-se Centro de Pesquisa René Rachou em homenagem ao médico sanitário que foi seu diretor entre 1956 e 1959. Nessa instituição trabalha, como coordenadora de programas de alto valor e de interesse científico para a Educação em Saúde, nossa colega, nascida em Montes Claros, a acadêmica Virgínia Schall. Ingressou na Fiocruz no Rio de Janeiro, como criadora do Laboratório de Educação em Ambiente e Saúde, que depois trouxe para o Centro de Pesquisa René Rachou com o nome de Laboratório de Educação em Saúde, do qual é a coordenadora. Virgínia é pesquisadora, docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências de Saúde da Fiocruz e autora de livros infanto-juvenis e jogos sobre temas científicos. Recebeu várias distinções importantes, como o Prêmio José Reis de Divulgação Científica, de âmbito nacional, e o Prêmio de Divulgação Científica Francisco de Assis Magalhães Gomes, do estado de Minas Gerais. Termine aqui esta apresentação, baseada em pesquisas simples, mas que suponho confiáveis, certa de ter colaborado com algum esclarecimento sobre a vida de um grande homem brasileiro, um grande médico, cientista, sobretudo dedicado à saúde de nosso povo e que nos deixou livres do flagelo da febre amarela e outras doenças devastadoras.



## A RESPOSTA DA NOIVA

*Murilo Badaró*

Poucas vezes, nas oportunidades em que dispõe de seu altar e dependências para realização de casamentos, terá a Matriz de Lourdes de Belo Horizonte, situada na rua da Bahia – antes um sítio tranquilo, hoje superado pela intensa movimentação de automóveis e agências bancárias que a circundam – recebido enfeites mais exuberantes, flores sob diversos desenhos enramalhando os bancos laterais, e na passarela longo e largo tapete vermelho colocado pelos decoradores para dar a impressão de realeza.

Os pais dos nubentes eram pessoas de grandes posses e as bodas significariam prestígio, com projeções à distância, na terra de onde provieram os jovens e familiares. Uma cidade de porte médio na região centro-norte mineira, aqui apelidada de simplesmente XXX.

Para dar mais brilho, pompa e circunstância, entenderam os responsáveis pela organização do casório que o simples pároco da tradicional matriz não renderia reverberações capazes de repercutir em XXX, cidade distante mas inteiramente ligada em corpo e espírito ao acontecimento, uma forma de colocar nas núpcias largamente comentadas a régua e o compasso do prestígio político e econômico dos dois clãs.

A ideia de transferir a cerimônia matrimonial para a capital era segredo de que tinham posse apenas o noivo e seu pai, apesar da resistência que o genitor da noiva ofereceu a esse estranho arranjo. A filha seduziu-o para obter-lhe a concordância, não obstante os teimosos argumentos do

fazendeiro de que gostaria de fazer uma festança de arromba no dia em XXX. Orgulho de pai.

Convidaram para a celebração o arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, homem de grande prestígio no mundo oficial, na igreja e fora dela, e muito conhecido pelo temperamento assinalado pela severidade e mau humor. Originário de Sergipe, trazia nas feições os estigmas da gente nordestina, cuja dureza refletia nas constantes mostras de impaciência quando casais se atrasavam para a cerimônia. Todos o viam como um sacerdote virtuoso, apesar das incursões que fazia na política estadual.

Dispostos a nada poupar em favor do brilho do consórcio, contrataram especial serviço de bifê em casa tradicional da capital, com expressas recomendações de que fosse servido o melhor e o mais requintado.

Seria acontecimento inesquecível, assim todos desejavam.

Se dos pais dos nubentes apenas um era conhecido dos meios governamentais por sua atuação política a partir de março de 1964, o da noiva era identificado pela imensa fortuna amealhada no campo e nas fazendas que possuía, homem rude e trabalhador, abrutalhado na dureza do eito que o fez intransigente quanto a alguns dogmas familiares que lhe foram transferidos pelos antepassados, todos originários do campesinato.

A prosperidade obtida na zona rural ensejou-lhe condições para aquisição de confortável residência na cidade, cujos sinais de progresso se tornaram evidentes durante o governo Kubitschek, de cuja política tornou-se adversário ao ser seduzido pela forte e intransigente UDN local.

Homem de fala reduzida, tinha como inseparável companheiro um revolver *Smith & Wesson*. Trazia-o sempre no coldre, que apreciava identificar todas as vezes que seus pontos de vista eram vencidos. Um homem azedo, de temperamento despedaçado pela rusticidade em que lutou e venceu.

Sem convicções iniciais sobre o que vinha a ser atuação política, Anacleto Peregrino Soares, era seu nome, começou a ser objeto da permanente sedução dos cabos eleitorais udenistas, tentando captar seus fartos recursos enquanto promoviam a lavagem cerebral tão comum a opositores radicais.

Anacleto dispunha-se como homem de trato difícil pelo temperamento rústico derivado do nascimento e da dureza do trabalho na fazenda, transposto para a política, a que, se a ela não se afeiçoou, aderiu com tonalidades extremistas que ganharam visibilidade em diversas campanhas.

O pai do noivo, Efigênio Corrêa, era, tanto quanto Anacleto, rico e poderoso fazendeiro, cujo prestígio crescia na medida exata de sua aproximação com entidades de classe dos ruralistas, fonte de militantes ortodoxos onde o governo apoiado buscava reforço político e recursos financeiros para sustentação de sua política.

Contrastando com Anacleto, cidadão de pouca conversa, fisionomia severa, Efigênio, que era filiado ao PSD, primava pela loquacidade com arrebatamentos acagianos e frases pomposas e a exibição que lhe foi proporcionada nas reuniões do sindicato patronal levou-o a discursos fortemente politizados e com traços de radicalismo, no tom exato para despertar no udenista Anacleto os primeiros sinais de crescente animosidade.

Corriam notícias de que, além da aversão política recrudescida nas discussões sobre as tentativas de Carlos Lacerda em impedir a posse de Juscelino, teria havido entre eles forte litúgio em torno de pequena propriedade localizada às margens do rio das Velhas, terras de excelente qualidade. E quem se dispunha a comentar discretamente o episódio lembrava o velho adágio de que "mineiro só briga por barra de ouro, barra de saia e barra de córrego". No mais, o entendimento é sua permanente forma de agir.

Ambos tinham prole numerosa.

O namoro de Margarida, filha de Anacleto, com Cláudio, filho de Efigênio, cumpria o roteiro fortemente relaxante das arraigadas tradições da cidade, onde a juventude ganhava a cada novo dia mais insumos para perseguir estágios de liberdade muito além do permissível naquela localidade, fortemente aprisionada a padrões muito conservadores.

Seguiam a moda que avassaladoramente migrava dos grandes centros para as vilas de médio e pequeno porte e com ela a virgindade das donzelas começava a deixar de ser tabu com a ampla cobertura da pílula do dia seguinte e das populares camisinhas, além dos métodos tradicionais.

Margarida e Cláudio eram as personagens principais do casamento que o arcebispo de Belo Horizonte iria celebrar naquela tarde-noite.

Margarida nasceu na fazenda do Tanque, por lá fez seus primeiros estudos na escola rural do vilarejo próximo da propriedade paterna e logo que veio da roça para a cidade tratou de se enturmar, primeiramente com colegas de escola e, pouco a pouco, ia alargando seu círculo de relações, consequência natural de seu temperamento descontraído, ajudado pelas harmoniosas feições de seu jovem e belo e rosto.

Desde quando apareceram os primeiros sinais de puberdade nos empinados e bem formados seios, que apreciava realçar enquanto estreitava os vestidos na altura da cintura para colocar em evidência a bela curvatura de suas ancas, dava curso ao instinto feminino da vaidade com toques de natural faceirice

Quando morava na fazenda e tendo como companheira uma mucama mais experimentada, liberou sua incontida libido na prática da masturbação ensinada pela companheira nas horas desprevenidas da tarde, à margem o regato que passava no fundo da sede.

Era afogueada e nada continha a força de seus desejos, sempre aumentados na proporção dos elogios que seu corpo e seu rosto provocavam.

Em sua tez ligeiramente morena destacavam mais os olhos de um verde claro cor do mar, iluminando sua face aberta pelo sorriso franco e descontraído. Uma mulher realmente formosa.

A rapaziada da cidade ouriçou-se de entusiasmo com a bela chegada, que por sua vez não regateava olhares lânguidos e insinuantes para os que mais ousadamente lhe dirigiam a corte.

Seu nome ganhou notoriedade na vila conservadora em que morava e quanto mais sua desenvoltura social lhe abria novos caminhos, a natureza foi-lhe pródiga nos ensinamentos com que tecia a rede dourada em que enlaçava quantos homens desejava possuir ou a eles se entregar.

Anacleto, seu pai, somente vinha à cidade nos finais de semana, permanecendo enclausurado em casa ao lado da conformada esposa, que, cuidadosamente, omitia notícias do comportamento pouco convencional

da filha, inteiramente em desacordo com os rígidos padrões familiares impostos pelo patriarca.

Margarida estava cada vez mais bela e confiante na força de seus encantos. Alegre, desinibida, sua prosa em cadência moderna suavizada pelo tom de voz aveludado aumentava ainda mais sua graça, os sinais de sua presença eram notados ao longe pelo burburinho de um magote de rapazes, todos sequiosos de um beijo ou uma carícia daquela fêmea irresistível.

Em XXX não havia casa de cômodos e somente anos mais tarde é que começaram a aparecer os motéis de alta rotatividade, verdadeira alvorada de libertação para a juventude, que vivia se escondendo pelas áreas penumbrosas das ruas e arrabaldes ou dentro dos automóveis em busca da saciedade sexual imposta pela força da natureza.

Não foram poucos os contemplados pelas carícias de Margarida e o ciúme que despertava nas moças de sua idade começou a se transformar em mexericos, que logo contaminaram os mais diversos setores da fechada sociedade local.

Ao distante e amuado Anacleto, tanto quanto ao também arredio e falante Efigênio, começaram a chegar os primeiros rumores do tórrido derriço de Cláudio e Margarida.

Mais tranquilo, apesar de um pouco preocupado pelo filho Cláudio, que gostaria de ver ligado a uma mulher menos falada, Efigênio passava a maior parte do tempo em Belo Horizonte, onde exercia funções de alto nível no governo do estado, sem dar maior importância ao falatório que já envolvia os namorados.

Ao contrário de Margarida, Cláudio era retraído, de pouca conversa e grande prestígio junto às moças de sua idade pelo seu airoso porte. Um bonitão, diziam elas.

Não se agregava com facilidade, fugia das discussões políticas e só se ouvia sua voz quando as conversas tratavam de assuntos pecuários, sua grande obsessão.

Desde que o mundo é mundo e como sempre acontece na velha relação homem-mulher, as circunstâncias colocaram próximos Cláudio e Margarida numa exposição de gado no parque da cidade, onde ele exibia os mais belos representantes da raça gir, de sua criação.

Durante o desfile dos animais, Margarida aproximou-se de Cláudio e elogiou largamente o rebanho do jovem criador, fazendo-lhe perguntas com palavras tão suaves e inteligentes que o encantaram.

Margarida lançou a rede dourada tecida pelo fascínio que sua figura despertava e de que Cláudio apenas ouvira falar. Aprisionou-o.

Ficou deslumbrado. Daí a um passo o início do namoro, vibrante, apaixonado e rumoroso.

Cláudio não resistiu aos encantos de Margarida e quase chegou ao desvario quando pela primeira vez tocou seu corpo desnudo.

Nenhum dos outros derriços de Margarida ganhou evidência semelhante ao seu caso com Cláudio, algo normal dada a importância econômica dos pais e as posições políticas de ambos.

Desconfiado dos boatos, sem contudo desprezá-los, que já haviam rompido os muros de sua sisudez, Anacleto resolveu convocar Margarida para uma conversa franca.

Com seu jeito pouco diplomático e alguma rispidez, exigiu de Margarida explicações para aquela boataria iniciada a partir de seu namoro com o filho de seu desafeto Efigênio.

Contrafeita e intimidada diante da caturrice do pai, incapaz de entender as motivações e o comportamento dos jovens, negou-se a responder à imprecisão quanto ao seu defloramento e seu autor.

Anacleto indigitou-o em Cláudio, atual namorado, brandindo em seu destempero a necessidade de uma reparação à honra da família tão duramente atingida na pessoa de sua filha.

Homem de bem, forte de caráter, pudico, a rusticidade de Anacleto e tudo o que aprendera na vida fazia-o crer que castidade e virgindade de mulher e da família estavam ocultas entre as pernas.

Advertiu Margarida quanto à necessidade de começar a pensar seriamente na possibilidade de se casar com Cláudio, ideia muito distante da cogitação e dos objetivos que tinha em vista, que o tempo e as ambições haviam alargado para bem longe dos propósitos paternos.

Começou a cultivar a ideia do casamento dos jovens enamorados e pouco a pouco ela tornou-se insistente e repetitiva como se fosse uma mosca teimosa, insistindo sempre no pouso apesar dos gestos de espantá-la.

A mulher de Anacleto, prudente e conhecedora dos mistérios femininos, forcejava por reduzir o ímpeto paterno com relação à necessidade de uma reparação ao recato familiar atingido, algo de há muito superado pelas novas correntes modernas que imperavam na sociedade local.

Anacleto resumia tudo numa ameaça cortante e perigosa:

– Ou Cláudio se casa com Margarida ou irei matá-lo.

Como as coisas começaram a se complicar, as novidades chegaram aos ouvidos de Efigênio, cujas funções numa secretaria do governo estadual o mantinham afastado de XXX e bem longe dessas fofocas.

“Coisas da rapaziada”, dizia à esposa quando esta o advertia para os riscos a que estava sujeito o filho.

– Anacleto é homem perigoso, de maus bofes, acrescentava ela, intimando Efigênio a buscar uma saída.

Certa tarde, ele com os pensamentos bem longe das atribuições do dia, a secretária da repartição avisa a Efigênio da presença de um senhor de nome Anacleto.

Percebeu logo o pedregoso caminho que se delineava para o filho Cláudio.

Recebeu o visitante com acanhada cortesia, procurando deixá-lo bem à vontade para início da conversa, cujos termos antecipadamente imaginava.

Após trocarem chinesices em conversas protocolares e desimportantes, Anacleto vai direto ao assunto:

– Efigênio, vim aqui para acertarmos o casamento de Cláudio com Margarida. Esta é a única solução para a honra da família, duramente atingida pela atitude dele.

Mais traquejado em diálogos e menos irado, Efigênio ponderou várias alternativas, todas recusadas por Anacleto, com ideia fixada apenas no casamento, para ele a única maneira de resgatar seu patrimônio moral.

Efigênio não respondeu prontamente, assegurando a Anacleto que iniciaria logo as conversas com o filho em busca de solução.

Convocou o motorista e imediatamente partiu para o cenário do drama que começava complicado em seu primeiro ato.



Tão logo chegou, convocou Cláudio à sua presença, fazendo-lhe minucioso questionário a respeito de todos os detalhes que envolviam sua ligação com Margarida.

Cláudio, meio contrafeito, disse-lhe com franqueza que não fora o primeiro a manter relações íntimas com Margarida. Outros rapazes já haviam incursionado nas reentrâncias daquele corpo esbelto e atraente. Que ele foi apenas mais um e que, por força de sua posição e ser filho de quem era, seus encontros com Margarida davam motivo a muitos mexericos.

Efigênio nem sequer indagou se ele apreciaria casar-se com ela. Sabia-o incorrigível celibatário. Ademais, Margarida tinha fama de moça muito dadeira, o que causava arrepios no conservador Efigênio.

Como sair dessa enrascada passou a ser seu principal problema.

Pelos lados de Anacleto as coisas não andavam ao gosto do patriarca, aumentando ainda mais seu radicalismo diante da peremptória recusa da filha à ideia do conúbio.

Seus projetos e ambições pessoais iam muito além daquela vida modorrenta e insípida, de namoricos passageiros, incursões amorosas fugidias, dos olhares críticos da vizinhança e citações da coluna social, matriz das principais e mais maliciosas notícias a seu respeito.

É mesmo provável que a desenvoltura com que agia no relacionamento com moças e rapazes de sua idade fizesse parte dos planos que alimentava secretamente de desenvolver atividade empresarial no ramo de modas.

Sua formosura e temperamento cabiam como uma luva nos esboços que traçara para o futuro.

– Casamento, nem pensar meu pai, arrostou um dia a tempestuosa reação de Anacleto. – Não quero e não me casarei, afirmou, afastando-se agitada.

Estavam sendo compostos os ingredientes da tragédia anunciada. Ou casamento ou o pai encarcerado pelo assassinato do jovem namorado.

Efigênio teve notícias pelo filho do ânimo belicoso de Anacleto. Achou prudente buscar fórmula que solucionasse o impasse.

– Cláudio, convide Margarida para uma viagem a Belo Horizonte. Use o pretexto da aquisição do enxoval para as núpcias, recomendou Efigênio.

Teve início a intensa e discretíssima movimentação do pai de Cláudio em busca de uma saída para a enrascada que se esboçava.

– Traga Margarida à minha presença e deixe-a só, comigo, ordenou Efigênio.

Era a primeira vez que ele se aproximava daquela bela mulher. Ficou estonteado com sua formosura e cativo de sua irradiante simpatia.

Com extrema delicadeza para não atingir partes sensíveis daquela fêmea deslumbrante, Efigênio disse-lhe saber de seus projetos empresariais, que dele somente poderiam merecer aplausos.

O país passava por fase de prosperidade e qualquer investimento feito com critérios e baseados em pesquisas de mercado teria natural sucesso.

– Que capital você dispõe para iniciar? indagou Efigênio.

– Diante da animosidade de papai, pouco posso esperar dele, respondeu.

– Você aceitaria fazer uma composição comigo e o Cláudio em troca do capital necessário ao início de sua empresa? voltou ele a perguntar.

– Preciso de um tempo para pensar. Amanhã, darei a resposta.

Efigênio, velho e experimentado negociador, sentiu que sua sugestão surtiria efeitos e deixou Cláudio de prontidão para o desenlace.

No dia seguinte, ostentando a mesma louçania e ares de confiança, Margarida voltou ao escritório de Efigênio para manifestar concordância e fazer os acertos finais, entre os quais a transferência do casamento para Belo Horizonte.

Tudo conversado com promessas e garantias de sigilo absoluto e os roteiros para consecução dos atos finais para o esponsório.

Anacleto recebeu ao lado da mulher a concordância de Margarida sem mover um músculo do rosto. Absolutamente frio, recomendou as providências necessárias à aquisição do enxoval e a preparação da festa nupcial.

Relutou em aceitar a transferência do casamento para Belo Horizonte, cedendo diante da pressão da filha e da mulher, sobretudo esta que desejava colocar termo ao sofrimento que experimentara desde o início dessa novela pouco agradável.

Acertada a data, os nomes dos padrinhos e madrinhas, convites foram impressos e distribuídos a mancheias em XXX, redondezas e em Belo Horizonte.

A notícia provocou natural curiosidade e não menor sensação. Iria se casar a mais bela e falada jovem da vila. Uns aplaudiram, outros apiedaram-se de Cláudio por estar esposando moça tão sem juízo. Outros invejaram a sorte do filho de Efigênio.

A opinião citadina estava dividida, mas ansiosa para ir a Belo Horizonte a fim de assistir ao enlace.

Homens e mulheres começaram os preparativos na arrumação dos melhores trajes, pois as núpcias coincidiriam forçosamente com natural desfile de elegância. Mais atentas aos detalhes estavam aquelas que viriam do interior para a capital. Não podiam fazer pior figura do que as de Belo Horizonte.

Decotes audaciosos distantes dos olhos severos do arcebispo e caprichosamente encobertos por vistosos chales, jóias retiradas dos cofres de família, penteados engalanados por presilhas brilhantes, compunham um cenário em que belas mulheres, com a esplendecência dos holofotes dos cinegrafistas, ganhavam ainda maior fulgor.

Precedida por longa procissão de padrinhos e madrinhas, da qual faziam parte jovens pajens com trajes reluzentes, filhos e sobrinhos dos atores principais, sob as clarinadas do coral especialmente contratado para o evento e ao som da tradicional marcha nupcial de Mendelssohn, Margarida, bela como nunca, espargia sorrisos nos olhares enquanto desfilava de braço dado com Anacleto, que dava sinais de incômodo no terno especial com colarinho de peito duro imposto pelo cerimonial, tão diferente dos ramerrões calça, camisa e bota rústica para o dia a dia da fazenda.

Margarida trajava um vestido colante, que realçava suas belas formas e o longo véu que descia de seus cabelos, presos num coque

enfeitado de reluzentes arranjos a expor mais seu belo rosto, dava-lhe ares de princesa.

Efigênio trajava elegante fraque alugado que o tornava hirto e desajeitado, com bela flor na lapela, vigilante ao lado de Cláudio à espera do cortejo nupcial engalanado pela formosura de Margarida.

Cláudio avançou para o beijo de saudação à noiva, seguido por Efigênio, que ao se aproximar do rosto da futura nora para o ósculo protocolar ouviu dela uma simples expressão: – Tudo certo.

A nave da igreja não tinha lugar para mais ninguém. Estava tão inundada de gente que não cabia mais um alfinete. Suas laterais regurgitavam de convidados em número menor daqueles que preferiram aguardar do lado de fora.

Aqueles vindos da cidade natal dos noivos eram em maior número do que os da capital, estes em sua grande parte do mundo oficial a que Efigênio sempre esteve muito ligado.

O arcebispo de Belo Horizonte fez curta e desgraciosa homilia, como de hábito, com palavras repassadas de conselhos aos nubentes sobre a relevância do casamento e das responsabilidades dele decorrentes.

Era chegado o grande momento. Sem perder a solenidade, escandindo bem as palavras, indaga de Cláudio se aceita Margarida como sua legítima esposa, recebendo plena aprovação com um *sim* firme e altissonante.

Efigênio prendeu a respiração. Estava se aproximando a hora do último capítulo de longa e arriscada manobra, articulada meses a fio com a paciência de um enxadrista e o sigilo característico dos velhos políticos mineiros.

O celebrante volta-se para Margarida, a cada nova hora mais bela e insinuante, e pergunta-lhe com inusitada ênfase se aceita Cláudio como seu legítimo esposo.

Para estupefação geral, seguida de enorme balbúrdia entre os convidados, Margarida faz ressoar alto e categórico “não”, cuja multiplicação entre os presentes acelerava mais o tumulto e a perplexidade geral.

Ágil como uma gazela, Efigênio, que já de pé se encontrava, avançou até o local onde estava Cláudio, puxou-o pelo braço e saiu rapidamente pela entrada lateral da igreja, onde um automóvel os aguardava.

Homem duro e sem emoções, Anacleto deixou-se sucumbir diante de tudo aquilo. Instintivamente, levou a mão ao coldre vazio pela primeira vez em atenção à esposa que ponderara não ser de bom tom levar uma arma para dentro da igreja.

Por mais resistisse aos argumentos da mulher, Anacleto acabou cedendo, mesmo na premonição da possibilidade de seu uso diante de novidades.

Eram assim suas regras, tanto que jurara Cláudio de morte se não casasse com Margarida.

Acontece que a autora da negativa foi a noiva, sua filha e, por instante, ele não conseguiu raciocinar, amarrado pela surpresa.

Permaneceu imóvel, sem capacidade de reação, enquanto os convidados elegantemente trajados se entreolhavam como a indagar dos motivos de tão surpreendente final para uma festa que prometia calor, entusiasmo, recepção farta e bebidas em abundância.

Ninguém se deu conta do que havia acontecido e, em silenciosa procissão, deixavam a igreja de volta às suas casas.

Por largo tempo, em XXX não se falou de outra coisa.



## GUSTAVO TEIXEIRA: UMA VIDA EM REVISTA

*Paulo Caruso\**

Fui cativado pela semana Gustavo Teixeira, quando vi, pela primeira vez, um menino com seus sete ou oito aninhos, trajando terno e gravata, declamar compenetradíssimo “O relógio inútil”, do vate são-pedrense.

Um tio muito querido, são-pedrense, declamava de cor: *A Feia*, ironizando a merecedora de tais desconcertantes estrofes.

O ilustrador Luciano Veronesi fez a capa da última edição das obras completas de Gustavo Teixeira, a partir de uma imagem do poeta que não coincidia com as caricaturas que eu mesmo já havia feito dele em outras ocasiões, como cartões ou diplomas participativos do evento.

A partir daí, comecei a investigar a vida e a obra desse artista, tentando, por um lado, conhecê-lo melhor, por outro fazer uma releitura bem humorada da saga desse poeta em sua dedicação à arte e, paradoxalmente, em sua renúncia às vaidades mundanas que geralmente envolvem os escritores celebrados.

Depois de uma pesquisa, a partir de suas obras completas, conversei com pessoas afins, parentes de Gustavo Teixeira na cidade, criei uma série de desenhos que ilustram o trajeto de Gustavo Teixeira desde sua origem até sua morte, comunicada ao mundo pelo modernista Oswald de Andrade, apor meio da agência de notícia em São Paulo.

A primeira delas, que originou a sequência de imagens, é o seu retrato com asas de borboleta no lugar das orelhas.

\* Cartunista, reside em São Paulo.

Surpreso com minha própria ousadia, fui ler, mais tarde, no prefácio de Cassiano Ricardo na segunda edição de sua obra que, uma das críticas que poderiam ser feitas ao nosso vate era, justamente – eureka! – a renovada mania de rimar borboletas com violetas.

Havia nascido o personagem, circunspecto, taciturno, e sempre acompanhado por um séquito de estrofes borboleteantes, que passeia por quinze imagens desta série de vinte e cinco desenhos que criei para a cidade de São Pedro festejar seu mais querido filho da terra.

### Gustavo Teixeira, ser ou não ser

Feio, míope e quase careca, é essa a imagem que nos ficou do cultuado vate parnasiano Gustavo Teixeira. Prato cheio para a caricatura. Dentro de si carregava o ideal mais profundo daquilo que a condição humana poderia almejar.

Aos doze anos encarou o parnasianismo e a métrica *dodecassilábica* naquilo que, julgava ele, seria a perfeição do *rictus* poético, e fez do seu livro de cabeceira o *Tratado de Metrificação*, do escritor português Castilho.

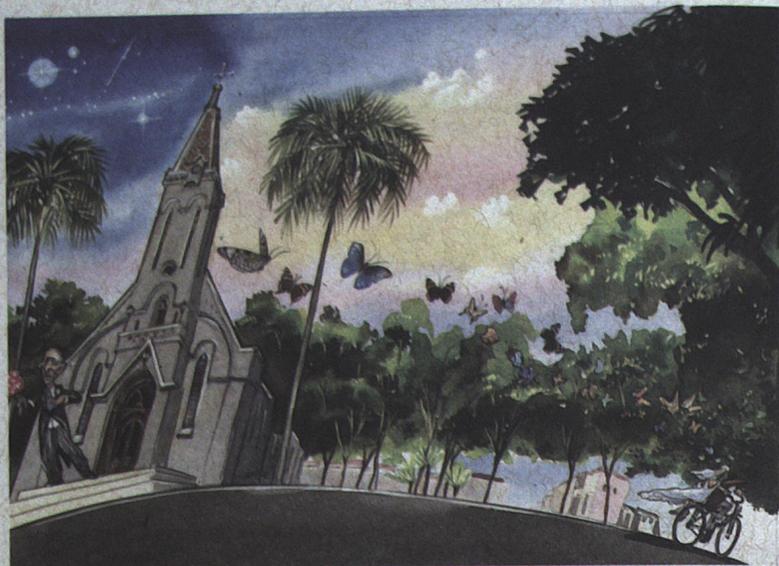
Não por acaso, por ocasião de sua passagem, teve à beira do túmulo (título aliás de um de seus poemas) nada mais nada menos que Oswald de Andrade. Tenho cá pra mim que era uma tentativa do modernista assegurar-se das exéquias do parnasianismo, já que ambos desfilavam em estéticas opostas.

*O Ementário*, lançado em 1908, é praticamente seu testamento intelectual, já que seu segundo livro, *Poemas Líricos* teve contra si a maré modernista da semana de 22.

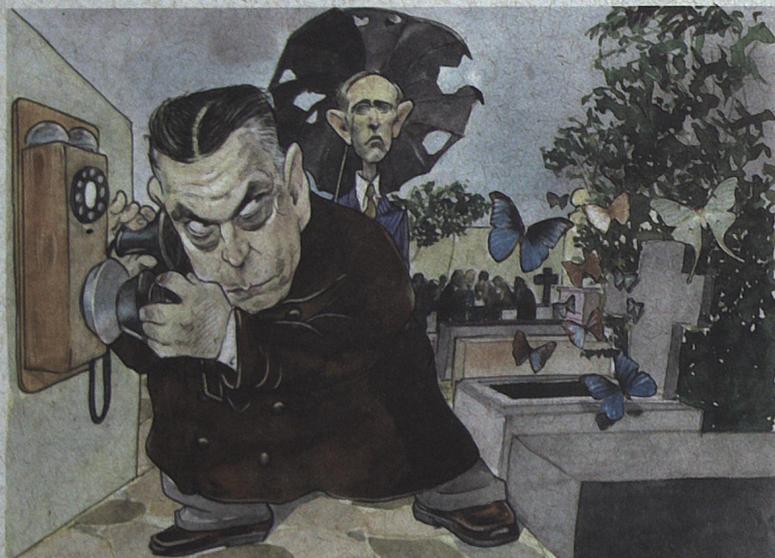
Por essas e por outras, encantado pela trajetória desse poeta cultuadíssimo em São Pedro, terra de minha esposa, Dona Julia, debrucei-me (*êpa!*) sobre sua vasta obra e apresento ao público destas encostas, e de outras paragens, minha visão sobre a vida e a obra deste grande poeta.

Mais do que a caricatura, o que me importa é realçar o Gustavo Teixeira real, de carne e osso, que habita em todos nós.





**A Fugitiva:** Com um casamento encomendado pela família, aos 37 anos, com uma moça de 15, Gustavo Teixeira foi abandonado à porta da celebração e, anos mais tarde, viu seu casamento ser anulado pela não consumação do ato, o que não o impediu de dedicar inúmeras estrofes ao coração de pedra que o abandonou...



**À Beira do Túmulo:** o modernista Oswald de Andrade, o criador da semana de 22, vai ser o repórter que anuncia para as agências de notícias o passamento do parnasiano Gustavo Teixeira, atestando o fim de um época e o começo de outra.

## AIRES DA MATA MACHADO FILHO

*Maria de Lourdes Costa Dias Reis\**

Se estivesse vivo, teria completado em 2009 seu centenário, ano também do centenário da Academia Mineira de Letras, uma das mais expressivas inteligências de Minas Gerais ligadas às letras, o escritor, historiador, professor, linguista e folclorista Aires da Mata Machado Filho.

Seu pai Augusto Aires da Mata Machado provinha de velha estirpe mineira e sua mãe, Dona Mariana Flora de Godoy, era também descendente de tradicional família, os Godoy de Diamantina, de origem espanhola. Residiram algum tempo na cidade de Sabará e se transferiram em 1909 para Diamantina. No pequeno arraial de São João da Chapada, distrito satélite de Diamantina, ela deu luz à um filho homem em 24 de fevereiro de 1909, o qual recebeu parte do nome paterno: Aires da Mata Machado Filho.

Seu tio-avô era o Conselheiro João da Mata Machado, alto funcionário do Império, que ocupava o cargo importante de Ministro de Estrangeiros, cujo nome foi dado a uma cidade mineira, Conselheiro Mata, próxima a Diamantina. Seu primo Antônio Tomás de Godoy fora um dos líderes da Revolução Liberal que abalou Minas Gerais em 1842 e envolveu cidades como Sabará, Barbacena, Santa Luzia, com participação ativa de membros do Partido Liberal como Teófilo Otoni e os Felício dos Santos, do Serro e de Diamantina.

\* Professora, folclorista, historiadora. Ocupa a cadeira nº 39 da Academia Feminina Mineira de Letras, e também a de nº 35 do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Após alguns anos a família confirmou com grande pesar que o pequeno filho tinha nascido com uma doença congênita: catarata e atrofia do nervo óptico, e já contraíra grave cegueira. Foi crescendo cercado de grande carinho familiar e aconchegos. A tia Eponina lia e escrevia para ele em grandes caracteres, o que lhe possibilitava enxergar algumas letras. Desta forma, conseguiu a custo de muita perseverança e apoio familiar, concluir o curso primário, suprimindo com os ouvidos a deficiência visual.

Mesmo com esta deficiência, já se notava no menino interesse pela literatura e tendência para temas ligados à liberdade, à justiça social e à dignidade humana.

Ajudado por ex-aluno do Instituto Benjamin Constant do Rio de Janeiro, começou a aprender o método Braille, o que conseguiu em poucos dias. Para prosseguir seus estudos, foi levado por seu pai para aquela cidade, com a finalidade de estudar no educandário, na época o mais completo na educação de deficientes visuais. Ali, estudou com afinco, sempre ajudado por um professor cego que muito simpatizou com ele, e assim, aos 18 anos terminou, com brilhantismo, o Curso de Humanidades.

Em março de 1940, após um rápido namoro de encantamento, casou-se com Maria Solange Mourão de Miranda, grande colaboradora intelectual de sua vida acadêmica, para ele, a pessoa que “trouxe claridade para sua escuridão”. Com ela conseguiu criar um lar digno, harmônico e alegre, completado com a presença de cinco filhos: Cecília, Cristina, Eponina, Eduardo e Tiago.

Em Belo Horizonte fez outros cursos no Instituto São Rafael, instituição especializada em educação de deficientes visuais e, posteriormente, completou o Curso de Direito da Universidade de Minas Gerais. Superando a deficiência visual, doutorou-se depois em Filologia Românica e acabou por tornar-se Mestre em Filologia, sendo catedrático da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Católica de Minas Gerais, onde lecionou Língua e Literatura Portuguesa, Brasileira, Italiana, Espanhola, Francesa, Inglesa e outras disciplinas afins.

Foi professor de outros centros de ensino, onde foi educando gerações e criando um nome respeitável na área da linguística e do ensino

da Língua Portuguesa. Acatava sempre as modernas inovações do idioma, embora fosse um defensor dos mais altos padrões da linguística e da arte de bem escrever e, com rigidez e severidade, não abria mão de valores estéticos e escorreitos do vernáculo.

Participou da fundação do Instituto de Cegos São Rafael e da Faculdade de Filosofia e Letras Santa Maria, que, mais tarde se tornaria a Universidade Católica de Minas Gerais. Chefiou o Serviço de Orientação Técnica do Ensino da Língua Portuguesa da Secretaria de Estado da Educação e o de Redação do Conselho Administrativo de Estado. Foi convidado a compor diversas Bancas Examinadoras para concursos de Professor Catedrático e de Livre Docente em várias Entidades de Educação em Minas Gerais e em outros estados.

Muito religioso e sempre expressando muita fé, participou do Movimento de Apostolado e ligou-se a órgãos da Igreja Católica.

Jornalista nato, foi redator do jornal *Minas Gerais*, órgão divulgador da Imprensa Oficial de Minas Gerais, onde chegou a se aposentar e, cujo prédio hoje ostenta o nome simbólico de “Ayres da Mata Machado Filho”, de acordo com o Projeto no. 1.759/93 aprovado em 12 de setembro de 1994.

Colaborou ainda em muitos jornais, como no *Estado de Minas*, onde manteve por muitos anos a coluna “Escrever Certo”, procurando orientar leitores sobre a arte de bem escrever. Colaborou ainda no *Diário Católico* e outros jornais da capital e do interior.

Em 1948 reuniu-se a outros intelectuais mineiros, como Saul Alves Martins, João Dornas Filho, Prof. Nelson de Senna, Manoel Ambrósio, homens ligados à área da cultura popular e criaram a “Comissão Mineira de Folclore”, tendo sido inclusive, seu primeiro Presidente.

Pertenceu também a outras entidades ligadas à cultura erudita, como:

- Academia Mineira de Letras
- Academia Brasileira de Filologia
- Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais
- Comissão Nacional de Folclore
- Academia Carioca de Letras

- Conselho Nacional de Cultura
- Sociedade Brasileira de Antropologia
- Conselho Nacional de Cultura
- Academia de Letras de Viçosa
- Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

Era ainda possuidor de mais de 50 títulos de honrarias de entidades ligadas à área cultural e acadêmica.

Escreveu muitas obras ligadas ao campo da literatura, da linguística, da história, de gramática e de folclore. As mais importantes são:

*Escrever certo* – livro básico do chamado jornalismo gramatical, contendo “dicas” de como escrever corretamente.

*A Palavra é de Ouro* – livro elogiado pelo renomado escritor Tristão de Athayde.

*Crítica de estilos* – uma análise de estilos gramaticais, o primeiro lugar no Prêmio Cidade de Belo Horizonte.

*Dicionário Didático da Língua Portuguesa.*

*O Negro e o Garimpo em Minas Gerais*, obra de pesquisa na área da linguística e do folclore mineiro, fruto de acurada busca em São João da Chapada, onde teve a oportunidade de estudar o chamado “vissungo”, dialeto falado pelos negros da região do garimpo, obra que lhe conferiu o prêmio “João Ribeiro”, da Academia Brasileira de Letras.

*Canto dos Escravos* – verdadeiro repositório da música popular brasileira.

*Dias e Noites em Diamantina.*

*Arraial do Tijuco, cidade Diamantina* – obra-prima que narra a história de Diamantina, podendo ombrear com o magistral *Memórias do Distrito Diamantino*, de Joaquim Felício dos Santos

Recebeu também várias medalhas e comendas, como:

Grande Medalha da Inconfidência.

Comenda do Infante Dom Henrique de Portugal.

Lastimavelmente, em 23 de agosto de 1985, faleceu. Perdemos o grande Mestre Aires, ao lado de sua esposa Solange e da filha Maria Cecília, em consequência de um desastre automobilístico na BR 040, próximo a Sete Lagoas.

Calou-se a grande voz do professor, do linguista e do folclorista. Mas sua lembrança ficaria eternizada em suas obras, e no registro do falar e do cantar dos negros dos garimpos próximos a Diamantina.

Mestre Ayres ficará imortalizado na memória da cultura mineira, pois nossa língua muito lhe deve, a historiografia coroa seu trabalho e o folclore canta loas, muitas loas em seu louvor.



**DISCURSO PROFERIDO POR  
OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DA  
NEO-ACADÊMICA MARIA INÊS DE  
MORAES MARRECO NA ACADEMIA  
FEMININA MINEIRA DE LETRAS**

*Livia Paulini\**

Sinto-me muito honrada em poder apresentar a neo-acadêmica Maria Inês de Moraes Marreco como membro efetivo da Academia Feminina Mineira de Letras, pois isto é uma tarefa importante e inspiradora na vida da Academia. Com a entrada de membros novos, mudanças sempre são anunciadas. Especialmente quando a nova acadêmica irradia valores científico-literários e humanos sintetizados na sua carreira literária. Nos encontros que antecederam à sua eleição se evidenciou a participação valiosa de Maria Inês Marreco, com seus trabalhos acadêmicos. Ela foi eleita com votação unânime, sinal de que as congreiras estão cientes do seu vasto currículo, bem como a sua sabedoria em assuntos culturais.

Um sinóptico percurso sobre a carreira da nova acadêmica ou sobre a Academia Feminina Mineira de Letras, onde ela está entrando, não seriam oportunos, em vista das modificações e ajustamentos que sofrem ambas as partes a cada momento, sem falar nas sobrecarregadas emoções que sentimos ao abordar os temas.

---

\* Escritora, poetisa, pintora, é presidente emérita da Academia Feminina Mineira de Letras.



A convivência com Maria Inês, conhecer as suas publicações, ouvir seus planos para o futuro nos quais a AFEMIL estará sempre presente, conhecer os membros de sua família talentosa, tornou-se um orgulho para mim e é com imensa satisfação que lhe dou as boas-vindas de maneira muito especial e pessoal.

Por outro lado, ao percorrer o passado da Entidade, onde ela está ingressando, não nos é menos emocionante. São vinte e seis anos de história de construção de uma bela e documentada Academia de Letras por mulheres bem-dotadas. Histórias que nunca foram fielmente colocadas no papel, embora os poemas apresentados no curso das reuniões sejam dignos de serem citados. Falavam de angústias, de desejos, de aspirações com certa beleza, e mesmo quando as águas ao fluírem estendiam neblina, as flores não dispersavam seus aromas e os galhos verdes se retorciam ao vento da correnteza lírica, as escritoras continuavam a focalizar a sua atenção nas atividades literárias.

Na década entre 1980 e 90 percebiam-se e podiam-se prever influências na literatura que os estilos de arte sugeriam. Acompanhávamos todos os movimentos culturais, pois os assuntos não se resumiam na poesia somente, mas no nosso destino também.

Muitas vezes discutíamos este aspecto no nosso meio, a existência da "visão poética", uma devoção ao pensamento de que somente esta visão pode dar à vida humana conotação transcendental, enquanto caminhávamos com os pés calcados na terra firme, solucionando todos os problemas administrativos.

Na situação em que estávamos, seguíamos tanto as analogias, quanto as diferenças com outros literatos, chegando a conclusões bastante interessantes, por exemplo, como o nosso trabalho cultural-literário poderia receber uma resposta emocional dos leitores.

Porém, a transição entre o mundo dominado pelo masculino e a condição segura de mulher-poeta não poderia ser feita em um dia. Precisaria passar por etapas, porque se não concordaríamos com a desvalorização da mulher letrada.

Em muitos aspectos a nossa transfiguração em termos de interpretação da vida espiritual está ligada à Academia Feminina Mineira

de Letras. Seus membros, ao executar as suas tarefas domésticas (casa, criança e criada) estavam compelidos a entrar em ação pela cultura mineira, pelas expressões poéticas, por suas capacidades jornalísticas, na defesa da nova posição adquirida. As questões corriqueiras firmaram-se em construções de princípios e causas, de reflexões e de esforços para viver na totalidade a experiência da união nova, a casa que habitaram e organizaram.

Certa ocasião, Irene de Melloneves, uma das nossas iluminadas escritoras, havia avaliado a posição das acadêmicas: "É preciso avançar no jeito de pensar e de sentir num ritmo muito mais acelerado do que os nossos antepassados o fizeram. Isto significa uma produção literária com qualidade. Ao se abrirem as portas para as inovações se poderia prever o que está por vir".

O tempo infinito da arte de escrever beirando o mistério da nossa existência nos encantou, na medida em que a criação de obras novas encontrou apoio na harmonização do nosso convívio.

O trabalho do escritor é agraciado, pois liga a arte à vida, a qualidade da produção aos seus ideais.

Ao procurar a verdade na nossa disciplina acadêmica encontramos validades culturais e morais transcendentais. Certos filósofos românticos da natureza veem no universo o encanto da sua força. Para outros, o mundo é puramente mecânico. Existem os que procuram no êxito dos projetos a sua razão de ser. Todas estas teorias foram debatidas para no final concluirmos que para nós, ao amplificarmos o nosso universo, a importância se baseia nas sociedades humanas. Procurar desenvolver na literatura a harmonia que existe entre os astros, entre a fauna e a flora, entre as reações orgânicas e os processos reprodutivos da natureza.

No momento exato em que decidimos afirmar os pensamentos básicos da nossa entidade, apareceu o convite acolhedor do Dr. Vivaldi Moreira, oferecendo a metade da Casa dos Imortais.

E a minha resposta veio pronta: "As sem-teto lhe agradecem!" E continuei: "A felicidade para mim, Dr. Vivaldi, veio em três etapas: a primeira, foi o convite por telefone; a segunda, as lágrimas de contentamento que guardei e eternamente guardarei no fundo do meu

coração; a terceira, os planos concernentes à Academia Feminina de Letras que continuarão a preencher as diretrizes de crescimento e terão uma ligação aberta com a Mineira.”

Como um atencioso dono de casa, ele prestigiou sempre todas as nossas reuniões, mesmo aquelas que se destinavam à Diretoria. Continuamos a sentir este apoio sem limites com o Dr. Murilo Badaró em todos os movimentos literários da Casa.

Neste breve comentário sobre a nossa Entidade de Letras gostaria de chamar a atenção para duas ocorrências na nossa Academia que vale a pena mencionar: o efeito dos sentimentos e as ideias que nos orientaram até aqui.

A abertura para as mulheres escritoras foi feita, não para criar uma satisfação individual de pertencer a uma Academia de Letras, mas para acabar com esse sentimento de falta: a falta de oportunidade em aprimorar as artes comunicativas com os escritores acadêmicos. No ato de aceitar a proposta de Vivaldi mostramos que não pretendemos nos isolar do mundo, e sim, acreditar na expressão feminina como sendo diferente do caráter estável masculino, e desde então a Entidade tomou seu lugar no panorama cultural de Minas.

Como uma visão primária, sendo eu também pintora poderia demonstrar o contraste entre dois fatores idênticos: aquilo que é natural nas escritoras e outro, que é abstrato, ao se referir aos sentimentos. Neste quadro colocaria uma flor colorida, e no outro a mesma, mas em neblina.

Assim, poderíamos argumentar que o produto literário, quando estimulado pela natureza, é comunicativo, no sentido de que é compreensível a qualquer pessoa, enquanto que o texto estilizado, imaginativo, estende-se somente aos leitores que possuam a chave decodificadora para o entendimento completo.

As mulheres, ao falarem de seus sentimentos, nunca propõem serem enigmáticas; mesmo assim, as poetisas emergentes do passado eram consideradas sofisticadas, permanecendo minoritárias e ocultas, até conseguirem sair do anonimato. A fundação das Academias Femininas de Letras, aqui e em outras cidades brasileiras, se fez coincidentemente. Não poderiam alcançar o sucesso caso permanecessem estáticas, como

um alto-relevo ou imagem tirada de um evento, pois como fragmento reduziria o conjunto. Em outras palavras, um retrato satisfatório seria um cubo representado no espaço, que para um observador fugaz apareceria pela frente e alguns lados, e para os perspicazes, nas suas três dimensões.

No nosso mundo lírico vozes nos fortaleceram com pensamentos ricos em prosa e poesia, como foi a de Lacyr Schettino: “A visão da escritora possui a nitidez de uma bola de cristal, quando ela recria a literatura sob o ponto de vista individual”.

Na atualidade encontramos textos como os de Natalina Jardim, cultivando o transcendentalismo, uma êxaltação à pessoa humana, aos seus sentimentos, à sua fé, à sua religiosidade.

Elizabeth Rennó, de quem cito a seguinte ideia: “O poeta, quando fala de seu mundo ou do mundo dos outros, revela o homem. Esta revelação é o fundamento de todo dizer poético”.

Regina de Almeida acredita na sensibilidade dos leitores, transbordando em reflexões, enquanto que Virgínia Schall aposta na educação infanto-juvenil.

Na minha presidência, com duração de seis anos, verifiquei a mudança no estilo de escrever das congreiras, resultado da interação entre os diversos estilos, e sabia que a mudança foi consciente e duradoura. E senti uma felicidade indescritível ao percebê-la. As escritoras procuravam expressar a atitude diante da realidade que se lhes mostrava, sem se perderem na trivialidade; na banalidade. Lembramos que cada autor é singular no seu estilo e ao dividir esta sensibilidade com as outras a nossa reação emocional se alargava. Era um tempo decisivo na nossa vida de escritoras.

As ideias fundamentais que nos movem e sempre nos moveram nos nossos escritos são como motivações, apelam à conciliação, à tranquilidade, ao belo, ao verdadeiro, que só aparece nas obras literárias e em nenhuma outra forma artística. Necessita-se, para isto, de unidade e durabilidade na estabilidade e afirmação da cultura. Abrimos as nossas mentes, cuidamos os nossos caminhos floridos no casual, complexo e multiforme trilho da condição humana. E nesta condição, acreditar significou ter apoio numa

e noutra. Com o talento de verdadeiras artistas, pouco a pouco tomamos conhecimento de suas posições e de maneira comovente foram sendo expostas à luz. A convivência momentânea nos ensinou a dividir as emoções nos seus níveis pessoais de estilo.

Nesse sentido festejo os quarenta membros efetivos, os oito beneméritos, os três honorários, e os sete correspondentes.

Quando li os trabalhos da nova acadêmica vi a ligação estreita entre os textos propositivos e inovadores na área da análise, pois estes têm, além da comunicação poética, os sons de harmonia que identificamos e interpretamos nas suas últimas conferências pronunciadas na nossa sede.

É por prudência, ao iniciar a apreciação dos trabalhos da Maria Inês, que vou incluir certos preparativos sobre a minha participação neste dia tão significativo para todas nós.

Considero cada obra literária como uma imposição dos termos humanos, especialmente quando o autor apresenta a escala de valores. Assim, toda a obra fornece uma informação de modo individual e original.

E nós, leitores, seguimos o percurso de seu pensamento através das suas inspirações. Os seus trabalhos não se restringem ao domínio rígido da ciência, mas as suas ideias se desenvolvem por meio de suas iluminações poético-artísticas.

As palavras da escritora Maria Inês fluem da alma como as melodias das óperas de Verdi, geradas no âmago do seu ser e que se harmonizam com o fluxo da natureza. No mundo alegórico da música a autora desfruta o relacionamento alternativo das artes cênicas e a sabedoria de entender e manipular a palavra dentro do panorama literário. Assim, no espaço cultural o texto produz um crescimento e surge a obra como um todo, com seus valores completos.

As obras de Maria Inês extravasam de sentimentos, de musicalidade e de inspiração, e caminham para um futuro sereno.

A sua dissertação publicada sob o título *A Errância Infatigável da Palavra*, cuja apresentação feita pela Professora Suely Maria de Paula e Silva Lobo “é mais do que uma simples leitura de um texto literário, trata-se de uma relação entre o romance *A Força do Destino* de Nélida Piñon e a ópera homônima de Giuseppe Verdi”.

Os textos, as ideias, as realizações destas duas obras precisam ser interpretadas nas suas primorosas análises e a conferencista necessita hoje de todo o apoio celestial para encontrar palavras que expressem a sua filosofia. Pois com estas ideias iremos caminhar juntas no futuro.

No primeiro capítulo da dissertação *Processos e Composição* a escritora analisa as conexões entre a música e a literatura sob várias luzes da história, tanto na área das óperas, quanto nos trabalhos analíticos, sem esquecer nenhum detalhe, visando a esclarecer os leitores dos diversos efeitos da “conjugação de elementos musicais e verbais”.

Isto nos faz reportar-nos à filosofia pós-kantiana da natureza, que nos leva a comungar a liberação dos limites do entendimento humano. A teoria alcança a “interpretação cultural” sobre “fenômenos artísticos” muitas vezes embutidos nas reflexões sentimentais, que por um lado se acomoda na natureza dos projetos artísticos, e por outro, nas suas raízes impulsivas.

Entre os muitos valiosos detalhes a autora anotou “a noção do tempo”. Ela escreve: “Piñon faz da ópera o lugar onde o imaginário encontra os opostos...” “A ópera transmite-lhe a felicidade que, às vezes, pode lhe ser negada na realidade. Daí a narradora-cronista participa do romance dialogando com seus personagens, passando a pertencer ao mundo fictício. Dessa maneira, organiza seu romance de acordo com a sua experiência pessoal, o presente e o mundo das criaturas de Verdi.”

Claramente se entende aqui o mundo – conforme os diálogos anotados por Maria Inês – que apresenta laços conhecidos, pois são reais, com o resto se dissolvendo num mundo fictício. Ao mesmo tempo a autora apela para preservar o que é familiar, aceitando as suas limitações, pois na vida humana o tempo é o mais significativo: algo que flui na eternidade com a percepção do sombrio, o desaparecimento do corpo, o turbilhão da alma, a divisão difícil da sorte de cada pessoa, a fama que chega sem fronteiras, seguindo o relógio do homem.

Ao passar pela liberação dos objetivos subjetivos, que seria pessoal na busca de motivações, aparece o homem com sua existência natural, como na versão de Nélida, construindo uma obra nova pela sobreposição da original. Com isto ela conseguiu transpor o TEMPO PASSADO (apresentado por Verdi) para o TEMPO PRESENTE, real.

Nesta visão os pensadores, ao discernirem as mudanças sutis nas interpretações do TEMPO, devem acompanhar fielmente as autoras na constatação dos sentidos que passam para as áreas das emoções.

Tudo isto leva a análise da obra a um pedestal sofisticado que por sua vez também se acomoda na natureza humana. Especificamente, naquela parte que se eterniza nele. Falando historicamente, é um processo longo e intrigante baseado no contato com a experiência de uma história pessoal.

Alguns pensadores baseavam a sua filosofia na busca do equilíbrio interior com a natureza, como Gertrude Stein; outros, contrariados com este movimento naturalista, que tinha como base o fator emotivo, temiam rivalizar-se com a ciência. Afirmavam que este movimento acentuava a separação das análises tradicionais do pensamento. Mas a nova ciência saiu do abrigo dos filósofos e partiu para a filosofia da natureza humana. Compreender a natureza é compreender o ser humano em todos os sentidos.

Como fruto deste pensamento, vimos o estudo de nossa confreira Maria Inês, imponente, que se irradia com uma visão do espírito intuitivo e real ao mesmo tempo. E nesta dualidade da filosofia, a imaginação, que atravessa os domínios de ordens conhecidas, nos conduz e nos une a natureza com o espírito. Um exemplo disso, quando se fala da pluralidade simultânea de formas artificiais da ópera: "É um ideal espiritual que move a cultura".

Reforçando esta ideia afirmaremos que a sua pesquisa é como um festival de música, uma ópera bem apresentada, onde as habilidades artísticas entusiasma o público até o seu ápice, quando o impulso de cantar arrebatava a audiência e a faz delirar.

A apreciação de expressões de artistas e as suas interpretações se fazem tanto na escrita do texto, quanto na composição musical. Fato que se confirma na irmandade entre a literatura e a música, objetivo da obra. Poderíamos ainda acrescentar que os textos bem ensaiados pelos cantores e pela orquestra, no sentido filosófico-real, antes das apresentações dariam uma vida nova às peças. Um episódio vem testemunhar esta minha ideia.

Aconteceu certa ocasião em que Zoltán Kodály, na Casa de Ópera de Budapeste, querendo modificar a sua peça *Háry János*, mencionou à solista da Ópera o seu desejo de que mostrasse dúvidas quanto às aventuras imaginárias do impostor Háry János. Ao que a cantora retrucou: "Neste caso, todo o palco deveria ser modificado. Os coristas são regidos pelo maestro, os bailarinos, pela coreógrafa, podendo inclusive tornar a peça dramática numa peça cômica, ou vice-versa, como na ópera de Háry János. E como isto afetaria o público? Se a música diminuir de ritmo, primeira a notar seria a plateia húngara, acostumada ao ritmo do "czárdás" bem mais vibrante".

Verdi com sua composição versátil conquistou o público, porém antes de ler a obra comparativa de Maria Inês eu não iria notar com tanta precisão as suas transformações.

Como efeito deste fenômeno citei o caso de Kodály. Tanto nas expressões linguísticas quanto nas musicais existe o "elo sentimental" (expressão usada pela autora Maria Inês). Se o texto e a melodia se integram, constroem-se efeitos afirmativos e apresenta-se sem limites o desenvolvimento artístico que a autora oferece aos leitores, a fim de apreciar na sua totalidade a peça rara da literatura nacional: *A Errância Infatigável da Palavra*.

Resumindo, tudo o que pertence ao corpo físico e a uma torrente subjetiva que é a alma, como um sonho pode-se tornar neblina, mas quando se une com o espírito se torna a luz divina do ser.

Os sentidos estão abertos ao texto de Maria Inês pela simpatia por sua arte, pela compreensão de seus argumentos. Anotaremos a dificuldade em aceitar uma nova concepção literária – como a "melopoética cultural" e suas reflexões ao mesmo assunto. Fazem parte do nosso conhecimento sobre a percepção da diferença entre a tradição acadêmica e a complexa individualidade da época moderna.

Consultando Carol Gustav Jung descobrimos algo nas suas afirmações que iluminam de um certo ângulo estas minhas impressões. "Como qualquer outra pessoa também eu tenho a capacidade de interrogar e cheguei a conhecer minha personalidade e responsabilidade. Como no

*Fausto* de Goethe, declarei que duas almas estão morando dentro do meu peito: uma normal e outra estranha, capaz de antecipar profeticamente acontecimentos numa experiência heroica, coletiva, aumentando o senso de responsabilidade. É verdade que não acredito na reencarnação nem no “karma” dos hindus, mas comecei a perceber a existência do subconsciente. Aos poucos os estudiosos alargavam as suas pesquisas e avançavam na clarividência. Wagner compôs os *Nibelungens* e Nietzsche completou seus *Dionysianos* – experiências com ressonâncias”.

Eu mesma me encantei com o espírito de Jung ao afirmar o apoio parcial nos componentes ancestrais, enquanto que a nossa psique, de pretensões progressivas, nos empurra cada vez mais para o nebuloso futuro. Não estamos mais vivendo no que temos (o presente), mas na promissora iluminação matinal (o futuro). Não percebemos a escuridão do tempo incerto, mas das impressões esperamos o surgimento de um novo sol. Jung se emociona ao mencionar os ancestrais e reconhece a fragilidade do momento em que avançamos rumo ao desconhecido. Jung observa o mundo através do indivíduo e não pelas forças que representam.

A mesma ideia que nos cativa no texto de Maria Inês ao analisar o trecho de Piñon é o encontro de Leonora e Álvaro à luz da lua. Leonora propõe o namoro no jardim e Álvaro responde: “Como vou fazê-la minha mulher, se não abandonamos ao menos as propriedades de teu pai?” No dilema eterno da escolha aparece não a dualidade da natureza humana, mas a força que representa.

Maria Inês continua na apreciação: “E então, com a linguagem, nivela os personagens e derruba barreiras das hierarquias sociais.” Percebemos uma certa solução para esta dualidade mencionada: nivelar o objetivo à procura do belo e pacífico.

Quando não acontece o abandono do objetivo, o autor – como na primeira versão de Verdi – Piave, faz os personagens desaparecerem, ou como o Álvaro, se suicida.

Para continuar a ideia de Jung, aplicada no texto em análise, Álvaro ao morrer faz desaparecer parte do passado, parte conhecida do ser humano. A escritora anota “a profunda consciência da criação da ambiguidade entre ilusão e realidade”, que seria solução ao episódio

analisado, mas Nélida não concorda com a morte de Álvaro. Uma força ilumina a visão simbólica da autora. É importante a continuidade do episódio, simbolizando o eterno (vida e morte) do ser humano.

Prossegue no mesmo pensamento a autora da dissertação: “Palco-teatro e vida demonstrada pela autora (Nélida) faz com que ela se apresente como um instrumento mediador sacramentado, que inventa a história e dá-lhe corpo para que circule.”

Há então a ruptura da equivalência entre a descrição individual ilusória feita por Piñon, e a descrição acadêmica, real. É o ponto central de nosso interesse. Onde entra com êxito a teoria clássica, onde os protagonistas morrem como Shakespeare ordenava.

As novas tendências literárias, ao abandonarem as clássicas, permitiram atrasar a extensão da solução dinâmica e incorporar ao texto de Nélida o ato irreverente demonstrando certa instabilidade emocional. A dificuldade se encontra em criar uma união entre os elementos: os de Nélida e os dos clássicos, para não provocar ruptura entre a vida do homem e sua vida social.

Maria Inês analisa com muita propriedade e sucesso a atitude de Nélida: “Nélida, além de resgatar o conteúdo melodramático da ópera, também se apropria de sua formalidade e convenções retóricas...” e como conhecedora de que a música permite expressar emoções dentro de personagens “...ela manipula as formas artísticas mais artificiais e mais reais da ópera...” A solução está embutida na música. É um elo de ligação do viver humano com a sociedade.

Anotamos o brilhantismo desta parte da dissertação de Maria Inês, pois nela a música adquire forças e nos evoca a nostálgica restauração da harmonia natural entre as artes. Com o talento da escritora, a iluminação da cena analisada vence a imagem visual dos protagonistas.

A música é também um dos canais de comunicação com sua linguagem simbólica, concebida e efetuada e depende somente da vontade dos músicos saber interpretá-la. A análise deste trabalho em pauta significa estendermos os nossos sentidos para estabelecer um novo diálogo entre a literatura e os símbolos da música numa nova adaptação filosófica, descobrindo a capacidade interativa na função lógica.

Assim sendo, o trabalho de Maria Inês é uma pesquisa, no sentido de descobrir novos meios de expressão artística e comunicá-la com os interessados. Apresenta-nos analogias com a sua perspicácia e harmoniosa erudição.

As interações literário-filosóficas são acentuadas na sua obra, quando se analisa a “conscientização na visão operística de uma perspectiva social e filosófica da realidade”. Neste capítulo ela toca nas “poderosas emoções no palco como poder especial da música...”

Menciona ainda que “a música associada à palavra é que irá dar sustentação à cena dramática na ópera...” “...é a ligação entre o libreto e a música.” E aqui se encontra o segredo. Os autores desejam que o público note esta interação da literatura e da filosofia, seu poder em variar interpretações, composições e expressões.

Rememoramos neste trecho as várias ocasiões em que tivemos oportunidade de assistir a concertos nas igrejas, os quais nada mais são que puras venerações abstratas da elevação da alma, por seus efeitos simultâneos: o local, os artistas e as motivações harmoniosas.

Sentimos neste trecho a mesma condição que a autora Maria Inês sentia: o impulso da música, que se espalha em volta da audiência; o da “ópera por suas ideias psicológicas”, quando se “apropria de sua formalidade e convenções retóricas” e mais tarde continua: “...a orquestração de vários sentimentos e a pluralidade de pontos de vista podem conviver simultaneamente..”

Com esta observação percebemos como foi privilegiada a sua condição de conviver tanto com a arte, quanto com a música. Estas, na sua magnanimidade imponente e até sublime, fizeram com que a autora concluísse: “Procuramos demonstrar as ressonâncias da música na literatura, enfatizar as influências da memória...”

Considero justificado citar um trecho do discurso de Nélida Piñon quando recebeu o Prêmio Juan Rulfo, em 1995 e que nos apresentou na Academia Mineira de Letras, em dezembro de 1999. Analisei a obra, que traduzi para o húngaro.

São dela as seguintes palavras:

“Cheguei a um país ensolarado, desconhecido, onde, pelas lendas se estendia o Paraíso Terrestre. Brasil é a minha pátria. Um real e lendário porto geográfico que promove os contos e os símbolos. Vive aqui uma mistura de povos e raças, de almas escondidas nos vales e montanhas, onde os escritores, sob a proteção de seus sonhos, aprendem as paixões humanas. O escritor é consciente quando afirma que é dono da sua escrita, pois saboreou a criação do seu doloroso hino. Este é o preço da liberdade da palavra. No final o protagonista eterno é o HOMEM.”

O dia me inspirou em deixar aqui a minha filosofia de vida, como herança espiritual às confradeiras que renovam a fé no futuro:

Somos todos seres humanos, feitos pelo sopro de Deus, portadores de inteligência e de energias interiores que, ora obedecem à benevolência, ora à ofensa. A cultura da paz, partindo da individualidade, passando por movimentos coletivos foi o nosso objetivo de vida.

Acreditei que cada pessoa possui um perfil iluminado, como a tartaruga que revela a sua comunicação com o mundo de fora, ao esticar o pescoço para fora da casca.

Nos dias heroicos, em Dresden, aprendi que nos familiarizamos somente com uma parte ínfima do globo, no local onde vivemos. Onde aos nossos pés existe um fluxo ininterrupto de regozijo e tristeza, sugestões e novidades que nem nos melhores sermões escutamos, mas estava lá também um arco-íris de recomeço.

Trabalhar nas traduções em diversas línguas significou para mim manter um diálogo constante com o autor, permitindo uma sensação de renovar a arte. Por outro lado cristalizou-se a ideia de renunciar ao meu orgulho. Sem publicar as próprias poesias, servir outros poetas, cujo dom veio de Deus. Cada momento foi em direção ao próprio conhecimento e em reconhecer os recursos que temos. O senso individual do bom e do belo do que estudamos pertence à humanidade e o devemos repartir.

Não sou profeta para sugerir o que virá no futuro, quais seriam as novas tendências e formas literárias, os novos descobrimentos na ciência e na música. Peço a Deus a possibilidade de sobreviver nas trevas, providenciar a resistência para a humanidade poder enfrentar os novos

perigos. Esta mesma sabedoria na interpretação da vida pode tanto colocar barreiras entre os indivíduos, como fonte de união. No futuro precisaremos abrir nossa mente para os outros, pois esta será a única maneira de sobrevivermos. Vigiar a vida agitada, como os fazendeiros vigiam a natureza para sobreviver às catástrofes naturais. Olhar com simplicidade a noite escura, a nossa galáxia, uma faixa de névoa atravessando o céu, cuja aura está iluminada por bilhões de estrelas afastadas de nós por 28.000 anos-luz.

Ali contemplarei a Via Láctea também, que nas lendas é o abrigo glorioso dos heróis magos e dos reis santos que costumavam descer nas trevas da noite para socorrer seus fiéis.

Escolhi a Via Láctea, pois na hierarquia cósmica esta não acaba e, dentro dela, cada estrela se modifica conforme as interações. Imagino ser este o perfil da nossa Academia de Letras.

A presença entre nós desta pessoa singela e delicada de Maria Inês vem adicionar ao perfil da nossa Academia Feminina e se acomodar na nossa Via Láctea.



## IPÊ

*Petrônio Souza Gonçalves\**

Aprendi a ser  
Como o ipê:  
Quando escureço,  
Despido  
Entristecido  
Padeço,  
Aí é que floresço...

### Quintanear I

Subíamos o mesmo caminho.  
Ele com um peso nas costas,  
Eu leve como um passarinho...

### O Amor

Porque o amor é como um poema:  
Tem vida longa,  
Em frases pequenas...

\* Jornalista e escritor.

## MINA: "EIS NADA"

*J. Nepomuceno Silva\**

A mina, hein?  
Quando não és mais,  
Velha e abandonada,  
Nem direito ao nome tens.

Outrora luzias,  
Bela com franquia,  
Ferro, ouro, manganês,  
Tudo produzias.

Rochas negras ou cinzentas,  
Davas empregos,  
Diretos e indiretos às pessoas,  
Muito mais que mil e quinhentas.

Impostos e dinheiro jorravam  
Todos os dias na porta  
Festas, fogos; cantavam!  
Sempre chovia na horta

Em nome do desenvolvimento  
Dito sustentável,  
Para uns ou para todos?  
Fica a pergunta do momento

---

\* Poeta, Desembargador aposentado.



Minerar sim, pois é ação de enricar  
 Mas há que se conjugar  
 O minerar com o recuperar  
 Para evitar que a natureza  
 vire solo lunar

Hoje, como está, nada mais se vê  
 Senão escombros e crateras,  
 Vistos da estrada,  
 aqui, agora, e lá fora  
 Água, fauna e flora:  
 Cadê?

Ex-mina das gerais  
 Que nome dou ao que vejo?  
 Talvez se te chamares de...  
 Estou a imaginar: de quê?  
 Há, deixe isso pra lá!  
 Não sou doutor em ex ou era  
 Isto desimporta à quimera

O mais cotado e correto  
 Apropriado, forte e direto  
 Será, para sempre, nominar-te:  
 eis nada.-

## NORMAS PARA OS COLABORADORES

1 – A *Revista da Academia Mineira de Letras* recebe colaborações, reservando-se a análise quanto à conveniência da publicação, sem data determinada.

2 – As colaborações serão enviadas ao Conselho Editorial, por correio eletrônico – atendimento@academiamineiradeletras.org.br, ou em cd para o endereço: Academia Mineira de Letras — Rua da Bahia, 1466 (Lourdes) – 30160-011 Belo Horizonte MG. Telefax: (31) 3222-5764.

3 – Os artigos deverão vir digitados na fonte *Times New Roman*, corpo 12, em folha A4.

4 – Notas de rodapé deverão constar no final do artigo, numeradas de acordo com a referência no texto.

5 – As referências bibliográficas trarão todas as informações, observando-se os critérios abaixo; títulos e nomes não são abreviados.

VIEIRA, José Crux Rodrigues. *Obra Poética I*. Belo Horizonte: Editora B, 2006. 444 p.

BOSCHI, Caio; MORENO, Carmen; FIGUEIREDO, Luciano. *Inventário da Coleção Casa dos Contos*. Belo Horizonte: Editora PUC, 2006. 560 p.

IGLESIAS, Francisco. “Política Econômica do Estado de Minas Gerais (1890-1930)”. In *V Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1982.

(Observar esta ordem: sobrenome do autor em letras maiúsculas; título em itálico; tratando-se de capítulo ou parte de obra, entre aspas, ficando em itálico o título geral; cidade (dois pontos), editora, data, número de páginas (se indicado).

6 – Dados pessoais:

a. nome completo; pseudônimo, se houver;

b. endereço completo (logradouro, número, bairro, CEP, cidade, estado, telefone);

c. títulos universitários, quando houver: graduação, área, faculdade, local, tese;

d. atividade atual, natureza e local;

e. obras ou trabalhos publicados: título, cidade, editora ou órgão, data.

O autor de artigo receberá três exemplares do número da *Revista* em que for publicado.

Outras informações poderão ser solicitadas pelo telefone (31) 3222-5764.

## CADEIRA/ACADÊMICO

- 1 - Danilo Gomes
- 2 - Oswaldo Soares da Cunha
- 3 - Angelo Oswaldo de Araújo Santos
- 4 - Vaga
- 5 - Miguel Augusto Gonçalves de Souza
- 6 - Yeda Prates Bernis
- 7 - Ricardo Arnaldo Malheiros Frúza
- 8 - Milton Reis
- 9 - Márcio Garcia Vilela
- 10 - Fábio Doyle
- 11 - D. Walmor Oliveira de Azevedo
- 12 - Cônego José Geraldo Vidigal de Carvalho
- 13 - Paulo Tarso Flecha de Lima
- 14 - Antenor Pimenta
- 15 - Bonifácio José Tamm de Andrada
- 16 - Ronaldo Costa Couto
- 17 - Aluísio Pimenta
- 18 - José Henrique Santos
- 19 - Padre José Carlos Brandi Aleixo
- 20 - Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz
- 21 - Elizabeth Rennó
- 22 - Fábio Lucas
- 23 - Manoel Hygino dos Santos
- 24 - Eduardo Almeida Reis
- 25 - Francelino Pereira
- 26 - Bartolomeu Campos Queiróz
- 27 - Padre Paschoal Rangel
- 28 - José Bento Teixeira de Salles
- 29 - Murilo Paulino Badaró
- 30 - Oílham José
- 31 - Rui Mourão
- 32 - Almir de Oliveira
- 33 - José Crux Rodrigues Vieira
- 34 - Orlando Vaz Filho
- 35 - Carlos Mário da Silva Velloso
- 36 - Aloísio Texeira Garcia
- 37 - Olavo Romano
- 38 - Pedro Rogério Couto Moreira
- 39 - Patrus Ananias de Souza
- 40 - Maria José de Queiroz